

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SINARA SANTOS ROBIN

CONVERSAS COM AÇORIANOS:
ENTRE AS MEMÓRIAS E OS CONFLITOS

São Leopoldo,

2008

R655c Robin, Sinara Santos.
Conversas com açorianos : entre as memórias e os conflitos / Sinara Santos Robin. – 2008.
220 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

"Orientadora: Dra. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos."

1. Natureza – Influência do homem – Rio Grande do Sul. 2. Conservação da natureza – Rio Grande do Sul. 3. Açorianos – Rio Grande do Sul – História. 4. Rio Grande do Sul – Civilização – Influências açorianas. I. Título.

CDU 93/94

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

Tese de Doutorado

Título: **Conversas com açorianos: entre as memórias e os conflitos**

Professora Orientadora: Dra. **Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos**

Nome da Aluna: **Sinara Santos Robin**

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Cleci Eulália Favaro

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Márcio Pizarro Noronha

Universidade Federal de Goiás

Profa. Dra. Marluza Harres

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dra. Ana Sílvia Volpi Scott

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Profa. Eloisa Capovilla da Luz Ramos

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Orientadora

Ao Manoel, à Sofia e à Laura com quem
converso muito, com quem apaziguo meus conflitos
e com quem estou construindo *muito* boas memórias.
À Eloisa com quem compartilhei cada momento da
pesquisa e com quem converso *muito!*

Agradecimentos

Na caminhada toda deste Programa de Doutorado muitas pessoas cruzaram mas também muitas andaram junto comigo, me estimulando e dizendo que eu era capaz.

Agradeço minha orientadora, professora Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos. Ela acreditou que aquele esboço de projeto renderia uma tese e fez todas as traduções. Este trabalho não seria possível sem a sua sabedoria, paciência, generosidade e eu abusei!

Agradeço ao meus queridos Manoel, Sofia e Laura as trocas foram bem desiguais. Me deram muito carinho, colaboraram dedicando horas de seu tempo me escutando, formatando mapas, cuidando de mim e eu retribuí com falta de tempo, ausências. Perdoem, mas os dias eram assim.

Aos meus amigos que se tornaram meus professores, mas que os quero amigos cujas presenças são fundamentais. Pude ler os seus escritos e percorrer a trilha das suas pegadas. Obrigada, Cláudio Elmir, Maria Cristina B. Martins, Eliane Fleck. Márcio

Aos meus colegas de curso Ney, Walmir, Ramiro, Larissa, Leonice, Daniel, Eliane, Odinei, Enildo. Amigos nascidos junto com os desafios dessa aventura pela História. Em especial agradeço à Aline Francisco, amiga querida que me ajudou apaziguar a minha angústia.

As minhas queridas Francine, Sony, Petra, que me escutaram e sempre vêm o melhor em mim.

À Manoela que de pequenininha já convivia com as “loucuras da tese”, hoje historiadora cuidou da minha, seu trabalho de digitação dos documentos foi muito valioso.

Aos pesquisadores que escreveram sobre os Açorianos e cujas pesquisas se tornaram fontes primárias para esta pesquisa.

À secretária administrativa do Programa, Janaina. Carinhosa e compreensiva, dando um suporte fundamental para nós alunos.

Agradeço às instituições UFRGS, pela concessão da licença das minhas atividades para realizar o Doutorado e à CAPES pela bolsa.

Agradeço a todos as pessoas com quem convivi e que me concederam seu tempo, me receberam em casa, compartilharam suas memórias e seus afetos em conversas que extrapolaram os limites da pesquisa. Obrigada pela acolhida. Sua generosidade foi tanta que não encontro palavras que traduzam o quanto aprendi e o tamanho da minha gratidão.

RESUMO

Nesta pesquisa nos propomos a perguntar para o passado, sempre em movimento, em função das vivências do(s) presente(s), sobre da ocupação açoriana, no Rio Grande do Sul, da presença de marcas identitárias, desse grupo no espaço inicialmente ocupado e como foram construídas algumas concepções hoje naturalizadas sobre os mesmos. A Tese *Conversas com Açorianos: entre as memórias e os conflitos* trabalha com a ideia de que são as experiências, as memórias, as temporalidades organizadas pelo mundo imaginal que atualizam a história da açorianidade destas comunidades que vivem na Região do Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Território que compreende parte do litoral sul do Estado, entre os Municípios de Mostardas até a chamada Vila do Bojuru, passando por Tavares e região das Lagoas. A Lagoa do Peixe exerce um papel bastante importante nesse território porque aparece nas narrativas de cronistas, nos relatórios oficiais e está presente na vida destas comunidades ainda hoje. A pesca na região enfocada é tida como um ofício, uma arte manual, uma *obrigação* natural dos que ali residem. Para os pescadores profissionais, credenciados pelo IBAMA, é o meio de vida. Porém, a pesquisa de campo demonstrou que tal atividade é praticada por muitas pessoas (além das credenciadas), como lazer e como “*ofício*” e por sua vez, o Parque Nacional da Lagoa do Peixe abrange, como área de preservação um território muito frequentado por nativos locais. Nesta pesquisa as “*imagens da memória*” construídas através dos registros historiográficos, num primeiro momento e pelos relatos dos “*açorianos do presente*”, são concebidas como camadas de tempo sobrepostas e quem comanda este tempo é a duração dos acontecimentos. A colonização portuguesa e sua política de ocupação e povoamento *providenciou* a vinda de “*casais açorianos*”. Muitos deles obtiveram as “*terras prometidas*”, porém outros tantos não. Eles itineraram sob um vasto território, formaram as primeiras *freguesias* e de lá para cá muita coisa mudou. Esta temporalidade está registrada na história e na historiografia sul-rio-grandense. Também está acolhida e protegida pelo folclore. Verificar as marcas e os sinais da açorianidade hoje implica em trabalhar com as múltiplas temporalidades contidas na história dos açorianos no Rio Grande do Sul e presentes nos rituais, nas artes, nos ofícios, nos saberes deste “*açoriano-brasileiro do presente*”. É a história, registrada na historiografia, na arquitetura da época, nos objetos, que atualizam esta memória que é transportada no tempo pelos sujeitos envolvidos. Estes movimentos de idas, vindas e retornos só podem ser percebidos através da perspectiva da “*longa duração*” e percorrendo a poética das narrativas que passeiam nas múltiplas temporalidades.

Palavras-chave- Relações Homem/Natureza – Açorianos – Açorianidade – Conflito – Memória - Imaginários

ABSTRACT

In this research we consider them to ask for the past, always in movement, related to experiences in the present, concerning the azorian occupation, in Rio Grande do Sul, in the presence of identity marks, this group in the initially busy space and as some conceptions today naturalized on the same ones had been constructed. The Thesis: *Colloquies with Azorian: between the memories and the conflicts* works with the idea that they are the experiences, the memories, the temporalities organized for the imaginal world that brings up to date the history of azorians of these communities that live in the Region of the National Park of the Lagoa do Peixe. Territory that is located in the South coast of the state, between the Cities of Mostardas until the Bojuru Village, passing over Tavares and the Lagoons. The Lagoa do Peixe, exerts a sufficiently important job in this territory because it appears in the narratives of story tellers, in the official reports and is present in the life of these communities until today. The fishing there is focused as a craft, a manual art, a natural obligation of that inhabits there. For the professional, credential fishing for the IBAMA, it is the way of life. However, the field research demonstrated that such activity is practiced by many people (beyond the credential ones), as "legal-size" leisure because of the occurrences, the National Park of the Lagoa do Peixe encloses, as preservation area a territory very frequented by local natives. In this research "images of the memory" were constructed through the historiographical registers, at a first moment and by the stories of the "azorian in the present", are conceived as overlapping layers of time and who commands this time is the duration of the events. The Portuguese settling and its politics of occupation and, provided the coming of "azorian couples". Many of them had gotten "attached lands" however others didn't. They traveled under a vast territory, had formed the first clienteles and since then a lot of things changed. This temporality is registered in history and the historiography south-riograndense. Also it is received and protected for the folklore. To verify the marks and the signals of the azorians today implies in working with the multiple temporalities contained in the history of the azorians in Rio Grande do Sul and also in the rituals, the arts, the crafts, knowledge of this "azorian - Brazilian of the present". It is the history, registered in the historiography, in the architecture of the time, in the objects, that bring up to date this memory that is carried in the time for the involved citizens. These movements of departures and arrivals, alone can be perceived through the perspective of the "long duration" and covering the poetical narratives that take a walk in the multiple temporalities.

Keywords- Relations Man/Nature – Azorians – Azorians – Azorians – Conflict – Memory - Imaginary.

Sumário

Resumo	
Abstract	
Introdução: As complexas relações homem / natureza e de como nós podemos percebê-las	8
Capítulo 1: Natureza globalizada, natureza recortada	27
1.1. Natureza globalizada	27
1.2. A natureza recortada: a formação dos Parques Nacionais de Preservação Ambiental	40
1.2.1. O Parque Nacional da Lagoa do Peixe	44
1.2.2. A natureza: preservar, conservar, conviver e entender...	47
Capítulo 2: Natureza e cultura, a cultura da natureza, a natureza da cultura	75
2.1. As diversas naturezas	75
2.2. Natureza descrita, natureza imaginada	83
Capítulo 3: As evidências da ocupação: do passado colonial ao presente antropológico	102
3.1. As marcas originais	102
3.2. O “território açoriano”	127
3.3. A açorianidade	139
Capítulo 4: A permanência ou a dialética da mudança	143
4.1. Estética açoriana	143
4.2. Natureza e imaginário	147
Considerações Finais	165
Referências	171
Anexos	186

Introdução
As complexas relações homem / natureza
e de como podemos percebê-las

Vivendo se aprende; mas o que se aprende mais,
é só a fazer outras maiores perguntas.
Guimarães Rosa

Com efeito, o passado não é o que passou, mas o que ficou do tempo que passou. Nesta pesquisa nos propomos a perguntar para este passado, sempre em movimento, em função das vivências do(s) presente(s), sobre a ocupação açoriana no Rio Grande do Sul, da presença de marcas identitárias, desse grupo no espaço inicialmente ocupado e como foram construídas algumas concepções hoje naturalizadas sobre os mesmos.

Para tanto, extraímos do nosso diário de campo duas situações reveladoras dos objetivos desta pesquisa:

Primeira: Numa tarde ensolarada, na Vila do Bojuru, depois de fotografá-la, e do encantamento com algumas situações pitorescas, conhecemos o Seu João. Começamos a conversar.

Este senhor conta que é agricultor e que hoje em dia trabalha nas fazendas quando é contratado para o plantio e para a colheita, mas também sabe criar gado e fazer toda a lida do campo, pois é nascido e criado naquelas terras. Teve de deixar o seu pedaço de terra, herança dos pais, porque os filhos cresceram e precisam de escola. Também na Vila tem mercado, farmácia. Ele sempre que pode está lá no “rancho”. João gosta de viver “arranchado”. Lá ele cria uns bichinhos

(galinhas, patos, gansos). “Meu ofício é de pescador¹. Aqui pegamos papa-terra para comer com a família. Garantir sempre uma refeição”.

Naquela conversa tivemos toda a perspectiva desta pesquisa, que se pretende histórica em relação ao tempo e antropológica em relação à simbolização do espaço. Que pretende perceber através de uma leitura histórica onde estão hoje, num território ocupado desde tempos imemoriais (do ponto de vista de quem vive hoje no lugar) da colonização portuguesa em terras brasileiras, as marcas da presença açoriana. Queremos também verificar como estas comunidades que praticam cotidianamente o que a tradição lhes ensinou, manejam as exigências da sociedade contemporânea com seus apelos modernos.

Segunda: Ouvindo uma palestra do professor Avelino Freitas de Menezes², Reitor da Universidade dos Açores, percebemos que ele demonstra um desconforto em relação à afirmação recorrente entre os historiadores brasileiros e sul-rio-grandenses de que os imigrantes açorianos vieram para o Rio Grande do Sul no século XVIII em função de situações calamitosas como erupção de vulcões, ou má colheita ou ainda excesso de população nas ilhas. O professor mencionava, então, que seria necessário lançar outro tipo de olhar, talvez menos utilitário e dar a perceber outros determinantes.³

Derivaram-se daí uma série de questionamentos relacionando àqueles primeiros açorianos responsáveis pela ocupação do território com este habitante

¹ A palavra ofício é muito recorrente na fala dos atores. Ofício se configura como sendo uma “obrigação”, um saber-fazer manual. Ele está “naturalizado” no corpo e na mente destes homens e em muitas mulheres. Esposas e filhas. Este saber é transmitido empiricamente. Nas suas descrições estão presentes o sentir, olhar, o cheiro, enfim, os sentidos que, depois de aprendidos, operam numa “prática pré-reflexiva”, é um “habitus” conforme BOURDIEU, Pierre. **Les sens pratique**. Paris: Minuit, 1989.

² O professor Avelino Freitas de Menezes proferiu esta palestra no Programa de Pós Graduação em História da UNISINOS, em julho de 2004.

³ Um exemplo desta possibilidade são os registros de chegada de casais na cidade de Rio Grande, publicados pelo Arquivo Histórico de Rio Grande. Na primeira leva de casais tem um número e na segunda este numero dobra e são de pessoas vindas da mesma aldeia dos primeiros.

contemporâneo destas regiões, muitas vezes também referido como açoriano. Onde ele habita, onde está a presença açoriana, como qualificá-la passados dois séculos desde que chegaram em solo sul-brasileiro⁴. Seguindo a trilha da cultura material e do patrimônio edificado, sobrepondo mapas da localização das cidades cuja origem é açoriana percebemos também, que hoje, no mesmo espaço dessas⁵ cidades, foram criadas Unidades de Preservação Ambiental e Parques Nacionais de Preservação Ambiental. Esta nova situação trouxe no seu bojo, outro conflito representado pela necessidade da adoção de um modo de vida distinto⁶ nas comunidades que vivem nos territórios em questão. A criação destes parques rerepresenta outro expediente estatal, uma vez que a vinda destes açorianos no século XVIII estava situada num contexto de ações e exigências da administração colonial portuguesa: desta vez é um conflito moderno que diz respeito à “sobrevivência da vida no planeta”. Esta é uma questão que o próprio projeto civilizatório da modernidade coloca aos povos. Um épico conflito referente à ocupação do território é repostado.

A Tese *Conversas com Açorianos: entre as memórias e os conflitos* trabalha com a idéia de que são as experiências, as memórias, as temporalidades organizadas pelo mundo imaginal que atualizam a história da açorianidade destas sociedades.

Para realizarmos a pesquisa delimitamos um território que compreende a parte mais ao Sul do Litoral Norte do Estado, entre os Municípios de Mostardas até a chamada Vila do Bojuru, passando por Tavares e região das Lagoas. A Lagoa do

⁴ Elementos especialmente culturais atualizam nestas regiões uma identidade açoriana. A ancestralidade na habitação destes territórios (evidente na cultura material e também nos rituais, festas, celebrações) confere esta identidade.

⁵ Baseado no levantamento realizado por BARROSO, Vera Lúcia Maciel. **Os Açorianos no Rio Grande do Sul – Brasil Uma Presença Reconhecida**. Anais I Jornadas “Emigração/Comunidades. Ver mapa do Município do RS em anexo.

⁶ A criação de Unidades de Preservação e Parques Nacionais de Preservação Ambiental, é baseado num modelo que supõe a inexistência de população humana habitando em seu interior. É o que DIEGUES chama de o “mito da natureza intocada” seguindo uma tradição de orientação estadunidense.

Peixe exerce um papel bastante importante nesse território porque aparece nas narrativas de cronistas, nos relatórios oficiais e está presente na vida destas comunidades ainda hoje. A pesca na região enfocada é tida como um ofício, uma arte manual, uma *obrigação* natural dos que ali residem. Para os pescadores profissionais, credenciados pelo IBAMA, é o meio de vida. Porém, a pesquisa de campo demonstrou que tal atividade é praticada por muitas pessoas (além das credenciadas⁷), como lazer e como “*ofício*” e por sua vez, o Parque Nacional da Lagoa do Peixe abrange, como área de preservação um território muito freqüentado por nativos locais.

Nesta pesquisa as “imagens da memória” construídas através dos registros historiográficos, num primeiro momento e pelos relatos dos “açorianos do presente”, são concebidas como camadas de tempo sobrepostas e quem comanda este tempo é a duração dos acontecimentos. A colonização portuguesa e sua política de ocupação e povoamento providenciou a vinda de “casais açorianos”. Muitos deles obtiveram as “terras prometidas”, porém outros tantos não. Eles itineraram sob um vasto território, formaram as primeiras *freguesias* e de lá para cá⁸ muita coisa mudou. Esta temporalidade está registrada na história e na historiografia sul-rio-grandense. Também está acolhida e protegida pelo folclore. Verificar as marcas e os sinais da açorianidade hoje implica em trabalhar com as múltiplas temporalidades contidas na história dos açorianos no Rio Grande do Sul e presentes nos rituais, nas artes, nos ofícios, nos saberes deste “açoriano-brasileiro do presente”. É a história, registrada na historiografia, na arquitetura da época, nos objetos, que atualizam esta memória que é transportada no tempo pelos sujeitos envolvidos. Estes movimentos de idas, vindas e retornos só podem ser percebidos

⁷ A questão do credenciamento que licencia a pesca não só na Lagoa do Peixe mas em todas as lagoas que estão nos limites do Parque Nacional é motivo de forte ação de fiscalização. O credenciamento obtido através do pagamento da taxa de licenciamento.

⁸ Em 1774 foram assentados, em datas regularizadas, 55 casais na Freguesia e São Luiz de Mostardas. No Estreito, em 1778, mais 46. Conforme levantamento feito dos códices do AHRGS. In GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Sonhos, Desilusões e Formas Provisórias de Existência: os açorianos no Rio Grande de São Pedro. Tese de Doutorado. UNISINOS, São Leopoldo, 2004.

através da perspectiva da “longa duração”⁹ e percorrendo a poética das narrativas que passeiam nas múltiplas temporalidades.

O historiador é o etnógrafo de seu tempo. Ele constrói as pesquisas, apoiado no método e nas fontes. O historiador inscreve, anota¹⁰ as condições da produção do conhecimento e constrói tecnologias de análise. Neste sentido faz-se mister a percepção de que o acelerado processo de globalização contemporâneo acrescenta uma maior complexificação na percepção das sociedades sobre si mesmas, expondo uma realidade que se apresenta constituída pelas conexões de tudo com todos. Os destinos de todos, no planeta, são percebidos como irremediavelmente inter-relacionados, introduzindo a perspectiva de *agir localmente e pensar globalmente*. O mundo se torna mais complexo e mais simples, micro e macro, épico e dramático.

Milton Santos, geógrafo brasileiro afirmava que o que de fato a globalização vem realizando é a violação das culturas locais e de suas diversidades difundindo um saber único tanto no ensino escolar quanto nos costumes. O território é hoje um território nacional da economia internacional.¹¹

Este processo de globalização que estamos vivendo sugere e até exige, outra consciência sobre a realidade migratória onde estão envolvidos tanto os países de destino com os países de origem. Neste processo as próprias disciplinas que estudam o fenômeno também estão envolvidas, na medida em que necessitam de um novo ferramental para as análises. Hodiernamente, as tecnologias produzidas pela psicologia, geografia, demografia, a história, e as ciências sociais já possuem

⁹ Conforme BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 1992.

¹⁰ Em relação a questão da construção das narrativas ver ELMIR, Cláudio P. **A História Devorada. No rastro dos crimes da Rua do Arvoredo**, A Controvérsia Narrativa. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004.

¹¹ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. RJ: Record, 2001. Pág. 74.

colorações “diaspóricas”¹² para entender os fenômenos migratórios. Esta perspectiva, sem dúvida, nos coloca diante de outro estatuto epistemológico. Para entendê-los é necessário complexificar abordagens. A abordagem clássica de que as culturas e as fronteiras estariam bem demarcadas e fixadas no tempo e no espaço, são questionadas.

As categorias sociais classicamente construídas no âmbito das ciências humanas como natureza, sociedade, cultura, identidade, tradição, etnia exigem “do sujeito de conhecimento”, para manter o seu vigor explicativo, um “olhar desterritorializado”.¹³ Este olhar sugere uma reflexão itinerante, onde é necessário o deslocamento para lugares e perspectivas diferentes. Os estudos sobre fronteiras e etnicidades, no capitalismo transnacionalizado¹⁴ têm sido território fértil para pensar

¹² HANNERZ, 1997, APPADURAY 1996, LACERDA 2003. Na última década, o conceito de diáspora passou a ocupar um lugar central nas ciências sociais, depois de ter ficado praticamente despercebido durante quase todo o século XX. Um amplo debate nas ciências sociais, em particular na antropologia, nos chamados *cultural studies* e em revistas interdisciplinares dedicadas exclusivamente ao tema, passou a se desenvolver em torno do lugar da diáspora no mundo contemporâneo. A diáspora se transformou num dos conceitos centrais para a compreensão das novas formas institucionais que assumem os novos atores coletivos transnacionais num mundo globalizado. O esquecimento deste conceito esteve associado à análise que delimitava o espaço das sociedades modernas ao Estado Nacional. Com os novos processos de globalização, instituições antes reprimidas pelo paradigma do estado nacional passam a ocupar o interesse dos cientistas sociais. O debate sobre diáspora, porém, não é puramente um exercício sobre conceitos no interior das disciplinas sociais: ele elabora um fenômeno social em plena expansão. Atualmente, praticamente toda emigração tende a se auto-representar como uma diáspora, o que leva as ciências sociais a denominar as antigas “comunidades de emigrantes” de “etnias desterritorializadas”. É suficiente entrar na Internet para descobrir o surgimento quase diário de sites dedicados às mais diversas diásporas, e publicações, acadêmicas ou de divulgação, mudam de nome para incluir *diáspora* nos seus títulos. As diásporas se transformam em fatores de importância crescente na política internacional. Só para mencionar alguns exemplos políticos recentes, a diáspora de Kosovo (em particular a baseada na Alemanha) desempenhou um papel importante no financiamento de compra de armas para o Exército de Libertação de Kosovo e a diáspora kurda, nas manifestações de protesto contra o governo turco, sem mencionar a diáspora judia e palestina no conflito do Oriente Médio. Por que esta explosão de diásporas? A resposta na qual a bibliografia sobre o tema coincide é que o surgimento de novas identidades diaspóricas está relacionado à transferência maciça de populações no mundo contemporâneo, aos novos sistemas de comunicação e transporte, à crise do estado-nação como principal foco de normatização ideológica e ao descolamento da criação de identidades dos marcos políticos e ideológicos tradicionais.

¹³ Sobre esta questão ver IANNI, Octávio, As ciências sociais na época da globalização. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.13, n. 37. Rio de Janeiro, ANPOCS pág. 8.

¹⁴ RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e Política no mundo contemporâneo**. Brasília: EdUnB. 2001. Para o autor há que se conceber transnacionalismo como a integração de realidades sociopolíticas que variam de local, regional, nacional ou internacional, veremos que a cada um desses níveis correspondem dinâmicas e realidades próprias, mas não exclusivas. Estes mantêm também relações de inclusividade nos quais impera uma lógica classificatória que estabelece uma identidade forte entre os territórios, cultura e origem da pessoa ou grupo. O transnacionalismo só pode ser representado como eixo transversal que recorta os outros níveis de integração. Para o autor um “território” tipicamente transnacional não se define de acordo com os parâmetros

os grupos.

Estes estudos mostram que toda realidade ergue-se numa superfície repleta de abismos. O relevo da história está cheio de clivagens dobras e descontinuidades. Nele há a necessidade de pensar as categorias clássicas referidas, combinadas com outras como a transiência, impermanência, “displacement”. Há que se pensar o mundo através de jogo de escalas justapostas pois não se pode perder a dimensão particular do universal nem a dimensão universal do particular.

Esta pesquisa foi realizada num território cuja ocupação data do início da colonização portuguesa no Sul do Brasil e que desde então é alvo de conflitos¹⁵ de terras, primeiramente, quando da distribuição de terras por conta do governo da

usados para a definição do nosso uso do espaço fenomenológico. A transnacionalização é uma categoria-chave para pensar os níveis de interação e integração nas sociedades desta sociedade em rede pois ele reembaralha fortemente a lógica classificatória de todos os níveis de integração. Os agentes sociais, individuais ou coletivos estão altamente expostos a forças de globalização e às condições da transnacionalidade, têm os poderes estruturantes de suas identidades modificados. O autor considera que o cyberspaço, Interet, é emblemático da transnacionalização pois vê aí emergência de uma comunidade transnacional imaginada-virtual. Esta perspectiva de análise nos coloca diante de uma série de questões contemporâneas que não podemos deixar de mencionar pois as coletividades nas quais a pesquisa foi realizada desenvolvem-se culturalmente no âmbito de uma tradição, de um saber-fazer, de “ofícios”, ao mesmo tempo em que a sociedade contemporânea faz exigências para além de sua fronteira cultural. Esta questão complexifica ainda mais o conflito vivido por estes indivíduos. É necessário um outro saber para manejar com a natureza e com a sociedade saber este que praticamente anula o seu para a prática do seu cotidiano, mas que alimenta e garante o desenvolvimento de outros campos do conhecimento, o científico por exemplo. O Parque Nacional da Lagoa do Peixe é um território muito fértil e um campo de capacidade muito grande, de produzir pesquisas e gerar renda.

¹⁵ Conflito nesta pesquisa é conceito desenvolvido por Georg Simmel. Para o autor o objeto da sociologia é a multiplicidade de interações, numa incessante vida de aproximação e separação, de consenso e de conflito, é algo que acontece e está acontecendo. O objeto da sociologia são esses processos sociais, num constante fazer e desfazer e refazer, e assim incessantemente. É através das múltiplas interações de uns-com-os-outros, contra-os -outros e pelos-outros, que se constitui a sociedade, como uma realidade inter-humana. A este processo fundamental Simmel dá o nome de sociação. Este processo de sociação é constituído pelos impulsos dos indivíduos, ou por outros motivos, interesses e objetivos; e pelas formas que essas motivações assumem. Para Simmel a sociedade só é possível pela existência das formas de sociação, “verdadeiros a priori lógicos da sua existência. A primeira é a *determinação quantitativa dos grupos* (há uma série de formas de convivência que atendem só ao sentido que tem o número dos indivíduos sociados nas referidas formas). A segunda condição é o processo de *dominação-subordinação* que se refere à interação entre dominante e dominado, entre autoridade e certa liberdade de aceitação do subordinado. E a terceira é o *conflito* forma pura de sociação e muito necessária à vida do grupo e sua continuidade como consenso. O conflito é indispensável à coesão do grupo. Não é patológico nem nocivo à vida social, pelo contrário, é condição para sua própria manutenção, além de ser o processo social fundamental para a mudança de uma forma de organização para outra. Conforme e SIMMEL, G. Le Conflit. Paris: Circé.1985 e MORAES FILHO, Evaristo(org) Simmel Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática 1983.

Metrópole, no século XVIII e hoje, quando é recortado sob a bandeira da preservação ambiental. O Estado Nacional produziu e continua produzindo expedientes de controle sobre este mesmo território. O conflito hoje tem colorações planetárias em uma perspectiva planetária. A análise sobre esta questão mostra que este drama é recolocado epicamente e a tragédia é novamente posta para os açorianos.

Este expediente posto pelo Estado também é cultural e social e gera diferentes formas de lidar com a alteridade.

A diversidade sociocultural é uma característica Latino-Americana a qual não podemos negar. Ela está presente onde quer que a analisemos inclusive na fauna e na flora, pois o seu manejo também está contido no que consideramos como um grande postulado cultural.

Nesta esteira, a mundialização da cultura reorganiza as sociedades do ponto de vista simbólico e a etnicidade vem se transformando em um terreno de estudos orientado para o questionamento e interpretação dos processos étnicos e o seu lugar nesta reorganização. Um peso grande conferido à etnicidade é que ela passa a ser recurso simbólico e político reivindicado por grupos (inclusive pelo Estado) que tentam construir seu lugar.¹⁶

Ao penetrar no subsolo desta história, guiada pelas reflexões em torno das possibilidades de convivência com a identidade açorita, inspirando-me em Hegel que sugere *ver o mundo pelo reverso*. O avesso é o lugar do novo, um pouso para a imaginação filosófica e científica construir as suas interpretações buscando, na

¹⁶ APPADURAI., Arjun, 1996. **Modernity at Large: cultural diemnsions of globalizations**. Mineápolis: University of Minossota Press. Chama de “ethnoscapes” .

história dos açorianos do passado e nos herdeiros da “tradição açoriana”¹⁷, compreender o contra-movimento de ações e significados para uma realidade já descrita anteriormente por outros pesquisadores, mas repleta de conflitos, mitos, rituais.

As experiências, as memórias, as temporalidades e a dimensão do imaginário têm um aspecto fundante na construção das nossas contemporaneidades. O mundo imaginal organiza as experiências sociais. A imaginação criadora configura a duração das sociedades humanas.

Walter Benjamim, em “Por um retrato de Proust”, nos diz que

un acontecimiento vivido puede considerarse como terminado o como mucho encerrado en la esfera de la experiencia vivida, mientras que el acontecimiento recordado no tiene ninguna limitación puesto que es, en sí mismo, la llave de todo cuanto aconteció antes y después del mismo.¹⁸

Quando trabalhamos com reminiscências tudo é amalgamado pelo passado: o passado é passado, mas o presente e o futuro também são passado. A vivência de um e a projeção do outro são possíveis a partir do que está registrado. A memória está assentada nos instantes dos acontecimentos e, em função da sua construção cotidiana, acabou por adquirir um ritmo. O ritmo dos acontecimentos é a medida da duração do tempo.

Os estudos sobre o imaginário, neste contexto se fazem fundamentais.

¹⁷ Tradição conferida pelas práticas culturais. Ideia contida nas palavras de Michel De Certeau, que aponta os “lapsos na sintaxe construída” que “retorna nas franjas do discurso ou nas suas falhas: resistências, sobrevivências, enfim, daquilo que pode perturbar a consagração do sistema de interpretação” CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1982, p16. Esta tradicionalidade é conferida pela “sobrevivência” ritual (analisada por muitos antropólogos e historiadores como as festas religiosas, danças comidas e etc...) e também por habitarem um “território ancestral”. Por conseguinte a ancestralidade territorial confere identidade, marcada, no âmbito desta pesquisa, pela imaginação criadora dos atores envolvidos.

¹⁸ BENJAMIN, Walter. **Por um retrato de Proust**. In Obras Escolhidas, 1933. p 20.

Esta questão representa uma retomada epistemológica da história e das ciências sociais como disciplina científica. Podemos partir do princípio de que trazer o passado na sua integridade é tarefa impossível, pois aquela concretude jamais poderá ser reconstruída. Trabalhamos, pois, no âmbito das representações entendidas como uma re-apresentação de algo que neste momento se encontra ausente¹⁹. Se a história nunca deixou de ser representação, o que se apresenta para nós é o reconhecimento da cientificidade desta perspectiva. Estamos falando de verdades, tanto quanto a história tradicional o faz(ia). Porém o real que está apontado é um real encharcado de sonhos, utopias, inconscientes coletivos, de intenções e também das ideologias. Vimos incorporados à ciência tudo o que fora relegado ao plano do mito. E o imaginário se nutre incansavelmente de produtos do pensamento mítico. Estamos diante de um reordenamento. São imagens dialéticas que resgatam uma temporalidade passada. É sabido que “a natureza não é linear”, nada é simples, a ordem se esconde na desordem, o aleatório esta constantemente a refazer-se. O desafio é perceber o movimento. E é a história que reatualiza a memória coletiva necessária em tempos de modernidade que esconde a permanência sob a superfície agitada da mudança.

Os açorianos entrevistados nessa pesquisa são *habitués* do território hoje correspondente ao Parque Nacional da Lagoa do Peixe, espaço geograficamente localizado entre os municípios de Mostardas, Tavares e São José do Norte são descendentes dos imigrantes açorianos e também dos madeirenses e portugueses continentais que se estabeleceram no litoral catarinense e rio-

¹⁹ Etimologicamente representação provém da forma latina *re-presentare* – fazer presente ou apresentar de novo. Fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, mesmo uma idéia, por intermédio da presença de um objeto. Outros sentidos, mais específicos, eram: encenar um acontecimento, colocar um objeto no lugar do outro, encenar um acontecimento re-apresentando-o, no presente. Há neste conceito, instalado um vasto campo de possibilidades de apreensão epistemológica entre as concepções racionalistas e empiristas além das distinções entre idealismo e materialismo. Francisco Calazanz Falcon, apresenta o conceito como sendo fundamental para a teoria do conhecimento. Este conceito se desenvolveu na filosofia ocidental “desde a Grécia até a modernidade, tendo como seu centro o logos, ou consciência reacional e também é conceito fundamental para a teoria do simbólico uma vez que o objeto ausente é re-apresentado à consciência por intermédio de uma imagem ou símbolo. Nos dicionários de filosofia, a representação é em geral definida como referência aos diversos tipos de apreensão (intencional) de um objeto. FALCON, Francisco J Calazans. História e Representação. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs) **Representações: contribuição a um debate interdisciplinar**. São Paulo: Papirus, 2000.

grandense a partir de meados do século XVIII, guardando traços culturais próprios, assim como criando outros que são fruto da miscigenação com negros e índios. Esses colonos eram agricultores e pescadores em seus lugares de origem e, quando se fixaram no litoral sul do Brasil continuaram combinando a agricultura com a pesca. Como grande parte deles viviam isolados, de início garantiram sua subsistência tomando emprestado técnicas e espécies cultivadas dos indígenas, como, por exemplo, a mandioca. As igrejas eram o ponto de encontro para onde iam, aos domingos, usando carroças e carros de boi. Na pesca, em Santa Catarina, ainda no século XVIII, dedicaram-se à captura da baleia, com uma embarcação chamada baleeira e que se tornou fundamental para os outros tipos de pesca realizados até hoje. Essa situação começou a se alterar na metade do século XX com a expansão urbana de Florianópolis e da orla marítima entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A partir desse momento iniciou-se uma especialização nas atividades pesqueiras, em detrimento da agricultura embora, até recentemente, na maioria das vezes, estes açorianos²⁰ exercessem conjuntamente a pesca e a lavoura. Esta última é o domínio do trabalho da mulher, principalmente, no preparo da farinha de mandioca, e a pesca é o domínio masculino.

Os pescadores de origem açoriana ficaram conhecidos como excelentes profissionais da pesca, migrando sazonalmente entre o Rio Grande do Sul e São Paulo onde eram conhecidos como pescadores andorinhas. Muitas artes de pesca novas foram introduzidas por esses pescadores nos locais para onde migravam em suas campanhas de pesca.

Desde os primeiros que vieram “em busca da terra prometida” nas palavras de Eloisa Capovilla²¹, até estes que hoje moram no território já referido, muito tempo passou. Muito já foi transformado, mas os saberes sobre os ofícios, as

²⁰ São chamados pescadores açorianos e considerados população tradicional pela literatura especializada (antropologia e ciências biológicas) por apresentarem uma série de características.

²¹ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Em busca da terra prometida. Cadernos do PPG em História da UFRGS, n. 13. 1994.

orientações de ordem valorativa, os *habitus*, muitos deles presentes na narrativa das famílias e na sua rede de relações que a familiaridade, a parentalidade e a socialidade lhe conferiram²² ainda permanecem. Desvendar os significados mais profundos das ações cotidianas rotinizadas, na busca de descobrir o verbalmente (ir) revelado, é a nossa intenção. A comunidade açoriana que pratica a pesca e vive na Lagoa do Peixe, hoje Parque Nacional vive o **conflito** posto na sociedade moderno-contemporânea: relacionar as exigências desta sociedade com o seu saber tradicional. Neste sentido, percebemos, por um lado que o tempo social comandado pelo Estado e por suas instituições modificam o espaço de acordo com seus interesses e conveniências. Por outro lado verificamos que os povos tradicionais constroem suas próprias vidas, conforme a familiaridade e/ou especificidades que mantêm com este espaço e as necessidades de suas vidas.

A açorianidade, nesta pesquisa, aparece contida nas memórias nas artes, nos fazeres cotidianos e nos ofícios, na religiosidade, na ritualização que atualiza a cultura e insere as mudanças na vida destes grupos. Digamos que o “peso” desta identidade não é o mesmo, mas o que importa é o que eles retêm deste passado, que não entendo como determinante do que eles são, mas que certamente lhes ajuda e ajudou a serem o que são. Esta para mim é a questão fundamental que buscamos nas narrativas e nos documentos que temos analisado.

A intersecção entre as tradições antropológica e histórica é a base sobre a qual está inscrita esta tese. Nas palavras de Lilian Shwarcz, “os trabalhos que fazem esta aproximação têm em comum o desafio de experimentar”²³. Autores como Braudel, Le Goff, Lèvi-Strauss, Robert Darnton, Carlo Guinzburg, Marc Bloch, Peter Burke, François Dosse, Geertz, Sahlins, entre outros estão encabeçando a

²² Quanto a esta questão uma diferenciação conceitual se faz necessária: a socialidade pode ser definida como a qualidade do que é social; já a sociabilidade pode se definida como a qualidade do que é sociável. Conforme SIMMEL, Georg. *Como as formas sociais se mantêm*. In MORAES FILHO, Evaristo. **SIMMEL, Sociologia**. São Paulo Ática,. 1983. Col. Grandes Cientistas Sociais. Também sobre esta distinção ver VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Atualização e contra a efetuação do virtual na sociabilidade amazônica. Revista Ilha, PPG Antropologia. Florianópolis:UFSC, vol.2, n. 1, dez 2000.

²³ SCHWARCZ, Lilian & GOMES, Nilma Lino (orgs) **Antropologia e História** debate em região de fronteira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

lista de historiadores e antropólogos que tem a relação antropologia/história na pauta das suas preocupações e cujos trabalhos de pesquisa refletem e necessidade de construir este campo de análise que, segundo Le Goff tem de estar para além da antropologia e da história. Contudo muito ainda há para se pensar e escrever, pois no plano da experiência com o universo pesquisado a antropologia teria o estudo das culturas como central e a história estudaria a circulação destes “traços”, a difusão. Este movimento promove não só permanências, mas mudanças e rupturas com estruturas sociais que engendram práticas sociais.

Colocando esta temática sob a luz de uma perspectiva histórica, o problema consistiria em encontrar a mediação entre a agência social, a sociedade, o homem e a história. O tal espaço de mediação é reencontrado por Bourdieu no *habitus*, pois este conforma e orienta a ação "na medida em que é produto das relações sociais e tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendram". As estruturas de um *habitus* logicamente anterior comandam, portanto, o processo de estruturação de novos *habitus* a serem produzidos por novas agências pedagógicas. A prática pode ser definida como produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*.

Pensamos que do ponto de vista dos ensinamentos da antropologia a interdisciplinaridade buscada entre a história e as ciências sociais é uma postura e um preceito epistemológico e não somente um cenário. Está contido, ao marcar e remarcar as diferenças, no pressuposto de penetrar na lógica do outro para entender e ampliar o discurso social (Geertz). Este esforço contém, no nosso ponto de vista a mudança, se pensarmos um pouco além da perspectiva estruturalista, pois as estruturas não são somente estruturadas, mas estruturantes.

Esta é a lição de Bourdieu ao propor seu conhecimento praxiológico (unindo o objetivismo e o subjetivismo). Existe no nível das estruturas a reprodução e a produção das próprias, num movimento dialético.

Para Marcel Mauss, tanto a história quanto a antropologia buscam “um alargamento do conhecimento, cuja efetivação leva à nossa própria alteração”.

Alargando esta análise nos reportamos também a uma colocação de Michel de Certeau onde nos diz que seu estudo não é para julgar o passado, mas para aprender com ele “como um grupo que supera o eclipse da sua crença” inventando a própria liberdade e se movimentando em um espaço intelectual de liberdade própria. É muito consistente e importante a perspectiva de De Certeau quando se vale do entrecruzamento de saberes como antropologia, linguística e psicanálise para esta pesquisa: através da significação dada ao presente é possível apaziguar a memória, atualizar a história....

Com esta perspectiva de trabalho, conforme nos coloca Hartog produzimos um outro tipo de documento e estabelecemos um outro modo de entendimento das representações, das interpretações. O autor em questão nos dá como tarefa de um historiador da cultura, ler os textos fundantes com o auxílio de uma hermenêutica que possibilite um movimento entre a narrativa, o narrador e o leitor; um movimento dialético entre autor e ator. O autor nos faz entender que o historiador pode se valer de um etnógrafo de seu tempo, para fazer leituras atuais sobre categorias fundamentais para estabelecimento de alteridades, reconhecimento, verdades e esquecimentos. Também nos coloca diante de uma questão bastante complexa que é o historiador como transportador do tempo, ao fazer à escrita.

Nesta pesquisa fizemos muitas “conversas”: com os registros historiográficos, com os documentos, com os pescadores, agricultores, artesãos, “homens e mulheres de fé”. Foi isso que fizemos: conversar. “Está contida nesta

palavra a intensão metodológica desta pesquisa: estabelecer um com, uma estética que explica o “estar-no-mundo” como um estar junto solidário” um com-viver. Neste movimento de idas e vindas, da “teoria à prática” foi construída a metodologia utilizada na pesquisa descrita nesta introdução.

Conversando com a Dona Glaci, depois de assistirmos uma missa e conversarmos sobre a importância da fé, depois de uma convivência mais “apurada”, ela me relata, emocionada, períodos de sua vida em que passou muitas dificuldades, casada, e “arranchada” na casa dos “padrinhos” de seu marido, fala dos maus tratos e das injustiças na forma de pagar os serviços deles e que não entendia porque tinham ido embora daquela casa. Hoje ela explica dizendo que quando estava “esperando criança” se deu conta que a fome que sentia lá não seria maior que fora de lá. Foram embora e passaram muita dificuldade da mesma forma “mas sem sustentar a soberba de ninguém”. Os conhecimentos advindos do diálogo foram se constituindo em elementos importantes para as reflexões. Nesses observamos que existem diferentes temporalidades - presente passado, passado que não aconteceu porque ainda não passou de fato, não- tempos somente acontecimentos, não “quandos” posto que só há “ondes”. Esta constatação deve-se ao fato de os acontecimentos, ao serem lembrados, passarem a ter outro sentido. O movimento das identidades toma sentido na medida em que são arranjados e desaranjados os acontecimentos do passado. Esta ligação entre memória e projeto é analisada por Gilberto Velho: o passado é assim descontínuo. A consistência e o significado desse passado articulam-se à elaboração de “projetos” que dão sentido e estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos. ”²⁴

Estudos constroem-se sobre outros estudos, não só no sentido que retomam onde os outros pararam, mas para mergulhar mais profundamente sobre as mesmas coisas. Este não é diferente. Realizamos uma etnografia dos registros

²⁴ VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In.: **Projeto e metamorfose**. Rio de Janeiro. Zahar, 1994. p 103.

feitos pelos historiadores, analisamos documentos, levamos alguns escritos ao estatuto de documentos, fizemos uma etnografia da “paisagem” utilizando fotografias e fizemos uma pesquisa participante entre alguns moradores da região compreendida pelo Parque Nacional da Lagoa do Peixe²⁵. Entre mulheres artesãs, pescadores, agricultores, comerciantes, “profissionais autônomos”, mulheres devotas. Utilizamos muitos preceitos já normatizados pela história oral para construir uma leitura dos açorianos hoje. Deparamos-nos com uma estética e uma ética que nos aproxima dos açorianos chegados ao Rio Grande do Sul colonial, vindo das “terras de além-mar” presente nas festividades, na devoção, enfim, no imaginário que aqui chamaremos de “ilhéu”. Este imaginário somado ao conflito que acompanha estas comunidades deu duração a esta “ética açoriana” presente nos açorianos de hoje.

Para realizar a pesquisa utilizamos elementos da história oral, que nos possibilitaram realizar uma aproximação com os sujeitos entrevistados no que diz respeito à sua memória e aos elementos pertinentes à pesquisa. A História Oral, que está consagrada no seio da História. Foram realizadas inúmeras visitas aos moradores das cidades de Mostardas e Tavares e através dos conhecimentos já travados fomos estabelecendo uma rede de relações que foram nos levando a conhecer mais de perto o cotidiano das comunidades envolvidas. Através de uma troca muito profícua de conhecimentos e saberes, construímos vínculos bastante fortes com a comunidade. Mesmo não fazendo mais as saídas de campo, somos lembrados e trocamos telefonemas e notícias. Sempre que algum conhecido vem a Porto Alegre, onde residimos, para fazer alguma compra ou ir ao médico, não deixa de nos procurar. Fizemos uma observação participante, por considerarmos esta um preceito metodológico fundamental para reconhecimentos de ações e manifestações. Outro recurso fartamente utilizado foi o da fotografia, que permitiu flunar nas temporalidades, além de ser um recurso de aproximação do pesquisador com o sujeito pesquisado. Algumas dessas imagens são utilizadas no texto para complementar e dizer o que as palavras não conseguiram. Cada capítulo da nossa tese se apresenta como interdisciplinar porque para cada um dos temas

²⁵ Ver mapa do Rio Grande do Sul com municípios açorianos em destaque em anexo.

apresentados foi necessário penetrar na lógica diferenciada das diferentes áreas do conhecimento. Nesta pesquisa dialogamos com a Sociologia, com a Antropologia, com as Ciências Biológicas, com a Geografia para construir um argumento histórico em relação tanto à criação de Unidades e Parques de Preservação Ambiental como para o entendimento da delicada questão de estarem estes parques, no Rio Grande do Sul, exatamente nos territórios das cidades fundadas por açorianos, aqui no Estado.

No primeiro capítulo colocamos as bases teóricas que a nosso ver conformam o projeto civilizador da Modernidade. Este é o contexto da criação dos Parques Nacionais de Preservação Ambiental. Este projeto contém uma lógica que explicita o conflito evidenciado através da historicidade do território. Este capítulo também procura analisar a lógica do projeto civilizatório construído pela modernidade. Nele todas as culturas estão em risco de desaparecimento, contudo é necessária a percepção da existência das sociedades tradicionais que além de estarem em risco também, serve de espelho ao projeto da Modernidade. Neste capítulo analisamos cada uma das dimensões das crises postas por este projeto, como elementos necessários para entender a natureza recortada e globalizada. Na seção Preservar, conservar ou entender, é explicitadas as concepções conservacionistas e preservacionistas na relação com a natureza, a construção de “meios ambientes” que abriguem as comunidades tradicionais. Neste capítulo dialogamos com Biólogos, engenheiros ambientais, analistas de impacto ambiental, historiadores e antropólogos analisando as diversas perspectivas da questão e colocando as comunidades tradicionais (índios, quilombolas, samambaieiros, pescadores, agricultores) no centro da discussão.

No capítulo dois, Trabalhamos a Natureza da Cultura e a Cultura da Natureza, trabalhando na ótica de como opera a natureza, num primeiro momento, nas diferentes narrativas, desde o funcionário do Governo de Sua Majestade, nos primórdios da colonização portuguesa no sul do Brasil. Nesta sessão iniciamos a

colocação dos imaginários construídos na relação homem/natureza, e que ao longo do tempo foram se constituindo como o “motivo edênico” no imaginário brasileiro. As narrativas são consideradas como imagens uma vez que descrevem com sofisticação de detalhes, a paisagem observada. Nesta esteira, paisagem neste capítulo é considerada como as transformações que o homem faz na natureza para a satisfação das suas necessidades. Nessa seção também construímos a poética dos mitos explorando uma manifestação gaúcha de tudo nesta terra, ser muito intenso, muito grande. Trabalhamos esta poética juntamente com a do quase nada, do sertão, dos confins, que da mesma maneira é muito intensa. As Diversas Naturezas é o nome da próxima seção que nos aproxima dos nativos da região da Lagoa do Peixe, pois situa a discussão afirmando da necessidade de relativizar processos. Os açorianos pobres que merecem atenção do estado também são os mesmos que viram predadores, e ao mesmo tempo são os representantes da herança açoriana.

No terceiro capítulo são trabalhadas as evidências da ocupação açoriana no Rio Grande do Sul, onde fazemos um percurso em grande parte da historiografia do Rio Grande do Sul, tomando-os como fontes documentais que evidenciam a ocupação destes imigrantes em solo gaúcho. Para fazer a ponte com o presente antropológico, utilizamos o documento fornecido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul ao Governador do Estado. Este documento, apesar de longo é a atualização da presença açoriana no RS. A partir daí segue a análise dos dois conceitos fundamentais que surgiram nesta memória da ocupação: território e açorianidade.

No quarto e último capítulo trabalhamos a Permanência ou a Dialética da mudança. Passado 260 anos, o que ficou de tudo isso? Por baixo da superfície agitada da mudança, existem permanências neste processo que são as responsáveis pela existência e continuidade das comunidades açorianas, em que pese todo o conflito. Conflito, neste sentido, é trabalhado no sentido Simmeliano que

o coloca como sendo inerente às relações sociais. Este estado de conflito seria um dos motivos da permanência e existência do Grupo. Está também, na imaterialidade da cultura, a permanência da estética açoriana, que não é trabalhada como identidade, pois mesmo nos rituais, culinária, celebrações e imaginário fantástico houve mudanças e a construção de uma estética brasileira de maneira geral, e gaúcha de forma mais particular. O imaginário contido na cultura dos habitantes da região do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, território que lhes conferiu descendência açoriana é muito semelhante ao da Ilha de Santa Catarina e ao das Ilhas do Arquipélago dos Açores. Eles são repertoriados na segunda seção deste quarto e último capítulo.

A conclusão retoma as principais questões do trabalho, os seus pontos e aponta para uma reflexão sobre o futuro das sociedades tradicionais em relação ao manejo destas com as exigências da sociedade moderno-contemporânea.

Capítulo 1

A natureza globalizada, a natureza recortada

1.1. A natureza globalizada

Vivemos tempos em que a “compressão do espaço” faz com que o cotidiano das sociedades se transforme. Esta noção desenvolvida pelo inglês David Harvey²⁶ é muito emblemática e instrumental para se falar hoje deste “encolhimento” do mundo contemporâneo no “rabo de foguete” dos sistemas de comunicação, informação e transporte. Estes sistemas são responsáveis por conectarem, a todos nós habitantes das sociedades urbanizadas, a uma imensa e incrível quantidade de estímulos e informações. O autor assinala que por compressão do tempo e do espaço ele entende que são

processos que revolucionam de tal forma as qualidades objetivas do espaço e do tempo que nos vemos forçados a alterar, às vezes de maneiras bastante radicais, como nos representamos o mundo. Uso a palavra “compressão porque se pode argumentar fortemente que a história do capitalismo tem sido caracterizada pela aceleração do ritmo de vida ao mesmo tempo em que por uma superação de barreiras espaciais de tal forma que o mundo às vezes parece estar implodindo sobre nós.²⁷

O autor, ao elaborar esta noção, traz à tona uma formulação central sobre a modernidade e seus reflexos sobre a política, a economia e, sobretudo no cotidiano das pessoas. Pessoas e instituições são intimadas a participar da grande velocidade de rotação e circulação de *necessidades e produtos*. Sem contar a volatilidade do capital que transforma as ideologias de administração das relações de trabalho. Todos estes fatores juntos contribuem fortemente para a “aniquilação do

²⁶ HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

²⁷ Op. Cit. Pág 240

espaço” global através do tempo. O tempo é questão cara aos estudos históricos.

O tamanho do mundo é o mesmo, mas o aniquilamento do espaço através do tempo faz com que ele “pareça”, ou seja, “percebido” como estando cada vez menor, sobretudo pela ação dos meios de comunicação. A compressão do tempo-espaço é um processo que vem se desenrolando “já há algum tempo”.

Ribeiro²⁸ salienta que “desde o século XIX, a certeza do espaço e do lugar absoluto deu lugar às inseguranças de um espaço relativo em mudança, no qual os acontecimentos em um lugar podem ter efeitos e ramificações em muitos outros lugares.”.

Quem são as pessoas que realmente participam deste processo, no sentido de impulsionarem-no? Certamente são em número infinitamente menor diante de todos aqueles que sofrem²⁹ os efeitos deste movimento de encolhimento promovido pela modernidade.

A explosão da modernidade se tornou completa precisamente quando o universo da racionalidade instrumental se separa completamente daquele dos atores sociais e culturais, porém é necessário dar um sentido preciso e coerente a uma noção que geralmente é usada sem muita exatidão. Principalmente quando falamos de América Latina, da sua configuração étnica de um lado, dos projetos de unificação e “modernização” de outro, da *tradição de conhecimento* (como falam alguns antropólogos para referir aos povos tradicionais).

²⁸ RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e Política no mundo contemporâneo*. Brasília: Ed. UnB. 2000.

²⁹ Usamos o verbo sofrer por ele ser capaz de conter toda a complexidade do sentimento. O paradoxo deste tempo em que o desenvolvimento tecnológico traz maravilhas mas com o custo de uma assepsia de valores culturais. Quanto a esta questões ver TOURAINE, Alan. *Crítica à modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

Alguns autores referem-se àquela modernidade associada ao reino da razão, da fé no progresso e na emancipação da humanidade da ignorância e da opressão. A sua proposta de análise é percebida quando colocam que a principal fraqueza dessa ideologia da modernidade é a contrapartida direta de sua força. A idéia que está subjacente é que não podemos mais pensar a modernidade como a que sempre se definiu a si próprio, por seu conflito com aquilo que considera como irracionalidade.³⁰

O que no início foi um projeto que se constituiu num movimento de libertação, aos poucos vai se decompondo, pois se esgota como movimento, promove a perda de sentido de uma cultura que se sentia enclausurada na técnica e na ação instrumental. O que está em xeque não são as carências da modernidade, mas seus próprios objetivos positivos. Hoje não é mais possível retomar a idéia de um mundo inteiramente comandado pelas leis da razão que a ciência desvela. Isso desencanta o mundo e elimina a magia, mas também destrói as cosmologias racionalistas e põe fim efetivamente ao reinado da "razão objetiva". Na expressão de Weber a modernidade rompe a aliança e a unidade entre o céu e a terra.

O desafio posto para esta pesquisa é compreender a modernidade na complexidade da realidade da América Latina, e sua diversidade étnica portadoras de tradições de conhecimento com um patrimônio cultural de uma riqueza incomensurável.

Podemos apontar que o grau de modernidade pode ser definido pela

³⁰ O tema da globalização vem mobilizando cientistas sociais que a analisam para compreender os processos complexos e muitas vezes paradoxais que da globalização advêm. É impossível observarmos qualquer sociedade hoje, sem o advento das mídias (televisão, rádio são as mais penetrantes). Dentre estes autores estão **ORTIZ**, Renato. A Mundialização da Cultura

capacidade de um grupo ou indivíduo de combinar racionalidade instrumental com especificidade cultural, isto é, realizar a combinação entre eficiência econômica e direitos humanos, entre valores universalistas e experiências específicas e tradições culturais.

Para muitos autores parece apropriado abandonar a idéia de modernidade. Hipermmodernidade e vanguarda acelerada logo se transformam em pós modernidade. Cumpre ressaltar que esta noção não pretende definir uma nova era, é apenas o reconhecimento da decomposição da modernidade.

Talvez não possamos mais ocupar nossas interpretações no fato de que o projeto de modernidade, como projeto civilizatório, opera ainda na idéia que a abundância, democracia e felicidade pessoal progridem juntas. Ao contrário, a modernidade é cada vez mais identificada com forças de mercados impessoais ou com poder militar, enquanto a subjetividade parece ligar-se à defesa anti-modernista de uma identidade individual ou coletiva ameaçada.

Hoje as categorias que estiveram submetidas à elite esclarecida, isto é, trabalhadores e colonizados, mulheres e crianças se revoltam e se recusam a chamar de moderno um modo que não reconhece simultaneamente sua experiência particular e seu acesso ao universal. Entre mercado e cultura, entre impessoalidades e novas regras religiosas há espaço para atores sociais, para uma integração da nacionalidade, para objetivos e convicções sociais.

Essa decomposição do conceito básico de modernidade nos deixa numa situação perigosa, temos que escolher entre soluções igualmente insatisfatórias - uma visão objetiva da modernidade é facilmente reduzida ao crescimento das organizações e exaltação do poder e da abundância e outra, subjetiva, que é facilmente transformada em conformidade a normas comunitárias e em repressão de

demandas individuais. Enfim, o pós-modernismo é uma definição negativa de uma cultura incapaz de defender-se contra as forças e que exprime a crise dos próprios intelectuais mais do que novas orientações de valor. Talvez uma conclusão possível seja que parece aconselhável abandonar completamente a idéia de modernidade, reexaminá-la e, sobretudo criticar a identificação exclusiva de modernidade com racionalidade, pois, modernidade não é a passagem da religião à razão mas a ruptura de cosmologias que identificam leis naturais com as intenções de Deus e fundem a filosofia grega com revelações hebraicas ou cristãs. O começo da modernidade significa separação, desvinculação entre natureza e subjetividade, eliminação do finalismo.

Ao invés de identificar a modernização com racionalidade, deveríamos considerar como mais modernos os sistemas sociais que reconhecem melhor as relações complementares e conflitantes entre racionalização e subjetivação. No final do século XIX chamávamos corretamente de "progressistas" os primeiros passos rumo à democracia industrial e ao Estado de Bem-Estar Social. Por que não deveríamos defender semelhantes concepções hoje e considerar como modernas todas as formas de combinação entre eficiência econômica e direitos humanos, entre valores universalistas e experiências e tradições culturais, a fim de evitar a perigosa ruptura entre elites hegemônicas, políticas econômicas e grupos dominados em busca de identidade?

Gostaríamos de ressaltar que a Modernidade se constitui como um campo de historicidade, ou seja, um conjunto de orientações sociais e culturais que definem um modelo cultural, um modelo de conhecimento e um modo de acumulação específicos. Sua concretização em formações sociais concretas, no entanto, varia, podendo ser encontradas referências a três formas nos trabalhos do autor: a sociedade clássica ou mercantil, a sociedade industrial e a sociedade pós-industrial ou programada; se constitui também pela união tensa e instável entre Sujeito (liberdade/comunidade/identidade) e Razão (justiça/

universalidade/estratégia). Historicamente, o processo de subjetivação é observado nas Reformas Religiosas protestantes, enquanto a racionalização ganha destaque no Renascimento e no Iluminismo.

Progressivamente, o Sujeito foi sendo reduzido/subordinado à Razão (como, por exemplo, na idéia de socialização como submissão dos indivíduos ao governo da razão, ou na redução historicista do sujeito como realizador da lógica da história), configurando a representação da Modernidade como racionalização. Mas, sem o contraponto do Sujeito, a Razão se constitui em racionalidade instrumental e a modernidade, em modernização econômica. Por outro lado, o sujeito passa a ser avaliado de acordo com sua funcionalidade para o progresso, o Estado, a sociedade, a economia e/ou a ordem (dependendo como é concebida a "encarnação" da Razão).

A cisão entre os pólos constituintes da modernidade leva à divisão entre o Sujeito sem Razão (neo-comunitarismo, narcisismo) e a Razão sem Sujeito (a lógica do mercado, o poder absoluto dos aparelhos). Assim, frente ao domínio da racionalidade opressora/dominadora, o sujeito sobrevive e emerge defensivamente na preservação/constituição de identidades sempre ameaçadas pelos poderes do mercado ou do totalitarismo. Produz-se, dessa forma, a fragmentação da modernidade entre a racionalidade estratégica das empresas, os nacionalismos, os neo-comunitarismos, os fundamentalismos culturais, o individualismo hedonista.

A pretensa racionalidade universal e positiva passa a ser percebida como dominação e seus resultados como destruição e não mais progresso. Um dos pólos dessa visão se encontra no pensamento crítico, que questiona a racionalidade instrumental como geradora de dominação e empobrecimento cultural. Disto deriva uma poderosa corrente anti-modernista que, na ausência de uma noção de sujeito, tende a se tomar irracionalismo cético e/ou elitista.

O sociólogo Alain Touraine, no seu *Retorno do ator* nos aponta que o sujeito significa a vontade de um indivíduo agir e ser reconhecido como ator, ou seja, em lutar pela participação na produção da sociedade e não apenas no seu consumo. Assim, o indivíduo não é em si Sujeito; ele se estrutura na tensão entre o Si-mesmo - a projeção no indivíduo das normas, papéis e regras do sistema - e o Eu - o sujeito no indivíduo que resiste à lógica do sistema.³¹

Mas o sujeito não faz parte da "natureza" do indivíduo; ele é uma construção do e no indivíduo. Para a compreensão dessa construção é necessário romper com as perspectivas teóricas que admitem a possibilidade de uma correspondência total entre indivíduo e organização social, comportamentos e papéis, ator e história; perspectivas estas que não percebiam que essa aparente correspondência era fruto da submissão do sujeito à ordem dos aparelhos econômicos e políticos.

Esse processo de construção do sujeito, a "subjetivação", é o oposto da "socialização"; é uma luta, nunca completamente eficaz e acabada, contra os papéis e as normas que a sociedade impõe, a luta pela afirmação do Eu contra o Si-mesmo. Como fundamento da subjetivação se encontra a capacidade de reflexividade dos indivíduos. Aparece como capacidade limitada de se distanciar com relação aos seus próprios papéis sociais, a não-pertença e a necessidade de contestar que fazem cada um de nós viver como sujeito. No caso das sociedades liberais, complexas, a presença de uma multiplicidade de papéis diferenciados e divergentes contribui para a reflexividade do indivíduo e, assim, facilita a emergência do Sujeito.

³¹ Cf. **TOURAINÉ**, Alan. *O Retorno do ator: ensaio sobre sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

Essa construção do sujeito no indivíduo se afasta radicalmente da introspecção e do autoconhecimento. É sempre um processo relacional e coletivo. Se for preciso associar tão fortemente a emergência do sujeito no indivíduo à sua relação ao outro, é porque a consciência de si não permite o aparecimento do sujeito; ao contrário, ela o esconde. A busca do mais individual, do mais íntimo só faz com que se descubra o mais impessoal. É somente quando o indivíduo sai de si mesmo e fala ao outro, não nos seus papéis, nas suas posições sociais, mas como sujeito, que ele é projetado fora do seu próprio Si-mesmo, de suas determinações sociais, e se torna liberdade.

Através do caráter não-individualista, mas coletivo, da construção do Sujeito, é possível articular esta construção com o tema dos Movimentos Sociais. Estes são entendidos como lutas entre dominantes e dominados pelo controle e realização social das orientações culturais. No caso das sociedades modernas estas orientações são a subjetivação e a racionalização: uma sociedade moderna funciona em torno da luta dos dirigentes e dos dirigidos para a execução social de racionalização e de subjetivação. Nestas sociedades pode se observar uma tendência ao predomínio do tema da racionalização entre as classes dirigentes e da subjetivação entre as classes dirigidas, mas só há uma verdadeira produção de movimentos sociais quando se produz a articulação entre racionalização e subjetivação (caso contrário, geram-se antimovimentos sociais). O sujeito, o ator, enquanto luta pela participação na produção da sociedade, só ganha existência efetiva como movimento social, como contestação coletiva da lógica de ordem, que busca submeter os indivíduos aos papéis e normas sociais que institui. Se o sujeito é sempre pessoal, os obstáculos à sua existência são quase sempre sociais. O que implica que a luta para ser sujeito sempre se desdobre numa dimensão coletiva. Neste sentido se estabelece uma interdependência entre construção do sujeito e movimento social. Sem essa passagem para o movimento social, o sujeito corre o risco de dissolver-se na individualidade; sem esse recurso a um princípio não social de ação na vida social, a idéia de movimento social cai na tentação alienante de se conformar com o sentido da história. Não existe sujeito sem engajamento *social* -

não existe movimento social sem apelo direto à liberdade e à responsabilidade do sujeito.

A discussão sobre democracia e direitos ganha espaço quando se passa da luta pelo poder à luta de defesa contra o poder. Na tensão entre universalidade e diferença envolvida nessa discussão, se encontra a busca não da mera integração à ordem, mas a busca da participação na definição da ordem e a negação de diluir-se nela.

A democracia está estritamente associada com a construção de sujeitos, sendo definida como o regime político que permite aos atores sociais formar-se e agir diferentemente. Para isso, devem ser respeitadas três condições básicas de democracia a existência de um princípio não político, ou seja, direitos fundamentais que devem limitar o poder e serem por este respeitados; a consciência de cidadania, de integrar uma coletividade que tem o direito como fundamento; a representatividade, tanto no sentido da presença de interesses sociais politicamente representáveis, quanto na existência de partidos políticos representativos dos diferentes interesses sociais.

Essas condições definem, por sua vez, as dimensões que configuram o debate democrático: o consenso, que é a referência às orientações culturais comuns, o conflito, que opõe os adversários, o compromisso, que combina esse conflito com o respeito de um quadro social - em particular jurídico - que o limita.

O projeto civilizatório da modernidade coloca para todas as sociedades uma crise ecológica. E este é um dos paradoxos mais evidentes nos últimos anos, pois a discussão é planetária. Esta crise consiste no fato que há uma severa diminuição das reservas energéticas não-renováveis, no acúmulo de gases que

esquentam o planeta e no declínio contínuo da diversidade biológica. Esta degradação ambiental vem acompanhada pela crescente desigualdade social e pelo desenfreado aumento do consumo³².

A crise ecológica denota e aponta para uma crise maior. Trata-se da crise da reprodução da Humanidade e da Terra, que, por sua vez, está relacionada com a reprodução do capitalismo ³³, na medida em que esta última interfere, profundamente, de múltiplas maneiras e contraditoriamente, com as reproduções da Humanidade e da Terra.

Para Neutzling há três reproduções maiores que devem ser tomadas em consideração: da Terra, da Humanidade e do capitalismo. Cada uma opera através de um conjunto complexo e diversificado de reproduções. O autor aponta para existência de três grandes conflitos postos pela crise ecológica:

O primeiro é o conflito entre a *reprodução da Humanidade e da Terra*: o planeta suporta cada vez menos o crescimento das sociedades baseado no consumo.

O segundo conflito se dá entre a *reprodução do capitalismo e da Humanidade*. Há uma tríplice dinâmica que é constitutiva da reprodução capitalista. *A dinâmica da acumulação*. Fernand Braudel mostrou de maneira exaustiva que se trata de uma estratégia de acumulação e não somente uma acumulação mecânica e está tão dentro do sistema quanto a “pulsão da vida num organismo vivo.”.

³² Para esta parte cf. **NEUTZLING**, Inácio. Por uma sociedade e um planeta sustentáveis. A possível contribuição do humanismo social cristão na construção de um novo paradigma civilizacional. In: **OSOWSKI**, Cecília (org.). *Teologia e humanismo social cristão: traçando rotas*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000, p.181-220.

³³ Aqui seguimos o livro **BEAUD**, Michel. *Le Basculement du Monde. De la Terre, des hommes et du capitalisme*. Paris: Éd. La Découverte, 1998.

A segunda dinâmica consiste *na inovação*. Schumpeter ³⁴ mostrou que a inovação é a fonte de uma ruptura histórica maior. O desenvolvimento do capitalismo é sempre acompanhado pela destruição de formas de produção e do modo de vida anteriores. O capitalismo é dinâmico, inovação, crescimento, mudança radical de modos de produção e de vida, prosperidade e crises. Esta força inovadora manifesta toda a sua imponência, no final do século XX, na revolução tecnológica. A inovação parece não ter fim. A sua força é acumulativa e encurta cada vez mais o ciclo de vida dos produtos que se elaboram em ritmo quase frenético.

A terceira consiste na mercantilização de tudo e todas as coisas. Uma questão muito polêmica. Tudo seria transformado em valor de troca. Mas isto é uma “ficção”, uma “grosseira ficção” reverbera Polanyi. Esta é a grande transformação ético-cultural operada pelo capitalismo.

Estamos diante de uma lógica social complexa que, levada por uma multidão de atores, se traduz em dinâmicas, engrenagens, espirais, bloqueios e crises. Uma lógica social que engendra uma totalidade, totalidade social que é ao mesmo tempo territorializada e mundial³⁵.

Mas “nenhuma sociedade poderá suportar, a não ser por um período muito breve, os efeitos de um tal sistema fundado sobre ficções tão grosseiras, se sua substância humana e natural, como sua organização comercial, não forem protegidas contra esta fábrica do diabo” – constatava K. Polanyi intuindo a crise da reprodução do capitalismo e da humanidade³⁶.

³⁴ **SCHUMPETER**, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

³⁵ Cf. **BRAUDEL**, Fernand. *Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme. XV-XVIII siècle*. Vol. 3: Les Temps du Monde, A. Colin, 1979, p. 540; Cf. **BEAUD**, Michel. Op. cit. p. 80.

³⁶ **POLANYI**, Karl. *A grande transformação. As Origens da Nossa Época*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora

O terceiro conflito se dá entre a reprodução do capitalismo (e da parte da humanidade ligada a suas atividades e a seus produtos) e a reprodução da Terra.

Todas as sociedades dependem de fatores econômicos. Mas somente a civilização do século XIX foi econômica no sentido diferente e distinto, pois ela optou por se fundar sobre o ganho, o lucro, cuja validade foi raramente reconhecida na história das sociedades humanas, e nunca, antes, foi levada a ser critério de justificação da ação e o comportamento na vida cotidiana. O sistema do mercado autorregulador deriva unicamente deste princípio. O mecanismo que o motor do lucro põe em movimento somente pode ser comparado, nos seus efeitos, a mais violenta das explosões de fervor religioso que conhecemos na história. No espaço de uma geração, todo o mundo habitado foi submetido à sua influência corrosiva” – constata com pertinência Karl Polanyi³⁷

Esta “grande transformação” tem sido a origem de inumeráveis e importantes degradações ambientais no curso dos dois séculos de industrialização do Ocidente. Essa discussão hoje é capaz de galvanizar as diferentes concepções de sociedade e de organização societal contidas em diferentes ideologias e utopias. Ribeiro³⁸ conduz esta discussão situando que o ambientalismo e pós-modernismo ganham muito sentido quando as “bases marxistas da discussão posta acima não consegue mais assujeitar os movimentos sociais e da “diminuição efetiva da eficácia simbólica e concreta do marxismo e do *socialismo real* como alternativas clássicas de sistemas capitalistas de vida”“.

Pensar esta questão é desafiador porque coloca o paradoxo e o conflito de reconhecer ao mesmo tempo em que o acelerado processo de globalização

Campus, 2000. p. 98.

³⁷ POLANYI, Karl. Op. cit. p. 134.

³⁸ RIBEIRO, Gustavo Lins. Op cit.

contido no projeto civilizatório da modernidade contemporânea se desenvolve e conquista cada vez mais espaço e adesão, ele acrescenta uma maior complexificação na percepção das sociedades sobre si mesmas, expondo uma realidade que se apresenta constituída pelas conexões de tudo com todos. Do ponto de vista epistemológico é necessário reconhecer que os destinos de todos, no planeta, são percebidos como irremediavelmente inter-relacionados, introduzindo a perspectiva de *agir localmente e pensar globalmente*. O mundo se torna mais complexo e mais simples, micro e macro, épico e dramático.

A criação de Parques Nacionais (PARNA's) obedece à lógica da modernidade, ou super-modernidade, nas palavras de Marc Augé. O território concebido por esta lógica descrita pelo projeto civilizatório da modernidade transformou os espaços e a lógica de entendimento deste, em não-lugares. São recortes da natureza, que não pertencem, ao território nacional e sim ao planeta.³⁹

Neste sentido a noção de transnacionalização é fundamental nesta pesquisa que tem num território localizado geograficamente no Rio Grande do Sul seu foco. Essa região integra realidades sócio-políticas que envolvem não só a sociedade local, portanto de âmbito regional, mas nacional e internacional, uma vez que a crise é planetária e o discurso do ambientalismo é elevado a um estatuto de questão global. Temos presente no território correspondente ao Parque Nacional da Lagoa do Peixe (PNLP) todos os níveis de interação societal. Isso configura um “jogo de escala” bastante complexo. Que se complexifica ainda mais quando somamos a essas questões a historicidade e a ancestralidade que marca sua ocupação, configurando uma tragédia particular, dentro do drama universal: o território está ocupado efetivamente, mesmo que os PARNA's não concebam população humana no seu interior.

³⁹ AUGÉ, Marc. Não-lugares. Ensaios de Antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1992.

O discurso do ambientalismo é a recuperação da natureza através de uma dialética destruição/construção. É também uma tentativa de colocar a temática do desenvolvimento sob outras bases. Um desenvolvimento que seria sustentado, que estaria ancorado em bases éticas. Entra em cena o debate sobre como preservar, o que preservar, de quem preservar ou então, como conservar. Nesta perspectiva a transformação em pedaços da natureza em santuários intocados, selvagem, numa reação “radical” à destruição eminente é quase como um ato religioso. Estes pedaços, não são só belos como são moralmente benéficos.⁴⁰

1.2. A natureza recortada: a formação dos Parques Nacionais de Preservação Ambiental

Segundo o antropólogo Diegues⁴¹ o primeiro parque nacional moderno, em Yellowstone, em 1872, foi criado para que o homem pudesse reverenciar a natureza e ao mesmo tempo protegê-la das ações deste mesmo homem. Seria a promoção de um afastamento para que a natureza pudesse ser vista e admirada. Seria a construção de *ilhas*, onde a natureza intocada seria preservada e permaneceria assim para que o homem, ao visitar pudesse “refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e no trabalho alienante”.

A base ideológica deste modelo de criação de parque formou-se no século XVIII, no contexto do surgimento da Revolução Industrial na Inglaterra, em um momento em que a degradação do ambiente urbano, e a conseqüente queda da qualidade de vida da população urbana, contribuíram decisivamente para

⁴⁰ O Turismo, hoje em dia concebido como uma área de conhecimento pelas suas especificidades de ser o grande mediador entre este expediente da super-modernidade e a sociedade. Estes “santuários” são lugares privilegiados para a transformação daqueles que para lá se dirigem; são lugares de formação de subjetividades e

⁴¹ **DIEGUES**, Antonio Carlos S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: **SERRANO**, Célia & **BRHUNS**, Heloisa (orgs.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e meio ambiente*. São Paulo: Papirus, 1997. p. 47.

“mudanças de valores em relação à natureza”.⁴²

Em contraposição à concepção vigente de natureza como algo que deveria ser “domado” pela cultura, nasce uma visão que valoriza o “selvagem e o rústico como reservas de integridade biológica, estética e moral”. Conforme Diegues⁴³, surge um certo sentimento anti-social, em que o reverenciar a natureza em lugares afastados das cidades é valorizado. Neste período se inventa a paisagem como forma predominante de representação da natureza.

No Brasil o primeiro PARNA criado é o de Itatiaia, em 1937 e teve como objetivo o incentivo à pesquisa científica e o lazer das populações urbanas. Andréa de Souza Lobo⁴⁴, baseada em Barreto Filho⁴⁵ repertoria esta história enfatizando as mudanças de ênfase na conceituação das unidades de conservação:

em 1965 passou da proteção de ecossistemas de grande valor estético e/ou cultural (os monumentos públicos naturais) para a proteção de ecossistemas de espécies ameaçadas; em 1970 passam a ser considerado ecossistemas representativos da biodiversidade, nos anos 80 a ênfase é dada na conservação da biodiversidade com vistas ao uso de potencial pela biotecnologia e para a manutenção das funções ecológicas essenciais ao equilíbrio do planeta; já nos anos 90 a preocupação predominante seria a conservação da biodiversidade no contexto dos diferentes sistemas econômicos de produção sustentável.

⁴² Conforme ADOMILI, G.K.. Interações E Representações Em Relação A Apropriação Social Dos Recursos Naturais: O Caso Do Parque Nacional Da Lagoa Do Peixe – Rs. Site. ibcperu.org/doc/Isis

⁴³ **DIEGUES**, Antonio Carlos Op. Cit.

⁴⁴ **LOBO**, Andrea de Souza. Unidades de Conservação e Educação Ambiental. In: TEIXEIRA, Carla Costa (org.). *Em busca da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schutz e a antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 39. A criação de todos os parques até 1965 foi efetivada num período em que não havia uma legislação específica para as unidades de conservação. Ainda vigia o Código Florestal, de 1934. O Código introduziu na legislação brasileira a noção de área reservada. No mesmo período foram regulamentadas as expedições científicas e os códigos das Águas, Minas e de Caça.

⁴⁵ **BARRETO FILHO**, Henyo. *Anotações para uma história social do Parque Nacional do Jaú*. Mimeo. 1997.

A autora citada coloca também que no Brasil, paralelamente à criação das unidades de conservação, também foi planejado e desenvolvido o conceito de educação ambiental como resolução do paradoxo posto pela concepção de criação dos parques (isolar a natureza do homem para mantê-la em estágio “primitivo”). Essa discussão operava sob influências internacionais que recomendava que fossem recuperados os aspectos políticos e culturais reorientando a integração das disciplinas, nesta nova ordem mundial.⁴⁶

Os projetos de consolidação deste modelo começaram a ser implantados no Brasil no final da década de 1930, numa reação ao “sopro de destruição”, como intitula José Augusto Pádua⁴⁷ seu estudo sobre o pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Com uma potencialidade estética natural, no Brasil, as políticas direcionadas em proteger áreas naturais seguem a lógica global de valorizar a plasticidade em termos de riquezas paisagísticas⁴⁸, associadas à idéia de contemplação e lazer voltadas ao consumo moderno. Esta questão é analisada por Silveira⁴⁹ através da noção de “patrimônio natural”, ou seja, em relação ao que se considera como recursos naturais, sob o qual é exercida a soberania nacional, para salvaguarda e manutenção das “características naturais”. Sob este prisma está afastada a possibilidade de estabelecimento humano no local. Esta presença supõe um manejo que implica em mudanças de características consideradas originais.

Observam-se duas dimensões. Uma relativa ao valor estético dado a uma natureza vinculada à identidade - nação, destacando-se o “motivo edênico” que

⁴⁶ **SIMMEL** aborda a questão da carga trágica da cultura.

⁴⁷ Cf. **PÁDUA**, José Augusto. *Um sopro de destruição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

⁴⁸ **DIEGUES**, Antonio Carlos. Op cit.

⁴⁹ Cf. **SILVEIRA**, Flávio L. Abreu da. *Para além das fronteiras: conservacionismo e ecologização do mundo, o Parque Nacional da Lagoa do Peixe como uma questão transnacional*. Porto Alegre: Instituto Antropos, 2002.

povoa o imaginário social brasileiro de que nos fala José Murilo de Carvalho ⁵⁰; e outra, que se constitui de acordo com uma ótica capitalista de utilização dos recursos naturais, baseada nos interesses de soberania nacional.

⁵⁰ **CARVALHO.** José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. In: Revista Brasileira Ciências Sociais. Vol. 13, n. 38. São Paulo. Outubro. 1998. p. 1-3.

1.2.1. O Parque Nacional da Lagoa do Peixe

O Parque Nacional da Lagoa do Peixe está localizado na península situada entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, aproximadamente nas coordenadas 31°26'S, 51°10'W, 31°14'S, 50°54'W, na região que abrange os municípios de Tavares, Mostardas e uma pequena parcela de São José do Norte. Com aproximadamente 34.400 ha, este território tornou-se Parque Nacional em 1986, constituindo-se em uma área essencial para preservação ecológica, sendo que há uma ênfase especial na proteção das aves migratórias. Boa parte dessas aves vem do hemisfério sul e do hemisfério norte, movimentando-se entre a região do Ártico e a Patagônia, sendo que, em meio a estas movimentações, encontram local de descanso e alimentação na área do Parque. Os ecossistemas que compõem a península em que se situa o Parque apresentam importância ao nível mundial, em decorrência de suas particularidades, sendo o território do Parque incluído na Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas e tombado pela UNESCO como parte da Reserva da Biosfera. Pesquisadores de todo o mundo têm se interessado no estudo e proteção dessas comunidades de aves. Juntamente com as aves, há uma fauna diversificada, como peixes, crustáceos e mamíferos.

O território do Parque é formado pela Lagoa do Peixe e banhados. A lagoa é ligada ao oceano por uma barra, que costuma ser aberta por meio de uma escavadeira da prefeitura de Tavares, mas pode se abrir, ou fechar, de acordo com os ventos e as marés, mantendo uma troca permanente entre lagoa e oceano Atlântico. Quando a barra é aberta, as larvas do camarão-rosa entram do mar para a lagoa, onde se alimentam e crescem, constituindo-se em fonte de sustento dos pescadores locais. Esse processo se dá, com relativa regularidade, durante os meses de janeiro a maio. No inverno ocorre o período de cheia e a água do mar adentra o continente. Terminado o período chuvoso, inicia-se um período lento e progressivo de secagem da lagoa, sendo que durante os períodos de estiagem esta pode secar completamente, dependendo das condições do vento e das chuvas.

As condições ecológicas e culturais da região podem ser analisadas segundo os pescadores que habitam o Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Eles se encontram ao longo da costa oceânica do Parque, concentrando-se, em quase sua totalidade, em duas comunidades pesqueiras: uma, constituída pela vila da Barra, e a outra pelas praias do Talha-mar, Lagamarzinho e Farol. Ambas as comunidades são formadas por pescadores artesanais que ali residem, permanentemente ou durante determinados períodos. Por estarem dentro da área de preservação, a Barra, o Talha-mar e o Lagamarzinho dispõem de uma infraestrutura precária. Não há luz elétrica, e os limites marinhos do Parque se iniciam próximo ao Farol de Mostardas, estendendo-se por 35 km ao sul e 1 km mar adentro.

Oficialmente, como sabemos, neste território não é permitida ocupação humana permanente. Assim, as comunidades “clandestinas” ou “não oficiais” do Lagamarzinho e Talha-mar resolvem os problemas da luz por exemplo, com a utilização de lampiões a gás. As moradias consistem em casas de madeira e a água utilizada é extraída de poços superficiais, cavados pelos próprios pescadores, provavelmente contaminados, pois se encontram muito próximos às latrinas.

Já a praia do Farol, por localizar-se nos limites externos do Parque (portanto, fora da área de preservação), dispõe de energia elétrica e uma população maior de pescadores. Estes grupos vivem da pesca do camarão e de peixes, como a tainha e o papa-terra. Trata-se de uma pesca baseada em um saber tradicional que envolve desde a confecção e o reparo de redes, até as técnicas específicas de pesca, baseadas em um determinado conhecimento das condições da natureza, como o mar e os ventos. A atividade pesqueira divide-se em dois ciclos ecológico-econômicos, o “verão” e o “inverno”.

No ciclo do inverno, que ocorre aproximadamente de maio a dezembro, a

atividade principal é a pesca na beira da costa de algumas espécies de peixes e do camarão sete-barbas. O ciclo do verão ocorre aproximadamente de janeiro a maio, quando se pesca o camarão-rosa na Lagoa do Peixe.



Foto 1: andorinhas do mar e casas na região do PNLP.



Foto 2: a faixa de terra entre a Lagoa do Peixe e o Oceano Atlântico.

1.2.2. A natureza: preservar, conservar, conviver e entender...

Aprendemos a amar a Natureza antes mesmo de conhecê-la.
Gaston Bachelard

Nesta seção discutiremos a questão da natureza, inscrita dentro da cultura ocidental e que, conforme mencionamos na seção anterior, está envolvida num modelo civilizatório. Mesmo observando o projeto hegemônico tecido por tal modelo, existem grupos sociais que não participam diretamente deste por estarem numa situação cultural diferenciada. Perceber estas diferentes situações culturais, e estágios sociais presentes na nossa sociedade, é condição *sine qua non* para estabelecimento de um modo de conhecimento da sociedade (brasileira em particular e ocidental em geral) e alargar o nosso discurso científico sobre elas.

Em se tratando da produção de semânticos culturais no Brasil, é o Estado o principal protagonista. São inúmeras as inscrições, são inúmeras as leituras, contudo é possível reconhecer que os modelos explicativos colocados pelo Estado e suas políticas são fundamentais e dominantes nas ações da sociedade.

O debate sobre o que preservar e como preservar na natureza é travado de forma contundente em todo o planeta. Aqui no Brasil e na América Latina esta questão é muito acirrada, pois o Continente é um dos locais de grande diversidade biológica. Os conflitos são instaurados exatamente na proporção desta “fatura”.

Gilmar Arruda aponta que desde a chamada segunda revolução industrial, no final do século XIX, também conhecida como revolução tecnocientífica, temos uma outra dinâmica na criação de novos produtos, na qual novas formas de obtenção de energia e outros processos industriais são incorporados ao movimento de obtenção de matérias-primas. Este processo é irrefreável e cria necessidades de consumo cada vez mais sofisticadas, assim como especializações nos mercados,

como já apontamos anteriormente. Nesta desabalada carreira, com grandes impactos ambientais, a natureza globalizada é, ao mesmo tempo, romantizada e revalorizada.

Uma luta é travada em torno do que fazer. Preservar ou conservar? Este binômio encerra inúmeras questões, inclusive as que se referem ao patrimônio material e imaterial das comunidades que vivem nas ou no entorno das áreas protegidas.

A cultura na qual se está referenciando, ensinou a nos relacionarmos com a natureza relacionando com os aspectos cênicos e com a beleza das paisagens. As interpretações do Brasil seja através da literatura, da história ou das ciências sociais povoam o imaginário do brasileiro. No passar do tempo essas foram adquirindo uma relação íntima com a construção da identidade nacional. Proteger esta natureza torna-se, então, uma ação governamental, implicando uma questão de soberania nacional, com o Estado se encarregando de proteger os recursos naturais. Para além da natureza biológica, os diversos grupos sociais ou comunidades ligadas às áreas protegidas também têm de ser monitorados. Nesta perspectiva de modernização e desenvolvimento econômico, os grupamentos humanos são vinculados à degradação ambiental. Trata-se de uma preocupação em nível mundial, inserindo-se em uma política relacionada à globalização, ou seja, uma política internacional sobre o meio, misturando um caráter instrumental de manutenção de ecossistemas considerados ameaçados, com uma visão romantizada acerca da natureza. Não se trata de voltar ao passado ou recuperar valores do passado, mas de uma lógica moderna de espacializar o mundo para construir nichos de “permanência”, literalmente, para manutenção do ecossistema. Conforme aponta a etnografia de Adomilli.⁵¹

⁵¹ ADOMILLI. Trabalho e Conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe –RS.

A manutenção da diversidade biológica tornou-se, nos anos recentes, um dos objetivos mais importantes da conservação. A biodiversidade é definida pela **Convenção sobre a Diversidade Biológica** (em anexo) como a variabilidade entre os seres vivos de todas as origens. Inter-alia a terrestre, a marinha e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte: isso inclui a diversidade no interior das espécies, entre as espécies e entre espécies e ecossistemas (Artigo dois).

A Convenção chama de “recursos biológicos” os recursos genéticos, organismos ou parte deles, populações ou qualquer outro componente biótico dos ecossistemas que apresentam uso presente ou potencial ou, ainda, algum valor para a humanidade (Artigo dois). O respeito e a manutenção dos conhecimentos e práticas tradicionais são um dos objetivos da Convenção que, em seus preâmbulos e no Artigo oito, recomenda que os benefícios derivados do uso desse conhecimento sejam também distribuídos entre as comunidades que o detêm.

Em conformidade com as legislações nacionais, (a Convenção deve) respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas de comunidades indígenas e locais que apresentam estilos de vida relevantes para a conservação e o uso sustentado da diversidade biológica e promover sua aplicação ampla com a aprovação e o envolvimento dos possuidores de tais conhecimentos, inovações e práticas e encorajar a distribuição dos benefícios derivados de tais conhecimentos, inovações e práticas. (Artigo oito j).

Além disso, no Artigo 10c a Convenção determina que cada parte contratante “*proteja e encoraje o uso tradicional dos recursos biológicos de acordo com as práticas culturais compatíveis com a conservação ou os requisitos do uso sustentável.*” E também “*apóie as populações locais para desenvolver e implementar ações de recuperação em áreas degradadas onde a diversidade biológica tenha sido reduzida.*” (Artigo 10 d).

Em seu artigo 17, a Convenção também recomenda às partes contratantes que encorajem o intercâmbio de informação sobre o conhecimento das comunidades tradicionais e, no artigo 18, determina o desenvolvimento de métodos de cooperação para o desenvolvimento de tecnologias, incluindo as tecnologias tradicionais e indígenas. Nesse sentido é fundamental realizar o inventário dos conhecimentos, usos e práticas das sociedades tradicionais indígenas e não indígenas, pois, sem dúvida, elas são os grandes depositários de parte considerável do saber sobre a diversidade biológica hoje conhecida pela humanidade.

A questão ética posta aqui é complexa e merece atenção muito especial. A humanidade, hoje, tem consciência que as selvas e demais áreas naturais são um dos principais suportes vitais do Planeta. Isto põe fim à veneração banal do meio ambiente, mas impõe-se a cidadania da natureza. Invoca-se preservar estas áreas para segurança das condições ambientais e de algumas espécies ameaçadas de extinção, mas há que se salientar que muitas comunidades humanas habitam as selvas tropicais úmidas, savanas, pampas, bosques, manguezais, restingas, estreitos, etc. em todas as latitudes, na maioria das vezes em condições de extrema miséria e pobreza.

A biodiversidade, na maioria dos trabalhos sobre o tema aparece como o a variabilidade entre os seres vivos de todas as origens, inter-alia, a terrestre, a marinha e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte (Convenção sobre a Diversidade Biológica, Artigo dois); variabilidade essa que aparece como produto da própria natureza, sem a intervenção humana.

Conforme nos aponta Carlos Diegues⁵², é necessário enfatizar – e adotamos esta noção nesta tese - que a biodiversidade não é simplesmente um

⁵² DIEGUES, Carlos. Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1999.

produto da natureza, mas em muitos casos é produto da ação das sociedades e culturas humanas, em particular, das sociedades tradicionais não industriais. Como foi afirmada anteriormente, ela é também uma construção cultural e social. Em todas as sociedades conhecidas às espécies vegetais e animais são fontes de conhecimento, de domesticação e uso. Os mitos e rituais das sociedades que chamamos hoje de tradicionais, têm como fontes inspiradoras para seus mitos e rituais a fauna e flora do seu território de conhecimento. Esta natureza se torna mercadoria nas sociedades chamadas sociedades modernas.

Ainda segundo Diegues, os conservacionistas/preservacionistas e também a Convenção da Diversidade Biológica enfatizam as áreas protegidas de uso indireto, como local privilegiados para o estudo e a conservação da biodiversidade. Como essas áreas, por lei, não admitem moradores em seu interior, reforça-se o argumento que a biodiversidade não só é um produto natural como sua conservação pressupõe a ausência e mesmo a transferência de populações tradicionais de seu interior. Os Parques Nacionais, as reservas biológicas demarcadas para a proteção estão, hoje, em crise. Muitas estão sendo invadidas e degradadas. Para os defensores do modelo de parques sem habitantes, as razões da crise estão, em geral, ligadas à falta de dinheiro para a desapropriação, à falta de investimento público, de fiscalização, de informação ao público etc. É o drama do Parque Nacional da Lagoa do Peixe.



Foto três: Plantação de Pinus na área exatamente vizinha à Lagoa do Peixe.

Para os que defendem outros modelos de conservação, essas dificuldades são inerentes ao modelo atual dominante das áreas protegidas uma vez que, tendo sido este modelo criado no contexto ecológico e cultural norte-americano de meados do século XIX, não se aplica ao contexto dos países tropicais do sul. Esse modelo operacional, porém, não foi importado sozinho, mas com ele vieram uma visão da relação entre sociedade e natureza e um conjunto de conceitos científicos que passaram a nortear a escolha da área, o tipo de unidade de conservação e o próprio manejo.⁵³

Esse modelo que não admite grupamentos humanos em coexistência com as áreas de preservação não faz distinções entre as sociedades – sejam elas urbanas ou rurais, em mesmo se são sociedades tradicionais. Esta concepção acaba por ter como princípio “que toda relação entre sociedade e natureza é degradadora e destruidora do mundo natural e selvagem — a *wilderness* norte-americana — não havendo distinções entre as várias formas de sociedade (a urbano-industrial, a tradicional, a indígena, etc.)”⁵⁴. Deverão estar fora das áreas

⁵³ DIEGUES, Carlos. Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1999.

⁵⁴ Idem.

protegidas

Nos Estados Unidos com a crescente industrialização inscrevendo um ritmo de crescimento das cidades e a consolidação de um modo de vida urbana, as áreas preservadas, de indescritível beleza cênica foram destinadas ao desfrute da população das cidades. O mundo selvagem está a serviço da “salvação da humanidade”. Este é o modelo dominante. Passamos a ter, então, uma visão estética da natureza, a qual os filósofos e artistas tiveram uma grande importância na difusão. Trata-se de proteger o mundo natural da ação humana degradante e um grupo de cientistas naturais entra em cena para fortalecer a importância na manutenção e proteção de áreas tidas como de relevância para a manutenção de ecossistemas originais.

A necessidade da expansão do modelo dominante de parques nacionais e de controle da população, cujo crescimento é tido como o fator mais destruidor da natureza, passou a fazer parte do dogma da ecologia profunda que encontrou nos Estados Unidos terreno propício para sua expansão.

Outro aliado da visão preservacionista surgiu, nesse mesmo país, na década de 80: a biologia da conservação que associa a ciência à gestão e ao manejo das áreas naturais. Utiliza, para tanto, a biologia das populações, os conceitos oriundos da biogeografia insular e as pesquisas referentes às espécies para determinar áreas de tamanho ótimo a fim de se evitar a extinção destas, em geral, no interior de áreas protegidas.

A restauração de habitats degradados, a reintrodução de espécies reproduzidas em cativeiro no meio natural, a definição de corredores ecológicos desempenham um papel cada vez mais importante na biologia da conservação. Além disso, a biologia da conservação tem uma preocupação central com a biodiversidade, objetivo que não constava da proposta inicial dos parques nacionais,

uma vez que tal preocupação é posterior à criação destes. A implantação dessas áreas protegidas na África, Ásia e América Latina, a partir das primeiras décadas do século XX, começou a gerar conflitos sociais e culturais sérios com as populações locais e que se tornaram ainda mais sérios a partir da década de 70, quando essas comunidades locais/tradicionais começaram a se organizar e em muitos casos, a resistir à expulsão ou transferência de seus territórios ancestrais como dita o modelo preservacionista. Os pescadores sócios da Colônia Z11 que corresponde ao PNL, se uniram ao sindicato dos trabalhadores rurais para resistirem juntos a esta concepção. Segundo eles a luta continua e enquanto isso vai resistindo de maneira individual, o quanto podem.

A trajetória histórica dos impactos criados pela implantação dessas áreas protegidas tem sido analisada por especialistas nos continentes citados acima. A maioria deles centrou sua análise na inadequação do conceito de *wilderness*, enquanto natureza selvagem não domesticada presente na base da idéia de áreas protegidas desabitadas e na inadequação da visão das relações entre as comunidades tradicionais e seu território e uso dos recursos naturais. Eles partem da constatação de que muitas dessas áreas habitadas por populações tradicionais tinham se conservado florestadas e com alta biodiversidade pela ação manejadora ligada ao modo de vida dessas comunidades que, com a criação das áreas protegidas, passaram a estar sujeitas à expulsão. Dona Gislene, esposa de pescador e habitante da região do PNL fala dessa questão:

Nós temos uma casa no Lagamar, mas não sei o que será. Não podemos consertar, não dá para colocar um prego lá. Depois que virou área de proteção e o IBAMA retira as melhorias que a gente faz. É proibido. Ficava mais fácil ficar lá durante a pesca, mas agora nem sei como está. A areia deve ter tomado conta. Bah! Deve estar tomado de areia. Nós sempre cuidamos direitinho, limpo, de acordo com o que a gente precisava. Tinha uma pequena horta criava umas galinhas para comer, mesmo. Agora não pode mais dizem que é prejudicial. Mas prejudicial pra quem?

Há uma discussão no interior da perspectiva conservacionista que une questões éticas e políticas. Comunidades vivem nas regiões transformadas em regiões protegidas há muitas gerações e inclusive são responsáveis pela qualidade dos habitats destas áreas, muito em função do seu modo de vida e o uso tradicional dos recursos naturais. Do ponto de vista político, os pesquisadores constataram que sem o apoio dessas comunidades, grande parte das ações conservacionistas e preservacionistas tem efeito oposto à real conservação dos habitats e dos recursos naturais.

As pesquisas revelam também que o modelo preservacionista tem alto custo social: assume um autoritarismo, através da tomada de decisões que não inclui sequer uma consulta às comunidades envolvidas ou uma preparação para esta criação. O conflito é instaurado pois uma área protegida impõe restrições sobre o território. Este modelo gera muitos custos financeiros e políticos. Para implantação destas áreas, grandes aportes financeiros são necessários o que abre mais um flanco de relações com empreendimentos internacionais e instaura outras perspectivas de conexões globais. Estas “áreas desabitadas” e sob controle governamental interessa aos governos. Elas têm incrível beleza cênica que podem ser destinadas ao turismo e este movimento torna mais fácil a negociação sobre o uso da biodiversidade. Uma vez habitado, o artigo oito da Convenção da Biodiversidade prevê o ressarcimento das comunidades. Todo o seu conhecimento, medicina e culinária, seu conhecimento sobre espécies da flora é usado para a obtenção de produtos utilizados no cotidiano. O que nos leva ao questionamento sobre a natureza do ressarcimento. Sob o ponto de vista cultural, esses estudos mostram que o manejo e a gestão das áreas naturais podem estar profundamente ligados à visão de mundo e práticas culturais e simbólicas das chamadas comunidades tradicionais e não, exclusivamente, a conceitos e práticas científicas, em sua acepção moderna.

Podemos ir um pouco adiante nesta discussão e incluir nesta uma

questão muito cara à história que são as transformações nos humanos e na natureza que a relação entre humanos e natureza promove em ambos.

Dito de outra forma a ação das diversas sociedades é o que modela a natureza e seus diversos habitats e é o que constitui um território. Paisagem, portanto é uma estrutura espacial resultante da integração entre os processos naturais e as atividades humanas. Há um movimento dinâmico na vegetação que se transforma na medida em que a ação humana, material e simbólica, ao longo dos tempos, age sobre ela. É justamente este movimento, que ao mesmo tempo em que estrutura a paisagem mantém os processos ecológicos e a diversidade biológica. A relação profunda de interdependência produz e é produtora dos recursos naturais.

As comunidades chamadas tradicionais (indígenas, extrativistas, camponesas, de pescadores artesanais) também se transformam, sob o efeito de dinâmicas tanto internas quanto externas (transformações na estrutura fundiária, consumo de produtos industrializados, presença das mídias etc.), mas o ritmo é mais lento que nas primeiras. Além disso, sua forte dependência dos recursos naturais, sua estrutura simbólica, os sistemas de manejo desenvolvidos ao longo do tempo e, muitas vezes, seu isolamento, fazem que elas possam ser parceiras necessárias aos esforços de conservação. Esta questão é bastante polêmica para os pescadores da Lagoa do e as comunidades no seu entorno. O encontro destas com a política dispensada pelo Estado através do IBAMA está bastante conflituado. Os moradores da região da Lagoa do Peixe fazem muitas e variadas queixas a respeito do órgão e o culpabilizam pela miséria que vai se formando na periferia das cidades de Mostardas e Tavares, pois não se pode mais “*comer carne de caça*”, nem pescar nas Lagoas. Contam os moradores muitas situações de prisões “de gente inocente que só está defendendo a comida dos filhos”.

Olhe dona, não sei... eu penso assim: se tá na natureza e não tem cerca ou placa, é porque Deus permite que vire alimento. O que tá na natureza é de Deus. Não entendo como é que esse IBAMA tá proibindo. Mas dá pra entender um pouco... tem muita gente pra comer.... talvez seja isso....”
Nós poderíamos ajudar mais o IBAMA se é pro bem. Para nós é bom

também, mas parece que eles não querem não dá para entender como é que funciona. Eles nos tratam como inimigo...

Nessa parceria, os conservacionistas devem valorizar os aspectos positivos dessas culturas que enfatizam a proteção do mundo natural, por meio de ações que levem à melhoria das condições de vida das comunidades tradicionais. Está previsto no plano de manejo, esta integração. As pesquisas da Fundação Universidade de Rio Grande, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdades de Osório, são parcerias para consolidação do Parque integrado às culturas locais. Contudo são muito incipientes. A controvérsia da preservação ou conservação é muito contundente.

Alguns autores criticam as práticas conservacionistas autoritárias e o papel que se auto-atribuem alguns biólogos da conservação dos países industrializados como guardiães da biodiversidade nos países tropicais. Diegues coloca que, para proteger as florestas tropicais, os biólogos que têm responsabilidades especiais com as espécies deveriam, se necessário, comprar as terras em outros países para conservá-las. A linguagem das políticas de conservação tornou-se mais humanista em valores e mais economicista em substância e, portanto, menos naturalista e ecocêntrica. Esta queixa é recorrente entre os biólogos da conservação, ainda segundo Diegues.

Sob o ponto de vista científico, os que se baseiam na ecologia social têm proposto que a biodiversidade não é um conceito simplesmente biológico, relativo à diversidade genética de indivíduos, de espécies, e de ecossistemas, mas é também o resultado de práticas, muitas vezes milenares, das comunidades tradicionais que domesticam espécies, mantendo e, em alguns casos, aumentando a diversidade local. Um dos corolários dessas pesquisas é que a escolha dos sítios de alta biodiversidade para o estabelecimento de áreas protegidas não pode se basear simplesmente em critérios biológicos, mas também nos sócio-culturais. Pode-se

pensar que aquelas áreas de alta biodiversidade resultantes de uma interação positiva entre as comunidades tradicionais e ecossistema deveriam receber alta prioridade nos processos de escolha, por meio do estabelecimento de áreas protegidas que valorizam essas interações.

Em alguns países, a ecologia social tem se apoiado na etnociência em seus vários ramos (a etnobotânica, etnoictiologia, etnobiologia, etc.) em que o conhecimento das populações tradicionais é considerado importante para a conservação. Recebendo contribuições basicamente da sociolinguística, da antropologia estrutural e da antropologia cognitiva, a etnobiologia é, essencialmente, o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito do mundo natural, das espécies. É o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes, enfatizando as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo. O conhecimento dos povos tradicionais não se enquadra em categorias e subdivisões precisamente definidas como as que a biologia tenta, artificialmente organizar.

O estabelecimento de áreas protegidas para a conservação da biodiversidade é, no entanto, um objetivo relativamente recente, uma vez que, como já foi visto, os parques foram criados fundamentalmente para a recreação e enlevo das populações urbanas, educação ambiental e pesquisa.

Os objetivos básicos da conservação são: manutenção dos processos ecológicos essenciais; preservação da diversidade genética; utilização sustentada das espécies e ecossistemas. A preservação da diversidade biológica se completa principalmente na manutenção da diversidade genética, cuja preservação é necessária tanto para assegurar o fornecimento de alimentos, de fibras e certas drogas quanto para o progresso científico e industrial.

Sebastião Pinheiro enfatiza a importância do conhecimento das populações locais para assegurar a diversidade biológica. Segundo o autor, estudos recentes afirmam que a manutenção e mesmo o aumento da diversidade biológica nas florestas tropicais, estão relacionados intimamente com as práticas tradicionais da agricultura itinerante dos povos primitivos. A regeneração da floresta úmida parece ser, em parte, conseqüência das atividades do homem primitivo.

Esse uso “subdesenvolvido” da terra e de seus recursos, geralmente, descrito como “primitivo”, não econômico e predatório pelas agências oficiais de “desenvolvimento”, tem se mostrado como o uso mais rentável da floresta a curto e médio prazo, mantendo a biodiversidade e os processos naturais de forma eficaz; mesmo que não sirva aos interesses das populações urbanas mais densas e poderosas (muitas vezes míope). As populações urbanas têm muito que aprender com as tradicionais que vivem em maior harmonia com a natureza. Respeitando a sensibilidade para com a diversidade natural e seus processos inerentes aos sistemas sócio-econômicos de produção menos sofisticados, as populações das áreas urbanas poderão desenvolver um novo conhecimento para com estas fontes de sua própria sobrevivência.

O autor ainda nos dá a conhecer que os camponeses, ainda que dependam fundamentalmente do cultivo da terra, podem ser pescadores, artesãos, extrativistas, segundo as estações do ano e a necessidade de obtenção de dinheiro para suas compras na cidade. Enfatiza que o papel das relações entre as sociedades tradicionais dos camponeses e as cidades, das quais em grande parte dependem para sua reprodução social, econômica e cultural. Essa dependência é também política, na medida em que os camponeses são politicamente marginalizados.

As sociedades tradicionais desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro mas a reprodução cultural e social como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcada pela idéia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos.

Culturas tradicionais, nessa perspectiva, são aquelas que se desenvolvem do modo de produção da pequena produção mercantil. Essas culturas se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho, como a própria natureza, se transforma em objeto de compra e venda (mercadoria).

Nesse sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes. Godelier, por exemplo, afirma que essas duas sociedades têm racionalidades intencionais diferentes, ou melhor, apresentam um sistema de regras sociais conscientemente elaboradas para melhor atingir um conjunto de objetivos. Segundo esse antropólogo, cada sistema econômico e social determina uma modalidade específica de uso dos recursos naturais e de uso da força de trabalho humana e, conseqüentemente, utiliza normas específicas do “bom” e do “mau” uso dos recursos naturais: como exemplo, cita os caçadores brancos e os índios Naskapi, da península do Labrador, onde os primeiros caçam os animais para retirar e vender as peles, enquanto os segundos o fazem para sua subsistência direta”. Godelier afirma que tanto os caçadores brancos como os indígenas reproduzem sua sociedade e sua cultura por meio de suas atividades econômicas e do uso dos recursos naturais. Os primeiros, no entanto, pertencem a um sistema econômico voltado para o lucro monetário, no qual a solidariedade familiar tradicional desapareceu e que, portanto, depredam os recursos naturais. Os segundos pertencem ainda a uma sociedade, cujo fim último é a reprodução dessa solidariedade e não a acumulação de bens e lucro, preservando os recursos naturais dos quais dependem para sobreviver. Um elemento importante na relação entre

essas populações e a natureza é sua relação com seu território que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso de sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ele deseja ou é capaz de utilizar.

Essa porção da natureza fornece, em primeiro lugar, a natureza do homem como espécie, mas também: a) os meios de subsistência; b) os meios de trabalho e produção; c) os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, aquelas que compõem a estrutura determinada de uma sociedade (relações de parentesco, etc.).

O território depende não somente do tipo do meio físico utilizado, mas também das relações sociais existentes. Para muitas populações tradicionais que exploram o meio marinho, o mar tem suas marcas de posse, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertos e guardados cuidadosamente pelo pescador artesanal. Essas marcas podem ser físicas e visíveis, como as “caiçaras” instaladas na laguna de Mundaú e Manguaba (AL). Elas podem ser também invisíveis, como os rastos, tassis, corubas, em geral submersas onde há certa abundância de peixes de fundo. Esses pesqueiros são marcados e guardados em segredo através do sistema de caminho e cabeça pelos pescadores do Nordeste ou seja, os locais mais produtivos do mar são localizados pelo pescador que os descobriu por um complexo sistema de triangulação de pontos para o qual usa alguns acidentes geográficos da costa, como torres de igrejas, picos de morro etc.

Para as sociedades de pescadores artesanais, o território é muito mais vasto que para os terrestres e sua “posse” é muito fluida. Apesar disso, ela é conservada pela lei do respeito que comanda a ética reinante nessas comunidades. Para as sociedades camponesas, o território tem dimensões mais definidas, apesar

da agricultura itinerante, através do pousio, demarcar amplas áreas de uso, sem limites muito definidos. No território do PNLN esta questão da fluidez, da itinerância e do movimento é uma constante. Desde os tempos do Brasil colônia, como veremos mais adiante, no capítulo três desta tese, a ocupação se dá com estas características. Áreas onde se apontaria um vazio populacional é território das populações destes pescadores.

O território dessas sociedades, distinto daquele das sociedades urbanas industriais, é descontínuo, marcado por vazios aparentes (terras em pousio, áreas de estuário que são usadas para a pesca somente em algumas estações do ano, áreas de coleta, de caça, etc.) e têm levado autoridades da conservação a declará-lo parte as “unidades de conservação “porque “não é usado por ninguém” Aí residem, muitas vezes, parte dos conflitos existentes entre essas sociedades e as autoridades conservacionistas. Um aspecto relevante na definição dessas culturas tradicionais é a existência de sistema de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito.

A terra em descanso ou o pousio é a marca de posse, onde depois de colhida a mandioca ficam os pés de banana, limão e outras frutíferas. Nas comunidades mencionadas, é estreita a relação com a Mata Atlântica, nicho importante para sua reprodução social. Dali retiram a madeira para sua canoas, para a construção, equipamentos de pesca, instrumentos de trabalho e medicamentos. Algumas dessas sociedades se reproduzem, explorando uma multiplicidade de habitats: a floresta, os estuários, os mangues e as áreas já transformadas para fins agrícolas.

A exploração desses habitats diversos exige não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, das épocas de reprodução das espécies, mas a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam, com maior ou menor integração, os diversos usos dos ecossistemas.

Aos ciclos naturais, e pela sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, por intermédio de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais.

Além do espaço de reprodução econômico, das relações sociais, o território é também o *locus* das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades. A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao homem urbano-industrial faz com que ciclos da natureza (a sazonalidade de cardumes de peixes, a abundância nas rochas) sejam associados às explicações míticas ou religiosas. As representações que essas populações fazem dos diversos habitats em que vivem, também se constroem segundo maior ou menor controle de que dispõem sobre o meio físico. Assim, o caiçara tem um comportamento familiarizado com a mata, nela se adentrando para retirar os recursos de que precisa; ele também não tem receio de explorar os estuários e lagunas costeiras protegidas pelas suas técnicas de pesca, mas muitos têm um verdadeiro pavor do mar aberto, do “mar de fora”, da “paisagem da barra”, dos naufrágios e desgraças associadas ao oceano que não controlam.

Estamos utilizando a noção de “sociedades tradicionais” para nos referirmos a grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizadas tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente.

Estamos cientes, ainda assim, das limitações de tal definição já que, a rigor, todas as culturas e sociedades têm uma “tradição”. Por outro lado, definições tipológicas como esta, baseada num conjunto de “traços culturais” empíricos tendem a apresentar uma rigidez simplificadora que não permite visualizar as sociedades e culturas como fluxos socioculturais dinâmicos, em permanente estado de transformação. No contexto sociopolítico em que essas populações estão inseridas, essa caracterização é a que tem, muitas vezes, legitimado uma identidade diferenciada e fundamentado, no plano das relações com o Estado, a reivindicação por direitos territoriais e culturais específicos.

Por um lado, se a fidelidade a esses “traços socioculturais” lhes dá um certo poder de negociação com o Estado, por outro, lhes inibe o caminho de qualquer transformação sociocultural posterior inviabilizando seu devir como sociedades e culturas diferenciadas com direitos específicos.

É o que vem ocorrendo, por exemplo, com as populações rurais nas Unidades de Conservação onde, algumas vezes, se processam levantamentos de “população tradicional”, numa visão naturalista, de modo a permitir a expulsão daquelas que não correspondam traço por traço à definição de “tradicionalidade” e, ao mesmo tempo, estabelecem-se regras rígidas (propositalmente ignorantes da dinâmica de uso “tradicional”) de uso dos recursos naturais dessas áreas, acopladas a um sistema de vigilância marcado pela repressão de qualquer afastamento do modelo de “tradicionalidade” aceito. Processo semelhante tem ocorrido também com as sociedades indígenas, derivado dos interesses expansionistas da sociedade nacional e ancorados na forma como a antropologia clássica definia suas culturas — a autenticidade sendo sinônimo de impermutabilidade legislação constitucional brasileira de 1988, assim como a de vários países de formação pluriétnica, já reconheceu o direito à diferença cultural e estipula como “direitos coletivos”, o direito a seu território tradicional, o direito à sociodiversidade, o direito ao patrimônio cultural, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o direito à biodiversidade.

Entretanto, o “tradicional” continua sendo definido conforme critérios ocidentais de uma antropologia inadequada, pois a mudança cultural, a recriação da tradição, só é aceita em relação à corrente civilizatória ocidental.

Um dos critérios mais importantes para a definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da identidade.

A concepção do grupo étnico como um tipo de organização e o enfoque de suas relações e representações pelo critério-chave de sua participação num sistema de unidades étnicas distintas, superou as limitações do “objetivismo” culturalista, abrindo novos horizontes de investigação. Essa atitude, entretanto, tem levado a um tipo de formulação que reduz a cultura apenas a um reservatório de “traços”, a um “porão”, onde aspectos culturais isolados seriam escolhidos por sua adequação à função estratégica de marcar contrastivamente uma identidade étnica, a qual, por sua vez, executaria a função de legitimar o acesso de um grupo às fontes de recursos que disputam com grupos rivais.

Nessa linha a cultura arrisca-se a ser encarada como um folclórico *bricolage* utilitário, regido por uma lógica publicitária de disputa de espaços políticos e econômicos num mercado capitalista. No nosso entendimento, o que se mostra como símbolo de identidade étnica, o conjunto de traços diacríticos em relação à configuração dominante é apenas a ponta do iceberg.

Num contexto político de dominação, só se tornam visíveis a

reorganização e retenção de traços culturais possíveis, isto é, aqueles que não se opõem frontalmente aos legitimados pela sociedade nacional. A especificidade de uma cultura, porém, é dada pela particularidade de uma visão de mundo, por uma cosmogonia própria, pela existência de um território existencial singularizado, configurado por uma lógica de ação e de emoção que, num contexto de dominação, vive muitas de suas facetas na clandestinidade, ao abrigo da apropriação ou da repressão. Estes esquemas culturais dotados de grande permanência são engendrados historicamente, num certo meio natural e social, constituindo-se em princípios orientadores das práticas sociais e, conforme descreve, produzem hábitos. Mas, se as práticas e o sentido a elas atribuído são resultantes de esquemas culturais preexistentes, não é menos verdadeiro que os significados também sejam reavaliados quando realizados na prática, abrindo-se um espaço delimitado por esses contrários, onde os sujeitos históricos reproduzem criativa e dialeticamente sua cultura e sua história, por meio de processos de reavaliação funcional de categorias.

A colonização do Brasil empreendida pelos portugueses a partir do século XVI plasmou entre a população rural não-indígena um modelo sociocultural de adaptação ao meio que, malgrado suas diferenças regionais e as que se podem detectar ao longo do tempo, apresentam características comuns que marcam ainda hoje as comunidades humanas em regiões isoladas do país.

Esse modelo sociocultural de ocupação do espaço e de utilização dos recursos naturais deve a maior parte de suas características às influências das populações indígenas e ao caráter cíclico e irregular do avanço da sociedade nacional sobre o interior do país (sertão).

Frente a uma natureza desconhecida, os portugueses e a população brasileira, a qual se constituiu ao longo do empreendimento colonial, adotaram as

técnicas adaptativas indígenas. Deles incorporaram sua base alimentar constituída pelo plantio do milho, mandioca, abóbora, feijões, amendoim, batata-doce, cará, etc. Adotaram os produtos de coleta compondo sua dieta com a extração do palmito e de inúmeras frutas nativas como o maracujá, pitanga, goiaba, bananas, caju, mamão e tantas outras. E, como complemento essencial, apoiaram-se na caça e pesca.

Isso implicou a adoção de técnicas de plantio indígenas (roça consorciada, itinerante, com base na queimada,), de artefatos como as peneiras, os pilões, o ralo, o tipiti e outros implementos que fazem parte da cultura rústica brasileira. Implicou também a incorporação da extraordinária capacidade de ajustamento ao meio demonstrada pelos índios: conhecimento minucioso dos hábitos dos animais, técnicas precisas de captura e morte, incluindo inúmeros tipos de armadilhas.

A base alimentar indígena foi ampliada e mesclada com espécies vegetais trazidas de fora, como o trigo, o arroz branco, legumes, bananas exóticas e outros, naturalizadas e incorporadas à dieta da população. A lista de elementos apropriados das culturas indígenas é enorme e não caberia aqui detalhá-la, mas apenas mencionar mais alguns itens como as técnicas de fabrico e uso de canoas, da jangada, de tapagem, redes e armadilhas de pesca, de cobertura de casas rurais com material vegetal, o uso da rede para dormir, etc.

A influência indígena também se manifestou nas formas de organização para o trabalho e nas formas de sociabilidade. No modelo de “cultura rústica”, as famílias são as unidades de produção e consumo que, por intermédio de relações de ajuda baseadas na reciprocidade (na instituição do “mutirão”, nas festas religiosas, etc.) se articulam umas com as outras em estruturas frouxas, mas mais abrangentes que constituíram os ‘bairros rurais’.

Embora relativamente autônomos, esses “sitiantes tradicionais” sempre mantiveram certa relação de dependência com os pequenos núcleos urbanos, com os grandes proprietários rurais e as autoridades locais, expressa nas categorias de meeiros, parceiros, posseiros, pequenos proprietários e colonos. Em linhas bastante gerais, a colonização portuguesa dedicou-se à exploração intensiva de certos produtos valiosos no mercado internacional, promovendo o Adensamento populacional apenas nas regiões em que essa exploração era mais bem sucedida.

Dessa forma o centro nervoso da economia brasileira migrou de região para região ao sabor da substituição de um produto por outro. Cada uma dessas regiões litoral no ciclo do pau-brasil, o Nordeste no ciclo da cana-de-açúcar, nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás no ciclo do ouro e pedras preciosas, os estados de Amazonas e Pará no ciclo da borracha — concentraram em períodos diversos da história do Brasil núcleos populacionais e produção econômica de certa envergadura, baseados no trabalho escravo, e na monocultura ou extrativismo de um único produto. A perda da importância econômica ou o esgotamento do recurso em exploração deslocava o eixo do povoamento deixando a região ao abandono, restando no mais das vezes núcleos populacionais relativamente isolados e dispersos subsistindo numa economia voltada para a autossuficiência, marcados por uma fisionomia e características predominantemente indígenas.

Essa cultura rústica brasileira, nas palavras de Darcy Ribeiro coexistiu tanto com as fazendas monocultoras, quanto com as fazendas de criação de gado, constituindo a base da produção do abastecimento para essas empresas e os povoados e expandindo-se por todo o Brasil à medida que encontrava terras devolutas para reproduzir seu modo de vida. Em outras palavras, as populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional, ao longo de toda a história do Brasil, adotaram o modelo da cultura rústica, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de

ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeras variantes locais determinadas pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que nele persistem.

Processo paralelo ocorreu com os povos “desindianizados” que se mantiveram como comunidades relativamente fechadas mas perdendo sua identidade étnica, convergiram para o modelo da cultura rústica. Diegues nos informa que esse processo é visível ainda hoje nas populações ribeirinhas do rio Amazonas, sobreviventes dos processos de genocídio e etnocídio exercidos pelos colonizadores nessa região a partir século XVII, e em várias comunidades litorâneas do Nordeste brasileiro. A emergência da questão ambiental nos últimos anos jogou ainda outra luz sobre esses modos “arcaicos” de produção.

Ao deslocarmos o eixo de análise do critério da produtividade para o do manejo sustentado dos recursos naturais, evidenciamos a positividade relativa dos modelos indígenas de exploração dos recursos naturais e desse modelo da cultura rústica, parente mais pobre mas valioso dos modelos indígenas. Tornou-se portanto mais evidente que as populações “tradicionais”, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quilombolas, mas principalmente as sociedades indígenas, desenvolvessem pela observação e experimentação um extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais e, até hoje, as únicas práticas de manejo adaptadas às florestas tropicais.

Deve-se enfatizar também a contribuição ao uso da biodiversidade pelas populações migrantes estrangeiras, sobretudo, no domínio da agricultura e silvicultura. Assim, dada essa grande diversidade cultural existente no país, representada por mais de duas centenas de povos indígenas diferentes e pelas comunidades tradicionais espalhadas pelo litoral e interior do Brasil (incluindo caiçaras, ribeirinhos, caboclos, quilombolas, agricultores migrantes, etc.) o

necessário inventário dos trabalhos produzidos sobre seu conhecimento da diversidade biológica é complexo e deve ser realizado por etapas. Parte dessa complexidade reside no fato de que os trabalhos de investigação científica sobre populações indígenas e comunidades tradicionais encontram-se dispersos pelas inúmeras instituições de pesquisa, órgãos oficiais e organizações não governamentais localizadas nas várias regiões brasileiras. Além disso, existem muitos trabalhos realizados por cientistas estrangeiros dispersos em universidades e centros de pesquisa fora do país.

Para efeito deste trabalho, conhecimento tradicional é definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração.

Para muitas dessas sociedades, existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse sentido, para estas, não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” e o “social” mas sim um *continuum* entre ambos.

Há uma interação entre essas espécies, ligadas umas às outras por um vasto continuum governando pelo princípio da sociabilidade, em que a identidade dos humanos, vivos ou mortos, das plantas, dos animais e dos espíritos é completamente relacional, logo sujeita a mutações.

Lévi-Strauss, em *O Pensamento Selvagem* enfatiza a importância do conhecimento tradicional das populações indígenas ao afirmar que há elaboração de técnicas muitas vezes complexas, que permitem, por exemplo, transformar grãos ou em raízes tóxicas ou em alimentos. Segundo esse autor, existe nesses grupos humanos uma atitude científica, uma curiosidade assídua e alerta, uma vontade de

conhecer pelo prazer de conhecer, pois apenas uma fração das observações e das experiências poderia fornecer resultados práticos e imediatamente utilizáveis.

O Antropólogo afirma, portanto, que existem dois modos diferentes de pensamento científico não em função de estágios desiguais de desenvolvimento do espírito humano, mas dois níveis estratégicos em que a natureza se deixa abordar pelo conhecimento científico (1989:30). O conhecimento tradicional indígena e o científico ocidental estão epistemologicamente próximos, uma vez que ambos baseiam-se numa constatação empírica. O autor enfatiza também outra diferença relevante entre o pensamento científico moderno e o tradicional: enquanto o primeiro é comunicado por meio da escrita, o segundo utiliza a oralidade.

Nesse sentido, o conhecimento tradicional somente pode ser interpretado dentro do contexto da cultura em que ele é gerado. Na concepção moderna, a biodiversidade é uma característica do mundo chamado natural, produzida exclusivamente por este e analisada segundo as categorias classificatórias propostas pelas ciências ou disciplinas científicas, como a botânica, a genética, a biologia, etc. As populações tradicionais não só convivem com a biodiversidade, mas também nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes.

Uma importante particularidade, no entanto, é que essa natureza diversa não é vista pelas comunidades tradicionais como selvagem em sua totalidade; ela foi e é domesticada, manipulada. Outra diferença é que essa diversidade da vida não é vista como, “recurso natural”, mas sim como um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia. Nesse sentido, pode-se falar numa etno-biodiversidade, isto é, a riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a, mas de nenhuma maneira selvagem e intocada.

O PNLP representando um hipotético mundo natural primitivo, intocado, mesmo que grande parte dele já tenha sido manipulado por populações tradicionais durante gerações, criando paisagens mistas de florestas já transformadas e outras que, raramente, sofreram intervenções por partes dessas mesmas populações tradicionais. Esses espaços florestados, no entanto, podem formar uma só paisagem.

Uma política conservacionista equivocada que transforma esses lugares em não-lugares, com a expulsão das populações tradicionais pode estar abrindo espaço para que esses não-lugares se tornem o domínio de pesquisa das multinacionais ou de convênios entre entidades de pesquisa nacionais e internacionais, e ao final, “privatizados”, como manda o manual neoliberal. Talvez seja por isso que as grandes entidades conservacionistas internacionais associem de forma tão íntima a conservação da biodiversidade e as áreas protegidas vazias de seus habitantes tradicionais e de sua cultura.

O que os cientistas chamam de biodiversidade, traduzida em longas listas de espécies de plantas ou animais, descontextualizadas do domínio cultural, é muito diferente da biodiversidade em grande parte construída e apropriada material e simbolicamente pelas populações tradicionais. A mesma coisa pode ser afirmada sobre o conceito de manejo. A definição apresentada no Glossário de Ecologia da Academia de Ciências do Estado de São Paulo ACIESP é sintomática nesse sentido:

Aplicação de programas de utilização dos ecossistemas, naturais ou artificiais, baseada em teorias ecológicas sólidas, de modo que mantenham, da melhor forma possível as comunidades vegetais e/ou animais como fontes úteis de produtos biológicos para o homem, e também como fontes de conhecimento científico e de lazer. A orientação de tais programas deve garantir que os valores intrínsecos das áreas naturais não fiquem alterados, para o desfrute das gerações futuras. O manejo correto exige primeiro o conhecimento profundo do ecossistema para o qual ele é aplicado. O manejo é dito de flora, de fauna, ou de solo quando a ênfase é dada aos

recursos vegetais, animais ou o solo. Quando todos os componentes do sistema têm a mesma importância, diz-se tratar-se de manejo ambiental.

Fica claro nessa definição que existe somente o manejo chamado “científico”, nos parâmetros da ciência cartesiana, baseado em “teorias ecológicas sólidas”.

Seria importante que se definisse o que são teorias ecológicas sólidas num domínio científico em que as teorias da conservação mudam rapidamente. Veja-se, por exemplo, a teoria dos refúgios que serviu de base, na década de 70-80, para o estabelecimento de parques nacionais na Amazônia, verdadeiras ilhas de conservação e que depois passou ao desuso. Hoje se fala em corredor ecológico como forma de se resolver a insularização das unidades de conservação, apesar de ser uma estratégia não devidamente avaliada pela sociedade brasileira nem na sua complexidade ecológica nem na social e política. Para esse manejo científico exige-se, por exemplo, o “conhecimento profundo do ecossistema”, mesmo quando se sabe que as informações científicas necessárias não são facilmente disponíveis e que os limites dos ecossistemas variam segundo a formação de cada cientista, seja ele biólogo, pedólogo, botânico, etc.

Para o etnocientista, o manejo é realizado também pelas populações tradicionais indígenas e não indígenas. Esse manejo implica a manipulação de componentes inorgânicos ou orgânicos do meio ambiente, que traz uma diversidade ambiental líquida maior que a existente nas chamadas condições naturais primitivas onde não existe presença humana. Para Diegues, a questão transcende a distinção habitual entre preservação e degradação, na medida em que ao contrário da preservação, o manejo implica interferência humana.

Os nativos também conhecem e manejam esses ambientes – sua flora e

fauna – inclusive por meio de práticas agrícolas, como a do pousio, que acabam resultando numa maior diversidade de espécies nesses habitats manipulados que são nas florestas consideradas nativas. O que se propõe, para a criação de uma nova ciência da conservação, é uma síntese entre o conhecimento científico e o tradicional. Para tanto, é preciso antes de tudo reconhecer a existência, nas sociedades tradicionais, de outras formas, igualmente racionais de se perceber a biodiversidade, além daquelas oferecidas pela ciência moderna.

Lévi-Strauss foi um dos iniciadores dos estudos na área de etnociência, ao analisar os sistemas de classificação indígenas. Berlin define três áreas básicas de estudo: a da classificação, que se preocupa em estudar os princípios de organização de organismos em classes; a da nomenclatura, em que são estudados os princípios lingüísticos para nomear as classes folk; a da identificação, que estuda a relação entre os caracteres dos organismos e a sua classificação. É a etnobiologia “a disciplina que se ocupa do estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito do mundo vegetal; esse estudo engloba tanto a maneira pela qual um grupo social classifica as plantas, como os usos que dá a elas”. Nesse sentido, a etnobiologia relaciona-se com a ecologia humana, mas enfatiza as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo. É o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes, quando ela enfatiza as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo.

Capítulo 2

Natureza e cultura, a cultura da natureza, a natureza da cultura

Qual a estrutura que une o caranguejo do mar à lagosta e a orquídea à primula? E o que une eles quatro a mim? E o que me une a vocês? E nós seis à ameoba por um lado e ao esquizofrênico que internamos, por outro lado.

BATESON, G. Espiritu y naturaleza.

2.1. As diversas naturezas

O trabalho de pesquisa com açorianos pretende ser um testemunho desta sabedoria que é perpassada por centenas de nós, uma trama firme, um tecido solidário em torno das coisas vivas: homens, peixes, mar, terra, pescadores e suas atividades concretas, o tempo que corre e o espaço que desfila os ciclos da vida, as embarcações. Estas comunidades, onde até na cultura material estão presentes as marcas da ancestralidade, nos convocam ⁵⁵ ao horizonte de um único território: aquele onde a natureza e o espírito se estruturam em uma unidade necessária.

Todas as sociedades conhecidas apresentam sua relação com a Natureza permeada por suas crenças, mitos e ritos. A História é feita a partir das relações homens/natureza. Seja quando se estuda a vida de um moleiro na Itália Medieval, seja quando se estuda um botequim do Rio de Janeiro da Belle Époque, seja quando se estuda os impactos provocados pelas “descobertas” nas sociedades dos “novos mundos” ou ainda quando se re-apresenta os imigrantes e sua saga em novas terras. Este tema também está posto na História do Rio Grande do Sul, nos conflitos com as fronteiras geográficas, que são políticas e sempre construções

⁵⁵ Neste nós, está contida a idéia de Edgar Morin que convoca toda a comunidade científica, que deve compartilhar esta sabedoria. O autor aponta a necessidade da interação entre as diversas áreas do conhecimento na construção de uma sociedade que vá além das razões práticas, uma ruptura epistemológica que complexifique e açambarque as tecnologias sociais produzidas modernamente, na construção desta sociedade. MORIN, Edgar. **Saberes globais , saberes Locais. O olhar Interdisciplinar.** Brasília: EdUNB. 2002. Coleção Idéias Sustentáveis. Este livro é a transcrição de um Seminário de Estudos promovido na UnB pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável, que contou com a participação de Marcos Terena, índio da tribo Terena . Os palestrantes trabalharam a idéia de que no atual projeto civilizatório todas as culturas das sociedades “estão perdendo” por não compartilharem seus conhecimentos. Toda a cultura está em risco. Há um frágil elo que deve ser fortalecido para que continuem existindo como culturas.

simbólicas dos homens marcando seus territórios e identificando seus domínios.⁵⁶

As categorias de tempo e espaço, nas Ciências Sociais, desde a publicação do clássico de Durkheim *Formas Elementares da Vida Religiosa*, são consideradas centrais nas descrições e diferenciações entre sociedades na construção de subjetividades. Tanto Durkheim quanto Mauss procuraram compreender as relações entre as formas de organização social e “categorias de entendimento”.⁵⁷ Seus trabalhos deixaram assentados a idéia de que as categorias de tempo e espaço não poderiam ser naturalizadas, pois cada sociedade engendra estas noções de acordo com seu sistema classificatório⁵⁸.

Outros estudos seguem estas pegadas. Evans-Pritchard, por exemplo, demonstra através de sua pesquisa junto ao Povo Nuer⁵⁹ que a percepção que este grupo tem do tempo se dá da seguinte forma: o tempo e o espaço são determinados pelo ambiente físico, mas os valores que eles encarnam constituem apenas uma das possíveis respostas a este ambiente e dependem também de princípios estruturais. Em ambos os tempos há uma sucessão de acontecimentos, mas também há muitas

⁵⁶ A listagem é muito numerosa e sem dúvida é empobrecida neste texto pois só alguns foram citados : GUINZSBURG, Carlo. *O queijo e dos vermes*. São Paulo: Cia das Letra, 1989. CHALOUB, Sidney. *Trabalho lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Incluo nesta listagem os pesquisadores que se debruçam sobre a história do Rio Grande do Sul que se ocupam dos conflitos de terras, da re-apresentação dos cronistas e o cotejamento com os fatos históricos, com os estudos sobre as sociedades de tradição Guarani (religiosidade, festividades, celebrações), Taquara, Kaingang , sobre a presença dos Jesuítas, sobre a escravidão no Rio Grande do Sul...

⁵⁷ Este conceito foi desenvolvido em 1903 pelos autores e por categorias de entendimento para os autores são as categorias fundadoras sob as quais o pensamento se ancora para fazer as diferenciações sociais, a morfologia das sociedades. Durkheim foi até as formas mais elementares da organização social para entender as estruturas que formam tal religião. Neste livro desenvolve as noções de tempo e espaço DURKHEIM, Emile e MAUSS, Marcel “De ciertas formas primitivas de clasificación. Contribución al estudio de las representaciones colectivas. In MAUSS, Marcel. *Obras completas II. Institución y cylto*. Barcelona Barral Editores. p-13-73, 1971.

⁵⁸ Todas as sociedades de mobilizam em torno de um sistema finito de classificação. As culturas escolhem num leque de possibilidades de comportamentos culturais aqueles que mais lhes convém. Esta classificação é basilar e torna-se o grande arbitrário cultural do qual todos os indivíduos estão submetidos. Este sistema classificatório sofre mutações, porém, ésta sempre dentro dos limites deste sistema. Muitos estudos mostram a permeabilidade destes sistemas culturais, que todos grupamentos humanos possuem e se constituem como brechas, fendas, e até mesmo “pontos de fuga” para as metamorfoses da cultura.

⁵⁹ Evans-Pritchard, E. *Os Nuer*. São Paulo Perspectiva, 1997. Os Nuer são um povo que habita a África Oriental, que junto com os Dinka formam uma subdivisão de um grupo nilota.

evidências que a comunidade os note e os relacione. O tempo mais longo é quase sempre tipificado como tempo estrutural e os mais breves, ecológico. Além disso, enquanto o tempo estrutural é longo e cumulativo, o tempo ecológico é cíclico e delimitado. Corresponde a um ano e é responsável pela mudança dos acampamentos, pois reagem à dicotomia chuva e seca, às duas estações do ano “*to!*” e “*ma!*”. Para os Nuer o tempo se divide em períodos de permanência na aldeia e outros no acampamento. Entre os Nuer, a fala sobre a passagem do tempo é sempre nominada através dos acontecimentos: época dos casamentos, época da colheita, etc. Mesmo a lembrança dos acontecimentos se refere a outro acontecimento ou ao número de sois e luas.

O “relógio” diário é o gado, o círculo das atividades pastoris. Fundamentalmente a sucessão de tarefas e suas relações mútuas, uma vez que o tempo depende das atividades físicas e dos corpos celestes. O tempo, portanto, não possui um valor fixo e assume conotações diversas em função das estações do ano. Os acontecimentos seguem uma lógica, mas são controlados por um sistema abstrato. O espaço para este povo também é estrutural. O espaço ecológico é mais que mera distância física, embora seja afetado por ela. A distância ecológica é uma relação entre a comunidade, definida em termos de densidade, distribuição, com referência à água, vegetação, vida animal e insetos... Já a distância estrutural é distinta embora seja profundamente influenciada pela distância ecológica. Por distância estrutural Pritchard denomina o espaço estabelecido entre os grupos de pessoas dentro de um sistema social, expresso em termos de valores.

Esta pequena descrição das classificações Nuer é uma etnografia que nos ajuda a relativizar nossa própria apreensão do tempo, pois sabemos que todo sistema cultural tem a sua própria lógica e não se pode transferir a lógica de um sistema para outro. A coerência de um hábito cultural somente pode ser analisada a partir do sistema a que pertence. Muito do que supomos ser uma ordem inerente da natureza, é, na verdade uma ordenação que é fruto de um procedimento cultural e

talvez não tenha relação com uma ordem objetiva. A maioria das coisas que chamamos cultura não tem uma função prática, mas sim simbólica.

Em nossa pesquisa, tanto no universo documental escrito quanto nas entrevistas, nas imagens e nas narrativas esta ordenação está presente como um contexto de como operar com a cultura. Dito de outra forma, como a natureza (os quatro elementos conforme se refere Bachelard) é transformada em objeto da cultura.⁶⁰

Estas relações homem/natureza se dão em um território determinado e são percebidas através da forma como simbolizam este território, a familiaridade, as redes de socialidade construídas ao longo da vivência.

Tomando como exemplo, no universo territorial onde foi desenvolvida a nossa pesquisa, a Lagoa do Peixe e o Litoral do Rio Grande do Sul, vemos que ainda hoje habitam aí sociedades cujas culturas são praticadas de diferentes modos. Alguns grupos de tradição Guarani, os Mbyá, sazonalmente habitam o Caminho do Litoral Norte. Há entre as Lagoas os chamados Samambaieiros, grupos de catadores de Samambaias nativas que cortam a planta e vendem. Esses grupos também cortam uma espécie de Palmeira nativa de onde retiram o Xaxim. Fazem um artesanato cortando o caule em diferentes formas para serem utilizados como potes para plantas ornamentais. Eles também colhem ervas para chás terapêuticos. Eles passaram de uma condição de *triskter*, ou seja de integrados à natureza onde vivem, para uma condição de predadores. Pois as relações mercantis a que são submetidos, os coloca em lugar diferente. Entretanto, tais grupos são proibidos agora de fazer sua cata-coleta porque a FEPAM, órgão oficial de fiscalização do meio ambiente no Estado do Rio Grande do Sul, nesse mesmo espaço mantém um

⁶⁰ Quanto a esta questão ver em LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro, 1992. LÈVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o Cozido**.(Mitológicas v. 1) São Paulo:Cosac&Naify. 2004.

projeto piloto de conservação da Mata Atlântica⁶¹, que associado ao PNLP e seu entorno, interfere nas relações dessas populações com a natureza e com o seu modo de vida.

Considerando que cada um destes grupos possui a sua lógica e o seu sistema classificatório ou seja, uma hierarquia de modos de comportamento, estratificada e estratificante e se mobiliza de acordo com ela, está posto o conflito. Este conflito está diretamente relacionado com o “limite cultural” de cada um destes grupos.⁶² Ultrapassar os limites do seu sistema de classificações e penetrar numa outra ordem classificatória é esforço sobre-humano, portanto, impossível de realizar. Este é o nó górdio desta nossa pesquisa. Como estes grupos reagem às exigências moderno-contemporâneas, que agem segundo um princípio, o seu princípio.

Alargando a análise percebemos que embora a relação entre o homem e a natureza tenha passado por várias fases no decorrer da história, não tem sido das mais brilhantes a relação do Mundo Ocidental com a natureza, como já apontamos anteriormente e dependendo também do lugar e das culturas. Na Antigüidade arcaica a natureza se apresentou como uma espécie de “submissão crédula”, conforme conclui Rouanet mediada por teogonias e mitologias. A partir do período clássico (séculos V e IV a. C.) tivemos um período de racionalização.

⁶¹ Nos objetivos do Programa de Implantação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica consta: “No RS, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica corresponde a 17,2% da área do Estado (48.695 km²), **abrangendo os remanescentes florestais que abrigam nossos recursos florísticos e faunísticos mais expressivos e seu potencial genético, bem como nossa história de colonização e de culturas indígenas dos kaingangues e guaranis.** (grifo nosso) Por abranger uma região muito extensa, optou-se por implantar a RBMA através de áreas piloto. Assim, os resultados obtidos nessas áreas podem servir como exemplos concretos para a busca de integração homem/natureza e de projetos de desenvolvimento sustentável procurando, a partir daí, irradiar estes objetivos para as demais áreas da Reserva da Biosfera. **Área Piloto da Lagoa do Peixe:** abrange os municípios do Parque Nacional da Lagoa do Peixe e seu entorno: Mostardas, Tavares e São José do Norte. Entre o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos, este trecho da restinga abriga ecossistemas associados à Mata Atlântica, formados por banhados, matas nativas, campos de dunas, lagoas e praias, tanto oceânicas como lagunares. Esta diversidade de ambientes é de fundamental importância para as espécies de aves migratórias que utilizam a área em seus ciclos anuais, como o flamingo, a batuíra, o maçarico, etc.”. Consulta no site www.fepam.gov.br em 23 de outubro de 2007.

⁶² Ver nota 4. E também LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem.** São Paulo: Papirus, 1989.

Creio que foi nesse momento que se iniciou o divórcio entre o homem e a natureza, no Ocidente, divórcio que se iniciou de comum acordo, por assim dizer, e evoluiu para um divórcio litigioso com todas as suas implicações na época moderna e contemporânea.⁶³

Os *habitués* da Lagoa do Peixe, em particular e do Litoral Norte em geral, cuja ancestralidade, conferida pelo território e pelos homens que nele viveram, é notoriamente açoriana, permite que possamos vê-los também como Argonautas, ou seja, mesmo que eles não possuam grandes conhecimentos sobre navegações e embarcações, possuem grandes sabedorias sobre pesca, fatores naturais que regem o seu funcionamento como o vento, a lua, as chuvas. Nesse sentido os açorianos como os argonautas gregos do passado, seriam também, guerreiros. Guerreiros como seus ancestrais que cruzaram o mar para povoar e colonizar essas terras. Guerreiros que travam no seu dia-a-dia verdadeiras batalhas para tirar o seu sustento quer do mar, quer da terra, numa batalha que se torna ainda mais difícil quando se percebe que estes pescadores/agricultores de hoje estão “inseridos” em uma sociedade cuja economia, durante todo o século XX, incentivou o crescimento desordenado e uma relação cada vez mais predatória com a natureza, a ponto de quase invalidar, em muitos locais, a sobrevivência por meio da pesca artesanal.⁶⁴

As coisas não são uma só, já dizia Heródoto (em 944 a C) cada

⁶³ Cf. ROUANET, Luis Paulo. *Ética Ambiental e Irreversibilidade*. O autor percorre uma trajetória da construção da ética ambiental desde o ponto de vista da filosofia clássica, analisando o Fédon de Platão “E acabei por me convencer de que em face dessas pesquisas eu era duma inaptidão notável! (Fédon, 96b). Em que pese a ironia dessa afirmação, não se pode descartar uma incapacidade de fato para esse gênero de estudos, pelo menos do modo como era feito na época e por seus antecessores, e com os limitados recursos instrumentais e metodológicos para levar a cabo esse gênero de investigação, sobre a origem dos seres vivos e a natureza do universo. Não que essa investigação não seja digna de interesse! A partir daí, porém, e cada vez mais, a filosofia foi se apartando do estudo da natureza, e em determinado momento, na era moderna, entrou em franca competição com ela, lutando para dominá-la e pô-la a seu serviço, estabelecendo com ela uma relação de ação estratégica, ou instrumental, para empregar o vocabulário da Escola de Frankfurt.” Revista da UNICAMP, agosto 2005.

⁶⁴ Esta pode ser uma conexão imagética com a saga do povo português narrada por CAMÕES em *Os Lusíadas*. Esta referência é percebida na narrativa dos estudiosos da diáspora açoriana.

sociedade tece a sua relação com a natureza de acordo com as suas orientações valorativas. Um grupo humano torna um espaço seu, mediante o desenvolvimento de uma cultura, de um sistema de relações com o meio natural – seu território. E ao dotá-lo de um limite (não necessariamente geográfico, mas também) , estabelece uma fronteira no qual simbólica e geograficamente começa o mundo dos outros.⁶⁵

A experiência que vivemos junto a este povo desde o seu passado colonial, até o seu presente antropológico denota esta trajetória. Estes pescadores, como já dissemos, durante boa parte do ano também são agricultores. Ser pescador/agricultor/colonizador, enfim, mas sobretudo mediadores e executores de um processo civilizatório.

Este território tem significação na medida em que foi ocupado desde meados do século XVIII, quando do início da colonização portuguesa do Brasil na fronteira sul – ou nos confins da América. Desde então este espaço significa não só o lugar de trabalho, mas onde vivem e onde se reproduzem cultural e socialmente. Esta territorialidade é simbolizada historicamente, ou seja, o espaço tem significação antropológica e agrega o conflito do manejo com a natureza, (ventos, chuvas, frio, calor...) com os outros grupos étnicos e, inclusive com a descendência.

Marc Augè,⁶⁶ propõe o entendimento do espaço histórico da Antropologia e o tempo antropológico da História colocando que as duas áreas de conhecimento estão numa relação de proximidade que remete à natureza de seu objeto: o espaço enquanto matéria da Antropologia é um espaço histórico; o tempo como matéria-prima da História é um tempo localizado, neste sentido , antropológico. Quando nos reportamos a comunidades tradicionais⁶⁷, a territorialidade está intimamente ligada a

⁶⁵ Conforme GIRALDO, Manuel Lucena **Reformar as Florestas. O Tratado de 1777 e as demarcações entre América espanhola e América Portuguesa**. Revista Oceanos, no. 40, Dez 1999.

⁶⁶ AUGÈ, Marc. *Por uma antropologia dos mundos Contemporâneos*. RJ: Bertrand do Brasil, 1997.

⁶⁷ E a comunidade em questão pode ser considerada pois possui seus próprios hábitos e

sua ancestralidade (como as comunidades remanescentes de quilombos os grupos indígenas) a uma prática social exercida desde há muito. O espaço, o território, o lugar, são necessariamente históricos, espaços dominados por grupos humanos, ou seja, um espaço simbolizado.

Essa simbolização do espaço constitui, para aqueles que nascem numa sociedade, um a priori a partir do qual se constrói a experiência de todos e forma-se a personalidade de cada um: neste sentido, ela é ao mesmo tempo, individual e coletiva. Participa mais amplamente, da necessidade do simbólico evocada por Lévi-Strauss e que se traduz por uma ordenação do mundo da qual a ordem social (as relações instituídas entre uns e outros) é apenas um aspecto. Esta constituição simbólica não serve de obstáculo ao desenvolvimento da História, ao contrário ela lhe dá um sentido e assim reintegra o acontecimento à estrutura (situação de contato cultural). Esta questão foi cuidadosamente analisada por M. Sahlins em Ilhas de História onde ele fala de um “diálogo entre as categorias recebidas e os contextos percebidos, entre a significação cultural e a referência prática. Ressalta que os conceitos culturais servem para mobilizar o mundo.

costumes praticados há tempos imemoriais é reconhecida por ela própria e pelos outros como tendo marca étnica

2.2. Natureza descrita, natureza imaginada

Caminho: para cima, para baixo, um e o mesmo
Heráclito, Fragmento 60

Mais, lire, qu'est-ce d'autre que rassembler:
se rassembler dans le rassemblement
sur le non-dit dans la parole parlée?
Martin Heidegger

Nesta parte da pesquisa tratamos dos conteúdos da relação entre a natureza e suas descrições. Para tanto apresentamos três seções que visam integrar i) nossa perspectiva teórica na compreensão da natureza com; ii) a caracterização de descrições, que têm o status de análises históricas do período da ocupação, destacando a natureza numa abrangência ampliada (o Rio Grande do Sul) e noutra mais específica (o litoral sul do estado e a região da Lagoa do Peixe) e; iii) com os indícios contemporâneos de uma compreensão de natureza, enunciados nos depoimentos dos atuais moradores da região da Lagoa do Peixe.

Partimos nessa nossa análise de um estudo teórico inicial, discutindo as possibilidades de abordagem da natureza como objeto da descrição. O efeito de descrever como construção interpretativa e analítica faz-se a partir da concepção de que ao descrevermos a natureza estamos elaborando um instrumento interpretativo que não prescinde de todo um repertório anterior, carregado de impulsos e inflexões que trazemos de uma perspectiva histórica e cultural na qual fomos formados. Descrevemos a natureza segundo informações, elementos e conceitos que já nos são próprios. Aqui a referência central se estabelece com a combinação de dois conceitos: o de descrição, como processo de constituição de imagens, e o da prevalência do “motivo edênico” na construção de um imaginário social do Brasil.

Na segunda seção, em associação com os conceitos acima referidos, analiso as descrições históricas da natureza no Rio Grande do Sul e na região da

Lagoa do Peixe sobre a “natureza” que foi encontrada pelos que para cá vieram durante ao longo século XVIII. Descrições que apresentam efetivos relatos sobre a natureza são apresentadas como referência para a construção de uma perspectiva simbólica sobre o território natural. Nossa fonte é uma produção historiográfica já conhecida e para perceber como se constituiu uma representação da natureza para o sul do Brasil.

Na seção final os depoimentos dos moradores da região da Lagoa do Peixe aparecem como suporte para os elementos simbólicos que caracterizam a prevalência do “motivo edênico” na descrição da natureza da região e como continuação de uma referência histórica que aparece nas descrições citadas na historiografia selecionada. A natureza descrita a partir de uma construção histórica e culturalmente referida guia a análise dos depoimentos.

A história ambiental tem se “manifestado” como sendo uma área específica do conhecimento histórico. Não apenas pela “questão ambiental e ambientalismo” ter se tornado a “pedra de toque” do final do milênio e as sociedades humanas estarem diante de “um risco real” na sua preservação como espécie, mas porque nas relações homem/natureza está contida a concepção de sociedade destes homens. Gilmar Arruda comenta que “O fluxo de mudanças provocadas pelo impulso da economia mundial a partir do final do séc. XIX afetou desde a hierarquia social até as noções de tempo e espaço”⁶⁸ Todas as realizações, as ações ocorridas nas sociedades, são construções culturais inclusive o entendimento de natureza. Neste sentido teremos sempre uma natureza humanizada. A descrição, o tratamento dispensado à natureza será sempre realizado em relação ao homem e dependerá do *ethos*, do um universo simbólico deste homem⁶⁹. Existem apenas construções

⁶⁸ ARRUDA, Gilmar, Narrativas e imagens da transformação da natureza, territórios e fronteiras. In.: ARRUDA, G (org). Natureza, Fronteiras e Territórios. Londrina: Eduel, 2005.

⁶⁹ GEERTZ, Clifford. A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.. “(...) o ethos de um povo -o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo, disposições morais e estéticas – e sua visão de mundo – o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas idéias mais abrangentes sobre ordem,”p. 103

culturais de realidade. Nesse sentido, então a “natureza” e os “fatos da vida”... não possuem vida independente a não ser a forma como são definidos pela cultura.⁷⁰

Donald Worster no seu *Manifesto por uma História Ambiental* afirma que esta é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido.

Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “super-natural”, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas. A velha história não poderia negar que vivemos neste planeta há muito tempo, iria, por desconsiderar quase sempre esse fato, portar-se como se não tivéssemos sido e não fôssemos realmente parte do planeta. Os historiadores ambientais, por outro lado, perceberam que não podemos mais nos dar ao luxo de sermos tão inocentes. A idéia de uma história ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países. Em outras palavras, ela nasceu numa época de reavaliação e reforma cultural, em escala mundial. (...) A história ambiental nasceu portanto de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não tinha uma simples ou única agenda moral ou política para promover. Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados.⁷¹

O autor ainda coloca que há três níveis em que a nova história funciona,

⁷⁰ SCHNEIDER, David. *Noter Toward a Theory of Culture*. Citado por Kupper Adam. *Cultura. A visão dos antropólogos*. Cap. 4 David Schneider: a biologia como cultura. São Paulo: EDUSC, 2002. p. 161

⁷¹ WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. *Estudos Históricos*. RJ: vol 4, nº 8, 1991. Trad José Dumond. Este texto é considerado como inaugurador da História Ambiental como área do conhecimento específica. Foi escrito no final da década de 1970. O autor enfatiza o pioneirismo norteamericano em trabalhar desta forma a história ambiental. Está muito presente a herança de Frederic Turner no seu “**O Espírito Ocidental contra a Natureza, Mito, História e as Terras Selvagens**”, o qual o autor apelidou de “ensaio de história espiritual”. O autor escreve sobre o confronto entre os Europeus e os povos nativos da América e aponta as religiões históricas originadas do Velho Testamento como responsáveis pela dessacralização do mundo natural ao desenvolverem um ódio profundo pela natureza intocada. É em Turner que a noção de Wilderness é desenvolvida (a natureza não-civilizada ou não controlada pelos humanos). Esta ideia é criticada, nesta tese, no capítulo “Natureza: preservar, conservar ou entender...” através de DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito da natureza encantada. & E agora, nossa casa viro parque*. Já oportunamente citados. Os grifos são nossos.

três conjuntos de questões que ela enfrenta (embora não necessariamente na mesma pesquisa), três grupos de perguntas que ela procura responder, cada um deles exigindo contribuições de outras disciplinas e aplicando métodos especiais de análise.

O primeiro trata do **entendimento da natureza propriamente dita**, tal como se organizou e funcionou no passado; incluímos aí tanto os aspectos orgânicos quanto inorgânicos da natureza, **inclusive o organismo humano**, que tem sido um elo nas cadeias alimentares da natureza, atuando ora como útero, ora como estômago, ora como devorador, ora como devorado, ora como hospedeiro de microorganismos, ora como uma espécie de parasita. O segundo nível da história ambiental introduz o domínio sócio econômico na medida em que este interage com o ambiente. Aqui nos preocupamos com ferramentas e trabalho, com as relações sociais que brotam desse trabalho, com os diversos modos que os povos criaram de produzir bens a partir de recursos naturais. Uma comunidade organizada para pescar no mar pode ter instituições, papéis de gênero ou ritmos sazonais muito distintos dos de um povo que se dedica a criar ovelhas em pastagens nas altas montanhas. O poder de tomar decisões, inclusive as que afetam o ambiente, raramente se distribui de forma igualitária por uma sociedade, de modo que descobrir as configurações do poder faz parte desse nível de análise. Por fim, formando um terceiro nível de análise para o historiador, vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza. As pessoas estão constantemente ocupadas em construir mapas do mundo ao seu redor, em definir o que é um determinado recurso, em determinar que tipos de comportamento possam ser ambientalmente destrutivos e devem ser proibidos - de modo mais geral, em escolher os fins das suas vidas. Embora possamos, para efeito de clareza, distinguir esses três níveis de estudo ambientais, eles de fato constituem uma investigação única e dinâmica, na qual natureza, organização social e econômica, pensamento e desejo são tratados como um todo. E esse todo muda conforme mudam a natureza e as pessoas, numa dialética que atravessa todo o passado e chega até o presente. Em termos gerais, este é o

programa da nova história ambiental.

Como apontamos anteriormente a interpretação faz parte da nossa existência cotidiana. Nem sempre nos damos conta que nossas escolhas e decisões se fazem a partir de interpretações. Elas se realizam, ao longo dos anos, de uma maneira *absolutamente natural*.⁷² Descrever é um ato de criar imagem, de torná-la legível e/ou interpretável para outrem. A escrita tornou-se a grande mediadora deste movimento e ocupa um lugar central como reflexão. Diante disso devemos partir para a interpretação propriamente dita: fazer eclodir a compreensão de que a obra poética (produção criativa) como artefato discursivo “*não diz, mas quer dizer em tudo o que diz*”⁷³. Este *não dizer em tudo o que diz* se torna fundamental no ato de interpretar.

Para Bachelard o sentimento antecede ao conhecimento.

Não é o conhecimento do real que nos faz amar apaixonadamente o real. É o sentimento que constitui o valor fundamental e primeiro. A natureza, começamos por amá-la sem conhecê-la, sem vê-la bem, realizando nas coisas um amor que se fundamenta alhures. Em seguida, procuramo-la em detalhe, porque a amamos em geral, sem saber por que (...) E se o sentimento pela natureza é duradouro em certas almas é porque, em sua forma original, ele está na origem de todos os sentimentos. É o sentimento filial.⁷⁴

Assim as *narrativas imagéticas* que compõem essa pesquisa, na forma como as interpreto, estão encharcadas desta premissa. As descrições dão a ler uma vivência muito próxima e estreita com os elementos da natureza, há um trabalho

⁷² Realizar diz-se em grego: poiein. De poien se originaram as palavras poeta, poema e poiesis. Posteriormente em torno do que eclode como reflexão se fundou a *poética*. Conforme CASTRO, Manoel Antônio. **Poética e Poiesis: a questão da interpretação**. Rio de Janeiro/UFRJ, Faculdade de Letras, junho 1998.

⁷³ BACHELARD, Gaston. *A Água e os sonhos*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 18

⁷⁴ Idem p. 119.

criativo no ato de transformar a natureza em objeto da cultura, necessariamente circunscrito na cultura de quem a descreve. São descrições plenas de intenções. Essas narrativas imagéticas são consideradas formadoras de um imaginário [o da terra paradisíaca] porque são transportadas no tempo pelos sujeitos (são vivências passadas de geração em geração) e pelos “sujeitos de conhecimento”⁷⁵. Elas compõem quadros, obras de arte. Da mesma forma a *estética nativa* nas descrições de seu cotidiano fazem parte desta iconografia. Percorrer esta poética é também narrar e interpretar estas representações arraigadas na convivência com o território. A imaginação não é, como sugere a etimologia, a faculdade de formar imagens da realidade: é a faculdade de formar imagens que ultrapassem a realidade, que cantam a realidade.

O “motivo edênico” habita a imaginação nacional desde os primórdios da ocupação europeia e está bem documentado em historiadores como Sérgio Buarque de Holanda e Antônio Cândido dentre outros. A visão paradisíaca da terra está na nossa narrativa representacional desde a Carta de Caminha: “é esta província sem contradição a melhor para a vida do homem que cada uma das outras de América, por ser comumente de bons ares e fertilíssima, e Grã maneira deleitosa e aprazível à vista humana”⁷⁶

Estes motivos foram fartamente descritos nos cronistas do século XVI. José Murilo de Carvalho mostra que nos séculos seguintes esta questão também é recorrente e em algumas narrativas esta perspectiva da terra paradisíaca está a serviço do aumento da glória à pátria⁷⁷. A tradição científica aponta o caráter político

⁷⁵ Expressão usada por Octávio Ianni ao se referir ao papel dos cientistas.

⁷⁶ Gandavo, 1980, apud Carvalho 1998

⁷⁷ José Murilo de Carvalho apresenta a recorrência da descrição do Brasil como natureza, constituindo o que ele refere como “motivo edênico” (do Éden bíblico, paraíso perfeito, sem desregulação e sem pecado, onde prevalecia a ordenação da natureza). “A presença do motivo edênico está bem documentada (Holanda, 1959; Cândido, 1981; Ventura, 1991). A visão paradisíaca da terra começou com os primeiros europeus que nela puseram o pé”. Carvalho apresenta uma série de escritos que fazem e reforçam a referência ao motivo edênico, operando nele um reforço ao longo do tempo e dos eventos políticos e sociais do Brasil. Tais afirmações chegam até o século XX através daquilo que ele chama de “literatura cívica”, e assumem um

das narrativas acerca das descrições: necessidades de povoamento, necessidades econômicas, necessidades administrativas. Essas narrativas, porém, foram responsáveis pela construção deste imaginário edênico.

Nos estudos históricos sobre o Brasil há uma compreensão recorrente de que prevalece a noção de uma terra paradisíaca plantada no imaginário coletivo brasileiro. Para os historiadores esta é uma questão muito cara. As relações do homem com a natureza ocupam grande parte desses estudos de forma mais ou menos direta.

De certa forma continuamos tendo esta visão, idílica e bucólica, em relação aos povos tradicionais, ou, dito de outra forma, em relação às sociedades que vivem laços mais estreitos com a natureza.

As descrições sobre as paisagens do Rio Grande do Sul realizadas por funcionários credenciados da Coroa Portuguesa, por militares e outros viajantes são narrativas que se apresentam como sendo *a verdade sobre a natureza que viam*. Selecionei algumas passagens dessas narrativas que contém, então, as verdades do simbólico, sobre a natureza exuberante que descreviam.

Há nessas passagens uma **poética**, a dos **muitos**. Nesta terra tudo é muito, muito intenso, muito grande, muito farto, muito bonito. Uma terra de muitas possibilidades, combinada com a **poética muito e nada**: no litoral o solo muito

papel central na formação do “imaginário popular brasileiro” sobre o próprio país. “É provável que essa literatura cívica tenha penetrado na escola primária e se tornado responsável pela difusão do motivo edênico no imaginário popular brasileiro. O certo é que ele se difundiu e criou raízes profundas. Tão profundas que sobrevive até hoje e com boa saúde”. **CARVALHO**, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. In: Revista Brasileira Ciências Sociais. Vol. 13, n. 38. São Paulo. Outubro. 1998. p. 1-3.

arenoso, muito árido. O “habitador dessa terra” a partir de meados do séc. XVIII era muito pobre, muito sem condições, “um povo muito solto”, “muito sem condições de ser civilizado” porém muito robusto, muito forte para o trabalho, muito rude devido à adversidade das condições da natureza, mas muito honrado, muito respeitador da família, muito religioso. Vivendo em situações muito precárias e provisórias, diriam outros autores⁷⁸

Antes da chegada desses povoadores, porém, a natureza era destacada assim:

A este país, meu senhor, tenho chamado de terra dos muitos (...) porque aqui á muita carne, muito peixe, muito pato, muita marreca (...) muita courama, muita madeira, muito barro, muito bálsamo, muita serra (..) no verão muita calma, muita mosca, muita mutuca (...), no inverno muita chuva, muito vento, muito frio muito trovão e, com todo o tempo muito trabalho, muita faxina, muito excelente ar, muito boa água (...) pode produzir, como já experimentamos muita balancia, muita abóbora, muito legume, muita hortaliça (...) também muita falta de tudo o mais para a vida e para o luxo (...) Vem mais guarnição, chegaram 200 e tantos índios e na terra não há mais do que aqui fica dito.⁷⁹

Eloisa Capovilla, no texto “Em Busca da Terra Prometida também aponta o caráter de “terra prometida”, no sentido bíblico, que André Ribeiro Coutinho, um funcionário da Coroa, demonstra ao descrever a paisagem sul-riograndense, uma terra com muita fartura mas também sem nada de supérfluo. Uma terra onde há muitas possibilidades, mas também onde há muito que fazer.

⁷⁸ Quanto a este conjunto de adjetivos, ver RAMOS, Eloísa Capovilla da Luz. Entre a doçura e a brutalidade; a construção da imagem açoriana no Rio Grande do Sul. **Estudos Leopoldenses**. Série História. Vol. 1 n. 1, 1997. pp 103-113. E Também os historiadores sul -riograndenses (séc. XX): Dante de Laytano, João Borges Fortes, Guilhermino Césa, Fidelis Dalcin Barbosa, Rubens de Barcellos, Alcides Lima, Jorge Salis Goulart, Rubens Neis, Othelo Rosa, Walter Spalding, Moyses Velinho que descreveram “um tipo ideal” de colono para povoar esta terra.

⁷⁹ Carta de André Ribeiro Coutinho, funcionário do governo, a um amigo. In.: CÉSAR, Guilhermino. Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul, 1981.p. 111.

Francisco João Roscio.⁸⁰ Inicia sua descrição dizendo que: “É o continente do Rio Grande de São Pedro um país agradável, sadio, fértil e temperado por sua situação entre 28 e 32 gr. De Latitude Meridional.”

Percorrendo um caminho que inicia em Rio Grande, em 1781, Roscio descreve a Região da Lagoa do Peixe assim:

Do Bojuru ao Capão Comprido são cinco léguas . É outra fazenda de crias de vacas e para a ração da tropa. De parte do Mar é um juncal pantanoso que borda a Lagoa do Bojuru e continua até a outra Lagoa Grande que principia antes do Capão Comprido duas léguas e se chama Lagoa dos Patos ou Lagoa do Peixe de Campo Bom. Adquire este nome de um campo ou vargem que há entre esta Lagoa e a praia do Mar que terá meia légua de largo em artes mais e em partes menos e se Chama campo Bom. Esta lagoa terá de comprimento meia légua ou mais e acaba pouco mais de meia légua atrás da Freguesia de S. Luiz de Mostardas. Tem seu sangradouro ou Barra adiante do seu princípio seis léguas: também está aberto em tempo de águas e o resto fechado de areias. Do Capão Comprido a Pedro Lopes contam seis léguas. Neste lugar há outra ponta para a Lagoa que se chama ponta de Cristóvão Pereira. Entre essa ponta e o Mar haverão cinco léguas. Desta ponta ao Bojuru só há uma enseada que na sua maior curvatura poderá ter de largura o terreno de duas léguas. Em toda esta enseada não há coisa mais notável mais que uns sambaquis ou grandes montes de cascas de mariscos que dão notícia de algumas povoações dos antigos habitantes que se mantinham daquele alimento. Esgota-se o terreno por alguns arroios de pouca consequência. Esta ponta do terreno ou albardão tem três lagoas seguidas, uma junto à ponta, outra no meio do rincão e outra atrás da casa do Pedro Lopes. De Pedro Lopes à Freguesia de S. Luiz de Mostardas contam duas léguas e meia. Nesta freguesia há pela parte da Lagoa três lagoas comunicadas, uma adiante de Pedro Lopes que terá meia légua: Esta dessangra em outra maior chamada dos Gamos defronte de Mostardas que terá uma légua: tem sua barra ou sangradouro para a Lagoa Grande, se conserva sempre franco e aberto mas não é fundo. Dá passagem nas margens ou praia da Lagoa dos Patos.

George Duby em Heloisa, Isolda e outra damas do séc. XII⁸¹ a propósito das narrativas coloca:

⁸⁰ **Compêndio Noticioso do Continente de Rio Grande de São Pedro até o Destrito do Governo de Santa Catarina extraído dos meus diários que fiz ao dito continente nos anos de 1774, e 1775.** In Feitas, Décio. O Capitalismo Pastoril. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980“Trata-se de uma descrição cartográfica do Continente, para fins militares.” Nota Explicativa de Décio Freitas p. 105

⁸¹ DUBY, George. **Helosída, Isolda e outras damas do século XVII.** São Paulo: Companhia das Letras. p. 10.

Faço de imediato esta advertência. O que procuro mostrar não é o realmente vivido. Inacessível. Procuo mostrar reflexos, o que testemunhos escritos refletem. Confio no que eles dizem. Se dizem a verdade ou não, não é o que importa. O importante para mim é a imagem que oferecem de uma mulher e, por meio dela, das mulheres em geral, a imagem que o autor do texto fazia delas e quis passar aos que o escutam.

Aqui, nesta pesquisa, também estamos considerando que o “realmente vivido” apreendido na sua essência, na sua “verdade”, escapa. Confiamos nestes escritos menos pela verdade no que dizem e mais pelo que dizem. Ao narrar estas paisagens compostas por itinerários de viagens, aventuras ou missões de reconhecimento, os autores inscreveram, anotaram e traduziram obedecendo a uma racionalidade já estabelecida a priori. Está contida nessas narrativas a criação, a poética comandada pelo que eles são, seu trabalho e seu lugar social. Estamos fundamentalmente trabalhando com representações, com modos de ver e compreender uma realidade aparentemente “estável”, cuja mirada de qualquer lugar que a veja, permitiria uma descrição semelhante. Estes exemplos de imagens narrativas elucidam bem esta perspectiva. As verdades simbólicas contidas nas narrativas nos permitem outras licenças e a mais charmosa delas é a possibilidade de *flanar no tempo*, pois as temporalidades que elas carregam estão “enredadas”.⁸²

Saint-Hilaire no início do séc. XIX refere-se à mesma Capitania de maneira irônica: “Tem-se a impressão que esta Capitania é extremamente rica, embora a montagem das casas e o modo de viver de seus habitantes não aparentem tal riqueza”.⁸³

⁸² Esta idéia está contida em ELMIR, Cláudio Pereira. *A História Devorada. No rastro dos crimes da rua do arvoredo. Capítulo: O maior crime da terra e Cães da Província: as narrativas historiográfica e literária*. Porto Alegre: Escritos, 2004,

⁸³ SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem ao Rio Grande do Sul*. (1820-1821). São Paulo / Belo Horizonte: Ed. USP e Itatiaia, 1974 . p. 47

Manoel Antônio de Magalhães⁸⁴, português, conhecido por *Magalhães*, o *contratador* tinha como função administrar os interesses fiscais da coroa, na Capitania. Sua narrativa, então estava a serviço da colonização para desvendar os possíveis obstáculos aos interesses régios:

Direi agora o que **sinto** sobre a beleza desta capitania suas produções presentes, e as que pelo tempo adiante pode vir a produzir. O clima é o melhor do mundo, ares muito puros e sadios, de modo que morrendo imensos animais continuamente pelos campos e estradas, ficando estes sempre, até o mesmo tempo e as aves os consumirem e sepultarem, jamais tem havido epidemias, algumas das que pelo mesmo caso costumam haver em outras partes. O terreno é muito fértil; não só produz quase todas as frutas da Europa, suposto que mais inferiores em qualidade, mas toda a casta de grãos, a belíssima hortaliça, sem escapar a couve-flor, brocol, murciana, repolhos, chicória, almeirão, alface etc.(...)

Magalhães, nesse sentido repete a outros autores quando destaca a variedade de frutas, legumes e hortaliça que a terra produz. Mas, continua o autor:

Tem esta capitania de mais a mais o que não tem as outras, a vantagem do muito trigo, couros e carnes que produz. Há muitos leites de vacas, cabras, ovelhas, e destas últimas se não faz caso, mas, ou seja dos pastos ou de não o saberem fazer os queijos e manteiga (...) O algodão se produz em tal abundância que se podia exportar milhares e milhares de arrobas (...) Produzem muito bem linhos cânhamo e galego (...) A cana de açúcar é de dez a mais palmos de altura mas como não têm engenhos próprios o açúcar não é do melhor, mas as aguardentes não fazem diferença das de Parati. O arroz é muito bom e de excelente gosto, produz muito bem, mas não se cuida dele e antes se compra o de fora. Sei que há seis ou sete pés de oliveira na capitania e que se dão (sic) muito bem se as plantassem. (...) Há muita parreira, e se pode fazer grandes vinhas, porque produzem muito; (...) Há muitos minerais de diversas qualidades (...) Há muito couro de toda qualidade para botas e sapatos.

Magalhães nessa descrição supera tudo o que se escreveu sobre o RS, pois não deixou nenhum aspecto da vida cotidiana sem apontar as suas possibilidades.

Depois de descrever o que *sentia sobre as potencialidades* naturais desta

⁸⁴ MAGALHÃES, Manoel Antônio de, **Almanak da Vila de Porto Alegre**. Porto Alegre, 20 de julho de 1808. Funcionário do governo “em nove anos que assisto nesta capitania que tem mais de cinquenta mil almas...”

terra, segue o autor sugerindo uma forma de realizar estas potencialidades. Para ele é uma terra tão boa, que

Os homens do campo vivem muito, principalmente dos antigos casais que vieram das ilhas. Há muita gente de oitenta e noventa e mais anos; (...) se S.A.R. Mandasse vir [novamente] das ilhas alguns centos de casais daquela gente agricultora, mandando aqui dar-lhes terras e as competentes ferramentas no primeiro ano para as cultivar seria de uma grande vantagem, não só porque a experiência tem mostrado que esta gente sendo muito hábil e inteligente na agricultura, em poucos anos teria S.A.R. muitos milhares de vassalos, interessantes e úteis ao Estado porque uns se [aplicariam] à plantação dos linhos cânhamo e galego em que são peritos, outro à plantação das amoreiras e cultura dos bichos da seda, outros à plantação de trigos de toda a qualidade de grãos. Outros à criação de porcos, tão fácil nesta capitania, outros à criação de rebanhos de carneiros, **e tosquiação das lãs, de que aqui não se faz caso** (...)

Ao destacar o não uso da lã de ovelha, naquele momento, Magalhães não poderia prever que esse uso da lã viria a caracterizar, mais tarde essa mesma região com os famosos *cobertores de Mostardas*. Por isso, pedimos aqui uma licença poética ao narrador para inserir outra narrativa na narrativa, *isto é*, contar um pedaço *dum causo* presente no imaginário gaúcho sobre a região de onde Magalhães fala. É o "Cobertorzinho de Mostardas" conto escrito por Simões Lopes Neto, nos seus *Causos do Romualdo*.⁸⁵

Fui mandado para Mostardas, a passar uns dias com o meu padrinho. Foi um rega-bofe a viagem, que durou três dias, a bordo dum lanchão; foi outro rega-bofe a estadia, que durou duas semanas, em casa do padrinho. Mostardas é uma povoação perdida entre areais, junto à costa do oceano. Gente boa, do bom tempo. Tece o linho, de que faz desde os enxovais de casamento até as camisas do diário; tece a lã desde os xergões grosseiros até o picotinho lustroso. Nesse tempo existia aí uma raça especial de ovelhas que produziam uma lã tão aquecedora como nunca mais vi outra. Essas ovelhas morriam muito no verão abafadas na pele, era necessário tosquiá-los à navalha. A gente que trabalhava com tal lã suave em barda e ficava com as mãos vermelhas, quentes, fumegando, como se estivesse lidando em água esperta.

Nos "causos de Romualdo" tudo é superlativo, exagerado, grande. Mas

⁸⁵ NETO, SIMÕES LOPES. Causos do Romualdo. A primeira edição é de 1952. pela editora globo. Mas os Causos foram publicados no Jornal Correio Mercantil, desde 1914.

na terra dos muitos, o que o não é... Segue o “cantador”:

Mas eu, como criança, pouca atenção dava a estas cousas.

O lanchão amarrou novamente; nele devia eu regressar. Na véspera da partida, a santa da madrinha arrumou a minha bagagem. Minha, propriamente, era apenas uma canastra pequena, forrada de couro cru, peludo. O mais eram presentes que eu levava: um fardo de miraguaia salgada, uma barrica de camarões secos, uma peça de picote, umas toalhas com rendas de bilros, etc.

E para mim, expressamente meu, um cobertorzinho, feito da tal lã das tais ovelhas especiais. O meu cobertorzinho era pequeno; dava apenas bem para o meu corpo: muito leve, transparente e felpudinho. Do lado que devia ficar para os pés. tinha duas barras vermelhas e do lado da cabeça tinha o meu - Romualdo - em letras azuis.

Fiquei encantado! E como já queria utilizá-lo na viagem, emalei-o atando-o com uma embira larga, descascada a capricho.

Na manhã seguinte, sob-bênçãos e lágrimas dos meus padrinhos, embarquei

São dois momentos são dois olhares diferenciados, o de Magalhães e de Simões Lopes Neto. Magalhães não poderia prever que o “cobertor mostardeiro”, como é chamado em Mostardas, viesse a ter um lugar tão nobre na cultura gaucha. Magalhães faz uma narrativa desde fora, ou seja, a natureza vista como uma fonte de vida, alimentos. Faz inclusive sugestões de procedimentos para domesticar esta natureza. Simões Lopes Neto, faz uma narrativa desde dentro, contos de quem já “doma esta natureza”, que já a transformou em objeto da sua cultura. A narrativa de Magalhães, escrita em 1808, é atualizada por nós, nesta pesquisa, para trabalhar como os aspectos simbólicos de uma natureza descrita que é dada a ler e, como narrativa ela pode ser transportada no tempo. Como obra literária, a narrativa de Lopes Neto também é imortalizada pois narra aspectos culturais de uma sociedade que se funda como exuberante. Hoje ainda vemos no folclore gaúcho, a *terra dos muitos* ser cantada. O tema da natureza basilar na narração da vida do gaúcho no campo. São narrativas diferentes: a de Magalhães um almanaque oferecido ao vice-rei do Brasil D. Fernando José de Portugal. Este *Almanak* é elevado ao estatuto de documento histórico na medida em que é publicado primeiro pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 1867 e depois pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio

Grande do Sul⁸⁶. A história e a literatura, dois pólos distintos de observação sobre o mundo mas com o objetivo de “decifrar o real”, podem ser contrapostas uma vez que partilham o mesmo *fim cognitivo*, conforme nos ensina Carlo Guinsburg⁸⁷. Em função disso elas assinalam uma experiência, revelam algum sentido, resgatam sensibilidades.

João Cezimbra Jaques, em 1883, ao final deste mesmo século imbuído da tarefa de colocar ao alcance dos estudiosos, “muito especialmente aos jovens” para impedir a “aniquilação da memória coletiva com a desapareição de fontes essenciais à compreensão do processo evolutivo da sociedade gaucha” escreve seu “Ensaio Sobre os Costumes do Rio Grande do Sul” onde faz descrição corográfica da Província:

As mimosas campinas do Rio Grande do Sul em parte constando de planícies em parte de altos e baixos, e bordadas pelas florestas das margens dos rios, que apresentam em seus cursos sinuosidades, formando os abrigados rincões; as flores do malmequer, dos bebis e das camaradinhas; e as aglomerações de árvores nas várzeas e nas abas das coxilhas, em que correm regatos de cristalinas águas, onde sesteia o viajor, adormecendo com o melodioso canto dos pássaros e envolto numa atmosfera saturada do perfume das flores selvagens; tudo isto concorre para formar um centro sedutor de belezas, permitindo às vistas do homem ampla licença para, do píncaro das coxilhas, descortinar as regiões longínquas e alegrar seu horizonte. Neste país tudo se cria robustamente: a atmosfera é pura e o clima agradabilíssimo, rivalizando com o do meio da Europa; não há habitante dessas regiões que deixe de dar-se perfeitamente aqui.

Para o autor, o Rio Grande do Sul é um país onde

Nas quatro estações do ano a temperatura se eleva e baixa quase por graus insensíveis, havendo no entanto alguns dias de mudanças bruscas,

⁸⁶ Sob o título Almanak da villa de Porto Alegre, foi publicado a primeira vez na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1867. Tomo XXX, 1ª parte, vol. 34, pgs 43ss. E em 1940 saiu na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ano XX, II trimestre, n. 79.pgs 51-7. No mesmo ano, com notas de Walter Spalding, republicou-o o Boletim Municipal de Porto Alegre, maio/ago, pgs 249/74.

⁸⁷ GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 41. Também

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Sensibilidades: escrita e leitura da alma**. (mimeo)

que não podem trazer mal a algum organismo reforçado pelo ar limpo que absorve. No verão faz calor e no inverno muito frio, chegando mesmo a gelar em diversos lugares e ao soprar do vento noroeste, chamado pampeiro; porém a intensidade do frio aumenta muito mais quando sopra o vento oeste, denominado minuano pelos habitantes destas paragens.⁸⁸

A pesquisa de campo na qual fundamentei também esta pesquisa, me permitiu várias licenças na escrita uma delas é o cruzamento de fronteiras disciplinares. A narrativa é um dos lugares permeáveis que nos permite tal trânsito.

Marc Augé⁸⁹, no seu livro *Não-lugares. Antropologia da supermodernidade*, nos diz que a antropologia sempre foi uma antropologia do aqui e do agora e que tudo o que afasta da observação direta, do campo, afasta também, da antropologia. Sinteticamente, o antropólogo lembra a relação sedimentada e simplificada, que afirmaria o presente para os antropólogos e o passado e o estudo dos documentos para os historiadores. Nós acrescentaríamos ao fato que ambos, antropólogos e historiadores lidam com a alteridade no espaço e no tempo. A conclusão da nossa pesquisa, que trabalha com a observação direta do campo e com documentos escritos (a historiografia é nossa fonte), quanto a esta questão, é que se pode experienciar e experimentar a interconexão de temporalidades em um “agora” e, também com a interconexão de lugares em um “aqui”.⁹⁰

Na esteira do que afirmamos, trazemos, narrativas de habitantes da região do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, que também narram a natureza,mas

⁸⁸ JACQUES, João Cezimbra **Ensaio sobre os Costumes do Rio Grande do Sul, Precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica**. Porto Alegre: Typographia de Gundlach & Comp. 1883.

⁸⁹ AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 1994.

⁹⁰ Quanto a estas questões ver em SCHWARCZ, Lilia Moritz & GOMES, Nilma Lino(org), **Antropologia e História**. Debate em região de fronteira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. e SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questões de fronteira. **Novos Estudos**. n. 72, julho 2005. Neste artigo que foi apresentado inicialmente sob a forma de uma “prova de erudição”, em concurso para professor titular na USP, a professora investiga como a antropologia reflete sobre os processos históricos. Com base na análise de diversas vertentes teóricas, procura analisar a importância que a história desempenha em cada disciplina. A partir do diálogo com as obras de Lévi-Strauss, Marshall Sahlins e Thomas Mann, entre outros, a autora discorre sobre a noção de tempo e não apenas em culturas “distantes”, mas também na sociedade industrial.

desde uma perspectiva “êmica”, ou seja, desde dentro. Também está presente a intimidade com o lugar. Há um misto de carinho com revolta e resignação nestas falas. É possível perceber as várias temporalidades contidas. Esta constatação deve-se ao fato que os acontecimentos, ao serem lembrados, passaram a ter outro sentido. O movimento das identidades toma sentido na medida em que são arranjados e desarranjados os acontecimentos do passado. Esta ligação entre memória e projeto é analisada por Gilberto Velho: o passado é assim descontínuo. A consistência e o significado desse passado articulam-se à elaboração de “projetos” que dão sentido e estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos.⁹¹

Nós aqui não sabemos bem o que o turista acha de tão bonito. Nós somos daqui, Aqui nós vivemos a vida toda. Agora,...o pessoal diz que é muito bonito e que nós não valorizamos. O que nós temos aqui: dificuldade de acesso. Dá um trabalhão danado chegar até aqui. Quanto tempo vocês levaram para chegar até aqui? Isso que tá bom! Imagina quando chove e a lama gruda.. E quando o vento vem do sul, a areia cresce. Os *combro* ficam mais altos. Não sei... o pessoal acha bonito. Na *vila* tem a parte dos antigos. É bonito, quase não vou lá, a mulher e os neto que vão eu sou do mato e do mar. Agora... é bom ficar na Lagoa, “escuitando” os barulhos dos bichos... A lua cheia clareia tudo, atrapalha o camarão, não se consegue ver ele , mas é coisa boa de quieto. O céu parece que fica mais baixo. As estrelas bem pertinho. Isso não tem na cidade, não dá pra ver. Quando era menino tinha um pouco de medo. Ainda tenho. Tem coisas aí, no mato, no mar que ... Deus o livre. Agora.... nós aqui estamos passando um tempo complicado não se pode mais andar a pé por aí. Logo vem os fiscais do IBAMA e pensam que a gente tá roubando. Estragando. Eles dizem que é para preservar a natureza. Eu também acho. Tá bem que hoje vejo que não dá pra abusar tem que cuidar mais porque tem mais gente na cidade, querem pescar também. Mas ainda acho que nós poderíamos ajudar mais eles. Nós os pescadores. Mas eles precisam querer. Enquanto isso vamos indo.... Esse ano por exemplo o camarão veio, se criou e a Barra ficou aberta, ele se foi pro mar de novo. Não deu bom... Mas isso é da natureza. Tem que se conformar. (Abel, pescador, Balneário Mostardas)

Sobre a questão do turismo e da vivência no lugar, dizem:

⁹¹ VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In.; **Projeto e metamorfose**. Rio de Janeiro. Zahar, 1994. p 103.

O turista vem, toma banho de *mare*. Conhece, tira umas fotografias. Isso é da Natureza é só apreciar, mas para nós, isso é meio de vida também. Nós tiramos o nosso sustento disso aqui. Agora, mudou muito... Não é como no meu tempo que nós saíamos de bodoque para pegar passarinhos. Hoje eu vejo que as crianças não brincam mais assim. Pode ver: olha o passarinho, ele vem aqui, toma a sua água, come farelinho... Também tem os que pegam ele e colocam na gaiola. Mas não precisa, basta dar uma comidinha e ele volta sempre. (Josué, agricultor, Balneário Mostardas)

Se referindo à terra que tudo produz, a terra da fartura, é apontado:

De primeiro nós tínhamos mais fartura, não sei, parece que agora tem mais pobreza. Meu pai era pescador como eu. De tardezinha ele chamava eu e meus irmãos e ia minhas irmãs também. Ele nos levava para a Lagoa, aqui na Lagoa Mostardas. Pegávamos peixe com a linha. De noite tinha peixe frito com farinha, com arroz... Eu tenho quatro e todos sabem pescar. É bom eu gosto. Agora estou velho (passa as mãos no rosto e olha para as mãos). Nós não morávamos aqui na Vila (se referindo à Mostardas) era pra fora. Lá nós criávamos galinha, ovelha. Tinha uns boizinhos. Trabalhei a vida inteira com meu pai e meus irmãos. Nós brincávamos com os bichos, fazíamos correria era uma vida boa. Depois fomos *fazendo família, tendo criança*... Dois dos irmãos ficaram lá fora. Nós precisamos sair para dá estudos pros filho. Eu tenho um filho advogado, uma filha professora e outros que moram em Porto Alegre. Tá bom... Foi bom ter vindo pra *vila*. Eu recolhi o INPS, hoje to aposentado... É bom, tá bom. (Domingos, Morador de Mostardas)

Conversando com Dona Antonieta, enquanto ela fazia seu croché, ela me contava sobre a sua vida de esposa de pescador relatando especialmente a descoberta de uma nova praia, sem perigo, sem medo, uma praia para o lazer a partir de um apelo externo muito forte. Outra percepção, do médico, que coloca uma perspectiva moderna, urbana, sobre a praia. De lugar de trabalho, a espaço de lazer.

Antes nós não aproveitávamos a praia. Quer dizer, era muito diferente. A gente ia lá ficava na areia enquanto eles (os maridos pescadores) jogavam a tarrafa. Às vezes nem isso. Fazia o café e eles levavam para a praia. Quando saíam de barco, o melhor era ficar em casa mesmo. Tinha umas mulheres que "faziam o terço". Agora, saio, dou longas caminhadas, cato conchinhas, caminho mesmo. Mas precisei ficar doente. Foi o médico, lá em Porto Alegre que me disse: tu mora num lugar privilegiado, aproveita mais. Parece que deu para olhar pro mar de outro jeito. É mais manso, parece que tem mais areia....Agora eu mexo com ele que vive longe da natureza. (Antonieta, Balneário Mostardas ou Praia Nova)

As distintas narrativas aqui referidas se configuram, todas elas como figuras imagéticas. Falam do universo representacional do sujeito e evidenciam múltiplas temporalidades.

Uma outra narrativa será retomada. É a narrativa feita por Auguste Saint-Hilaire⁹², do início do séc. XIX e da qual recolhemos as imagens da região da Lagoa do Peixe. Ela será confrontada e comparada com as falas dos nativos hoje e sublinhará as permanências e as mudanças que sofreu o território da Lagoa do Peixe e seu entorno.

A cinco léguas de São Simão acha-se a aldeia de Mostardas, sede de uma paróquia, que há sobre o istmo, em sua extensão de 25 léguas, compreendendo 150 habitantes de mais de dois anos. A aldeia é construída no meio de areias e compõe-se de cerca de 40 casas formadoras de uma larga rua, muito curta e tendo na extremidade a igreja, situada no eixo da via. Das casas algumas são cobertas de telhas, mas na maioria não passam de pobres palhoças. Ao lado oeste de Mostardas há um lago do mesmo nome da aldeia. É um lago muito piscoso, porém sendo somente dotados de peixe de água doce, excessivamente ricos em espinhas, tal como a traíra; os habitantes a região, acostumados ao regime carnívoro, desdenham-nos.

O Lago de que fala Saint-Hilaire é a Lagoa do Peixe. Fica clara em seu texto a abundância de peixes de que a população podia lançar mão. O narrador continua sua descrição dizendo

(...) O cura de Mortadas veio ao nosso encontro (...) Mostrou-nos sua igreja cujo altar-mor, recentemente construído é muito bonito. A nave, muito mais velha, está em ruínas, mas há pensamento de reconstruí-la. Absolutamente não se planta mandioca na paróquia (...) mas em compensação há culturas do trigo e do centeio.

⁹² SAINT- HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. (1820-1821). São Paulo / Belo Horizonte: Ed. USP e Itatiaia, 1974 .

Aqui Saint-Hilaire destaca a agricultura e aponta o que dela se consumia na região. Isto nos coloca diante de outra questão – a farinha de mandioca muito produzida em todo o Rio Grande do Sul, sendo substituída pelo trigo – isto é, este é um produto muito conhecido pelos açorianos desde a sua vinda para o Brasil, pois já o plantavam nos açores. Saint-Hilaire, mostra entretanto, o principal produto da terra, os rebanhos de cordeiros e a lã – indústria.

A principal indústria da região é a criação de carneiros. Cada estancieiro possui um rebanho constituído (...) de vários milhares de carneiros e com a lã produzida as mulheres fabricam os tecidos dos ponchos. Muito grosseiros, que se vendem à razão de seis patacas, enviando-os a Porto Alegre e outras localidades. Tais ponchos são brancos com riscas pretas ou pardas e apenas usados por negros e índios. Diz-se na região que as ovelhas dão cria duas vezes ao ano em maio ou em junho e em dezembro ou janeiro. (...) Como os rebanhos são criados à lei da natureza não se pode ter a esse respeito, opinião segura.

A lã dos cordeiros e das ovelhas é tosquiada em outubro, mas tosam-se em março os animais nascidos em junho.

Os carneiros são castrados aos seis meses pela extirpação dos testículos ou há um ano pelo estrangulamento dos vasos espermáticos.

Como disse acima não há o menor cuidado com os rebanhos não os vigiam nunca, sendo a única preocupação tomada é a de mantê-los em pasto abrigado, vizinho da habitação. Disso resulta uma grande perda de cordeiros, pois logo após a parição os urubus e gaviões caracará lançam-se sobre os recém-nascidos, comem-se lhes os olhos, caso não sejam corajosamente defendidos pelas respectivas mães. Morrem muitos também porque não podem seguir o resto do rebanho, com o qual ficam em promiscuidade.

Destaca-se que apesar de mal cuidados os rebanhos procriam e fornecem matéria prima para a indústria dos tecidos para fabricar ponchos e cobertores. Os rebanhos são dos estancieiros e o trabalho artesanal são das mulheres açorianas.

Saint-Hilaire continua sua marcha:

Deixando Mostardas, vimos logo, à nossa esquerda, um lago chamado Lagoa do Peixe, o qual entretanto não se avista da estrada. Caminhamos pois entre dois lagos – o de Mostardas e o Peixe.

O Lago do Peixe (...) tem pouca profundidade e suas águas são salobras. Como é próximo do mar os moradores da região tem hábito de abrir, de tempos em tempos, um sangradouro de comunicação com o oceano; com isso o lago enche-se de peixes que são capturados sem dificuldade.

Capítulo 3

As evidências da ocupação: do passado colonial ao presente antropológico

3.1. As marcas originais

Os estudos sobre as açorianos no Rio Grande do Sul estão marcados pela discussão histórica de sua chegada e assentamento no então território disputado pelas metrópoles ibéricas na região em que seus territórios se limitavam. De um lado Portugal buscava estender as suas fronteiras até o Rio da Prata. De outro a Espanha tencionava avançar para o norte a partir de Buenos Aires e para leste a partir das Missões. No final do século XVII e ao longo do século XVIII a região é alvo de disputas e tratados que influenciaram o estabelecimento das estruturas administrativas e a própria ocupação territorial. É nesse contexto que a chegada e instalação dos açorianos no território do Rio Grande do Sul devem ser entendidas. Não há nenhuma novidade nessa afirmação, pois que a maioria dos autores concorda que se trata de analisar a vinda dos açorianos em uma situação que combina os interesses da Coroa portuguesa na ampliação de seus domínios ou as demandas dos próprios ilhéus na busca de melhores condições de vida na colônia, ou uma explicação que combina as duas características (Ramos; Barroso; Franzen; Laytano; Rosa; Rüdiger; Borges Fortes; Piazza e Graebin, entre outros).

Para o nosso estudo importa estabelecer uma relação entre esse passado referido por esta historiografia e as condições de existência observadas contemporaneamente dessa população de açorianos. Tratamos de discutir as descontinuidades e permanências entre um histórico que busca mostrar quem foram os açorianos que vieram para o Rio Grande do Sul, como se instalaram nas terras e as identificações e referências contemporâneas de populações que hoje se reconhecem e se vinculam com esse açoriano histórico.

A questão da apropriação da terra é o fio condutor de nossa análise

nesse capítulo. Menos de um ponto de vista quantitativo e mais através da qualificação dessa ocupação, tanto no século XVIII como contemporaneamente.

A esse respeito Ramos (1994) lança luz sobre um dos aspectos que nos parece de capital importância, porque trata da “questão açoriana” reforçando a perspectiva social, ao lado do tratamento usual dispensado ao tema, que o coloca no rol dos estudos de colonização e de fronteira. Dividindo em duas etapas o período que marca a chegada e instalação dos açorianos no Rio Grande do Sul, Eloísa Capovilla Ramos associa ao Edital Real de 31 de agosto de 1746⁹³ o que considera o início da efetiva colonização açoriana do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma primeira iniciativa oficial, embora já encontrássemos referências a açorianos no território do Rio Grande do Sul desde que os deslocamentos entre Laguna e Colônia do Sacramento se iniciaram (Sacramento fora fundada em 1680 e Laguna em 1684) e com a fundação de Rio Grande de São Pedro (1737). Período entremeado com as disputas pelas fronteiras (Colônia do Sacramento, Rio Grande e as Missões especialmente) e pelo Tratado de Madrid (1750), seu termo de solução só ocorre, segundo a autora, por volta de 1771...

quando, apesar de não resolvida a questão da fronteira, os governantes do Rio Grande de São Pedro retomam o projeto de demarcação das terras para os ilhéus. A partir desta resolução amplia-se o projeto colonial com grande distribuição de terras, quer de datas ou de sesmarias ou, ainda de outros tipos de lotes (re) desenhando-se, desta forma, o espaço destinado aos açorianos no Rio Grande do Sul.⁹⁴

Após 1771 inicia-se o que a autora caracteriza como o segundo período da presença açoriana no Rio Grande do Sul. Embora as primeiras levas *oficiais* de

⁹³ O referido edital trata, no seu texto, de fazer o alistamento de moradores e casais das ilhas dos Açores para fazer o povoamento do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Ele é complementado por mais dois documentos, um que trata do deslocamento dos portugueses do continente e dos açorianos para o Brasil e outro que estabelece as ordens para a situação dos casais no Rio Grande do Sul. Todos os três documentos referidos são encontrados em **ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL – AHRs – Anais**. Vol. 1. Porto Alegre: IEL, 1977. p. 261, 263-73.

⁹⁴ **RAMOS**, Eloísa Helena Capovilla da Luz. *Em busca da terra prometida*. In: Cadernos do PPG em História da UFRGS. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1994. p. 30-1.

açorianos aportassem em Rio Grande de São Pedro em 1752 ⁹⁵, essa autora considera que somente depois de 1771 é que vamos encontrar uma efetiva alocação dos açorianos no espaço do Rio Grande do Sul.

Ao analisar os documentos já referidos, Eloísa Capovilla Ramos chega à consideração de que não há, antes de 1771, a consolidação da instalação dos açorianos na terra. A instabilidade da fronteira, somada à dificuldade de se fazerem cumprir as determinações do Tratado de Madrid, impediam que os açorianos cumprissem a tarefa que lhes fora destinada quando da convocação para povoar o extremo sul das possessões portuguesas na América. Nem as terras das Missões estavam disponíveis de fato e nem havia uma firmeza maior das autoridades portuguesas sobre onde instalar os açorianos. Antes de alocá-los havia que ser resolvido o próprio problema da fronteira com os espanhóis. Se não é possível descartar que a iniciativa oficial baseia-se em levar a termo uma política de ocupação territorial, e então há uma ação deliberada para a alocação dos açorianos no Rio Grande do Sul, também há um movimento que foge ao controle das autoridades e que faz os ilhéus adventícios deslocarem-se pelo litoral do Rio Grande do Sul, partindo do Rio Grande de São Pedro⁹⁶.

Avançando pelo que a autora define como o “sertão” ⁹⁷, os açorianos acabam por, mesmo que na prática de modo não sistemático e controlado, ainda que a documentação referisse uma série de apoios para o seu avanço (fornecimento de comida, definição da extensão das posses territoriais, norma para a fundação de povoamentos, entre outros), levar a efeito uma política de ocupação portuguesa para o território do Rio Grande do Sul, alargando as zonas de presença portuguesa a

⁹⁵ Idem. p. 32.

⁹⁶ Cf. Idem. Ibidem. p. 34.

⁹⁷ O “sertão” é entendido como o espaço vazio que tanto significa a fartura, com suas possibilidades de descobertas de riquezas, como também o inusitado. O “sertão” é o deserto, onde há falta do civilizado, é o pré-moderno, o não-organizado. Característica que pode ser estendida a todas as regiões não desbravadas do Brasil, em várias etapas da sua ocupação, conforme nos aponta **LEITÃO**, Cláudia Sousa. *Por uma ética da estética: uma reflexão acerca da “Ética Armorial” Nordestina*. Fortaleza: UECE, 1997. p. 101 e segs.

partir de meados do século XVIII.

Em 1772 inicia-se uma nova fase no desenvolvimento do povoamento e da colonização do Rio Grande do Sul. Somente nesta data se fará a confirmação dos registros das terras em que localizaram os açorianos vindos para o Continente do Rio Grande de São Pedro. Ocorreu também a demarcação de terras para os açorianos aonde viria a ser Porto Alegre⁹⁸. É uma etapa no povoamento do Rio Grande do Sul marcada pelas demandas de registro das terras e pedidos para instalação nas mesmas.

Imo. Sr. Governador

Dizem **Manuel de Lemos, Antônio da Rosa, Jorge Pereira, Gabriel Batista, José da Rosa** casais todos vindos das **Ilhas** por conta de Sua Majestade para povoadores do **Rio Grande de São Pedro** que por se acharem eles suplicantes padecendo nesta ilha grandes misérias e necessidades por causa de se acharem desarranchados pela guerra dos inimigos castelhanos, por cujo motivo recorrem os suplicantes ao Ilmo. Senhor Marquês Vice-Rei do estado para se tornarem a situar no continente de **Viamão**, o que alcançarem os suplicantes pela boa resposta que a favor dos mesmos deu V. Sa. a sua Excelência, e requerendo de presente os suplicantes ao bom ânimo de V. Sa. para se poderem retirar para aquele continente, foi V. Sa. servindo mandar se demorassem estes por se achar uma filha do primeiro suplicante tomando remédios, e como já se acha sem moléstia nem resguardo, se valem os suplicantes do pio amparo de V. Sa. para que com os olhos da misericórdia se sirva mandar dar transporte aos referidos, visto se acharem prontos e terem se desfeito de alguma pobreza que possuíam para se preparem [sic] e estarem sem terra para se poderem manter e a grande família que os acompanham, o aliás V. Sa. sejam os suplicantes assistidos a custa da Real Fazenda, termos em que a V. Sa. pelas chagas de Cristo e de sua mãe santíssima se sirva assim o mandar. E. R. Mcê.

O provedor da Fazenda Real informe com seu parecer. **Desterro** a 27 de novembro de 1772.

(a) **Meneses**⁹⁹

Percorrendo a historiografia e a documentação transcrita nela, Eloísa

⁹⁸ Cf. **PESAVENTO**, Sandra Jatahy. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991. p. 9.

⁹⁹ Documento transcrito por **GHISLENE**, Maria Helena Peña. *Açorianos no Rio Grande do Sul: documentos interessantes*. Porto Alegre: Caravela, 1991. p. 27-8. Todos os documentos transcritos pela pesquisadora encontram-se em Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo documental "Fazenda". Maço 6. Essa referência é a mesma para todas as citações feitas dos documentos transcritos por essa autora.

Capovilla Ramos estabelece os principais locais de ocupação açoriana. Para tal ela afirma que ao mesmo tempo em que a Coroa promovia uma política de povoamento – marcada pela expansão e ocupação do território – também desenvolvia, ainda que de modo secundário, uma política de colonização – que tinha como fim a criação da propriedade produtora de bens agrícolas destinados a promover o efetivo assentamento de uma população fixa no território sulino¹⁰⁰.

As terras distribuídas a partir de então vão conformar aquilo que vem sendo reconhecido como o *espaço açoriano* no Rio Grande do Sul. Taquari, São José do Norte, o Estreito (ao norte de São José do Norte), Santana, Santo Antônio da Patrulha, Santo Amaro, Lagoa de Viamão, Mostardas, Conceição do Arroio, Aldeia dos Anjos, Porto dos Casais (Porto Alegre)¹⁰¹ acabam por constituir, entre 1770 e 1773, um espaço oficialmente demarcado destinado aos açorianos, que já na década de 30 do século XVIII apareciam na composição da população da região. Ao final do século XVIII as regiões litorâneas e dos vales dos rios Jacuí e Taquari estavam povoados e colonizados por açorianos.

Eloísa Capovilla Ramos ainda usa a figura da “terra prometida” para explicar o período em que os açorianos ficam a mercê das circunstâncias geopolíticas que impediam o seu assentamento definitivo, conforme as promessas que receberam. Alusão ao período do Êxodo bíblico, a relação com o sertão (o deserto, o não-civilizado) aparece referida como um período de incerteza e a solução somente se dá no momento em que, já na década de 70 do século XVIII, os assentamentos se procedem.

¹⁰⁰ RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. Op. cit. p. 43.

¹⁰¹ Cf. RÜDIGER, Sebalt. *Colonização e propriedade de terras no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IEL, 1965. e ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Açorianos no sul do Brasil: da prata de Potosí ao ouro das Gerais. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). *Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1993. Apud RAMOS. Op. cit. p. 43-4.

Importa especialmente a noção de “terra prometida”, pois que ela vincula a formação de uma referência açoriana com o deslocamento no território gaúcho. A constituição de uma referência açoriana, tanto quanto a da origem nas ilhas do Atlântico, para a área colonial portuguesa se dá através do vínculo com o território a ser ocupado. Existe um percurso explicativo para a formação das definições e imagens que compõem o *açoriano* que pode ser trilhado com a noção de identidade e sua construção (étnica, lingüística, cultural etc.). Não é essa a nossa escolha. Adotamos uma outra possibilidade explicativa: reconhecer a formação e afirmação histórica de um *açoriano* tipificado, reconhecível, afirmativo sobre as variações sociais e culturais, através das explicações e descrições do espaço que esse açoriano ocupou – e ocupa – no Rio grande do Sul. A nossa discussão centra-se na análise das descrições do percurso histórico da ocupação territorial pelos açorianos e, particularmente, sobre as figuras que aparecem nessas descrições.

Daí o papel fundamental do reconhecimento, na descrição histórica, do périplo e posterior assentamento dos açorianos no Rio Grande do Sul. São as idéias condensadas na expressão “terra prometida” utilizada por Eloísa Capovilla Ramos que nos servem de mote para estabelecer a relação da origem da ocupação com o *açoriano* contemporâneo, e explicá-lo.

Sobre o deslocamento na região litorânea do Rio Grande do Sul podemos encontrar inúmeros indícios. Os excertos que seguem demonstram um dos movimentos observados:

Sr. Brigadeiro Governador

Diz **Lucas de Souza**, casal do número, morador do **Capão do Meio**, que ele suplicante se acha com idade muito crescida e conseqüentemente sem forças e vigor para trabalhar para o sustento e vestuário de três filhas donzelas que tem, por V. Sa. haver-lhe mandado sentar praça no Regimento de Dragões ao único filho que o tinha, chamado **Manuel Silveira**, que hoje se acha aleijado de um dedo na mão direita, cujo aleijão o impede para o manejo das armas, por esta razão e as mais que o suplicante alega, pede a V. Sa. seja servido dignar-se mandar dar baixa ao

filho do suplicante que rogará sempre a Deus pelo aumento e felicidade de V. Sa. E. R. Mcê.
Informe o seu sargento-mor comandante. Vila de **São Pedro**, oito de março de 1779.

(a) rubrica

Informe o Sr. Capitão que comanda o esquadrão. Vila do **Rio Grande de São Pedro**, nove de março de 1779.

(a) Câmara

Sr. Sargento-Mor Comandante

Estou informando que o soldado **Manuel Silveira** serve a sua Majestade há dez anos, que tem o segundo dedo da mão direita encolhido e seus pais velhos e pobres. É o que posso informar. Vila de **São Pedro**, 11 de março de 1779.

(a) **Manuel Marques de Souza**
capitão

Sr. Brigadeiro Governador

O suplicante serve há dez anos a sua Majestade, tem o segundo dedo da mão direita aleijado, é que posso informar a V. Sa. Vila de São Pedro, 10 de março de 1779.

(a) **Patrício José Correia da Câmara**
sargento-mor

O provedor da Fazenda Real mande dar baixa ao suplicante não só por ser aleijado mas principalmente pela falta que faz a suas irmãs e pais velhos como se mostra atestação junta. Vila **São Pedro** a 11 de março de 1779.

(a) rubrica

Dê-se baixa ao suplicante. **Porto Alegre**, 20 de março de 1779.

(a) **Osório**

Manuel Francisco da Silva, vigário da vara e da igreja de **N. Sra. da Conceição do Estreito do Rio Grande de São Pedro**, certifico e atesto debaixo do juramento de meu cargo que **Manuel Silveira Machado**, soldado dragão, filho legítimo do casal de número **Lucas de Souza** e **Maria de Quadros**, é aleijado de um dedo da mão direita e filho único dos ditos seus pais já velhos de sessenta anos e com três irmãs donzelas, e para amparo destas e dos ditos seus pais é muito precisa a sua assistência com eles para ajudar na sua velhice. E por me ser pedida a presente atestação, a passei a de minha letra e sinal. **Rio Grande** a seis de março de 1779.

(a) **Manuel Francisco da Silva**¹⁰²

Esta série de documentos culmina com a liberação do soldado para que vá viver com a família. Sua baixa é autorizada e seu deslocamento permitido. Deixa Rio Grande de São Pedro e vai para Capão do Meio (entre as atuais Mostardas e Palmares), consolidando a instalação da família.

¹⁰² Documento transcrito por **GHISLENE**, Maria Helena Peña. Op. cit. p. 38-9.

Expressões de origem bíblica são referência importante na historiografia na mesma medida que elas associam a tradição religiosa, ou mais amplamente, a tradição cultural paradigmática, dos colonizadores açorianos com a da produção da explicação, também imersa nesse universo cultural. Os açorianos históricos são interpretados com o repertório cultural, lexical e gramatical dos historiadores que também freqüentam essa mesma tradição.

Franzen¹⁰³, ao discorrer sobre a identidade dos açorianos em um texto breve, mas rico em descrições, apresenta o modo como os cronistas e historiadores referiram os açorianos através de um código moral que visava contribuir para a construção do tipo gaúcho mais que somente do açoriano. Serve-nos como exemplo do processo construtivo do tipo.

Os historiadores sul-riograndenses (sec. XX) que trabalharam sobre os açorianos traçaram um retrato ideal sobre este colono: Dante de Laytano, João Borges Fortes, Guilhermino Cesar, Fidelis Dalcin Barbosa, Rubens de Barcelos, Alcides Lima, Jorge Salis Goulart, Ruben Neis, Othelo Rosa, Walter Spalding, Moysés Vellinho, Alfredo Varela, todos são unânimes em descrevê-los como exemplos de moralidade, respeito religioso, honra, bravura, patriotismo (...); destacam o fato de virem na condição de casais, o que deu a esta colonização um caráter especial 'uma originalidade que não se dirá étnica, mas, quem sabe, propriamente moral' (Laytano).¹⁰⁴

Essas características positivas, de um *açoriano* que viria a ser amalgamado com o *gaúcho*, figura que ia sendo também constituída no mesmo período (primeira metade do século XX), são completadas por outras, ligadas ao trabalho ou aos costumes. O açoriano de Saint-Hilaire (séc. XIX) é vivaz e ativo,

¹⁰³ FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Açorianos no Rio Grande do Sul: em busca de sua identidade. *I Jornadas "Emigração/Comunidades"*. Lisboa: 10 a 12 de janeiro de 2002. p. 167-71.

¹⁰⁴ Com essa breve caracterização que Franzen apresenta dos açorianos, a partir das conceituações que aparecem em autores *clássicos*, avançamos em nossa perspectiva de tratar de estabelecer o *açoriano* desde um código moral e não segundo um modelo teórico embasado nos estudos sobre identidade. LAYTANO, Dante de. Apud FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Açorianos no Rio Grande do Sul: em busca de sua identidade. *I Jornadas "Emigração/Comunidades"*. Lisboa: 10 a 12 de janeiro de 2002. p. 167-8.

dedicado ao trabalho no campo e sem instrução¹⁰⁵.

Othelo Rosa afirma serem os açorianos aqueles que conferiram uma nobreza à condição do gaúcho, antes uma referência ao habitante do *deserto/sertão*, não civilizado e sem honra. Depois dos açorianos, milagrosamente adaptados ao meio (aqui a persistência da relação entre o ambiente hostil, a bravura, o caráter civilizador é uma quase teimosia), o “caráter do gaúcho” torna-se “altivo e belicoso, generoso e hospitaleiro”¹⁰⁶. No embate entre o mundo civilizado e o mundo sem normas o açoriano aparece na transição dos dois, levando a norma, pelo seu caráter, ao sertão. Essa é a explicação extraída da documentação pelos historiadores gaúchos na primeira metade do século XX.

Vera Barroso, em *Os açorianos no Rio Grande do Sul – Brasil: uma presença desconhecida*¹⁰⁷, defende a necessidade de que se faça um estudo da regionalização das distribuições de terras para os açorianos no século XVIII, de modo que se possa “revelar os lugares (espaços) das propriedades territoriais concedidas aos açorianos no RS”¹⁰⁸. Apresentando no artigo uma lista então inédita (e provisória), enumera as localidades em que, especialmente a partir de 1770 e até 1789, foram assentados os açorianos no espaço do Rio Grande do Sul¹⁰⁹.

¹⁰⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1974. p. 48 e segs.

¹⁰⁶ Cf. ROSA, Othelo. Apud FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Açorianos no Rio Grande do Sul: em busca de sua identidade. *I Jornadas “Emigração/Comunidades”*. Lisboa: 10 a 12 de janeiro de 2002. p. 168.

¹⁰⁷ BARROSO, Vera Lucia Maciel. Os açorianos no Rio Grande do Sul – Brasil: uma presença desconhecida. *I Jornadas “Emigração/Comunidades”*. Lisboa: 10 a 12 de janeiro de 2002. p. 219-30.

¹⁰⁸ Idem. p. 221.

¹⁰⁹ A lista é baseada em três códices do acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, F 1229, F 1230 e F 1231, referidos pela autora como sendo os únicos documentos especificamente referidos aos açorianos. Demais fontes são encontradas dispersas em outros fundos documentais. Estes códices foram transcritos e publicados em BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). *Açorianos no Brasil: memória, genealogia e historiografia*. Porto Alegre: EST, 2002. p. 504, 672, 832. Contêm os registros das datas de terra que se davam aos casais açorianos, a partir de 1º de agosto de 1770, quando o primeiro códice é aberto (e o primeiro registro tem início com uma petição de doação de terras iniciada em 7 de agosto de 1770) e segue com petições de registro de datas que vão sendo concedidas até a entrada do século XIX (há um registro reconhecido em 1821 para uma petição de terras em Santo Antônio da Serra – possivelmente Santo Antônio da Patrulha).

Reproduzimos a lista apresentada por Barroso:

- Rio Grande (cidade portuária)
- Rincão Bravo
- Passo das Pedras
- Povo Novo
- Torotama / Tororotama
- São José do Norte
 - Capão do Meio (ao lado de Tororotama)
 - Nossa Senhora da Conceição do Estreito
 - entre Estreito e Capão do Meio
 - Rincão do Cristóvão Pereira
- São Luís de Mostardas
 - Rincão do Mina
 - Pelotas
 - Rincão de Correntes
 - Rincão de Pelotas
 - Rincão de São Gonçalo
- Serrito (Jaguarão)
- Herval
 - Serra do Herval
- Camaquã
 - entre o Rio Camaquã e Santo Antônio
- Porto Alegre (São Francisco dos Casais e Madre de Deus)
 - Estância de Itapoã
 - ilhas às margens
 - Vila Real de Santa Ana / Santa Ana do Morro Grande
- Viamão
 - Capela de Viamão
 - Serra de Viamão (que pode ser Santo Antônio da Patrulha)
- Gravataí (Aldeia dos Anjos)
 - Rio Gravataí
 - entre o Passo da Miraguaia e o Passo Grande
 - Miraguaia / fundo do Rio dos Sinos
- Santo Antônio da Patrulha (Guarda Velha)
- Palmares

- Nossa Senhora da Conceição do Arroio
- Rio Mampituba
- Jacuí / Rio Jacuí
- Santo Amaro (General Câmara)
- Triunfo
- Taquari
- Cachoeira (Cachoeira do Sul)
- Rio Pardo
 - Capão Grande
 - Cavahada
 - Irapuã
 - Galhos de Irapuã
 - Serro de Irapuã
 - Pequeri
 - Ponta de Pequeri
- Outras localidades (por identificar onde se situam)
- Arroio Velhaco
- Barro Vermelho
- Capão do Tavares (Tavares no litoral norte?)
- Estreito da Serra
- Ilha da Ponta Rasa
 - Morro de Botucará (São Gabriel? Entre Rio Pardo, Cachoeira e Soledade?)
- Rincão das Alegrias
- Rincão dos Barros
- Serro Pelado
- Rio Capivari¹¹⁰

Material extenso e valioso, os códigos permitem estabelecer a ordem cronológica em se dá distribuição de datas aos casais açorianos entre 1770 e 1800. A relação não dá conta da totalidade das terras ocupadas pelos açorianos, nem no espaço e nem no tempo, mas permite estabelecer uma evidência do andamento da

¹¹⁰ Cf. **BARROSO**, Vera Lucia Maciel. Os açorianos no Rio Grande do Sul – Brasil: uma presença desconhecida. *I Jornadas “Emigração/Comunidades”*. Lisboa: 10 a 12 de janeiro de 2002. p. 227-8. A lista reaparece, já sem a mesma provisoriedade referida na comunicação, mas com os mesmos locais sobre os quais a localização não é definitiva em **BARROSO**, Vera Lucia Maciel (org.). *Açorianos no Brasil: memória, genealogia e historiografia*. Porto Alegre: EST, 2002. p. 1078.

ocupação do território do Rio Grande do Sul do ponto de vista da política oficial de doação de terras para os açorianos.

Sobre a questão da terra e sua ocupação destacamos a posição de Sebalt Rüdiger¹¹¹. Este autor desenvolve uma interpretação que apresenta os limites para a efetiva implementação da política de colonização originalmente planejada pela Coroa portuguesa. Ao conflito entre grandes proprietários e a dinâmica de doação de sesmarias e a nova forma de distribuição de terras aos colonos vindos dos Açores soma-se a conjuntura político-militar vivida no Rio Grande do Sul no final do século XVIII. Para Rüdiger a Coroa não consegue, na plenitude, implantar um modelo de efetiva colonização. As circunstâncias provocadas pelas guerras e pela fronteira movediça fazem com que o modelo de uma ocupação ordenada da terra não resista à espontaneidade marcada pelas necessidades militares, geopolíticas e econômicas. Não tomamos como base de nossa explicação a questão do conflito entre os modelos que o autor trata por “*colonização*” e “*verdadeira colonização*”, vendo a primeira como um modelo incompleto, que não atende às demandas da construção de uma efetiva ocupação, pois que é desordenado, concentra terras e não cria as condições para uma sociedade moderna, coisas inerentes ao segundo termo, de cuja implementação resultaria, como principal consequência, a divisão racional da terra¹¹².

Ainda assim a distinção é relevante ao considerarmos, a partir da caracterização de Rüdiger, que está subentendido que a colonização feita com os açorianos representaria a ocupação moderna do território, enquanto que àquela que se procedeu nas regiões de fronteira pode ser associado um aspecto concorrencial com o governo central. Nas palavras do autor, “*a camada social que se originou daí, a dos 'centauros dos pampas', desenvolveu uma série de representações ideológicas acerca de si mesma que permitiriam opor ao governo central uma atitude*

¹¹¹ RÜDIGER, Sebalt. *Colonização e propriedade de terras no Rio Grande do Sul – século XVIII*. Porto Alegre: IEL, 1965.

¹¹² Idem. p. 93-4.

de crescente independência e de notável indiferenciação interna”¹¹³. As disputas regionais já estavam se manifestando e é sintomática a precaução tomada pelo governador José Marcelino de Figueiredo para se proteger das críticas¹¹⁴. Para a nossa pesquisa importa notar que também se trata de estabelecer um modo de vida no Rio Grande do Sul com o assentamento dos açorianos. Eles, na nossa interpretação, representam também a modernização (e o decorrente controle maior sobre as formas de uso da terra e da riqueza da região).

Ao contrário dos outros autores, que enaltecem a presença açoriana, Rüdiger, pelo oposto, também nos dá a entender o papel que os açorianos poderiam desempenhar. Aqueles afirmam a existência de marcas deixadas pelos açorianos. Este, pelo que considera ausência de uma política de colonização efetiva, também permite entrever as possíveis marcas que os açorianos deixaram no Continente de São Pedro. Uns e outro, analisando as mesmas especificidades históricas, reconhecem na ocupação do território uma função da presença açoriana na região. Verdade que a valoração é distinta, especialmente porque o foco de Rüdiger se reveste de uma perspectiva mais próxima da análise político-econômica, mas as evidências da presença açoriana se fazem notar.

Borges Fortes¹¹⁵, um dos iniciadores dos estudos sobre a presença dos açorianos no Rio Grande do Sul, está entre aqueles que enaltecem a sua presença na região, buscando estabelecer uma análise que afirma a intencionalidade das

¹¹³ Idem. Ibidem p. 94.

¹¹⁴ Estas disputas regionais pelo controle político já se manifestaram em 14 de março de 1780, quando “*José Marcelino, para acautelar-se da inveja que o cercava e impedir que outros se pudessem falsamente atribuir as ações principais do seu período de governo ou mesmo interpretá-las maldosamente, mandou que se registrasse na Provedoria uma portaria em que declarava: 'Por ordem superior tenho formado esta Freguesia e Vila de P. Alegre, a vila dos índios de N. S. Dos Anjos, a Freguesia de Sant'Anna, Conceição da Serra, São Luiz de Mostardas, Sto. Amaro e São Nicolau do Jacuhy e repartido datas de terra aos casaes nas Freguesias de Sto. Antônio e São José de Tacoari, Conceição do Estreito, Sant'Anna e Sto. Amaro, todas no Distrito do Continente que governo e ser preciso que isto conste quando e onde convenha: o provedor da Fazenda Real mande registrar esta nos Livros da Provedoria constando ser certo tudo o que relato'*”. Idem. Ibidem p. 51.

¹¹⁵ **BORGES FORTES**, João. *Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978. A primeira edição da obra ocorreu em 1932, sob o título de *Casaes*.

iniciativas de Portugal em recrutar colonos nas regiões metropolitanas. Procura mostrar que a vinda dos açorianos se enquadrava em um modelo no qual Portugal estipulava a necessidade garantir a ocupação das terras meridionais de suas possessões americanas. Análise feita na década de 30 do século XX, o texto de Borges Fortes se encaixa naquela iniciativa de definir *a posteriori* uma caracterização típica do gaúcho, marcante nos estudos dessa época associados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Tratava-se, então, de afirmar uma centralidade na identificação do gaúcho como um descendente de lusitanos, ainda que vindos de um arquipélago, os Açores, e numa época tardia, a segunda metade do século XVIII.

Numa narrativa que continua a se manifestar até nos estudos contemporâneos, Borges Fortes trata da vinda dos açorianos a partir de um movimento que caracteriza como de “êxodo” (daí a referência, iniciada pelo autor e que até hoje aparece como modo de explicar a vinda para o Brasil, “*Terra da Promissão para os filhos de Portugal*”, e a confirmação das concessões de terra aos ilhéus como uma chegada à “terra prometida”).

Borges Fortes, ao discorrer sobre as circunstâncias da convocação, do recrutamento, do transporte e alocação, desde o Edital Real e Provisões de 1746 e 1747 até as definitivas concessões de terras, nas terras do Rio Grande do Sul, apresenta um quadro que vai da superação dos inconvenientes da vida nas ilhas do Atlântico, das perspectivas e das concessões a serem feitas aos colonos açorianos na América meridional, e chega às dificuldades encontradas pelos mesmos quando aportaram.

A condição dos açorianos se transforma ao longo do processo de ocupação. De uma circunstância que se apresenta como uma feliz combinação entre os anseios da Coroa, as necessidades dos ilhéus e as possibilidades que se criavam

na origem, aparecem as dificuldades de toda ordem que acompanharam a ocupação do território. Forçados pelo contexto histórico, afirma o autor, no Rio Grande do Sul, os açorianos e seus filhos,

atirados nos campos abertos do Rio Grande do Sul de São Pedro, num clima muito mais áspero, batido no inverno pelo sopro cortante do minuano, lavrando uma terra fecunda, porém fechada pela natureza incerta pelos perigos da presença do índio avassalado e ligado a um inimigo sempre agressivo e ameaçador como o castelhano, situação política que foi transformando gradativamente o lavrador em estancieiro e o mansueto pastor de gados em guerrilheiro que teve de defender a força de braço e à custa de sangue à terra que receberam dos velhos casais, seus ancestrais.¹¹⁶

Sob essas duas características, de colonos e de desbravadores, em pequenas extensões ou grandes estâncias, procedem à ocupação do território. Nota-se o evidente esforço que Borges Fortes desenvolve para fortalecer o argumento da descendência açoriana do gaúcho. Na marcha, que ele reconhece cheia de dificuldades, para a instalação no Rio Grande do Sul ao longo do século XVIII, os açorianos acabam caracterizados como síntese do típico gaúcho:

Lentamente, é certo, em sua marcha material, os homens dos Açores eram quase incultos, as suas indústrias elementares, o abandono a que se viram votados atrofiara-lhes a atividade e as iniciativas.
Em compensação nenhuma das rijas fibras de suas qualidades morais se quebrantaram. E foi essa a melhor herança que nos legaram.
Deixaram-nos o admirável exemplo a fidelidade invariável ao dever, sempre bons, sempre resignados, sempre serenamente trabalhando para a família, para a coletividade, pela Pátria.
Honrados, simples e austeros os homens, santas e virtuosas as mulheres.
(...)
Fortes pela origem da raça de que provinham, bons pela simplicidade de suas almas, mártires pela resignação com que sofreram, descender dos ilhéus passou a ser para os rio-grandenses um penhor de honra que cultuamos com reverência e carinho.¹¹⁷

¹¹⁶ Idem. p. 44.

¹¹⁷ Idem. Ibidem p. 154.

Naquilo que importa para essa pesquisa, a referência à herança e aos traços morais dos açorianos, em associação com a ocupação do território, feita por Borges Fortes, configura o que chamamos de marcas deixadas. Tanto o que se liga à explicação do autor, vinculada com a criação do gaúcho na primeira metade do século XX, como na construção de um modelo que persiste ainda hoje na caracterização do *açoriano*.

Borges Fortes ainda descreve a criação das primeiras cidades açorianas no Rio Grande do Sul em capítulos específicos. A referência ao êxodo dos açorianos é retomada no périplo pelo Rio Grande de São Pedro. Importa-nos o capítulo específico sobre Mostardas e Estreito. Ao apresentar a ordem em que foram criadas as efetivas cidades açorianas no Rio Grande do Sul, depois de Taquari, Morro Grande de Sant'Anna e Porto Alegre, entre as décadas de 60 e 70 do século XVIII, são criadas São Luiz de Mostardas (1773) e a “povoação” do Estreito (1774) ¹¹⁸. Segundo Borges Fortes, ambas surgem motivadas pela necessidade de defender o território de um eventual avanço dos espanhóis que, ocupando Rio Grande desde 1763¹¹⁹, ameaçavam deslocar-se mais para o norte, em direção a Porto Alegre e

¹¹⁸ Idem. Ibidem p. 99 e segs.; p. 111 e segs.; p. 117 e segs. e p. 125 e segs. A respeito dessas datas há um dado divergente em **GRAEBIN**, Cleusa Maria Gomes. *Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência: os açorianos no Rio Grande de São Pedro*. Unisinos: Tese de doutorado, 2004. Na página 203 Graebin apresenta as datas de 1773 para o estabelecimento da povoação do Estreito e 1774 para São Luiz de Mostardas.

¹¹⁹ Acerca da dispersão dos colonos e habitantes em geral da Vila do Rio Grande de São Pedro, após a invasão espanhola em 1763, Maria Luiza Bertuline Queiroz apresenta algumas possibilidades de estudo a partir de documentação. Sobre a permanência na região, a autora afirma que nos autos da *Devassa sobre a entrega da Vila do Rio Grande às tropas castelhanas (1764)* (Rio Grande: Biblioteca Rio-grandense, 1937.), aparecem dados sobre a população que permanece no Rio Grande e nas adjacências, ou mesmo se desloca para Maldonado e São Carlos. Estabelece uma tabela que reproduzimos:

Vila do Rio Grande: Retirada da População entre 20 e 24 de abril de 1763

	Casais açorianos		Casais não-açorianos		Total	
	nº	% sobre o grupo	nº	% sobre o grupo	nº	% sobre o total de famílias
Permaneceram na vila	140	25,7	16	9,5	156	21,8
Passaram para a parte norte	179	32,9	48	28,4	227	31,8
Destino não identificado	226	41,4	105	62,1	331	46,4
Total	545	100,0	169	100,0	714	100,0

Fonte: **QUEIROZ**, Maria Luiza Bertuline. *A vila do Rio Grande de São Pedro 1737-1822*. Rio Grande: FURG, 1987. p. 116.

Viamão.

São Luiz de Mostardas é, evidentemente, uma fundação açoriana. A sua situação geográfica não lhe permitiu um largo surto na vida rio-grandense. (...) Dos velhos ilhéus que a fundaram, Mostardas guarda indelével a tradição da laboriosidade e honradez de seus filhos.

A povoação do Estreito teve a sua situação regularizada no ano seguinte ao da fundação de São Luiz de Mostardas e foi o Capitão Alexandre Montanha o engenheiro que instalou ali os casais.

Sua origem deve prender-se à criação da Fazenda Real do Bojuru em 1738, pelo Brigadeiro José da Silva Paes. A retirada do Rio Grande determinou a aglomeração de algumas famílias da vila abandonada na sede daquela Fazenda (...).

Não estava porém fadada a um feliz destino a povoação projetada e realizada no Estreito. Invasa a sede da localidade pelas areias das dunas foi a freguesia mudada em 1872 para as cabeceiras do Arroio Bojuru, no extremo Sul da antiga Fazenda Real.¹²⁰

Apoiada nos dados da *Devassa...* a autora faz a referência de que os que permanecem na região devem isso muito mais à pobreza e à resistência em abandonar terras que começavam a produzir um sentimento de estabilidade. Com relação aos que atravessam o canal para o norte diz: “*Acontecimentos trágicos marcaram o início do exílio das famílias da Vila do Rio Grande na parte do Norte; abandonadas pelas autoridades do governo, dada a escassez dos meios de comunicação e a fraca integração territorial do Rio Grande, elas conviveram com sofrimento, humilhação, fome, e com morte*”. QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A vila do Rio Grande de São Pedro 1737-1822*. Rio Grande: FURG, 1987. p. 120.

¹²⁰ Idem. Ibidem p. 127. Sobre o povoamento da região ao entorno de Rincão de Tororotama, Estreito, Bojuru e Mostardas há documentação que atesta uma ocupação anterior à chegada dos casais de número, oficialmente trazidos dos Açores. “*O único gênero de subsistência existente na região era o gado, mas a própria manutenção de rebanhos, contrariando as expectativas que existiam em torno dessa riqueza, apresentou uma série de dificuldades, devido à escassez e à má qualidade do pasto na região do canal. Do lado sul do canal, o gado da Coroa foi acomodado no rincão de Torotama – “Estância Real da Tororitama” – a três léguas das fortificações, protegido por guardas avançadas. Na parte norte, organizou-se a Estância Real de Bojuru, a quatorze léguas do canal, onde ficou guardada a maior parte desse gado, dada a sua maior extensão, mas que sempre apresentava a dificuldade da travessia do canal.*”

A extinção do gado do Canal do Rio Grande era fato consumado desde 1736, quando Cristóvão Pereira teve que comprar todo o gado necessário para prover a manutenção de seus homens e da tropa que ia desembarcar com Silva Paes. O que ainda existia pela campanha, daí ao Forte de São Miguel, foi arrebanhado por Silva Paes nas Estâncias Reais, e o restante, pelo interior, pelos povoadores que receberam terras na região.”. Idem. p. 64. A chegada dos açorianos e o contexto de conflitos acerca dos limites dos domínios portugueses e espanhóis, fez com que o abastecimento e o cumprimento das promessas, estipuladas nos editais e provisões que regulavam a instalação dos habitantes das ilhas na parte sul das possessões portuguesas, ficassem mais difíceis, chegando até a sua suspensão. André Ribeiro Coutinho, mestre-de-campo governador em 1739, ordena a suspensão do fornecimento de carne para os colonos: “*Registro de uma ordem que passou o Mestre-de-campo Governador André Ribeiro Coutinho para se não assistir mais aos casais com carne, na forma que nele se declara.*”

Como quer que esteja extinto o gado destes campos com a extraordinária despesa que neste Domínio se tem feito com os casais que para cá vieram, mantendo-os com carne e farinha, ao mesmo tempo que nele residem tantas guarnições que para a sua defesa se devem sustentar, para o que me foi já preciso comprar gado de fora e fazer a despesa que se não esperava: Ordeno que, visto haver açougue na terra, com preço tão acomodado que não passa de dez réis a libra de carne, e se continua com farinha aos ditos casais até a colheita da novidade, e sábado, que se contam 14 do corrente, ao diante, ao diante, se não dê ração de carne a mais pessoa alguma que aos oficiais de guerra e fazenda, sacerdotes e religiosos, soldados e índios; e esta ordem mandará o Comissário de Mostras fazer pública por pregão; e o Sargento João da Cunha a fará executar

As dificuldades nos Açores, os problemas no recrutamento dos casais, a demora no cumprimento das promessas de terras, o contexto de guerras e tratados, tudo parece corroborar para a associação que Borges Fortes faz entre o “êxodo” e a busca da “terra prometida” na caracterização da vinda e instalação dos açorianos no Rio Grande do Sul, durante o século XVIII. Para ele o *açoriano* surgido dessa combinação de fatores é à base do *gaúcho*, tipo que ele está contribuindo para definir na década de 30 do século XX. Os traços da personalidade dos casais e suas realizações materiais, especialmente as cidades, são as evidências da permanência da marca açoriana no Rio Grande do Sul.

Walter Piazza, em *A epopéia açórico-madeirense 1748-1756*¹²¹, apresenta a riqueza da transcrição da documentação referente à vinda dos açorianos e madeirenses para o Brasil meridional no século XVIII. Sucinto nas interpretações, o autor faz referência aos vínculos entre a chegada dos açorianos na Ilha de Santa Catarina e no Rio Grande de São Pedro e mostra a dispersão dos casais açorianos neste território e sua influência na composição da população local¹²².

Cleusa Maria Gomes Graebin¹²³ em tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS), faz um percurso analítico que, partindo das questões históricas, trata das necessidades e motivações que trouxeram os açorianos para o Rio Grande do Sul, vai até o reconhecimento do seu cotidiano naquele período de incerteza (“provisoriedade” como refere a autora) em que o deslocamento pelo Continente de

nos dias das datas. Estreito do Rio Grande de São Pedro, 10 de novembro de mil setecentos e trinta e nove anos. Coutinho. A fiz escrever, subscrevi e assinei. Cristóvão da Costa Freire.”. O documento está transcrito em **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1977, v. 1, p. 118-9.

¹²¹ **PIAZZA**, Walter Fernando. *A epopéia açórico-madeirense 1747-1756*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. Lunardelli, 1992.

¹²² Cf. Idem. p. 377.

¹²³ **GRAEBIN**, Cleusa Maria Gomes. *Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência: os açorianos no Rio Grande de São Pedro*. Unisinos: Tese de doutorado, 2004.

São Pedro e a instalação e efetiva confirmação das doações das terras se dá.

Graebin apresenta no tocante ao cotidiano, as práticas que aparecem associadas aos açorianos dentro de uma perspectiva histórica. São as referências documentais que orientam a autora, o que confere à descrição do cotidiano uma relação muito estreita com um *continuum* temporal. A descrição das moradias¹²⁴, da relação com a religião, com os conflitos decorrentes das disputas com espanhóis¹²⁵, tudo aparece referido aos documentos históricos. É a alternativa para o caso histórico e que muito contribui para o entendimento do *açoriano* do século XVIII no Rio Grande do Sul. A nossa pesquisa trata de ver, ao longo do tempo, e diferentemente de uma comparação, a atualização desse *açoriano*.

A “provisoriedade” no trabalho de Graebin refere-se quase que especificamente às *démarches* administrativas e políticas que envolveram a definitiva instalação dos açorianos no território rio-grandense. A nossa definição também parte das questões ligadas ao assentamento, e a base geográfica é fundamental. Mas resgatamos o deslocamento inicial e o transpomos para a vida, procurando mostrar que o *açoriano* permanece provisório na mesma medida em que se apropria, seja como *ilhéu* ou como *gaúcho*, construções historiográficas, de uma definição que implica nas práticas cotidianas contemporâneas. A “provisoriedade” aparece, então, como *permanência*.

A idéia de permanência traz consigo a noção de atualização. O parecer sobre uma efetiva data de chegada dos açorianos ao Rio Grande do Sul elaborado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, redigido a partir de uma solicitação do Governador do Estado, em 2002, atualiza e recoloca as marcas da colonização açoriana no Estado.

¹²⁴ Idem. p. 203; 221 e segs.

¹²⁵ Idem. Ibidem p. 136 e segs.

Parecer

O Governo do Estado manifestou interesse em comemorar os 250 anos do *início da colonização açoriana em nosso Estado*, pelo que a Direção do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul solicitou manifestação deste Instituto para definir a data histórica daquele evento.

Para nos desincumbirmos dessa honrosa missão devemos, inicialmente, rememorar de modo sucinto, a fixação humana em nosso território.

As praias do Rio Grande do Sul, vislumbradas pelos navegadores do século XVI, foram por eles definidas como *...desertas e arenosas...*

A não ser por algumas incursões de bandeirantes à caça de mão-de-obra escrava índia, pelos duzentos anos seguintes permaneceram desertas e nuas, fora do interesse de sua exploração e uso. Sua ocupação se realizou só no século XVIII, podendo-se destacar sete correntes povoadoras.

A 1ª semi oficial, é identificada como a Lagunista de 1725, conhecida como *frota de João de Magalhães*.

A 2ª é espontânea e, eminentemente comercial, lenta e contínua. Proporcionou-a abertura, a partir de 1735, do Caminho das Tropas para São Paulo e Minas, pelo qual se possibilitou, também, propalar a grandeza dessas campanhas.

A 3ª se compõe de paulistas e lagunenses trazidos por Cristóvão Pereira de Abreu (1736) com o objetivo de libertar a Colônia do Sacramento, agrupando nela tropeiros, vaqueanos do Rio Grande e sertanistas outros, até então desconhecedores deste território.

A 4ª, inteiramente oficial (1737), constituída por casais vindos, sobretudo, do Rio de Janeiro, para a instalação do Presídio de Rio Grande de São Pedro, acrescidos dos casais vindos da Colônia do Sacramento e Tropa do Regimento de Dragões.

A 5ª, também oficial, com a presença da Comissão Demarcadora de Limites determinados pelo Tratado de Madrid (1750).

A 6ª, da mesma forma oficial, constituiu-se pelos açorianos que atenderam (1752) à convocação do Comissário Gomes de Freire de Andrada, para ocuparem os Povos Missioneiros, previstos para serem incorporados ao domínio de Portugal, nos termos do referido Tratado de 1750.

A 7ª, finalmente, consideramos a constituída pela fixação das tropas que a partir de 1762 se agrupam para a defesa e posterior retomada da Vila do Rio Grande e seu amplo território adjacente.

A realização do I Congresso de História Catarinense, promovido pelo Instituto Histórico de Santa Catarina para comemorar o segundo Centenário da Colonização Açoriana no Brasil Meridional é outro acontecimento a considerar. Foi, naquela oportunidade revista a documentação relacionada ao evento. Ficou evidenciada a iniciativa (1746) dos moradores das Ilhas dos Açores, pedindo providências ao rei para solucionar o excesso de população que os afligia, transportando casais para a América.

Pela resolução de 31-VII-1746 d. João V (1689-1750)

...faz mercê aos casais das ilhas que se quiserem estabelecer no Brasil de lhes facilitar o transporte e estabelecimento, mandando-os transportar à custa de sua Real Fazenda, não só por mar, mas também por terra, até os sítios que se lhes destinar...

O Conselho Ultramarino, consultado, admitiu que *se mandasse até 4000 casais para as partes do Brasil que fosse mais preciso povoar logo*. Para se cumprir a determinação do Conselho foram fixados editais nas ilhas dos

Açores e Madeira para o alistamento dos interessados na mudança. A Provisão Régia de 9-VIII-1747 ordena o transporte e o *estabelecimento de casais na Ilha de Santa Catarina como na terra firme*.

Segundo Walter Piazza, historiador dedicado ao estudo da contribuição açoriana em Santa Catarina, informa-nos que o primeiro transporte de ilhéus chegou ao porto de Desterro (hoje Florianópolis) em 6-I-1748, desembarcando *85 casais e seus filhos e agregados e dois vigários...* Estima este autor em 6071 o total de ilhéus fixados em Santa Catarina (1748-56).

Alguns desses casais passaram para o Presídio de Rio Grande, onde se estabeleceram, amparados pelas medidas oficiais que os transferiram dos Açores e Madeira para o sul do Brasil. Os locais previstos para a sua acomodação, pela costa marítima, era desde a Vila de São Francisco até São Miguel (nas proximidades de Chuí). Por isso em registros eclesiais são encontradas referências de sua presença desde esta data.

Aurélio Porto por suas pesquisas, identificou os primeiros açorianos batizados em 1749 em Rio Grande. Um, chamado Felipe, em 8-V-1749, era filho de João Fernandes e de Helena de São José, naturais da ilha Terceira; e Francisco, em 6-VI-1749, filho de Manoel Cardoso Pinto e de Rita Maria, naturais de Angra (Terceira).

Moacir Domingues, relacionando com objetivos genealógicos todos os batismos realizados em Rio Grande, registrou cinco batismos de ilhéus realizados durante o ano de 1749. Informa-nos que nos anos de 1750 e 1751 também foram cinco os registros, em cada ano, de batismos de filhos de ilhéus.

Mas Aurélio Porto nos assegura que *...em 1752 os batismos já sobrem para 24; em 1753 a 40; em 1754 a 82* (batizados) o que, necessariamente, nos autoriza acreditar que o aumento do número decorre da maior presença de açorianos que atenderam à convocação de Gomes Freire de Andrada para a ocupação das Missões.

Muitos ilhéus já estavam antes no Brasil de onde puderam se transferir para o Rio Grande de São Pedro quando da instalação do Presídio (1737).

Como exemplo podemos referir o caso de Domingos da Costa Couto. Nascido na Ilha de S. Miguel, veio para o Brasil. No Rio de Janeiro, na Colônia do Sacramento como em Rio Grande e Rio Pardo, prestou serviços militares. No Rio, salvou uma peça de artilharia afundada no mar *a oito braças de fundo, rebentando até sangue pelos ouvidos...*; Em Rio Grande, sabemos que por ocasião da revolta dos soldados do Regimento de Dragões (1742) não aderiu. Domingos da Costa Couto se fixou no RS, depois de casado com paulista que lhe gerou pelo menos sete filhos, nascidos em Viamão, Rio Grande e Rio Pardo.

Mas estes açorianos, chegados antes de 1752 no Rio Grande do Sul, devem ser considerados como casos isolados, não podendo autorizar o reconhecimento de início da colonização açoriana no Rio Grande do Sul.

Como acima afirmamos, a colonização açoriana integrou a quinta das sete correntes povoadoras deste Estado, aliás, a mais numerosa.

O Tratado de Madrid representa, em seu aspecto teórico, um esforço de se resolver a velha questão de limite entre Portugal e Espanha, que precedeu até a descoberta do Brasil (a questão tordesilhana).

Apesar do ingente esforço do grande diplomata Alexandre de Gusmão, o interesse dos negociadores castelhanos não fora resolver, em definitivo, a velha questão de fronteira entre as duas Coroas.

Foram nomeados, respectivamente, o marquês de Valdelírios, por parte de Espanha e Gomes Freire de Andrada, comissário de Portugal, para dar execução ao tratado.

Gomes Freire de Andrada, nomeado em 21 de agosto de 1751, já em 16 de janeiro de 1752 tomou medidas efetivas para o cumprimento de seu mandato, fazendo publicar o Bando convocatório de que consta o

significativo trecho que transcrevemos:

...Faço saber a toda pessoa que se quiser com a sua família ou sem ela, estabelecer nas ditas terras, tanto nas sete Aldeias que hoje se acham povoadas e os Padres entregam inteiras em casas como nas mais terras que delas correm para Castilhos, Rio Grande e Santa Catarina: Ihe concedo, em nome de S.M. o mesmo mantimento, subsistência, ferramenta e mais convivências, que o dito Senhor tem dado aos Casaes que mandou tirar nas ilhas e ao presente estão na de Santa Catarina dando-se-lhe maior número de gados e éguas que a estes, na ilha são permitidos...

Sem dúvida foi esta convocação que atraiu os numerosos *Casais Açorianos* que passaram ao Continente, constituindo o verdadeiro início da colonização açoriana. Este contingente ilhéu ficou conhecido como *casais de número*. Nos livros de registros eclesiásticos da época, guarda-se sua presença como *casais que S.M. manda para as novas povoações das Missões*.

Seu trajeto por mar (até Rio Grande), ou terrestre (por Conceição do Arroio – atual cidade de Osório – Mostardas, Viamão ou Porto Alegre), ficou marcado pelas escalas feitas, constantes nos registros paroquiais em que celebravam seus casamentos, batizados ou óbitos.

Surgiram, porém, dificuldades para o seu assentamento nas Missões. Houve, como é sabido, resistência na entrega das Missões e subsequente guerra (1754-1756) e até anulação do Tratado de Madrid (1761).

Infelizmente, apenas começada a operação da chegada dos ilhéus, procedentes de Santa Catarina, irrompeu um estado de beligerância: primeiro por ocasião das Aldeias missionárias e, depois, sobrevém a ocupação da Vila do Rio Grande pelos espanhóis (1763-1776).

Vão se acumulando os problemas administrativos.

O povoamento das Missões ficou adiado.

Os açorianos tiveram de ficar retidos nas diferentes etapas da marcha. E foram nelas se arranchando. Assim, por exemplo, surgiu o *Arraial de Ilhéus* (Porto Alegre), como refere o sargento-mór Luiz Manoel de Azevedo Carneiro da Cunha, em sua *MEMÓRIA*, e, na *BREVE NOTÍCIA*, atribuída ao cel. Miguel Ângelo Blasco, se lê: *A povoação (porto de Viamão) é um arraial de casa de palha habitadas de casais da ilha...*

Vinte anos depois de sua chegada ainda estava o governo demarcando os núcleos para sua acomodação.

No início do governo do cel. José Custódio de Sá e Faria (1764) foi que se tratou de promover a demarcação de lotes em dois sítios para a organização dos futuros núcleos de Taquarí e Porto Alegre. Desincumbia-se, assim, do que lhe fora determinado (como governador do Continente) pelo regimento respectivo, datado de 23-II-1764, inclusive *...achar alguns retalhos de terra... (onde) os poderá repartir pelos casais de ilhéus que são os melhores agricultores...*

Sua destinação agrícola, consolidada nas ilhas, teve aqui confirmação.

Em Osório introduziram a lavoura canavieira e engenho de açúcar; e Rio Grande e Rio Pardo a vitivinicultura; em Canguçu, Gravataí, Porto Alegre e Rio Pardo, plantaram o trigo e instalaram moinhos para a elaboração de farinha.

Em conclusão, à vista das provas apresentadas, consideradas suficientes e inequívocas, entendemos que, embora sem poder fixar uma data exata, o início da chamada *colonização açoriana* no Rio grande do sul, só poderá se referir a 1752, nunca a 1749.

Porto Alegre, 12-VIII-1999

[a] Paulo Jaurès Pedroso Xavier, relator

[a] Earle Diniz Macarthy Moreira
[a] Sérgio da Costa Franco ¹²⁶

Ao discorrer sobre as vicissitudes que marcaram a vinda dos açorianos para o Rio Grande do Sul e ao estabelecer as referências que permitem não só refazer o percurso histórico como afirmar as modalidades de atualização do mesmo, o parecer do Instituto Histórico e Geográfico afirma as características dessa presença açoriana na região. Valida a noção de provisoriedade ao tratar da questão da luta pela terra e das condições adversas enfrentadas pelos açorianos. Reafirma a permanência ao colocar os açorianos no contexto da “*ocupação humana*” do Rio Grande do Sul

Este documento representa o passado colonial restaurado na memória oficial, recolocando a questão para nós hoje. É a partir deste ato que percorremos um território, o correspondente a região do Parque Nacional da Lagoa o Peixe em particular e do Litoral em geral para a observação desta “açoranidade” no presente.

Em meados do século XX, o discurso oficial era nacionalista e tivemos a construção de uma brasilidade, com a emergência de um discurso culturalista e assimilacionista¹²⁷.

Recentemente outra onda modernizadora, entre as décadas de 1970 e 1980, calcada no desenvolvimento do turismo, colocou em evidência a necessidade de preservar a “cultura açoriana”. Entre intelectuais e lideranças açorianistas locais,

¹²⁶ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. n. 135. Porto Alegre: IHGRGS, 2000. p. 231.

¹²⁷ Os principais representantes deste discurso são Gylberto Freire (Casa Grande e Senzala) e Sérgio Buarque de Hollanda (Raízes do Brasil). No Rio Grande do Sul, os membros do Instituto Histórico e Geográfico tiveram protagonismo nesta construção, a partir da década de 30.

tornava-se urgente “resgatar” as “tradições” açorianas nos municípios do Estado onde esta colonização deixou as suas marcas na cultura material. Daí por diante, todos os elementos culturais, praticados pela cultura popular ganharam outro estatuto, o de cultura ancestral que necessita ser preservada sob pena de desaparecer. Segue então uma listagem imensa de manifestações culturais enquadradas dentro desta herança.

O motivo pelo qual o Governador do Estado do Rio Grande do Sul pede, em 2002, o parecer do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) é para a organização de uma celebração comemorativa aos 250 anos da colonização Açoriana no RS.

Esta evidência é reforçada desde 1990, quando o movimento cultural, que sempre houve, nas cidades de colonização açoriana, adquire um maior vulto e se institucionaliza com a parceria com órgãos governamentais do Arquipélago dos Açores. Esta institucionalização se dá com instalação de “Salas Açorianas” senão em todos, na maioria dos “municípios açorianos” no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Consolida-se então a figura do açoriano-descendente.

Nossa pesquisa demonstra que o território confere esta “açorianidade”. Ele é sacralizado (desde fora) de tal forma que todos os que nele habitam passam a ter esta associação. Inclusive descendentes de outras imigrações adquirem esta “açorianidade”, por viverem no território e por praticarem no seu cotidiano, as tradições próprias da açorianidade. Desde dentro, ou desde os pontos de vista dos que usufruem deste território, há por um lado a assimilação da idéia de açorianidade pelos que vivem de modo mais urbano e um ponto de vista bastante conflitado por quem tem de respeitar limites entre “a ilha de preservação ambiental” e o livre trânsito pelo território. Uma situação durante o trabalho de campo me chamou a atenção: é dito por quase todos os entrevistados que andar pelos matos,

cavalar entre os “combro” de areia, está cada vez mais perigoso. A guarda ambiental é implacável na multa. Mas estas são situações cotidianas. Transita-se muito na região seja para visitar amigos, seja para pescar, seja para vender o produto da lavoura, e “*não se tem dinheiro o tempo todo, para andar de ônibus*”.

Dois conceitos foram colocados aqui, o de açorianidade e, vinculado a ele o de território. Passamos então, analisá-los.

3.2. O “território açoriano”

No capítulo anterior, mencionamos que os territórios assumem uma conotação simbólica na medida em que estabelecem onde começa o mundo dos outros e que nesta pesquisa ele é dotado de historicidade, conforme explicitamos nas evidências historiográficas e documentais desta ocupação. Estas demarcações, apesar de permeáveis, fluidas ou simbólicas, têm sempre uma conotação política, pois são elas que limitam e propõem certa organização (social, física). Território, então, nesta pesquisa, é o espaço que um grupamento humano torna seu mediante o desenvolvimento de uma cultura, de um sistema de relações com o meio natural. Embutida nesta conceituação está a noção de fronteira, pois ela se estabelece ao dotar o território de limite, de um termo específico no qual simbólica e geograficamente começa o mundo dos outros¹²⁸. A questão é política também porque não há exemplo de delimitação de espaços que não aconteça junto com um conflito. Há sempre, portanto, um conflito latente e inerente.

A fronteira conforme apreendo se apresenta como um espaço de mediação, uma zona nebulosa onde são repensados, apreendidos, digeridos e

¹²⁸ **GIRALDO**, Manoel Lucena. Reformar as florestas. O tratado de 1777 e as demarcações entre América espanhola e a América portuguesa. **Revista Oceanos**. n. 40, dez 1999. p. 66-76. O autor está se reportando ao processo de delimitação proposta pelo Tratado de Santo Idelfonso, firmado por D. Maria de Portugal e Carlos III de Espanha, em 1º de outubro de 1777. O autor neste texto traz esta concepção de território que decidimos adotar nesta pesquisa por explicitar o aspecto conflitivo do estabelecimento de fronteira. Muitos estudos estão sendo produzidos se reportando à questão das fronteiras. Principalmente em relação à questão do entendimento das lógicas presentes nos encontros interculturais para, justamente, dar a consistência necessária a história sem a lógica da “história dos vencidos”. Porém, vale insistir que os “encontros interculturais” só podem ser analisados desta forma, com esta sofisticação analítica, por conta de um acontecimento visto sob o prisma da longa duração. Essas fronteiras transformaram os atores e as suas paisagens, conformaram outras organizações do modo de vida dos envolvidos. Quanto ao tema ver: **MARTINS**, Maria Cristina. *Sobre festas e celebrações as reduções do Paraguai (séculos XVII e XVIII)*. Passo Fundo: UPF Editora/Anpuh-RS, 2006. **MARTINS**, Maria Cristina, *Análise do processo de tradução intercultural nas missões cristãs no Brasil*. Resenha. **História Unisinos**, São Leopoldo. Vol. 10. n. 1, janeiro/abril 2006. **XAVIER**, Lúcia de Oliveira. Fronteira: reflexões sobre teorias e historiografia. **Em tempo de Histórias**, Revista dos alunos de Pós-Graduação em História. Ano 5, no. 5, 2001. Universidade de Brasília. **GUTIERREZ**, H.; **NAXARA** Márcia & **LOPES**, Maria Aparecida (orgs.). *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. São Paulo: Olho d'água, 2003. Os organizadores dividiram o livro em dois momentos para dar conta das fronteiras como fundadoras de identidades e como essas fronteiras transformam as paisagens e os personagens tocados neste processo.

praticados os pressupostos tanto teóricos quanto práticos da compreensão do mundo, onde é possível operar com o tradicional, o moderno e suas metamorfoses. No território em questão, as várias temporalidades postas por estas categorias se apresentam como um todo complexo. Há uma tal intersecção do tradicional com o moderno que ambos estão em constante movimento. Em constante metamorfose.

Isso implica enfatizar a reflexividade humana, a nossa capacidade de permanentemente tecer essa dimensão simbólica, monitorar e resignificar nossas relações com os mundos social e natural, reconstruindo inclusive nossas identificações individuais e coletivas, nossos processos interativos. Essa interação neste espaço intermediário do plano do diálogo, um espaço sinuoso, cria um mundo ou a compreensão das diferenças entre os mundos.

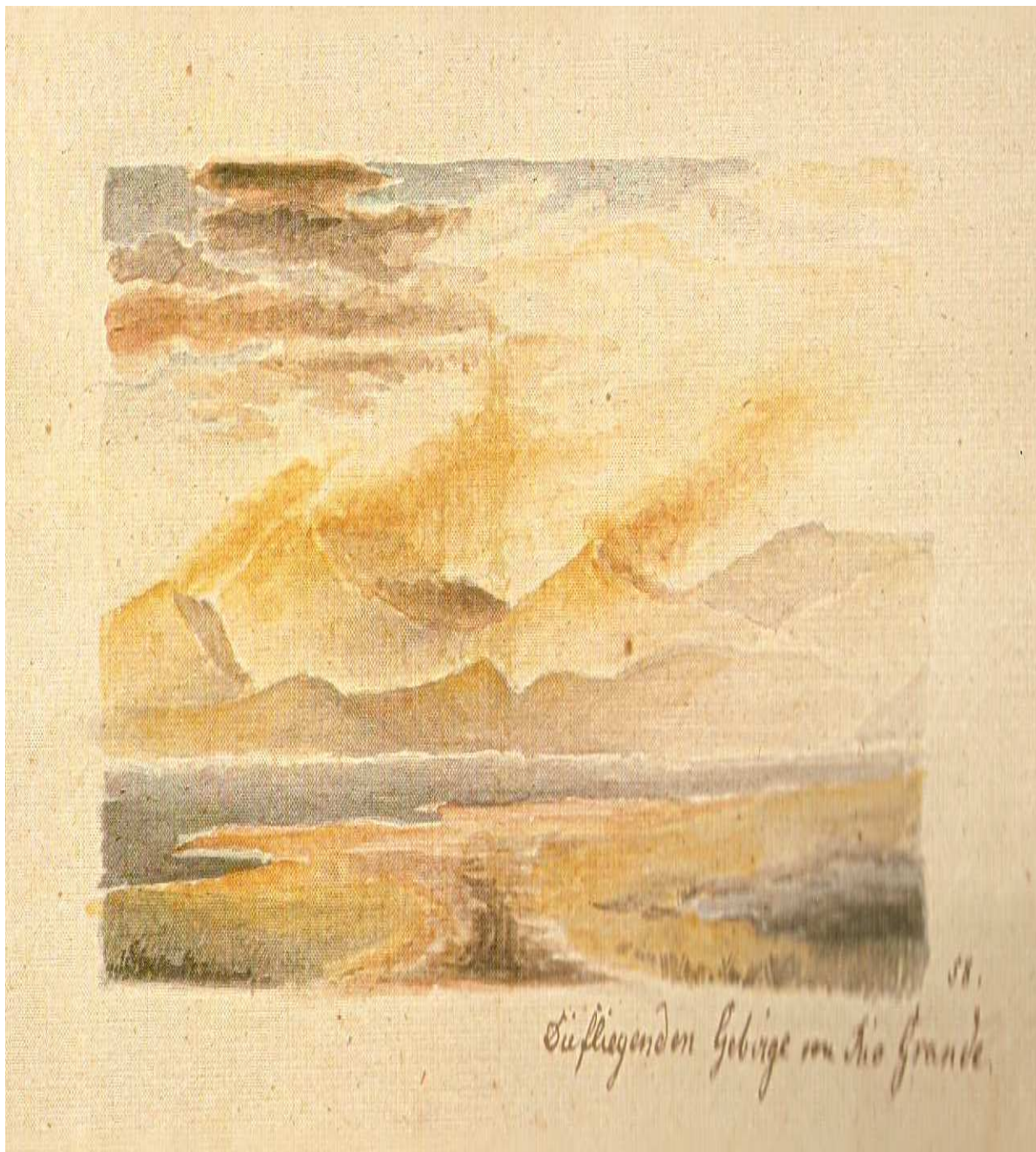
A nossa pesquisa aponta como uma questão fundamental neste movimento de perspectivas e temporalidades: está contida aí uma forte presença de uma herança histórica que já se transformou na estética destes grupamentos que habitam o “território açoriano”, presente na estética da “busca pela terra prometida”. A provisoriedade se transformou no seu traço permanente de conformação cultural.

Está presente nos relatos de cronistas, nos documentos do passado e está presente nas narrativas do presente antropológico: São comunidades¹²⁹ que vivem o seu cotidiano, se deslocando, tal qual a paisagem arenosa.

A comparação entre uma imagem feita por um viajante no século XIX (Rudolf Hermann Wendroth) e a paisagem contemporânea retrata essa relação.

¹²⁹ Sobre esta questão ver **SCOTT**, Ana Sílvia Volpi. *Da reconstituição de famílias à reconstrução de comunidades históricas: um exemplo do Noroeste de Portugal*. Boletim de História Demográfica. Ano IX. n. 26, Agosto/2002. <http://www.brnuede.com>, acessado em 30 de junho de 2007.

Rudolf Hermann Wendroth em 1852 pintou as “Montanhas Voadoras”. Hoje os nativos da região do Parque Nacional da Lagoa do Peixe identificam essa mesma paisagem como os “combros que crescem” quando o vento sul sopra.



Fonte: Aquarelas de Rudolf Hermann Wendroth. **Montanhas Voadoras**. Excursões na Província. O Rio Grande do Sul em 1852.



Balneário Mostardense, Mostardas, 2008.



Parque Nac. da Lagoa do Peixe, 2006.

Os Municípios que compõe a região do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (Mostardas, Tavares, São José do Norte ao qual a “vila” do Bojuru pertence) são percorridos cotidianamente pelos nativos do lugar. As notícias também são

cotidianas e são transmitidas em conversas, na praça, no portão das casas, nos restaurantes, nas lojas de comércio, nos mercadinhos. Deslocam-se para vender o produto da agricultura, para pescar e vender o peixe, para visitar e em ocasiões especiais, que requerem melhor organização, quando vão participar das festas: do Divino Espírito Santo, Nossa Senhora de Navegantes, São Luiz (padroeiro de Mostardas) São Simão (que acontece na praia de São Simão). Para estas festividades são organizadas caravanas e o poder público auxilia fornecendo o ônibus ou o caminhão, veículos que possam fazer a “travessia na areia” já que também está proibida a construção de estradas, pois nas lagozinhas entre os juncos e cômoros vivem as garças e também as corujas fazem as tocas. Antes que as máquinas passem pela estrada é comum observar alguém espantando os animais para que as máquinas não passem por cima deles, ou mesmo das tocas das corujas.

Num passado não muito recente eram comuns as “volantes”, casas construídas sobre rodas que eram “estacionadas” nos lugares onde haveria uma festa. Eram cavados buracos para acomodar as rodas, de maneira que a Volante ficava na altura boa para as pessoas subirem. As moradias construídas próximas às lagoas da região tinham que ser altas para que durante as cheias das marés (que enchem as Lagoas) não fossem levadas pelas águas.



A casa volante em Mostardas.



Casa durante enchente em Mostardas.

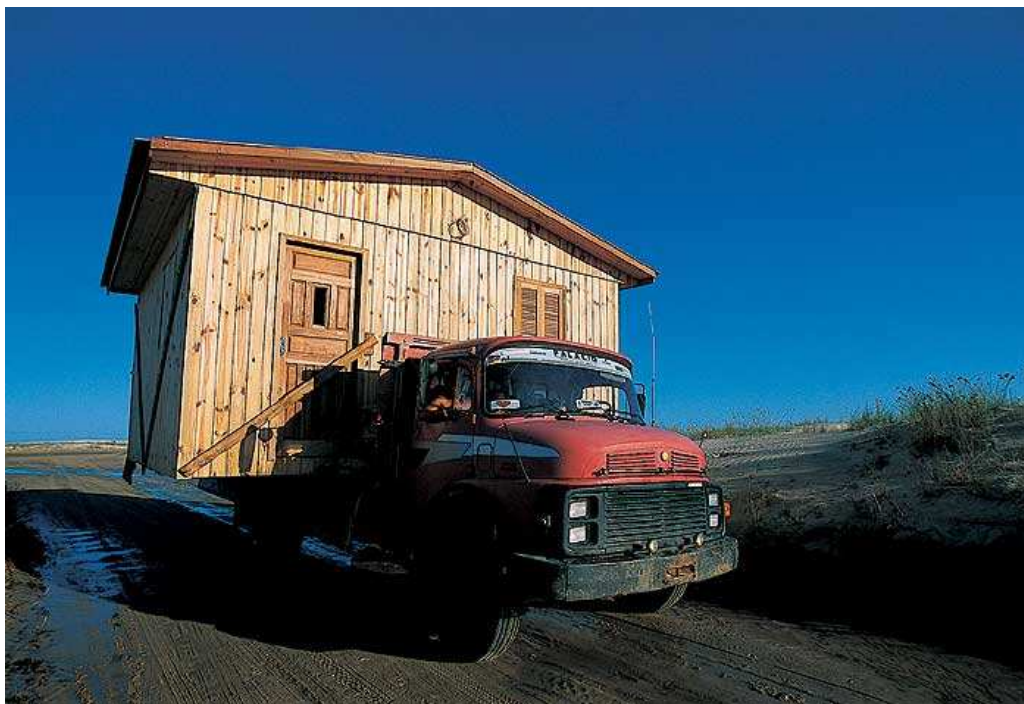
Outra característica do trânsito das pessoas são as casas transportadas.

“Antigamente eram feitas com carros de boi, mas hoje em dia são as prefeituras de Tavares ou Mostardas que fazem o transporte.” Em função das areias que se movimentam, as casas são invadidas, sendo que os moradores não dão conta de tirar. *“Nós temos uma casa lá no Talha-mar, mas ficamos sem ir lá uma temporada e a areia tomou conta. Não sei o que vamos fazer. Tá lá, cheia de areia”.* *“Minha casa no Bojuru, eu mudei de lugar. As areias cresceram e não dava mais para ficar lá.”* É muito comum as famílias terem mais de uma casa. A casa para pescar e a casa para morar. *“Fica mais fácil sair para pescar e ficar lá mais perto da Lagoa, mas tem que escolher um lugar que a areia não cresça tanto”.*

Durante a pesquisa de campo tivemos oportunidade de conhecer famílias que visitam a Região do Parque, não como turistas, mas como verdadeiros habitués. São famílias e grupos de famílias que continuam freqüentando a região mesmo não morando mais, ou ainda mantendo a rede familiar e parental, praticada há muitas gerações. Famílias que moram em Pelotas, Rio Grande ou mais longe, Triunfo ou Taquari. Eles transportam presentes, utensílios e mantêm uma rede de socialidade, sociabilidade e reciprocidade, o que nos levou a trabalhar com a idéia de comunidade. Ana Sílvia Scott avalia o conceito de comunidade da seguinte maneira:

De qualquer modo, o estudo de comunidade é um dos meios mais indicados para se avaliar como os indivíduos, que viveram num determinado espaço geográfico e num dado espaço temporal, definiram os seus arranjos familiares, como organizaram os seus agregados domésticos, como se relacionaram com parentes e vizinhos, como sobreviveram à passagem das gerações (em termos de transmissão de autoridade e de patrimônio) e como tiveram (se tiveram) acesso aos meios de produção, principalmente a terra.¹³⁰

¹³⁰ SCOTT, Ana Sílvia. Op. Cit. Também sobre essa questão ver a coletânea de textos: O’NEILL, Brian Juan e BRITO, Joaquim Pais de. Lugares de aqui. Actas do Seminário *Terrenos Portugueses*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991. Coleção Portugal de Perto. Os artigos compilados nos mostram que a antropologia



O deslocamento das casas na região entre a Lagoa do Peixe e o Bojuru.

As “Comunidades Açorianas” apresentam um modo de vida muito semelhantes no jeito de amainar a terra, e mesmo os que não têm mais a terra como meio de vida, possuem um conhecimento sobre o plantio e sobre os elementos da natureza. Um conhecimento sobre as plantas terapêuticas e o modo como prepará-las, uma culinária semelhante, as rezas e o jeito de fazer as promessas. Todas essas questões iremos tratar no capítulo seguinte.

Todos os indivíduos entrevistados são moradores na região há mais de duas gerações pelo menos, e durante nossa estadia na Sala Açoriana de Mostardas, tivemos oportunidade de “manter conhecimento” com membros da comunidade,

portuguesa está, também, preocupada com os diferentes lugares e suas significações. Os autores analisam a questão “*como isso se tornou o que é*”, ou seja, as técnicas da circulação de idéias com as quais uma sociedade treina as novas gerações. Estes artigos se tornaram importantes no nosso estudo pois a questão da subordinação dos indivíduos ao social e às memórias coletivas das sociedades, juntamente com o fato de que estes indivíduos nascem em tempos diferentes, confere às técnicas a possibilidade de relacioná-los em um presente etnográfico. O que importa saber é que as técnicas são, sempre, históricas e precedem os indivíduos na ação de relacioná-los entre si e com a sociedade.

estimuladas pela presença do acervo de artefatos e fotografias dos Açores, resolveram fazer a sua árvore genealógica.

O horizonte de ocupação do território é bem vasto e as comunidades agem de acordo com a familiaridade e parentalidade que mantêm com o espaço. Ele é muito rico de significações e as condições adversas que mantêm com as distâncias, com os acidentes naturais, com as dificuldades de manutenção das casas se tornaram parte da sua “personalidade”.¹³¹ Das crianças aos velhos, todos conhecem muito o território em questão. É muito íntima a relação com o ambiente que está impregnado na alma.

No início da pesquisa estava convencida que os habitantes da Lagoa do Peixe seriam o “alvo” das entrevistas. No decorrer da investigação a noção de território e os significados a ele atribuídos e a presença das relações sociais com o território e o ambiente ampliaram esta percepção. Pessoas que viviam na cidade incluíam nas suas narrativas a estreita relação. E lembram com carinho dos tempos vividos junto à Lagoa do Peixe.

Quando criança ia pescar na Lagoa, levávamos todo o equipamento que dispúnhamos. Meu pai montava a pescaria e nós corríamos na Lagoa, bem rasiada com as águas quentinhas, dava quase para pegar o peixe com a mão. Tirávamos muito camarão que minha mãe secava e nós comíamos camarão seco por boa parte do ano. (Rosalvo, hoje residente em Santo Antônio da Patrulha, passou sua infância e boa parte da vida adolescente freqüentando “essas paragens” entre Tavares e Mostardas, filho de Albertina)

E segue:

¹³¹ Antropológico Blues: sempre que nós aparecíamos para uma conversa, com chimarrão numa mão e o gravador na outra, antes de iniciarmos as conversas, havia sempre uma brincadeira acerca do tempo, das areias, do vento... “A professora (como era tratada) tá cansada do vento zunindo nos ouvidos?” “Ué.... atolou na areia... também carro da cidade não é acostumado a andar aqui nas areias.” “Hoje demorou menos, professora, já se acostumou com as estradas?” (deixando claro que é da falta delas que está falando).

O município de São José do Norte vinha até aqui, na Solidão, que é quase Osório. Era um município comprido. Era quase uma Ilha. Como se chama hoje... um istmo. De um lado o mar, do outro lado já era a Lagoa dos Patos. Então tinha o Bojuru, Tavares, Mostardas. A passagem dos caminhoneiros era pela beira da Praia. Não tinha estrada. Era terrível. A viagem pela praia já começava em Tramandaí. A Estrada do Inferno era um inferno mesmo. Quando chegava à Barra eles esperavam que o mar baixasse, e areia ficasse mais firme, que o vento virasse para Nordeste e prosseguiam até Tavares. Lá eles atravessavam a Lagoa do Peixe. Isso só era possível antes de abrir a Barra e a Lagoa encher. Porque os caminhões eram à gasolina e apagavam. Era isso aí, uma peripécia e meu pai fazia parte destes homens. Tinha que observar o funcionamento das coisas para poder fazer a travessia. Vinham muitos “catarinas” tiravam o camarão de pá e botavam dentro dos caminhões. A fartura era tão grande que minha mãe trocava galinha, ovos e tudo o mais que ela fazia (pão, geléia). Eu pescava, eu e os meus camaradas. Nós andávamos por tudo isso. Era muito bom...(grifo nosso).

Nessa narrativa estão presentes várias temporalidades. Nas quais o narrador também se transporta. A conversa se deu em Santo Antônio da Patrulha e ele se referiu à Praia da Solidão, próxima de Mostardas, como “aqui”. Por motivos que não se referem ao nosso foco de pesquisa, os projetos se modificaram e com eles a mudança de cidade de residência. Veio a necessidade de concluir os estudos, e com isso os projetos familiares são mudados. E a memória da vida neste território está muito ligada aos novos projetos.

Nós tínhamos um hotel em Tavares. Tinha quarto, tinha tudo, Tinha um médico que se hospedava lá que vinha de Rio Grande que atendia lá. E eu ganhava uma percentagem para entregar a s fichas e fazer a organização do pessoal. Eu ganhava um dinheirinho extra e também trabalhava no hotel. Todos os filhos trabalhavam lá. O mais velho principalmente. Depois ele foi interno num Colégio de Rio Grande. Foi o padre de Mostardas que arrumou para ele. Enquanto isso meu marido tinha um caminhão e levava cebola para Rio Grande e até para São Paulo. No Hotel se hospedavam os caixeiros viajantes, os motoristas de caminhão e as famílias vindas de Santa Catarina para colher e carregar a cebola e pescar na Lagoa. Muitas vezes eu ajudava com as crianças as mães que acompanhavam seus maridos na pesca. Quando vinha o Padre de Mostardas para fazer os casamentos ou os batizados, ele fazia logo uma porção. Ele se hospedava no meu Hotel. As crianças choravam, uns tinham dor de barriga, outros uma gripezinha. Nós fazíamos um chazinho, ou caldinho, para esperar a hora do batizado. As mães agradeciam muito. Às vezes o médico tinha de fazer operação e tudo tinha que estar muito limpinho. Eu ajudava mantinha tudo limpinho para não dar infecção. Era um povo bem pobre. (Dona Albertina,

residente em Santo Antonio da Patrulha, mãe de Rosalvo)

E segue:

Nossa luz era de cata-vento. Era muito bonita a pesca. De noite, era a Lagoa era toda iluminada com os lampiões. Que rico camarão. Hoje não sei como está. Mas foi um tempo de muito trabalho, de muita luta. Tudo mais difícil. Mas eu hoje sinto saudade. Era um tempo bom. Até das dificuldades eu tenho saudade. Era outra vida. Não se via a miséria que se vê hoje. Tinha gente pobre, mas tinha mais amor, a gente se ajudava mais e se ajudava porque a gente vivia as mesmas dificuldades”

Novamente as lembranças são movimentadas pelos projetos. Na época relatada se menciona o trabalho e o trabalho da ajuda e hoje esta luta é avaliada através da existência do amor. Na medida em que a conversa avançava sua avaliação sobre um passado de lutas se modificava e as suas ações foram justificadas pelo amor, pela vontade de ajudar. Quando terminamos a nossa conversa e agradecemos a gentileza de compartilhar uma tarde inteira de domingo, dona Albertina responde: Eu é que agradeço fazia tempo que não falava sobre isso, que não pensava naquele tempo. Conversando contigo pude pensar e ver que era um tempo bom e que consegui ajudar muita gente e ser ajudada também.

A memória sobre o lugar, sobre as práticas sociais e culturais realizadas podem ser analisadas, vinculando memória e projeto. O passado se apresenta descontínuo. A consistência e o significado desse passado vai se articulando na medida em que se articulam os “projetos” eles dão sentido e estabelecem a continuidade entre diferentes momentos. Ao tempo vai-se justapondo em camadas e é significado na medida dos acontecimentos. Na narrativa de Rosalvo, por exemplo, a memória do pai é articulada também à sua própria memória. São temporalidades significadas pela memória. No final da conversa ouço de Rosalvo: “*se eu lembrar mais, te conto mais*”. Essas narrativas memoriais são circunscritas em um acontecimento presente. Temos que ter em mente que só foi relatada desta

maneira, nesta circunstância e porque o pesquisador também tinha intenções circunscritas.¹³²

Para concluir, reiteramos a noção que de território posta na nossa pesquisa: as comunidades agem de acordo com a familiaridade, parentalidade, rede de relações que dão sentido ao seu *habitat*. No território onde a nossa pesquisa se desenvolve temos somado a essa questão, uma ancestralidade, para a qual este próprio território se apresenta como herdeiro. A pesca na Lagoa, as práticas agrícolas, fazem parte de uma estética consoante aos valores e comportamentos culturais, que remetem há outros tempos. Nestes territórios as comunidades transmitem suas tradições e afirmam sua memória coletiva e resulta naquilo que é vivenciado pelas comunidades.

Convém ressaltar que para outras comunidades esta perspectiva é igualmente verdadeira. São comunidades de negros que vivem nessa região, que reivindicam suas terras e que em várias manifestações culturais têm suas tradições invocadas. Como nos reisados e ensaios de promessa, de Mostardas. Essas manifestações serão trabalhadas no próximo capítulo. Também são manifestações que trazem esta estética marcadamente ancestral.

¹³² Há uma larga discussão no campo da História Oral sobre o estatuto das entrevistas. Como e quando as entrevistas podem ser consideradas documentos. Quanto a esta discussão ver: **MEIHY**, José Carlos Sebe Bom, (org.). *(Re) Introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996. e **FERREIRA**, Marieta de Moraes & **AMADO**, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

3.3. A açorianidade

Todas as culturas, hoje, são culturas de fronteira.

Nestor Canclini

A “cultura açoriana” no Rio Grande do Sul pode ser colocada na listagem de fenômenos de “tradição inventada” que segundo os autores é “um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras, tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica vieram inculcar certos valores e normas ao passado”¹³³. Conforme nos coloca Roberto Cardoso de Oliveira as tais “tradições inventadas, sob a égide da globalização e sempre revigoradas pelos estudos sobre identidade, se tornaram o ‘mote’ explicativo para as inúmeras identidades múltiplas e heterogêneas”¹³⁴. Tornou-se lugar comum a afirmação de que as tradições culturais e as identidades são inventadas. Não nos parece que tudo se enquadre dentro desta perspectiva. Nem nos ancoraremos no precedente lógico desta a afirmação que afirma serem as identidades fragmentadas à espera de uma unidade artificialmente construída.

Procuramos trabalhar, a exemplo do capítulo anterior, com uma maior complexidade, percebendo a reelaboração cultural e adotando a idéia de circularidade dos processos históricos¹³⁵, que nos permite referir-nos a adaptações de itens culturais estrangeiros que são tão completas que o resultado pode mesmo ser “reexportado” para o lugar de origem. Esta posição não minimiza a modulação das situações históricas e concretas vividas pelos atores e agentes culturais.

¹³³ HOBBSAWM, E. & RANGER, T. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1984. p. 9.

¹³⁴ OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Os (des)caminhos da Identidade*. Rev. Bras. Ciências Sociais. Vol. 5, nº 42. São Paulo: ANPOCS, fev. 2000.

¹³⁵ Conforme BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, primavera de 2003. Coleção Aldus 18.

Marshal Sahlins¹³⁶ apresenta da seguinte forma. “a defesa da tradição implica alguma consciência; a consciência da tradição implica uma invenção; a invenção da tradição implica alguma tradição”. Esta perspectiva coloca um limite nos essencialismos e um repensar na “invenção da invenção”. Trabalhamos então, com a noção de uma estética açoriana, que associa pertencimento dos açorianos descendentes do Rio Grande do Sul aos açorianos do Arquipélago dos Açores, que valoriza as diferenças nas construções sociais e dá valor às tradições próprias em face do outro.

Atualmente, as comunidades açorianas do Rio Grande do Sul têm se esforçado no estreitamento dos laços com as comunidades de lá, do Arquipélago dos Açores. Os laços de pertencimento têm se fortalecido com o empenho da Direção Geral dos Açores, que pensa em uma comunidade diaspórica de imigrantes e descendentes. Este empenho se materializa no apoio a eventos que ritualizem estes laços como seminários, congressos, missões de estudos e também na construção e manutenção das Salas Açorianas nos municípios açorianos no Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Há nestas Salas um acervo de livros sobre os Açores, exemplares de indumentárias típicas, coleção de bonecos com roupas folclóricas, artesanato em escamas de peixe¹³⁷.

A Direção Geral das Comunidades dos Açores mantém uma assinatura de um jornal periódico das Ilhas (que é guardado na vitrine como mais uma peça musealizada). Nesta Sala, para consulta do visitante, são mostrados trabalhos

¹³⁶ SAHLINS, Marshal. O pessimismo sentimental I e II. *Revista Mana*, vol. 3, nº1. jan/out 1997. Rio de Janeiro, Museu Nacional.

¹³⁷ Baseado nestes exemplos de artesanato com escamas de peixe, o SEBRAE promoveu, dentro do seu projeto de geração de renda e economia social solidária, cursos de artesanato com escamas de peixe. As mulheres de pescadores, se reúnem para limpar as escamas, secar, colorir e fazer bijuterias, móveis e algumas fazem rosas de escamas. Recentemente a Associação de Artesãs da Ilha da Pintada lançaram um catálogo com as fotografias das bijuterias, as modelos são as jovens locais. O lançamento do catálogo foi na Páscoa de 2007, durante a Festa da Tainha na Ilha da Pintada e a exposição, na PUCRS, em Porto Alegre.

escolares, teses, monografias de conclusão de curso, cujo tema envolve a cidade, o artesanato, o Parque Nacional da Lagoa do Peixe.

Luzia, a funcionária mostra estes trabalhos e cartazes. Dentre estes trabalhos está uma lista de nomes e sobrenomes de origem açoriana, para as pessoas consultarem. Luzia encontrou seu sobrenome na listagem e se tranqüilizou. Ela é açoriana. É Lemos da Costa e tanto Lemos quanto Costa estão contidos na lista. Nesta esteira, tudo na cidade é açoriano porque Mostardas é de tradição açoriana. E dito isso nos trouxe os livros do general Borges Fortes, entre eles *Casais*, e uma caixa de fotografias antigas. “*Tudo açoriano*”. Conversando um pouco mais, nos traz um trabalho sobre o artesanato em lã, o Cobertor Mostardeiro, e diz que não tem nada das festas religiosas, “*esta parte açoriana está com a Secretária da Cultura e Turismo para fazer a propaganda daqui*”. Luzia se tornou uma grande interlocutora para nos mostrar toda a açorianidade de Mostardas. Ela é um exemplo desta circularidade acima referenciada.

Eugênio Pascele Lacerda, diz que o termo açorianidade foi cunhado na década de 1930 pelo escritor açoriano Vitorino Nemésio e traduzia, na época, um esforço sistemático e permanente de intelectuais e organizações políticas açorianas para fixar, no imaginário português, um espaço da diferença. O discurso da açorianidade atravessou o século XX,

vindo a constituir-se hoje como mote unificador da crescente aproximação, intercâmbio e valorização mútua entre os açores e as comunidades de imigrantes e descendentes espalhados pelos Estados Unidos, Canadá, Havaí, Venezuela e Bermudas.¹³⁸

¹³⁸ LACERDA, Eugênio Pascele. *O Atlântico Açoriano. Uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade*. Florianópolis, UFSC. 2003. Tese de doutorado em Antropologia Social.

A açorianidade é buscada então, nos livros, ensinada nas escolas e exibidas em Museus.

No cotidiano das pessoas esta questão aparece de outra forma. Eles se dizem Mostardeiros, Rapadureiros (Santo Antônio da Patrulha) Bicuíras (praias), Ilhéu (Ilha da Pintada) ou simplesmente Gaúcho. Porém, se passamos para outro nível, o dos ofícios (a pesca e a confecção dos cobertores), da agricultura (conhecimento sobre o plantio, o trato com os animais), da religiosidade, da saudade e da imaginação fantástica, da culinária veremos que as marcas da açorianidade ficam mais visíveis. Dessa imaterialidade tratará o próximo capítulo.

Capítulo 4

A permanência ou a dialética da mudança

4.1. Estética açoriana

Por trás da superfície agitada da mudança inscrita na sociedade moderno-contemporânea através do projeto civilizatório da Modernidade, existem permanências. Neste processo de mudança as permanências são responsáveis pela e pela existência e pela continuidade das comunidades-alvo deste estudo. Comunidades açorianas que habitam a região do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, apesar de todo o conflito que os acompanha desde os primórdios da colonização sul-riograndense. Nesta pesquisa conflito é trabalhado no sentido Simmeliano que o coloca como sendo inerente às relações sociais. Portanto estado de conflito seria um dos motivos da permanência e existência do Grupo. Está também, na imaterialidade da cultura, a permanência da estética açoriana, que não é trabalhada como identidade pois mesmo nos rituais, culinária, celebrações e imaginário fantástico houve mudanças e a construção de uma estética brasileira de maneira geral, e gaúcha de forma mais particular.

Durante a pesquisa de campo, auxiliada por narrativas de cronistas e historiadores fui percorrendo esta trilha das manifestações culturais presentes nas comunidades e percebemos uma gama de Festividades Religiosas ligadas ao calendário cristão mas com toda a especificidade das crenças locais. Estas Festas são a do Divino Espírito Santo, Que acontece na maioria dos municípios de origem açoriana e cada uma delas com as suas especificidades.

São atividades coletivas, marcadas pela sazonalidade entre a agricultura e a pesca onde os tempos sociais são demarcados: há um “tempo de trabalho” , há um tempo de festa, há um “tempo da sociabilidade”, há um “tempo de chorar os

mortos, há um “tempo das promessas” e o da “época” da tainha ; o ciclo do Divino ou do “Terno de Reis, e assim por diante. O calendário é estruturado em tempos sociais, cosmológico pois sugere uma idéia de retorno do tempo em ciclos, a alternância entre a celebração da fertilidade (boas safras na lavoura, boas safras de peixe, farturas na mesa) e a celebração da dor (chorar os mortos, a Paixão de Cristo); tempos marcados ora pelo chamamento do Santo (festa dos Padroeiros, do Divino) ora pela mobilização do trabalho (a reciprocidade, a camaradagem na lida com a pesca), ou pela “folgança” e algazarra (os Bailes).

Cada celebração recarrega simbolicamente as comunidades de fiéis, atualiza a cultura e reordena o sistema classificatório (os interditos) das comunidades.

Dona Élide nos disse, durante a Festa de São Simão: *“É como se a gente chegasse vazia e saísse cheia. Com coragem para enfrentar a vida”*. Nesta frase, Dona Élide resumiu o significado antropológico dos ritos e formulou a idéia de condução do tempo.

Entre uma festividade e outra a freqüência na igreja é diária. Nos tempos atuais as festas fazem parte de um Calendário turístico e as comunidades entram em contato umas com as outras para que não coincida com o dia das festividade. O que nem sempre é possível.

Também os “Ternos” (como são chamados) estão cada vez mais escassos. Tio Nilo é convidado por mais de uma comunidade, além da de Mostardas para cantar o “Terno” e se “apresentar” nas Festas dos Santos Padroeiros. Ele mesmo sente muito porque agora não é mais católico e não pode mais participar.

Somente por um especial favor atende aos “Casais Festeiros “¹³⁹

Apresentamos um conjunto de imagens capturadas por nós que mostram esta estética Açoriana presente nas Igrejas.¹⁴⁰



Foto : dona Élda levando água para benzer.

¹³⁹ Esta nomação para os organizadores das Festas, de Casais Festeiros, é uma referência aos “Casais de Número” como eram chamados os colonizadores. Hoje, nem sempre os Casais Festeiros são formados por Casais, são formados por senhoras e senhores, que se juntam aos pares para se apresentar.

¹⁴⁰ Em anexo algumas notas sobre estas festividades.



Foto : barco no altar



Foto : altar-mór da Igreja Matriz de Mostardas.

4.2. Natureza e imaginário

Onde o mar acaba

1.

se o mar acaba

o que acontece

à terra

ao ar

ao fogo?

se o mar acaba

o que acontece

à água?

onde começa o fogo / acaba o ar

onde acaba o ar / começa o vácuo

onde começa o vácuo / acabo eu

onde acabo eu / começa tu

onde começa tu / acaba o mar

onde acaba o mar / vivemos nós

2.

onde acaba o mar / começa o ar

onde acaba o ar / começa o fogo

onde acaba o fogo / começa a terra

onde acaba a terra / começa o mar

onde começa o mar / começa o ar

onde começa o ar / começa o fogo

onde começa o fogo / começa a terra

onde começa a terra / começo eu

onde começo eu / acaba o mar

onde acaba o mar / começa o fogo

3.

se o mar acaba o espaço se bifurca

em siderais paisagens e profundos

abismos

entre macro galáxias e micro sensações

em frágeis borboletas e estranhos

atractores

onde o caos se revela um outro mar maior

povoado de nadas e infinitas cores

.....

onde esse mar acaba / começam as
visões

E. M. de Melo e Castro

O autor do poema que abre este capítulo, Ernesto Manuel de Melo e Castro¹⁴¹, é português, mas vê nas ilhas uma excelente metáfora para falar da língua portuguesa que se espalhou por vários países, sete, mais precisamente, através do mar. O mar que tanto une quanto separa, isola. O português das ilhas vê o mar, e ao ver o mar imagina. “Sua imaginação é verdadeira”. Tanto quanto as “estrelas e o céu”. “*Onde o Mar Acaba*” é um poema fractal, como as ondas do mar. Não acaba, é onde começam as visões.

João Marinho dos Santos¹⁴², acerca do discurso de Gaspar Frutuoso, diz que este não só contém muito de imaginário como tem a necessidade de demonstrar e satisfazer este imaginário e vai adiante afirmando: “Enclausurados em ilhas pequenas e isoladas fisicamente do resto do mundo, durante a maior parte do ano os açorianos precisavam sair, de evadir-se, de sonhar....(...)

No seu livro de contos, *As ilhas desconhecidas Notas e Paisagens.*, Raul Brandão escreve logo na epígrafe: Já percebi o que as ilhas têm de mais belo e as completa: a ilha que está em frente”

Como dissemos no capítulo anterior, somente através da imaginação criadora é que temos a duração da cultura. Esta imaginação está sempre em movimento. Ela se nutre das imagens, dos sonhos para dar conta de explicar a existência de fenômenos naturais e sobrenaturais presentes nas sociedades em questão. A distinção entre imagem e imaginário, é que graças ao imaginário, a imaginação é essencialmente aberta, evasiva, inovadora, criadora. Uma imagem, estável, corta as asas da imaginação. Uma vez que a faculdade de deformar as imagens fornecidas pela percepção é literalmente ilimitada, não se poderá ter a pretensão de captar todas as formas do imaginário de uma sociedade. Portanto

¹⁴¹ ANTOLOGIA. *Onde o mar acaba*. Lisboa: PEN Clube Português, 1992.

¹⁴² SANTOS, João Marinho, *Os Açores nos sécs. XV e XVI*. (vol II.). Direção Regional dos Assuntos Culturais. Secretaria Regional da Educação e Cultura, Universidade dos Açores. Centro de Estudos Gaspar Frutuoso: Fontes para a História dos Açores. Ponta Delgada, 1993. p 719.

temos de procurar, através de algumas narrativas, abrir as portas para esta percepção, para de alguma forma “mensurar” o lugar deste imaginário em tal sociedade.

Na região da Lagoa do Peixe, cercada de mato, lagoas, banhados e charneças, terrenos que vão até o mar grosso, estas histórias são muito recorrentes. Tal como na Ilha de Santa Catarina, na Lagoa da Conceição, em Santo Antônio de Lisboa, e outros lugares, também aqui em Porto Alegre, na Ilha da Pintada, o fantástico e o fabuloso ocupam muito das histórias que envolvem pescadores, barcos, a lida com a terra, o mar, o mato e, por conseguinte, explicam os comportamentos, “as graças e as desgraças” da vida.

João Marinho dos Santos segue e afirma que a relação real e irreal foram típica do imaginário açoriano dos sécs. XV e XVI.

Uma das hipóteses centrais nesta pesquisa é a de que o “homem atlântico” trouxe consigo, impregnado na alma, a ilheidade, a maresia e nesta terra construiu marcas da de antanhos. E esta interpretação simbólica está para além da razão prática do fortalecimento político do *utis possidetis*. Veio pelos mares e perto das águas ficou. A herança é detectável na língua, na música, na dança, na devoção, no jeito de amainar os campos, no modo como enfrenta o seu “inimigo íntimo”, o mar. Traços indeléveis e observáveis, entre nós brasileiros do sul. É, precisamente nesta imaterialidade que está a concretude e a permanência da cultura. Atualizada e modificada a cada ritual.

Nestes 260 anos desde a chegada dos primeiros açorianos em solo brasileiro estes homens e mulheres ainda se automeiam açorianos? Sim e não. Sua identificação com o lugar o faz ser herdeiro de uma tradição e de uma conformação identitária – estética. O Território ancestral lhe confere esta identificação. As práticas sociais e culturais dos homens e mulheres neste território

ao mesmo tempo em que são ancoradas no saber que a tradição ensinou também são transformadas, adaptadas, criadas, modificadas de acordo com as exigências do tempo social.

Da terra e do mar vivem os portugueses. Para eles o oceano não possui segredos nem esconderijos. Conhecem-no todo, do Índico ao Pacífico, do Atlântico ao Ártico. Pescadores da Ericieira, da Póvoa, de Matosinhos e da Figueira da Foz partem anualmente em demanda do bacalhau nas costas longóncuas do Labrador, Terra Nova e Groelândia...¹⁴³

Numa perspectiva imaginal, para definir o povo português poderíamos dizer que é *um povo navegador*. Nenhuma outra imagem poderia ser mais forte no universo alegórico deste povo que a do mar. Símbolo da coragem, da dor e da solidão de Portugal durante a era das grandes navegações.¹⁴⁴ As naus portuguesas trazem o lema “Navegar é preciso viver não é preciso”. Eis o ethos de navegador que marca e marcará profundamente os portugueses que carregam e carregarão atavicamente consigo a dualidade da imagem do mar. Como na poesia de Pessoa, de um lado o *perigo e o abismo* e do outro, o *espelho do céu*. Na concepção de nação-portuguesa nos poemas, uma nação-portuguesa-imaginada, além deste

¹⁴³ Carlos d'Alge, **Terra do mar grande** (alguns aspectos culturais portugueses) Fortaleza:Imprensa Universitária da UFCE, 1970, p32. Citado por LEITÃO

¹⁴⁴ Podemos nos reportar pala falar desta coragem aos Lusíadas de Camões que canta a epopéia do povo português por “*mares nunca dantes navegados*”. Esta obra, é parte e construtora do imaginário português. A realidade das navegações (como fato) se completa com esta interpretação imaginal. Dá um sentido, torna inteligíveis as navegações portuguesas. Se nas concretude do fato Portugal se apresenta a como uma nação definitivamente voltada para o mar é nos Lusíadas que encontramos o mito fundante que interpreta e dá sentido de epopéia.

Fernando Pessoa chama, na sua poesia, de “*atlântica*” a alma dos portugueses, capaz de ultrapassar em nome do sonho, o próprio sofrimento:

”Ó Mar salgado, quanto do teu sal
São as lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão resaram
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena
Quer quere passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abysmo deu,
Mas nelle é que espelhou o céu?

PESSOA, Fernando. *Mar Portuguez*. In.: **Obra poética**. Rio de Janeiro: Cia José Aguiar Editora, 1974, p. 84.

*ethos*¹⁴⁵ de navegador, um *pathos*, ou seja, há a presença de um elemento trágico, uma emoção venturosa canalizada para a sua grande epopéia das navegações e “descobertas”¹⁴⁶

Navegar é antes de tudo ter consciência da imbricação e da complementaridade de realidades opostas; navegar é um “*etat d'âme*”, como nos diria Sandra Pesavento.¹⁴⁷

Este capítulo apresentará esta perspectiva de análise procurando desvendar os significados destas ações cotidianas rotinizadas mas que revelam o verbalmente irrevelado.

É muito grande a tentação de buscar correlações entre o passado e o presente como se estivéssemos tratando de uma linearidade, afinal é assim que o tempo (nestas bandas ocidentais do planeta) é dado a perceber e é assim que a ciência ensinou. Baczko¹⁴⁸ aponta que se tornou mais fácil perceber a descontinuidade do que a continuidade dentro de um contexto multifacetado, porém ainda opera o paradigma dominante do estabelecimento de correlações contínuas entre passado e presente. Contudo, a pesquisa, que opera com a “longa duração”, com a perspectiva de como opera a cultura dita, redita, escrita e reescrita aponta para as clivagens, os abismos e as dobras construídas pelo próprio tempo. A hipótese é que é o mundo imaginal que confere a duração das sociedades.

Em todas as sociedades conhecidas os homens estabelecem uma relação com a natureza, conforme vimos em capítulos anteriores. Esta relação está intimamente ligada ao seu universo classificatório. As coisas que são importantes

¹⁴⁵ Conforme RUIZ, Castor. Os paradoxos do imaginário. São Leopoldo: EdUNISINOS. O autor trabalha o *ethos* humano, no capítulo *Ethos e fratura humana*.

¹⁴⁶ Estas discussões sobre

¹⁴⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **As Sensibilidades na escrita da Alma**. (mimeo)

¹⁴⁸ Baczko, Bronislaw. **Les imaginaires sociaux**. Paris: Payot, 1984. p. 27.

para a afirmação da sua cultura.

Desde que as ciências humanas se firmam como ciência¹⁴⁹, a construção de uma racionalidade científica foi a tônica maior que irá colocar o saber científico como sendo a única fonte de conhecimento. Como se os homens fossem resultado de ações racionais e decisões objetivas pautadas somente pelas constâncias da cultura e constituíssem um ser coletivo destituído de imaginação e contradição.

Muito se está escrevendo sobre esta questão, na história, na sociologia, na antropologia, contudo muito ainda tem para ser escrito, pois o imaginário no senso comum é o fantástico, o fantasioso, a ilusão, a mentira.

Sandra Jatahy Pesavento em seu texto “Em busca de outra história: imaginando o imaginário”¹⁵⁰ escreve sobre a temática como uma das tendências temáticas da Nova História Cultural. Segundo a autora esta tendência está inscrita sobre uma crise dos paradigmas normativos que assola positivamente as ciências humanas pois temos de observar a partir de outro “patamar epistemológico” e recuperar outras categorias de análise.

O campo do imaginário permite um diálogo interdisciplinar pois percebe as fronteiras disciplinares ao mesmo tempo em que compreende a permeabilidade seletiva das tradições disciplinares. O imaginário é o ponto em que a natureza é trans-substanciada. Ou seja, as narrativas, sejam elas inscritas em diferentes estatutos, não são a descrição exata da vivência ou da memória, ou ainda da história, mas se nutrem da matéria instável e efêmera dos atos cotidianos, em experiências que dinamizam o mundo do outro e envolve o existir do pesquisador.

¹⁴⁹ Até meados do século XX o historicismo de Ranke transmutado em muitas histórias laudatórias, O positivismo Comtiano e seus pressupostos cientificistas estabelecendo os critérios de verdade.

¹⁵⁰ PESAVENTO, Sandra J. **Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário**. Revista Brasileira de História. v. 15, no. 29, pp 9-27. São Paulo, 1995.

Nesta pesquisa demonstramos através de inúmeras narrativas o universo açoriano este homem do passado, imigrante, e o homem que habita o território onde aquele deixou as suas marcas. As imagens produzidas ao longo desta história são muitas. Vão desde descrições dos historiadores que habitam o pensamento (pois escrito e citado) até a narrativa fantástica de seres que habitam o mar e as florestas e que assombram o cotidiano do homem do presente. Essas narrativas que contém as verdades do simbólico são um rico universo, em movimento, que revelam as transformações das paisagens¹⁵¹ e dos homens.

Dentre os historiadores clássicos da história do Rio Grande do Sul, repertoriados no capítulo intitulado “As evidências da Ocupação: entre o passado colonial e o presente antropológico” está presente a necessidade dos estudos sobre as manifestações imaginárias do povo que veio das Ilhas e que trouxe na sua bagagem suas crenças e formas rituais.¹⁵²

A interação das comunidades com as suas paisagens evidenciou uma gama de entidades culturais imaginárias. Isso vale para todas as comunidades, pois lançam mão de uma geografia fantástica para evidenciar inclusive um sentimento de pertença pois re-situa o narrador evidencia as suas raízes e atualiza o maravilhoso e o bestiário. São estas narrativas que perduram no tempo evidenciam o passado e sacralizam o território.

Ouvir histórias de bruxas, lobisomens, fantasmas é muito comum entre as comunidades e mais comum ainda é perceber que as crianças ouvem com atenção e também já têm o seu repertório de histórias. São contadas como “causos que contavam os antigos”, ou “dizem por aí”. Em algumas narrativas há expressões como: “eu via quando era menino/menina”. Mas o fato é que ninguém duvida da

¹⁵¹ Paisagem aqui é entendida como o contexto tanto ideológico como social e cultural que envolve a produção das narrativas, Além de se referir também ao ambiente natural modificado pelo homem de acordo com a suas exigências vitais.

¹⁵² Dante de Laytano, Borges Fortes representantes de uma historiografia clássica sulriograndense e modernamente Vera Barroso, Beatriz Franzen, Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos. Em textos já citados anteriormente.

existência dessas histórias.

Há no imaginário das comunidades no território desta nossa pesquisa, uma simbologia muito semelhante às do imaginário insular açoriano as práticas terapêuticas, as benzeduras, são muito parecidas com as que são praticadas nas ilhas. Almas do outro mundo, encantados, o diabo, povoam a cultura popular nas Ilhas.¹⁵³ Também em Santa Catarina estas figuras fantásticas aparecem. Contudo, aqui no Rio Grande do Sul, foram incorporadas como lendas gauchas e têm colorações particulares como o Boitatá e a Mula-sem-cabeça. Porém, são muitas as crenças nestes seres fabulosos.

Segundo seu Cesar: desde menino “oiço” contar estas histórias. Nas pescarias noturnas, nas andanças pelos matos. “Quando a gente tá quieto fica imaginando as coisas”.

As historias de bruxas e fantasmas têm pontos de convergência com a fé católica a que a maioria destes nativos são devotos. E inclusive levam para a igreja estes contos e os tratam como motivadores da sua fé. Há, no entanto, os que se converteram para as igrejas evangélicas. Estes não “podem” mais falar no assunto, porque o pastor não permite. Somente com muita calma, é que a conversa segue. Cheia de gestos, trejeitos e outros quetais.

Sentadas na cozinha da sua casa, eu a Ondina (filha) a Rosângela (neta) estávamos prontas para ouvir as histórias da dona Cecília.

Quando elas (as filhas) eram pequenas dormiam, assim (gesto amplo com os braços). Uma noite eu estava na cozinha quando senti alguma coisa diferente e logo pensei: uma bruxa entrou aqui. Fui correndo para o quarto das meninas e vi uma bruxa chupando a Ondina. Não sabia o que fazer. As

¹⁵³ MARTINS, J. H. Borges. Crenças Populares na Ilha Terceira Vols. I e II. Lisboa: Edições Salamandra, 1994.

outras (mais duas) estavam dormindo, a Ondina também, mas se virava, se torcia. Aí eu gritei: saia sua bruxa malvada, eu sou a mãe delas e sei quem tu és. Neste momento ela olhou para mim. Eu sabia quem era ela, eu já tinha visto aquela mulher outras vezes. Tu sabes que elas não encostam o pé no chão, né? Elas meio que voam, andam rentinho do chão. Depois que ela me olhou, ela atravessou a parede e foi embora. Os olhos dela eram bem vermelhos, parecia que tinha sangue. O que elas chupam? A vida da criança. A ondina, se eu deixasse talvez morresse. Eu não deixei, mas o que a bruxa chupou deixou a Ondina *atrasada*. Com cinco anos e não andava. As pernas eram fininhas assim (gesto com a mão, encostado o indicador no polegar, formando um círculo. Aí, minha filha, só benzendo... assim... orando"¹⁵⁴. Levei a Ondina no hospital, mas chupada de bruxa é para a vida inteira, deixa marca!

E segue contando

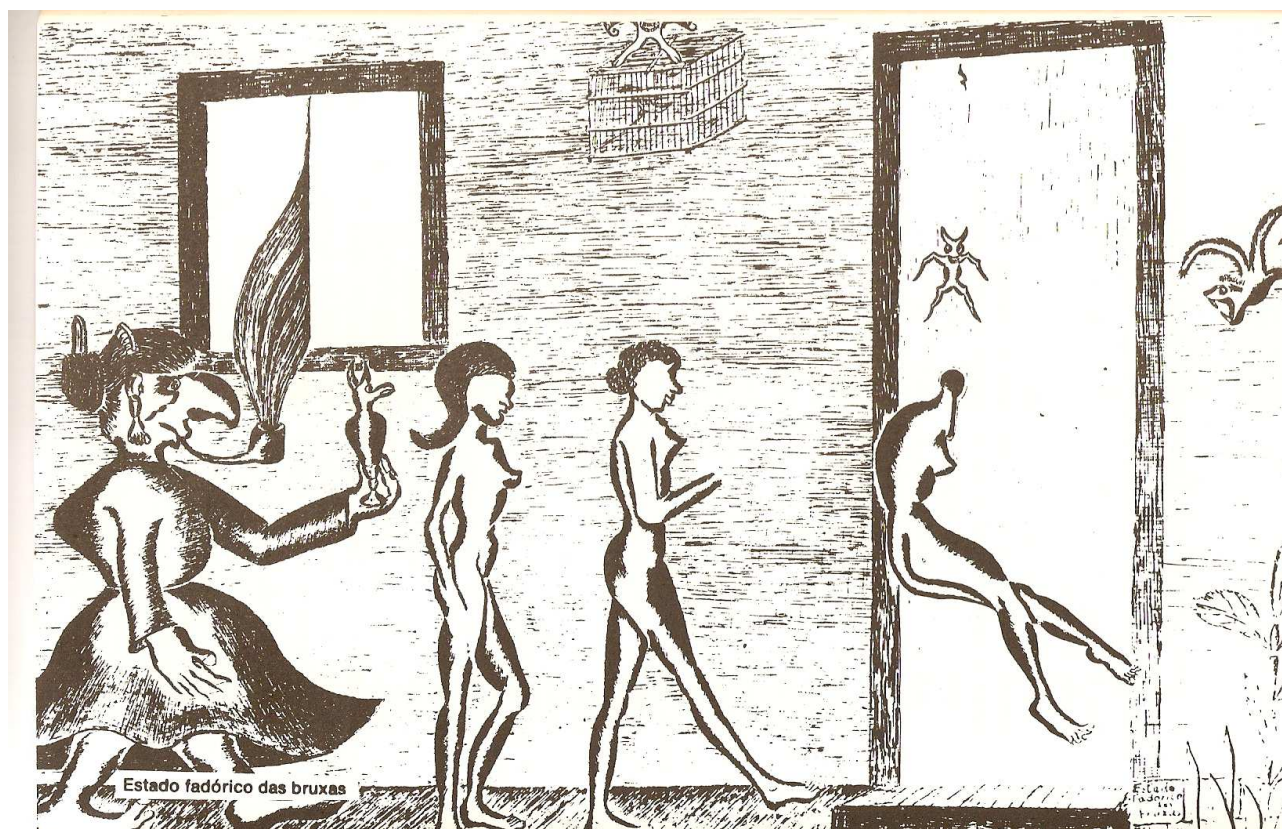
Tem que cuidar muito das crianças pequenas, elas chupam mesmo. Ainda mais se for bruxa morta. Elas querem viver novamente. Tem que benzer a criança imediatamente. Hoje em dia as mães não sabem benzer, nem sabem se a criança foi embruxada. A pessoa embruxada fica meio tola, meio atrasada. Tropeça muito, não percebe o perigo, assim... embruxada.(Cecília)

O estado de embruxamento é anterior a qualquer ato reflexivo. Quando as bruxas estão soltas, o sujeito faz coisas que até Deus duvida. Fala coisas que não pensa, fala de uns para os outros. Hoje em dia tem pouca gente que benze. Estão morrendo ou são dessa religião do batuque, aí não é a mesma coisa. Tem uma moça que aprendeu com a avó. A avó dela era boa. Benzia todos aqui em casa. (Cecília)

Franklin Cascaes, explica o estado fadórico das bruxas:

Antes havia apenas a expressão estado de “metamorfose”, não é? Eu achei sempre me falavam em fado, esse destino, esse vício, esse costume é um fado, não é? Então se a pessoa estivesse no seu estado normal, natural, humano ele depois desistia desse estado natural para ganhar o estado metamórfico, então logo eu escrevi, de fado “fadórico”.

¹⁵⁴ Dona Cecília, me chamou para contar estas histórias porque eu queria muito saber “das verdades” mas ela não pode contar mais porque ela mudou de religião. Não é mais nem católica, nem do batuque., è evangélica da Assembleia de Deus. Esta nova religião “não permite que conte essas histórias”. “Eu conto só o que eu vi”. Assim está perdoada pela sua igreja.



Gravura de Franklin Caescaes intitulado o Estado fadórico das bruxas. In CARUSO, Raimundo C.(org.) Franklin Caescaes. Vida e Arte e A Colonização Açoriana. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

Para se relacionar com este estado sobrenatural, existem profilaxias. Dona Cecília aponta algumas que evitam que as bruxas apareçam:

O importante é que o mato seja “limpo” vez por vez, se planta um galho de alecrim que perfuma e bruxa não gosta de cheiro bom. Mantém as crianças cheirosas de lavanda e os cabelos também. Erva cidreira também cheira bem. As benzedoiras duram muito. Elas rezam forte e fazem o bem de maneira que elas tem uma missão. Hoje em dia não se tem muito que benzer porque os remédios curam muito. Mas não é tudo que eles curam. Doença de pele, atraso, picada de cobra, mau-olhado, são doenças provocadas por “outros males” da pessoa.

Se a pessoa é de virtude, as rezas surtem efeito. Leva-se um ovo de galinha, que não pode ter estado na geladeira. Parte o ovo num meio copo d’água e diz:

Se é cobranto

Se é invejidade

Se é sombra da sombra

Se é doença de medo.

Dependendo do estado da clara dentro do copo dá pra saber qual a natureza daquela doença. Aí se reza para que a doença saia da pessoa e deixe o Santíssimo alumiar. (Cecília)

Tio Nilo é um conhecido cantador. Nas festas do Divino, nos Ensaios de Promessa ele é quem puxa o canto. Ele hoje, em função de uma cura proferida por um Pastor Evangélico, não é mais católico. Ele só canta nas festas dos Santos Padroeiros porque o “pessoal pede muito”. Mas de benzer ele não pode parar.

Isto é caridade e eu tenho este dom que Deus me deu, que aprendi com a minha avó e com a minha mãe”. Fui até o Pastor e disse que não poderia parar de benzer porque este é um dom natural. Então quem aparece na casa dele com necessidade é benzido. Eu encosto minha mão na pessoa rezo o Credo, e um Pai Nosso e digo que em nome do Senhor a doença vai deixar aquele corpo. Hoje em dia o que mais benzo é contra a praga do arroz. Que a pessoa me traz um galão d'água, eu benzo e mando que ponha um pouco daquela água nos quatro cantos da lavoura. É muito certo que as pragas não vão atacar. Benzo também gado contra o carrapato e o fungo dos cascos. Basta me trazer um pouco do pelo do animal que com minhas mãos e a minha fé eu encaminho a cura . É isso muito simples, com muita humildade e devoção ao Espírito Santo.

Essas manifestações que transubstanciam a natureza, são tidas como um Dom e praticado como uma obrigação. Não se pode parar de fazer, simplesmente. E quando a pessoa, consulente, está realmente mal, tem as receitas para serem executadas em casa e seguidas à risca para alcançar a cura. Seja para o que for doença do medo ou doença do corpo.

O caso do Tio Nilo é uma exceção à regra, pois um campo feminino por excelência que é o das rezas, benzeduras é praticado por ele. Quando inquirido sobre isso respondeu.

Minha vó benzia, minha mãe benzia, é uma família com este Dom. Minhas irmãs não saíram com este Dom. É que eu fiquei muito perto da minha vó.

Eu ajudava ela nas benzedura, segurando as coisas, fazendo algum chá... Minha vó benzia de tudo até os pescadores, que não pode sair pro mar carregados. Eles tem que deixar as coisas em terra quando sai, e as coisas no mar quando chega.

O “estado fadórico” mencionado por Cascaes estado também serve para o lobisomem que depois de sete anos, já pode “ganhar metamorfose. A característica é sempre a cor amarela. “Quando o sujeito é amarelo, está pálido, logo vão dizendo: ih fulano é lobisomem”. Atualmente o povo já não sabe mais ver isso aí, não vê mais”. Só o homem pode ser lobisomem a mulher é sempre bruxa. As histórias de lobisomem são sempre de agressão, já as bruxas são apanhadas, surradas quando são pegas.

Sabe que lobisomem não pode ser visto quando se transforma. Se alguém vê, o bixo tem que matar a pessoa. Eu nunca vi, mas eu sinto tem gente que eu sinto um arrepio quando chego perto. Gente ruim. Não posso dizer quem é, mas tem um homem aí que a mulher viu ele se transformando e ia saindo de casa pro mato. Ele matou a mulher e foi-se embora. Nunca mais ninguém viu ele. Dizem que anda aí pelos matos. Aqui tem que se cuidar. Os matos estão cheio de coisa ruim. É escuro, tem vendo assobiador. Se eu sinto um arrepio, eu nem olho pra pessoa. Pode ser lobisomem. Às vezes o arrepio vem com o vento. Aí eu já sei...

Na medida que as histórias iam sendo contadas, as crianças da casa (os netos) iam se aproximando, ficaram nas janelas debruçados, sentados no chão junto com os patinhos e o gato. Em silêncio.

Minha vida inteira eu cuidei de criança, desde que eu tinha nove anos. Trabalhei na casa de gente muito rica, nestas estâncias por aí e na cidade também, Tinha um que me batia se eu fazia coisa errada. Eu sentia um arrepio. Tenho certeza que era lobisomem. Enquanto me batia eu fechava os olhos e ficava rezando para ele voltar a ser homem e parar de me bater. Nunca olhava que era para ele saber que eu não olhava! “Tu conhece o caipora? (risos de todos). Um dos meninos diz: Ah essa é

boa!¹⁵⁵ Ele mora no mato. É muito metido. Ele atrapalha tudo. Tem uma história que ele bota fogo no mato e na caça. Quando ele não gosta ele põe fogo na caça. Um homem namorou uma caipora e depois deixou dela. O pobre homem apanhou de vara. Não dá pra namorar caipora. Caipora-homem é muito mais mau. Ele quase mata. Tinha uma “desinfeliz” que não sabia e quando deixou dele, ele botou fogo na casa. Ele é pequeno, tem um cabelo que parece fogo. Eu já vi. Ele se apresenta todo “formoso” e depois vira um capeta. É... tem que conhecer. Dessas criaturas a gente só se protege orando. Tem orações para isso tudo. Eu não sei o nome da árvore que ele mora, eu sabia. Mas é uma de tronco bem grosso, como uma figueira dessas daqui. Aqui tem muita figueira, que tem que proteger. Vai ver que é por isso.”

Disse-nos Salomão, pescador e pastor, certa tarde de domingo, enquanto passeávamos pelas ruas vazias da Ilha da Pintada:

Tenho a profissão de Nosso Senhor Jesus Cristo, ele nos ensinou a pescar para alimentar a todos que tem fome. Nós aqui vamos ao rio e ao mar e trazemos o peixe, o alimento primeiro. Isso já diz tudo. Por isso sou pescador. Em minhas orações eu peço que cada vez que eu vá rio adentro (falando do Guaíba) eu traga o alimento. Sou atendido. Eu e os companheiros sempre “fizemos convés”.

Nesta fase da pesquisa de campo, eu estava em busca do imaginário ilhéu contido nas comunidades açoriano-descendentes. Este imaginário além de estar presente nas narrativas dos nativos, também está colocado na concepção quando da transformação das regiões em unidades de preservação.

Percorremos as diversas colônias de pescadores, localizadas nas cidades da região do Parque Nacional da Lagoa do Peixe e conversando com as pessoas, fotografando, gravando entrevistas e festividades. Percebemos que desde as mais próximas como a Z5 que abrange a Ilha da Pintada até a Z11 que abrange os pescadores da Região da Lagoa do Peixe, a “ilheidade” está presente. Este conceito de Ilheidade é um neologismo utilizado pelos pesquisadores franceses (îleitê) para

¹⁵⁵ Sinal de que ele já conhecia. Perguntado se ele conhecia ele disse que sim e que a avó às vezes contava.

designar as representações simbólicas e imagens decorrentes da insularidade e que expressam por muitos fundadores das sociedades insulares e lendas que explicam formas de conduta, comportamentos.

Bachelard ¹⁵⁶no seu livro *Água e Sonhos*, ao criticar o positivismo , descobre a ordem poética das imagens do sonho e a fenomenologia do cotidiano. A ruptura com o positivismo se dá com a negação dos mitos como etapas anteriores à ciência. O autor dá muita importância às formas simbólicas propostas por Ernest Cassirer¹⁵⁷ As imagens, nesta perspectiva, não procuram deduzir, procura dizer de novo para dizer melhor. O mito, para Bachelard é um recital de imagens, um “florilégio de cultura”, dando uma proposição experimental àquele, pois eles formam o mito.

As histórias desses personagens míticos se multiplicam e é atribuído ao relacionamento com o sobrenatural, as boas colheitas, as boas pescarias.

Tem que respeitar a natureza se nós estamos em consonância com a natureza, tiramos tudo de bom dela. Temos que saber retribuir. Para isso basta observar e saber o que fazer. O mar também não gosta que a gente se comporte como quem só tira, sem dar nada em troca.(César, pescador, residente no Balneário Mostardas)

O mar tira sempre uma coisa viva do pescador que não mantém esta relação de respeito.

A Barra é aberta com a força das máquinas para que o camarão entre na Lagoa. Quando é demais a ganância acontece o que aconteceu este ano. O camarão veio, se criou vieram as chuvas, o vento virou o “tambo” da onda também e o camarão foi embora. Agora tá todo mundo reclamando. Ah, digo eu, é da natureza. (César)

¹⁵⁶ BACHELARD, Gaston. *A Água e os Sonhos*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

¹⁵⁷ CASSIRER, Ernest. *Ensaio sobre o Homem. Introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Se nós observarmos bem a ganância é que leva o homem à desgraça. Pensando bem hoje em dia os gananciosos já estão embruxados. Agora só pensam em ganhar mais e mais. Veja estas fazendas de Pinus. Esta árvore é uma praga. O argumento do emprego pros desempregados agora já não funciona mais. Tá todo mundo aí desempregado. São as máquinas das madeireiras que fazem o trabalho. E enquanto isso, essa árvore vai levando toda a água das Lagoas. A Lagoa do Peixe tá secando. Os fazendeiros não “escuitam” porque estão embruxados. (Antônio, morador de Tavares e pescador licenciado para a Pesca na Lagoa)

O conflito parece ter chegado ao seu clímax. Não se tem mais o que fazer. Os poderosos já estão “embruxados”. Agora não vão mais se dar conta do mal que estão “providenciando”¹⁵⁸.

Os seres fabulosos também habitam o mato. Fantasmas, “diabretes”, capetinhas, almas que vagueiam. Este mato também tem um componente místico ele, assim como os cômoros também se movimentam:

Dizem que lá perto das bandas do Joaquim Babão tem um mato, entre os combros que é escuro que só vendo. Dizem que tem que entrar de lampião, que de dia parece noite. Às vezes os combros somem com ele, às vezes ele desaparece. Quem tá lá, pode ser de noite ou de dia, se ouve uns uivos e passa por dentro no corpo da pessoa uns calafrios. Quem vai lá tem que se prevenir pra que não saia nenhum fantasma agarrado. Quem perde alguma coisa lá dentro nunca mais acha. Eu nunca fui lá, mas lá na colônia (se referindo à sede da Colônia Z11) o pessoal fala muito!

Também estes mesmos seres que habitam os mares e matos são motivo de “instalações artísticas” e transformação dos troncos de árvores, das carcaças de tartaruga, galhos e raízes retorcidas, esqueletos de peixes.

Seguem as imagens destas obras, feitas por um pescador que observa muito a “natureza das coisas”

¹⁵⁸ Tomar “providências” é o termo utilizado para explicar o procedimento quanto à reparação de algo que não sai bem “ao gosto da pessoa”. Também é utilizado para render algum elogio ou reconhecer a beleza ou a falta dela, em alguém ou em algum ato. LAYTANO, Dante de, Os Açorianos. Enciclopédia Rio grandense . Faz um glossário de termos portugueses utilizados ainda hoje pelas comunidades açórico-descendentes.



Foto : os bonecos feitos de fragmentos dos troncos de árvore e sucata.

Neste capítulo demonstramos através das narrativas, o imaginário fantástico que povoa o cotidiano dos nativos da região em questão e que, segundo alguns autores, já citados anteriormente fazem parte de uma herança imaginária vinda das Ilhas do Arquipélago, desenvolvidas no cotidiano dos Ilhéus e transportadas junto com a bagagem cultural para esta terra que veio para povoar.

Concluimos o capítulo lançando a reflexão: em que pese todas as razões práticas definidoras do estabelecimento destes imigrantes colonizadores, perto das águas em função da comunicação e navegabilidade dos rios, possibilidades de boas colheitas em função da irrigação das terras e todos os motivos colocados pelas relações econômicas estes Ilhéus se “fixaram” perto das águas, ambiente que já lhes era familiar, em função de uma razão simbólica. Ocuparam um vasto território, visto por muitos como “deserto”, povoou com seus seres sobrenaturais, atribuiu portanto uma ordem, uma classificação, para conduzir seu relacionamento com o ambiente. Novamente, agora no plano simbólico temos a provisoriedade e a precariedade, se transformando em permanência. Temos neste sentido, posta uma relação dialética entre a mudança e a permanência.



Foto : o "ezótico" na entrada da casa.



Foto : artefato feito por pescador de Mostardas com fragmentos de troncos de árvores E tirados de dentro do mar.



Foto : "Baleia" feita com fragmentos de troncos de árvores arrastados e lapidados pelo mar..

Considerações Finais

A História Cultural nos aponta a necessidade dos estudos sobre o imaginário. Esta questão representa uma retomada epistemológica da história com disciplina científica. Podemos partir do princípio de que trazer o passado na sua integridade é tarefa impossível, pois aquela concretude jamais poderá ser reconstruída. Trabalhamos, pois, no âmbito das representações entendidas como uma re-apresentação de algo que neste momento se encontra ausente. Se a história nunca deixou de ser representação, o que se apresenta para nós é o reconhecimento da cientificidade desta perspectiva. Estamos falando de verdades, tanto quanto a história tradicional o faz (ia). Porém o real que está apontado é um real encharcado de sonhos, utopias, inconscientes coletivos, de intenções e também das ideologias. Vimos incorporados à ciência tudo o que fora renegado ao plano do mito. E o imaginário se nutre incansavelmente de produtos do pensamento mítico. Estamos diante de um reordenamento. São imagens dialéticas que resgatam uma temporalidade passada. É sabido que “a natureza não é linear”, nada é simples, a ordem se esconde na desordem, o aleatório esta constantemente a refazer-se. O desafio é perceber o movimento. E é a história que reatualiza a memória coletiva necessária em tempos de modernidade que esconde a permanência sob a superfície agitada da mudança.

Esta pesquisa mostra que as respostas construídas sobre o tempo escoado são sempre provisórias, cumulativas, parciais, datadas, prováveis e que o historiador busca tornar sempre, o mais possível, verossímil e convincente. Ao estabelecer os marcos destes filtros do passado, é que a atividade do historiador se constrói como uma tarefa hermenêutica, Buscando o que Geertz chamaria de “entendimento do entendimento”.¹⁵⁹

As experiências, as memórias, as temporalidades e a dimensão do imaginário

¹⁵⁹ GEERTZ, Clifford. O Saber Local. Rio de Janeiro:zahar

têm um aspecto fundante na construção das nossas contemporaneidades. O mundo imaginal organiza as experiências sociais. A imaginação criadora configura a duração das sociedades humanas.

Quando trabalhamos com reminiscências tudo é amalgamado pelo passado: o passado é passado, Mas o presente e o futuro também são passado. A vivência de um e a projeção do outro são possíveis a partir do que está registrado. A memória está assentada nos instantes dos acontecimentos e que, em função da sua construção cotidiana, acabou por adquirir um ritmo. O ritmo dos acontecimentos é a medida da duração do tempo. Estes são resultados de ações não necessariamente grandiosas, também não raras vezes ações individuais. São na maioria das vezes “resultado” de ações simbólicas e suas conexões sociais e políticas demonstram que a importância da história, resulta daí.

Muitos são os caminhos teóricos para seguir, porém o fato é que todos os caminhos se deparam com o peso do passado nas representações feitas da ancestralidade. Pela memória construímos nosso passado: recolhemos cenas, reconformamos episódios, distinguimos o ontem do hoje e assim confirmamos termos experenciado um dado passado. Tornamo-nos memoriosos e configuramos assim o espaço de uma poética que incide na abordagem dos tempos idos, construídos individualmente, mas revelados coletivamente¹⁶⁰

No eterno encontro do passado com o presente para projetar o futuro espaços são simbolizados, socialidades são marcadas muitas vezes por conflitos e estranhamentos promovidos pelo passar dos anos. A vida social é reconstruída. No entanto, muito das tradições, da cultura do mundo de ontem não cabem mais nos limites dos espaços de hoje. Foi necessária a construção de lugares para protegê-las, para impedir a sua morte.

¹⁶⁰ Conforme HALBWACHS, Maurice. A Memória coletiva. São Paulo: Vértice

A curiosidade pelos lugares onde a memória se refugia está ligada a este momento particular de nossas histórias. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda uma memória suficiente para que se possa colocar problemas de sua encarnação. O sentimento de continuidade se torna residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória.¹⁶¹

As reflexões de Pierre Nora são importantes para a compreensão da memória como *logos* da cultura destes açorianos do presente. As mudanças ao longo do tempo proporcionou certo “desenraizamento” porém algumas práticas sociais cotidianas se revelam como emblemas, como sinais de uma ancestralidade, o que promove o movimento de “enraizamento”. Estes lugares da memória, eleito pelos praticantes da cultura são revelados materialmente e fazem parte das ações institucionais do Estado. Somados a estes há a fabricação de lugares que são simbolizados e que formam um corpus cultural. No nosso entendimento estes são as fendas penetradas pelo imaginário.

Sobrepondo mapas do Rio Grande do Sul, evidenciou-se que boa parte dos territórios correspondentes às cidades históricas açorianas do Rio Grande do Sul, foram transformados em unidades de preservação ambiental. A concepção da criação destes parques não permite a habitação permanente de populações humanas, para preservar o equilíbrio ambiental.

A pesquisa que foi realizada através de fontes documentais, fontes historiográficas, combinadas com uma pesquisa participante e a realização de entrevistas, que no corpo do trabalho chamamos de conversas, demonstrou o conflito moderno é um novo conflito em cima de um território que já fora alvo de muitas disputas no passado. Hodiernamente o Estado demanda um expediente diferente, de dimensão planetária (a crise ecológica é uma crise planetária) sobre

¹⁶¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p.7, dezembro, 1993.

um território que abrange três municípios e muitas comunidades locais que passam a viver uma tragédia.

Para o nosso estudo importou estabelecer uma relação entre esse passado referido, ao espaço referido pela historiografia e as condições de existência observadas contemporaneamente dessa população de açorianos. Tratamos de discutir as descontinuidades e permanências entre um histórico que busca mostrar quem foram os açorianos que vieram para o Rio Grande do Sul, como se instalaram nas terras e as identificações e referências contemporâneas de populações que hoje se reconhecem e se vinculam com esse açoriano histórico.

A questão da apropriação da terra é para os açorianos o fio condutor de nossa análise. Menos de um ponto de vista quantitativo e mais através da qualificação dessa ocupação, tanto no século XVIII como contemporaneamente.

A ocupação açoriana é evidente neste espaço, conforme demonstra o passado colonial do Rio Grande do Sul, Há uma estética perpetrada pelo imaginário das comunidades, que é notoriamente açoriana. Estas marcas estão nas Igrejas, no estilo arquitetônico dos centros históricos das cidades de Mostardas, Tavares, São José do Norte, incluindo a Vila do Bojuru. Mas principalmente está nas práticas religiosas, nas festividades, nas celebrações dos Santos Padroeiros, na culinária., nas rezas e superstições que existem e são praticadas uma tradição no Arquipélago dos Açores, e antes, em Portugal continental, mas que aqui conformaram tradições também, mescladas e amalgamadas com a cultura gaúcha.

No primeiro capítulo coloco as bases teóricas que a meu ver conformam o projeto civilizador da Modernidade. Este é o contexto da criação dos Parques Nacionais de Preservação Ambiental. Este projeto contém uma lógica que explicita o conflito evidenciado através da historicidade do território. Este capítulo também procura analisar a lógica do projeto civilizatório construído pela modernidade. Nele

todas as culturas estão em risco de desaparecimento, contudo é necessária a percepção da existência das sociedades tradicionais que além de estarem em risco também, serve de espelho ao projeto da Modernidade. Também neste capítulo analiso cada uma das dimensões das crises postas por este projeto, como elementos necessários para entender a natureza recortada e globalizada. Na seção Preservar, conservar ou entender, são explicitadas as concepções conservacionistas e preservacionistas na relação com a natureza, a construção de “meios ambientes” que abriguem as comunidades tradicionais. Neste capítulo dialogamos com Biólogos, engenheiros ambientais, analistas de impacto ambiental, historiadores e antropólogos analisando as diversas perspectivas da questão e colocando as comunidades tradicionais (índios, quilombolas, samambaieiros, pescadores, agricultores) no centro da discussão.

Em relação à Natureza e à Cultura, trabalhamos na ótica de como opera a natureza, num primeiro momento, nas diferentes narrativas, desde os funcionários do Governo de Sua Majestade, nos primórdios da colonização portuguesa no sul do Brasil. Nesta sessão iniciamos a colocação dos imaginários construídos na relação homem/natureza, e que ao longo do tempo foram se constituindo como o “motivo edênico” no imaginário brasileiro. As narrativas são consideradas como imagens uma vez que descrevem com sofisticação de detalhes, a paisagem que observava. Nesta esteira, paisagem neste capítulo é considerada como as transformações que o homem opera na natureza para a satisfação das suas necessidades. Nessa seção também construímos a poética dos muros explorando uma manifestação gaúcha de tudo nesta terra, ser muito intenso, muito grande. Trabalhamos esta poética juntamente com a do quase nada, do sertão, dos confins, que da mesma maneira é muito intensa. Situamos a discussão afirmando da necessidade de relativizar os vários sistemas culturais e a suas relações com a Natureza. Os açorianos pobres que merecem atenção do estado também são os mesmos que viram predadores, e ao mesmo tempo são os representantes da herança açoriana.

Há que marcar as evidências da ocupação açoriana no Rio Grande do

Sul, e para tanto fizemos um percorrido em grande parte da historiografia do Rio Grande do Sul, tomando-os como fontes documentais que evidenciam a ocupação destes imigrantes em solo gaúcho. Para fazer a ponte com o presente antropológico, utilizamos o documento fornecido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul ao Governador do Estado. Este documento, apesar de longo é a atualização da presença açoriana no RS. A partir daí segue a análise dos dois conceitos fundamentais que surgiram nesta memória da ocupação: território e açorianidade.

Durante toda a pesquisa a noção de conflito é evocada. Ela perpassa todo o texto. A noção adotada é a do conflito sob a ótica de Simmel que o coloca como sendo inerente às relações sociais. Este estado de conflito seria um dos motivos da permanência e existência do Grupo. Está também, na imaterialidade da cultura, a permanência da estética açoriana, que não é trabalhada como identidade pois mesmo nos rituais, culinária, celebrações e imaginário fantástico houve mudanças e a construção de uma estética brasileira de maneira geral, e gaúcha de forma mais particular. O imaginário contido na cultura dos habitantes da região do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, território que lhes conferiu descendência açoriana é muito semelhante ao da Ilha de Santa Catarina e ao das Ilhas do Arquipélago dos Açores.

Referências

Fontes Documentais

ALMEIDA MATTOS, Lygia Maria da Câmara. **Danças Populares Micaelenses**. Fragmento.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Anais. Porto Alegre, 1977. Publicado pelo Instituto Estadual do Livro.

ARRIMAR, Jorge. **Viagem à memória das ilhas**. Lisboa: Edições Salamandra, 2002.

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999

BARCELLOS, Rubens de. **Estudos Rio-Grandenses**. Motivos de História e Literatura. Porto Alegre: Editora Globo, 1960. Coleção Província.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. **A presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1993.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST, 2002.

BARROSO, Vera Lucia Maciel. **Os açorianos no Rio Grande do Sul - Brasil**. Uma presença desconhecida. I Jornadas "Emigração/Comunidades". Lisboa: 10 a 12 de janeiro de 2002, p.219-230.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. **Os açorianos no Rio Grande do Sul**. Rio Grande do Sul no contexto do Brasil. Porto Alegre: CIPEL/EDIPLAT, 2000, p.125-134.

BORGES FORTES, João [1931]. **Troncos seculares. O povoamento do Rio Grande do Sul**. 2a.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

BORGES FORTES, João. **Os casais açorianos. Presença lusa na formação sul-rio-grandense**. 3a.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

BORGES, Diniz. **Nem Sempre a Saudade Chora (Antologia de Poesia Açoriana sobre a Emigração)**. Direção Regional das Comunidades-Açores, s/d.

BRANDÃO, Raul. **As ilhas desconhecidas**. Lisboa: Editorial Comunicação, 1987.

CÂMARA, J. M. Bettecourt da. **Para a sociologia da música tradicional açoriana**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Divisão de Publicações, 1984. Biblioteca Breve, volume 94.

CÂMARA, José Bettencourt da. **Poetas Populares Açorianos I**. Lisboa: Edições Salamandra, 2002.

CESAR, Guilhermino. **Primeiros Cronistas do Rio grande do Sul 1605-1801**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1981.

CÔRTEZ, J. C. Paixão. **Folclore Gaúcho**. Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas, 1987.

COSTA GOMES, Maria Luisa Ataíde da. **Trajos Regionais Micaelenses**. Fragmento.

Enciclopédia Rio-Grandense (volume 1), Editora regional, 1956.

FÉLIX, Emanuel. **121 Poemas Escolhidos**. Lisboa: Edições Salamandra, 2003.

FERRAZ, João Machado. **Os primeiros gaúchos da América portuguesa**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980. Coleção Temas Gaúchos.

FILHO, Stenzel Antônio. **A vila da serra (Conceição do Arroio)**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.

FORTES, Gen. João Borges. **Os casais açorianos, presença lusa na formação sul-rio-grandense**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1978.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. **Açorianos no Rio Grande do Sul: em busca de sua identidade**. I Jornadas "Emigração/Comunidades". Lisboa: 10 a 12 de janeiro de 2002, p.167-171.

GHISLENI, Maria Helena Peña. **Açorianos no Rio Grande do Sul, documentos interessantes**. Porto Alegre: Caravelas, 1991.

GIL, Maria Olímpia da Rocha. **O Arquipélago dos Açores no Século XVII, aspectos sócio-econômicos (1575-1675)**. Açores: Castelo Branco, 1979.

GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luiz Augusto; BISSÓN, Carlos Augusto. **Nós os gaúchos**. Porto Alegre: Editora da Universidade\ UFRGS, 1994.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola. 1993.

LAYTANO, Dante de. **Folclore do Rio Grande do Sul, costumes e tradições gaúchas**. Porto Alegre: EST/EDUSC, 1987. Coleção Temas Gaúchos, 30

LAYTANO, Dante de. **Origem da Propriedade Privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro editor, 1983.

LESSA, Barbosa; CORTÊS, Paixão. **Aspectos da sociabilidade gaúcha**. Porto Alegre: Represom, 1985.

LUPI, João Eduardo Basto; LUPI, Suzana Maria. **São João do Rio Vermelho, Memória dos Açores em Santa Catarina**.

MEDEIROS, Laudelino Teixeira de. **Formação da sociedade rio-grandense**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1975.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Arquivo Nacional. **Registro de estrangeiros nas capitanias 1777-1819**. Rio de Janeiro 1963.

MIRCO, Carmen Helena Braz. **Texto para o estudo da história do município do Rio Grande XVI-XVIII**. Rio Grande: FURG, 1987.

PIAZZA, Walter F. **A epopéia açórico-madeirense 1748-1756**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. **A Vila do Rio Grande de São Pedro 1737-1822**. Rio Grande: FURG, 1987.

QUEIRÓZ, Maria Luiza Bertulini. **A vila do Rio Grande de São Pedro**. (J 737-1822). Rio Grande: Edit. Da FURG, 1987.

RAMOS, Eloísa Capovilla Da Luz. Entre a doçura e a brutalidade: a construção da imagem açoriana no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: **Estudos Leopoldenses, série História**. Vol. 1, nº 1, 1997.p 103 – 113.

RAMOS, Eloísa Capovilla, FRANZEN, Beatriz V. & MOREIRA, Marli Merker. **Representações da identidade açoriana no discurso de autores luso-açoriano sul riograndense**. UNISINOS, mimeo.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. **Entre a doçura e a brutalidade: a construção da imagem açoriana no Rio Grande do Sul**. Estudos Leopoldenses. Série História. VoU. N.I, 1997, p.103-113.

Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas graphicas d' A Federação, 1921.

RÜDIGER, Sebalt. Colonização e propriedade de terras no Rio Grande do Sul - século XVIII Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1965.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **A colonização açoriana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/Instituto Cultural Português, 1979.

Referências Utilizadas e/ou Citadas

ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio**. Debates contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

ALCÂNTARA, Maria de Lourdes B. de; SADER, Regina T. . Paisagem e Cultura. In: **Imaginário/ NIME-LABI, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo**. Número 5. São Paulo, 1999.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVES, André. **Os Argonautas do Mangue**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

ARANTES & DURHAN. **Produzindo o Passado**. Petrópolis: Vozes,

ARRUDA, Gilmar (organizador). **Natureza, Fronteiras e Territórios**. Londrina: Eduel, 2005.

ARRUDA, Gilmar, **Narrativas e imagens da transformação da natureza, territórios e fronteiras**. In.: ARRUDA, G (org). **Natureza, Fronteiras e Territórios**. Londrina: Eduel, 2005.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

ASSIS BRASIL. Luiz A. **Um quarto de légua em quadro. Diário do DR. Gaspar de Fróis**. Médico. 6ª Edição. Porto Alegre: Movimento, 1997

AUGÉ, Marc. **Não Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo, Papyrus, 1992.

AUGÈ. Marc. **Por Uma antropologia dos mundos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; Monteiro, John Manuel (organizadores). **Raízes da América Latina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996.

BACHELARD, Gaston. **A Água e os sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.p. 18

BACHELARD, Gaston. **A Dialética da Duração**. São Paulo: Ática, 1988.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BACKZO, Bronislaw. **Imaginação Social. Enciclopédia Einaudi. Vol. 5.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

BALANDIER, Georges. **A Desordem.** O elogio do movimento. Rio de Janeiro:

BARROSO, Vera Lúcia Maciel (Org). **Açorianos no Brasil. História, memória, genealogia e historiografia.** Porto Alegre: EST, 2002. 28)

BARROSO. Vera Lúcia Maciel (org). **Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EST, 1993.

BARROSO. Vera Lúcia Maciel. **Lusos e Açorianos no RS: conquista e legado.**

BARROSO. Vera Lúcia Maciel. Os açorianos no Rio Grande do Sul – Brasil. Uma presença desconhecida. **I Jornada “Emigração/Comunidades”.**

BELSHAW. Cyril. S. **Troca tradicional e mercado moderno. Modernização de sociedades tradicionais.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. Trad. Edmond Jorge.

BELSHAW. Cyril. S. **Troca tradicional e mercado moderno. Modernização de sociedades tradicionais.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. Trad. Edmond Jorge.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política.** Obras Escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1987, 3ª ed.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única.** São Paulo: Brasiliense, 1995..

BOCCARA, Guillaume. **Relectura de los procesos coloniales de etnogénesis, etnificación y mestizaje em tiempos de globalización.** . E-review UMR 8565 Nuevo Mundo, mundos nuevos.2001.

BORGES FORTES. Casaes. Edição do centenário Farroupilha.1935.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das Trocas lingüísticas. Sobre o que falar significa.** São Paulo: EdUSP. 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo:Perspectiva.

BOURDIEU, Pierre. La Maison Cabila: ou le monde inversé. In.: BOURDIEU, Pierre . **Le Sens Pratique.** Paris: Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática.** In ORTIZ, R. Pierre

Bourdieu, Sociologia. São Paulo: Ática, 1987

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (organizadoras). **Memória e (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

BREWER, Devon, D. & YANG, Bihcii. Patterns in the recall of person in a religious community. **Social Networks**, 16(1994) 347 - 379. North-Holland.

CAMÕES, Luiz de. **Os Lusíadas**. Edição Organizada por Emanuel Paulo Ramos.

CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas**. São Paulo. EdUSP. 1997.

CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas**. São Paulo. EdUSP.1997.

CARDOSO DE OLIVEIRA. Roberto. **Sobre o Pensamento Antropológico**. São Paulo: Ática, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Ensaios. Bauru: EDUSC, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINIFAS, Ronaldo. **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Flamarion Ciro; MALERBA, Jurandir (organizadores). **Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar**. Capítulos 1 e 2. Campinas, SP: Papirus, 2000.

CASCAES, Franklin. **Vida e Arte. E a colonização Açoriana**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Manoel Antônio. **Poética e Poiesis: a questão da interpretação**. Rio de Janeiro/UFRJ, Faculdade de Letras, junho 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.

CÉSAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**. Período Colonial. Porto

Alegre: Globo, 1970.

CÉSAR, Guilhermino. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul**. 2a.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1981.

COOK, Karen S. & YAMAGISHI, Toshio. Power in exchange networks: a power-dependence formulation. **Social Networks**.14 (1992): 245 - 265.

COUCHE. Denis. **A Noção de Cultura em Ciências Sociais**. São Paulo: EdUSC, 1999.

COUCHE. Denis. **A Noção de Cultura em Ciências Sociais**. São Paulo: EdUSC, 1999.

DA MATTA. Roberto. **A Casa e a Rua**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DABAS, Elina e NAJMANOVICH, D (compiladoras) **Redes, el lenguaje de los vinculos. Hacia la reconstruccion y el fortalecimiento de la sociedad civil**. Buenos Aires: Paidós, 1995.

DABAS, Elina. **Red de redes. Las prácticas de la intervención en redes sociales**. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós 1995.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Ilhas e Mares**. Simbolismo e imaginário. São Paulo: Hucitec, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

DOMINGUES, José Maurício. **Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra capa Livraria, 1999.

DOREIAN, Patrick & WOODARD, Katherine L. Defining and locating cores and boundaries of social networks. North Holland. **Social Networks** 16 (1994) 267-293.

DOSSE, François. **A história em migalhas. Dos annales à nova história**. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

DOSSE, Françoise. **A história à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976

DOUGLAS, Mary. **Sobre a classificação dos Mitos**. Porto Editora, 1934

DREYS, Nicolau [1839]. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. 4a.ed. PortoAlegre: Dimensão/EDIPUCRS, 1990.

DURANT, Gilbert. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DUVIGNAUD, Jean. **A solidariedade. Laços de sangue, laços de razão**. Lisboa: Instituto Piaget, 1986.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Editores, 2000. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Editores, 2000. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

ELMIR, Cláudio Pereira. **A história devorada. No rastro dos crimes da Rua do Arvoredo**. Porto Alegre: Escritos, 2004.

EVANS-PRICHARD, E.E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds, 2005.

FÉLIX, Loiva Otero. **História & Memória. A problemática da pesquisa**. Passo fundo: Ediupf, 1998.

FRITJOF, Capra. **A Teia da vida. Uma nova compreensão dos seres vivos**.

GEERTZ. Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zaher, 1978.

GEERTZ. Clifford. **Nova Luz sobre a Antropologia**. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 2001.

GEERTZ. Clifford. **Saber Local. Ensaio de Antropologia Interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-traducional. In: BECK, Ulrich. et.all. **Modernidade reflexiva**. São Paulo: Ed. Unesp. 1997.

GIDDENS, Antony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GODBOUT, Jaques (em colaboração com Alain Caillé) **O Espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Fundação GetúlioVargas Editora, 1999.

GODELIER, Maurice. **L'énigme du don**. Paris: Fayard, 1996.

GODELIER, Maurice. **O Enigma da Dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2000.

GODELIER, Maurice. **Racionalidade e Irracionalidade na Economia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, s/d. Biblioteca Tempo Brasileiro - 9.

GOFF, Jaques Le; NORA, Pierre. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988.

GOLIN, Tau. **A Fronteira. Governos e movimentos espontâneos na fixação do Brasil com o Uruguai e a Argentina**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GRAEBIN, Cleusa Maria. **Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência**. Tese de Doutorado. PPGHist, UNISINOS, 2004. Mimeo.

GUIDDENS, Antony & TURNER. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: EdUNESP. 1987.

GUTFRIEND, Ieda. **A Historiografia Rio-grandense**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998. Segunda Edição.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **Da diáspora. Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JACQUES, João Cezimbra. **Ensaio sobre os Costumes do Rio Grande do Sul, Precedido de uma ligeira descrição física de uma noção histórica**. Porto Alegre: Typographia de Gundlach & Comp. 1883.

JÚNIOR, Hilário Franco. **Cocanha. A história de um país imaginário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KANT de LIMA, Roberto & PEREIRA, Luciana Freitas. **Pescadores de Itaipu**. Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 1999.

KUPER, Adam. **Cultura, a visão dos antropólogos**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LANNA, Marcos. **A Dívida Divina**. Campinas: EdUNICAMP, 1995.

LAPLATINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. Memória. pp:423-77

LEAL, João. 2000. **Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional**. Lisboa:Publicações Dom Quixote.274 pp.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis: Vozes,1982. Cap I ao V.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. São Paulo: Papyrus, 1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **The Raw and the Cooked**. Chicago: The University Chicago Press, 1983.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1996.

MALUF, Sônia. **Encontros noturnos. Bruxas e bruxarias na lagoa da conceição**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

MARTINS, J. H. Borges. **Crenças populares da ilha terceira II (Almas do outro mundo- O diabo- Encantados- Vária)**. Lisboa: Edições Salamandra, 1994.

MATURANA, Humberto e VARELA, Francisco. **De máquinas e seres vivos. Autopoiése e a organização do vivo**. Cap. IV Diversidade da Autopoesis.

MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. Caps. Ontologia do conversar; seres humanos individuais e fenômenos sociais humanos; a biologia do social.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (organizador). **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MELLO e SOUZA, Laura. Norma e Conflito. Aspectos da História de Minas Gerais no Século XVIII. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

MERLEAU-PONTY. **De Mauss a Lévi-Strauss**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção Os Pensadores.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os Homens de Bem. Experiências negras no espaço urbano**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

MORIN, Edgar. **Saberes Globais, Saberes Locais; o olhar interdisciplinar.** Coleção idéias sustentáveis.2002.

MORITZ SHWARCZ, Lília e GOMES, Nilma Lino.(orgs) **Antropologia e História.** Debate em região de fronteira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

NETO, SIMÕES LOPES. **Causos do Romualdo.** A primeira edição é de 1952. pela editora globo. Mas os Causos foram publicados no Jornal Correio Mercantil, desde 1914.

NOVAIS, Adauto (org). **Tempo e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NUTINI, H.G. Sobre los conceptos de ordem epistemologico y de definiciones coordinativas. In: LLOBERA, J. R., (org) **La Antropologia como Ciencia.** Barcelona: Anagrama, 1975.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo: Editora Livraria Pioneira, 1976

PÁDUA, José Augusto de. **Um Sopro de Destruição.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PAWLING, Perla Chinchilla. **¿Aprender de la historia o aprender historia? Historia y grafia.** UIA, núm. 15, 2000.

PEIRANO, Mariza. Etnocentrismo às Avessas. **Dados**, vol. 26, nº1, 1983

PESAVENTO, Sandra Jatahy (organizadora). **Um historiador nas fronteiras. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PINHEIRO Sebastião. **Cartilha da Energia Vital.** PoA: Fundação Juquira Candiru, 2003.

PINHEIRO Sebastião. **Huarachizar el conocimiento.** (mimeo)

PINHEIRO, Sebastião. **O biopoder e as populações tradicionais.** (mimeo)

.

PUJADAS, Juan José. **Etnicidad, Identidad cultural de los pueblos.** Madrid: Eudema, 1993.

RAMOS, Eloísa Capovilla da Luz. Entre a doçura e a brutalidade; a construção da

imagem açoriana no Rio Grande do Sul. **Estudos Leopoldenses**. Série História. Vol. 1 n. 1, 1997. pp 103-113.

REICHEL, Heloísa Jochims & GUTFREIND, Ieda. **As raízes históricas do Mercosul**. A região platina colonial. São Leopoldo: UNIS-OS, 1996.

REICHEL, Heloísa Jochims & GUTFREIND, Ieda. **Fronteiras e guerras no Prata**. São Paulo: Atual, 1995.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas**. A Experiência da Microanálise. RJ: FGV Editora, 1998.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e política no mundo contemporâneo**. Brasília: Editora UnB, 2000.

RODRIGUES, José Honório. **O continente do Rio Grande**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ROGNON, FRÉDERIC. **Os Primitivos, nossos contemporâneos**. Rio de Janeiro: 1991.

RÜDIGER, Sebalt. **Colonização e propriedade de terras no Rio Grande do Sul. Séc. XVIII**. Cadernos do Rio Grande, Secção III, Estudos Rio-grandenses nº 3. 1965.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**. Petrópolis, Vozes, 1978.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**. Petrópolis, Vozes, 1978.

SAINT-HILAIRE Augste de, **Viagem ao Rio Grande do Sul**. (1820-1821). São Paulo / Belo Horizonte: Ed. USP e Itatiaia, 1974 . p. 47

SAMARA, Eni de Medeiros. **Família, mulheres e povoamento. São Paulo século XVII**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul - século XVIII** São Paulo:Companhia Editora Nacional, 1984.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1882.

SCHNEIDER, David. **Nother Toward a Theory of Culture**. Citado por Kupper Adam. Cultura. A visão dos antropólogos. Cap. 4 Dabid Schneider: a biologia como cultura. São Paulo: EDUSC,2002. p. 161

SCHWARCS, Lilia Moritz & GOMES, Nilma Lino(org), **Antropologia e História**. Debate em região de fronteira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

SIMMEL, George. **Le Conflict**. Paris: Circe, 1995.

TEIXEIRA, Carla Costa. **Em busca da Experiência Mundana e seus Significados: Georg Simmel, Alfred Shutz e a Antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado. História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOURAINÉ, Alain. **A Crise da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1997.

TOURAINÉ, Alain. **O Retorno do Ator. Ensaio sobre sociologia**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos. Ensaio de Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TURNER, Frederick. **O Espírito Ocidental contra a Natureza, Mito, História e as Terras Selvagens**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

VALENSI, Lucete. **História e Antropologia Econômica: A Obra de Karl Polany**. In: Por uma História Antropológica.

VALENSI, Lucete. **História e Antropologia Econômica: A Obra de Karl Polany**. In: Por uma História Antropológica.

VELHO Gilberto. **Projeto e Metamorfose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2003. 3ª Edição.

VIANA, Gilney, SILVA, Marina e DINIZ, Nilo (orgs) **O desafio da sustentabilidade. Um debate sócio ambiental no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004. 1ª reimpressão.

WOLF, Eric R.. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WORSTER, Donald. **Para fazer historia ambiental**. Estudos Históricos. RJ: vol 4, nº 8, 1991.

Artigos

ADOMILI, Gianpaolo Knoler. **Interações e representações em relação a apropriação social ds recursos naturais: o caso do Parque Nacional da Lagoa**

do Peixe- RS. 2002.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral**. São Paulo: Editora Nacional/ Edusp, 1976.

BURKE, Peter. A História dos Acontecimentos e o Renascimento das Narrativas. In.: BURKE, Peter (org). **A escrita da História. Novas Perspectivas**. São Paulo: EdUNESP, 1992.

CALEFFI, Paula. Cultura nativa e globalização: Terena em Campo Grande; (re)significando o real. In: **Imaginário/ NIME-LABI, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo**. Número 5. São Paulo, 1999.

CARVALHO. José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. In: **Revista Brasileira Ciências Sociais. Vol. 13,n. 38**.São Paulo. Outubro. 1998. p. 1-3.

ELMIR, Claudio Pereira. Açorianos no Sul do Brasil: representações literárias de uma promessa vã. **Ciênc. Let., Porto Alegre, n. 38, 199-206**, 2005.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. **Exertos da Tese**. Unisinos, São Leopoldo-RS.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio. **Estudos Avançados, 2003, vol. 17 n. 49, pp. 321-342**.

LACERDA, Eugenio Pascele. O atlântico açoriano. **Uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade**. Florianópolis, SC, 2003.

LEACH. Edward. **Cronos e o Tempo**. In: _____. Repensando a Anropologia. São Paulo: Perspectiva, 1982.

LÈVI, Pierre. Rumo a uma ecologia cognitiva. In.:____ **Pensamento na era da Informática**. São Paulo, Ed. 34

MARREIRO, Fátima. **O dom: um paradigma antiutilitarista das ciências Sociais**. Revista de Cultura Vozes, nº 1, Janeiro-fevereiro, 1999. P. 108-121

MARTINS, Maria Cristina Bohn. Análise do processo de tradução intercultural nas missões cristãs no Brasil. **História UNISINOS. Vol. 4 n. 2**. São Leopoldo: Universiade do Vale do Rio dos Sinos, 2000.

MAUSS. Marcell. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da trocas nas sociedades arcaicas e o espírito da dádiva. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. vol II. São Paulo: Edpuc/PUF. 1974.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Os (des)caminhos da identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 15, n.42**. São Paulo, 2000.

SAHLINS, Marshal. O pessimismo sentimental I e II. **Rev. Mana. Vol. 3 n. 1.** Rio de Janeiro: Museu Naional, 1997.

SCHWARCS, Lilia Moritz. Questões de fronteira. **Novos Estudos.** n. 72, julho 2005

SOUZA, Arno André Dias de. **Cotidiano, imaginação e memória; bruxaria no Brasil Meridional.** PUCRS, Porto Alegre, 2005.

VÁRIOS. Redes. **Revista Travessia do Imigrante.**(maio/agosto 01)

VELHO, Otávio. **O cativo da besta fera.**1989. Mimeo .

WOSTER, Donald. **Para fazer uma história ambiental.** – Procurar referências.

XAVIER, Lidia de Oliveira. Fronteira: Reflexões sobre teorias e historiografia. Em tempo de **Histórias: Revista dos alunos da pós-graduação da UnB. Vol. 5, n. 5.** Brasília, 2002.

Outras Fontes

CD - O Rio Grande canta os Açores. Vários artistas.

CD - Projeto Resgate; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

CD - Folclore Português.

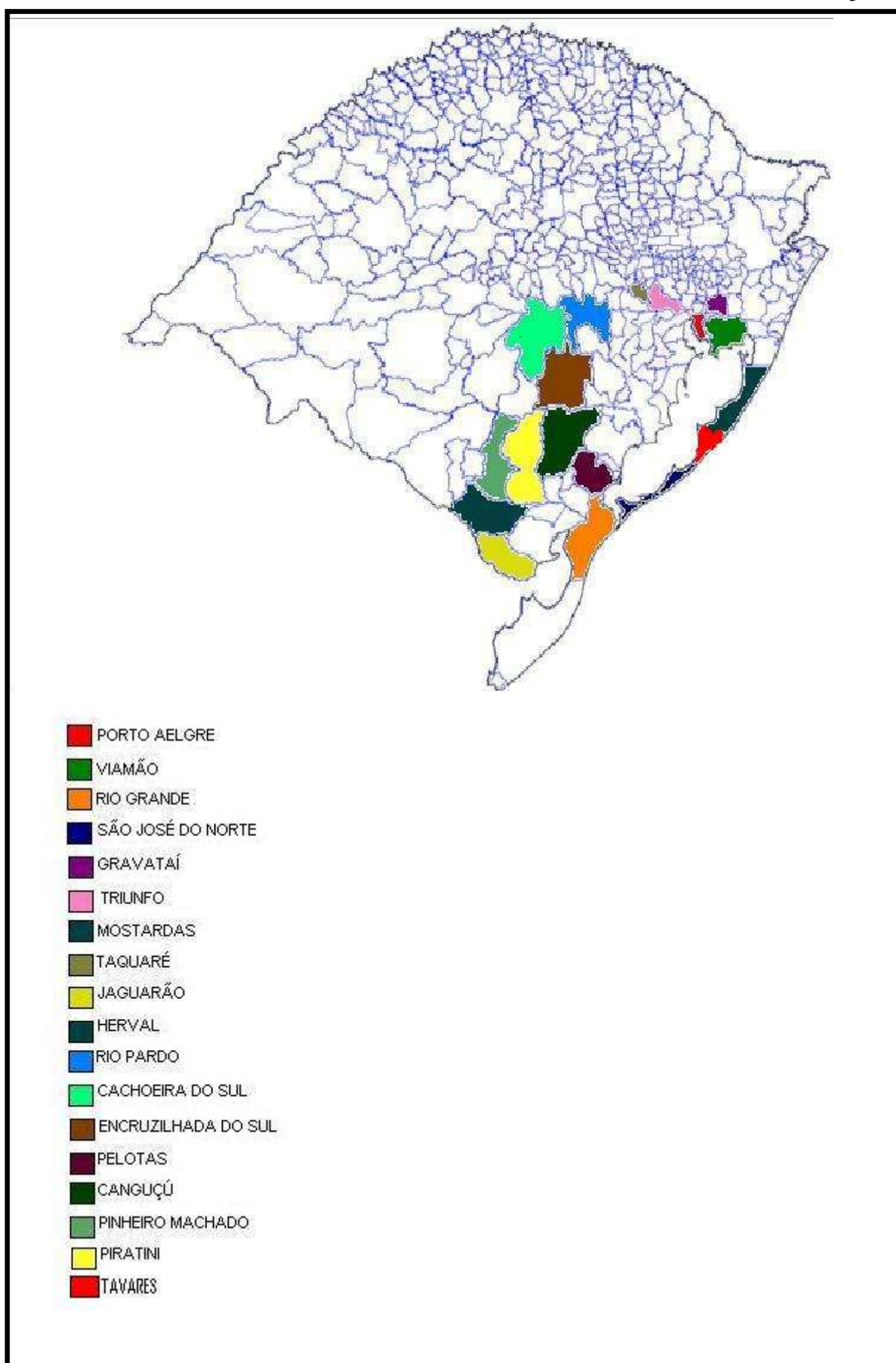
Gravação da Festa Junina; Canal Rural 22/06/1997.

Gravação do Terno de Reis em Tramandaí.

Gravação da Festa de São Pedro - Tramandaí, junho de 1997. Participação do Terno Junino de Mostardas.

Documentário: "Em nome do Espírito Santo"; Carlos Brandão Lucas. Instituto Camões.

ANEXOS

MAPA DOS MUNICÍPIOS QUE CORRESPONDEM A ÁREAS DE PRESERVAÇÃO

A FRONTEIRA



1763 – O RIO GRANDE DURANTE A INVASÃO ESPANHOLA

Mapa representativo do território correspondente ao Rio Grande do Sul em 1763, ano da invasão comandada pelo governador Cevallos, de Buenos Aires. *Exemplo Geographico do Terreno que ocorre desde a V.a do R.o Grande de S. Pedro, the o destrito de Viamão.* Explicação: A. Estância do Tesouro donde se acha postada a Guarda Espanhola. B. Sitio das Tratadas donde se acha postada a Guarda Portugueza. De CC, the DD. Estância de Sua Magestade. 1763. Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria. Rio de Janeiro: Mapoteca do Itamaraty.

DECRETO Nº 93.546, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1986.

Cria o Parque Nacional da Lagoa do Peixe. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 5º, alínea a, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Decreta: Art 1º Fica criado, no Estado do Rio Grande do Sul, o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, com os objetivos, dentre outros, de proteger amostra dos ecossistemas litorâneos da região da Lagoa do Peixe, e particularmente as espécies de aves migratórias que dela dependem para seu ciclo vital. Art 2º O Parque Nacional da Lagoa do Peixe, localizado no litoral sul do Rio Grande do Sul, abrangendo terras dos municípios de Mostardas, Tavares e São José do Norte, tem os seguintes limites, descritos a partir das cartas topográficas em escala 1:50.000 nºs SH.22-2-C-I-1, SH.22-2-C-I-2, SH.22-(H-II-4) (U-IV-2) (U-I-3) editadas pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército: Começa no Ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas 31º27'00" S e 51º11'12" WGr.; situado no ponto trigonométrico; segue por uma linha de azimute aproximado 39º48' e distância aproximada de 2733,60 metros até o Ponto 2, de coordenadas geográficas aproximadas 31º25'52" S e 51º10'06" WGr.; desse ponto, segue por uma linha seca de azimute aproximado 41º50' e distância aproximada de 4.496,94m até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 31º24'03" S e 51º08'12" WGr.; desse ponto, segue por uma linha seca de azimute aproximado 28º26' e distância aproximada de 1.364,70m, até o Ponto 4, de coordenadas geográficas aproximadas 31º23'24" S e 51º07'48" WGr.; desse ponto, segue por uma linha seca de azimute aproximado 47º51' e distância aproximada de 2831,90m, até o Ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 31º22'22" S e 51º06'28" WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximado 16º42' e distância aproximada de 522,00m, até o Ponto 6, de coordenadas geográficas aproximadas 31º22'06" S e 51º06'22" WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximado 48º30' e distância aproximada de 1735,65m, até o Ponto 7, de coordenadas geográficas 31º21'29" S e 51º05'33" WGr ; daí, segue por uma linha de azimute aproximado 18º26' e distância aproximada 474,30m até o Ponto 8, de coordenadas geográficas 31º21'14" S e 51º05'27" WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximado 33º01' e distância aproximada de 2.385,37m até o Ponto 9, de

coordenadas geográficas aproximadas $31^{\circ}20'09''$ S e $51^{\circ}04'38''$ WGr.; desse ponto segue por uma linha de azimute aproximado $45^{\circ}00'$ e distância aproximada de 565,69m até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas $31^{\circ}19'57''$ S e $51^{\circ}04'23''$ WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximado $29^{\circ}21'$ e distância aproximada de 1.835,76m até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas $31^{\circ}19'04''$ S e $51^{\circ}03'49''$ WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximado $47^{\circ}02'$ e distância aproximada de 1.981,20m até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas $31^{\circ}18'21''$ S e $51^{\circ}02'54''$ WGr.; daí, segue por uma linha de azimute aproximado de $35^{\circ}32'$ e distância aproximada de 1720,46m até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas $31^{\circ}17'36''$ S e $51^{\circ}02'16''$ WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximado $55^{\circ}18'$ e distância aproximada de 1.581,14m até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas $31^{\circ}17'06''$ S e $15^{\circ}01'27''$ WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximado $55^{\circ}18'$ e distância aproximada de 1581,14m até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas $31^{\circ}15'24''$ S e $51^{\circ}00'17''$ WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximado $50^{\circ}11'$ e distância aproximada de 1.171,60m até o Ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas de $31^{\circ}14'60''$ S e $50^{\circ}59'43''$ WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximado $38^{\circ}22'$ e distância de 3.061,00m até o Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas $31^{\circ}13'41''$ S e $50^{\circ}58'31''$ WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximado $90^{\circ}00'$ e distância aproximada de 400,00m até o Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas $31^{\circ}13'42''$ S e $50^{\circ}58'18''$ WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximado $37^{\circ}44'$ e distância aproximada de 9231,00m até o Ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas $31^{\circ}09'44''$ S e $50^{\circ}54'43''$ WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximado $73^{\circ}18'$ e distância aproximada de 522,00m até o Ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas $31^{\circ}09'40''$ S e $50^{\circ}54'24''$ WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximado $38^{\circ}39'$ e distância aproximada de 4.162,00m até o Ponto 21, de coordenadas geográficas aproximadas $31^{\circ}02'45''$ S e $55^{\circ}42'04''$ WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximado $306^{\circ}52'$ na distância aproximada de 1.000,00m até o Ponto 22, de coordenadas geográficas aproximadas $31^{\circ}07'34''$ S e $50^{\circ}53'16''$ WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximada $40^{\circ}35'$ e distância aproximada de 16.524,68m até o Ponto 23, de coordenadas geográficas aproximadas $31^{\circ}00'46''$ S e $50^{\circ}46'31''$ WGr.; desse ponto, segue por uma linha de

azimute aproximado $131^{\circ}17'$ e distância aproximada de 2.728,00m até o Ponto 24, de coordenadas geográficas aproximadas $31^{\circ}01'44''$ S e $50^{\circ}45'13''$ WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximado $180^{\circ}00'$ e distância aproximada de 5.200,00m até o Ponto 25, de coordenadas geográficas aproximadas $31^{\circ}04'33''$ S e $50^{\circ}45'13''$ WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximado de $219^{\circ}12'$ e distância aproximada de 23.809,77m até o Ponto 26, de coordenadas geográficas aproximadas $31^{\circ}14'34''$ S e $50^{\circ}54'40''$ WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximado de $176^{\circ}25'$ e distância aproximada de 801,55m até o Ponto 27, de coordenadas geográficas aproximadas de $31^{\circ}15'00''$ S e $50^{\circ}54'39''$ WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximado de $150^{\circ}15'$ e distância aproximada de 403,11m até o Ponto 28, de coordenadas geográficas aproximadas $31^{\circ}15'09''$ S e $50^{\circ}54'31''$ WGr.; desse ponto, segue pela orla marítima até o Ponto 29 de coordenadas geográficas aproximadas $31^{\circ}29'00''$ S e $51^{\circ}09'51''$ WGr.; desse ponto, segue por uma linha de azimute aproximado de $329^{\circ}50'$ e distância aproximada de 4.279,31m até o ponto 1, inicial da descrição do perímetro, perfazendo uma área total aproximada de 34.400 hectares.

Parágrafo único. A faixa de mar situada entre os pontos 28 e 29 da descrição, e com largura de 1000 (mil) metros, fica também constituindo parte do Parque Nacional da Lagoa do Peixe.

ANEXO AO DECRETO QUE PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA / MRE

Convenção Sobre Diversidade Biológica

Preâmbulo

As Partes Contratantes,

Conscientes do valor intrínseco da diversidade biológica e dos valores ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético da diversidade biológica e de seus componentes,

Conscientes, também, da importância da diversidade biológica para a evolução e para a manutenção dos sistemas necessários à vida da biosfera,

Afirmando que a conservação da diversidade biológica é uma preocupação comum à humanidade,

Reafirmando que os Estados têm direitos soberanos sobre os seus próprios recursos biológicos,

Reafirmando, igualmente, que os Estados são responsáveis pela conservação de sua diversidade biológica e pela utilização sustentável de seus recursos biológicos,

Preocupados com a sensível redução da diversidade biológica causada por determinadas atividades humanas,

Conscientes da falta geral de informação e de conhecimento sobre a diversidade biológica e da necessidade urgente de desenvolver capacitação científica, técnica e institucional que proporcione o conhecimento fundamental necessário ao planejamento e implementação de medidas adequadas,

Observando que é vital prever, prevenir e combater na origem as causas da sensível redução ou perda da diversidade biológica,

Observando também que quando exista ameaça de sensível redução ou perda de diversidade biológica, a falta de plena certeza científica não deve ser usada como razão para postergar medidas para evitar ou minimizar essa ameaça,

Observando igualmente que a exigência fundamental para a conservação da diversidade biológica é a conservação in-situ dos ecossistemas e dos habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies no seu meio natural,

Observando ainda que medidas ex-situ, preferivelmente no país de origem, desempenham igualmente um importante papel,

Reconhecendo a estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais, e que é desejável repartir eqüitativamente os benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional, de inovações e de práticas relevantes à conservação da diversidade biológica e à utilização sustentável de seus componentes, reconhecendo, igualmente, o papel fundamental da mulher na conservação e na utilização sustentável da diversidade biológica e afirmando a necessidade da plena participação da mulher em todos os níveis de formulação e execução de políticas para a conservação da diversidade biológica,

Enfatizando a importância e a necessidade de promover a cooperação internacional, regional e mundial entre os Estados e as organizações intergovernamentais e o setor não-governamental para a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável de seus componentes,

Reconhecendo que cabe esperar que o aporte de recursos financeiros novos e adicionais e o acesso adequado às tecnologias pertinentes possam modificar sensivelmente a capacidade mundial de enfrentar a perda da diversidade biológica,

Reconhecendo, ademais, que medidas especiais são necessárias para atender as necessidades dos países em desenvolvimento, inclusive o aporte de recursos financeiros novos e adicionais e o acesso adequado às tecnologias pertinentes,

Observando, nesse sentido, as condições especiais dos países de menor desenvolvimento relativo e dos pequenos Estados insulares,

Reconhecendo que investimentos substanciais são necessários para consertar a diversidade biológica e que há expectativa de um amplo escopo de benefícios ambientais, econômicos e sociais resultantes desses investimentos,

Reconhecendo que o desenvolvimento econômico e social e a erradicação da pobreza são as prioridades primordiais e absolutas dos países em desenvolvimento,

Conscientes de que a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica é de importância absoluta para atender as necessidades de alimentação, de saúde e de outra natureza da crescente população mundial, para o que são essenciais o acesso a e a repartição de recursos genéticos e tecnologia,

Observando, enfim, que a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica fortalecerão as relações de amizade entre os Estados e contribuirão para a paz da humanidade,

Desejosas de fortalecer e complementar instrumentos internacionais existentes para a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável de seus componentes, e

Determinadas a conservar e utilizar de forma sustentável a diversidade biológica para benefício das gerações presentes e futuras,

Convieram no seguinte:

Artigo 1 Objetivos

Os objetivos desta Convenção, a serem cumpridos de acordo com as disposições pertinentes,

São a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado.

Artigo 2 Utilização de Termos

Para os propósitos desta Convenção:

"Área protegida" significa uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação.

"Biotecnologia" significa qualquer aplicação tecnológica que utilize sistemas biológicos, organismos vivos, ou seus derivados, para fabricar ou modificar produtos ou processos para utilização específica.

"condições in-situ" significa as condições em que recursos genéticos existem em ecossistemas e habitats naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características.

"Conservação ex-situ" significa a conservação de componentes da diversidade biológica fora de seus habitats naturais.

"Conservação in-situ" significa a conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características.

"Diversidade biológicas" significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

"Ecossistemas" significa um complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais e de microorganismos e o seu meio inorgânico que interagem como uma unidade funcional.

"Espécie domesticada ou cultivada" significa espécie em cujo processo de evolução influiu o ser humano para atender suas necessidades.

"Habitat" significa o lugar ou tipo de local onde um organismo ou população ocorre naturalmente.

"Material genético" significa todo material de origem vegetal, animal, microbiana ou outra que contenha unidades funcionais de hereditariedade.

"Organização regional de integração econômica" significa uma organização constituída de Estados soberanos de uma determinada região, a que os Estados membros transferiram competência em relação a assuntos regidos por esta Convenção, e que foi devidamente autorizada, conforme seus procedimentos internos, a assinar, ratificar, aceitar, aprovar a mesma e a ela aderir.

"País de origem de recursos genéticos" significa o país que possui esses recursos genéticos em condições *in-situ*. "País provedor de recursos genéticos" significa o país que provê recursos genéticos coletados de fontes *in-situ*, incluindo populações de espécies domesticadas e silvestres, ou obtidas de fontes *ex-situ*, que possam ou não ter sido originados nesse país.

"Recursos biológicos" compreende recursos genéticos, organismos ou partes destes, populações, ou qualquer outro componente biótico de ecossistemas, de real ou potencial utilidade ou valor para a humanidade.

"Recursos genéticos" significa material genético de valor real ou potencial.

"Tecnologia" inclui biotecnologia.

"Utilização sustentável" significa a utilização de componentes da diversidade biológica de modo e em ritmo tais que não levem, no longo prazo, à diminuição da diversidade biológica, mantendo assim seu potencial para atender as necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras.

Artigo 3 Princípio

Os Estados, em conformidade com a Carta das nações Unidas e com os princípios de Direito internacional, têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas políticas ambientais, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou controle não causem dano ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional:

Artigo 4 Âmbito Jurisdicional

Sujeito aos direitos de outros Estados, e a não ser que de outro modo expressamente determinado nesta Convenção, as disposições desta Convenção aplicam-se em relação a cada Parte Contratante:

- a) No caso de componentes da diversidade biológica, nas áreas dentro dos limites de sua jurisdição nacional; e
- b) No caso de processos e atividades realizadas sob sua jurisdição ou controle, independentemente de onde ocorram seus efeitos, dentro da arca de sua jurisdição nacional ou além dos limites da jurisdição nacional.

Artigo 5 Cooperação

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso, cooperar com outras Partes Contratantes, diretamente ou, quando apropriado, mediante organizações internacionais competentes, no que respeita a áreas além da jurisdição nacional e em outros assuntos de mútuo interesse, para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica.

Artigo 6 Medidas Gerais para a Conservação e a Utilização Sustentável

Cada Parte Contratante deve, de acordo com suas prolixas condições e capacidades:

- a) desenvolver estratégias, planos ou programas para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica ou adaptar para esse fim estratégias, planos ou programas existentes que devem refletir, entre outros aspectos, as medidas estabelecidas nesta Convenção concernentes à Parte interessada; e
- b) integrar, na medida do possível e conforme o caso, a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica em planos, programas e políticas setoriais ou intersetarias pertinentes.

Artigo 7 Identificação e Monitoramento

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso, em especial para os propósitos dos Artigos 8 a 10:

- a) Identificar componentes da diversidade biológica importantes para sua conservação e sua utilização sustentável, levando em conta a lista indicativa de categorias constante no anexo I;
- b) Monitorar, por meio de levantamento de amostras e outras técnicas, os componentes da diversidade biológica identificados em conformidade com a alínea (a) acima, prestando especial atenção aos que requeiram urgentemente medidas de conservação e aos que ofereçam o maior potencial de utilização sustentável;
- c) Identificar processos e categorias de atividades que tenham ou possam ter sensíveis efeitos negativos na conservação e na utilização sustentável da diversidade biológica, e monitorar seus efeitos por meio de levantamento de amostras e outras técnicas; e
- d) Manter e organizar, por qualquer sistema, dados derivados de atividades de identificação e monitoramento em conformidade com as alíneas (a), (b) e (c) acima.

Artigo 8 Conservação In-Situ

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:

- a) Estabelecer um sistema de áreas protegidas ou áreas onde medidas especiais precisem ser tomadas para conservar a diversidade biológica;
- b) Desenvolver, se necessário, diretrizes para a seleção, estabelecimento e administração de áreas protegidas ou áreas onde medidas especiais precisem ser tomadas para conservar a diversidade biológica;
- c) Regulamentar ou administrar recursos biológicos importantes para a conservação da diversidade biológica, dentro ou fora de áreas protegidas, a fim de assegurar sua conservação e utilização sustentável;
- d) Promover a proteção de ecossistemas, habitats naturais e manutenção de populações viáveis de espécies em seu meio natural;
- e) Promover o desenvolvimento sustentável e ambientalmente sadio em áreas adjacentes às áreas protegidas a fim de reforçar a proteção dessas áreas;
- f) Recuperar e restaurar ecossistemas degradados e promover a recuperação de espécies ameaçadas, mediante, entre outros meios, a elaboração e implementação de planos e outras estratégias de gestão;
- g) Estabelecer ou manter meios para regulamentar, administrar ou controlar os riscos associados à utilização e liberação de organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia que provavelmente provoquem impacto ambiental

negativo que possa afetar a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica, levando também em conta os riscos para a saúde humana;

h) Impedir que se introduzam, controlar ou erradicar espécies exóticas que ameacem os ecossistemas, habitats ou espécies;

i) Procurar proporcionar as condições necessárias para compatibilizar as utilizações atuais com a conservação da diversidade biológica e a utilizado sustentável de seus componentes;

j) Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição eqüitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas;

k) Elaborar ou manter em vigor a legislação necessária e/ou outras disposições regulamentares para a proteção de espécies e populações ameaçadas;

l) Quando se verifique um sensível efeito negativo à diversidade biológica, em conformidade com o Artigo 7, regulamentar ou administrar os processos e as categorias de atividades em causa; e

m) Cooperar com o aporte de apoio financeiro e de outra natureza para a conservação in-situ a que se referem as alíneas (a) a (1) acima, particularmente aos países em desenvolvimento.

Artigo 9 Conservação Ex-Situ

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso, e principalmente a fim de complementar medidas de conservação in-situ:

a) Adotar medidas para a conservação ex-situ de componentes da diversidade biológica, de preferência no país de origens desses componentes;

b) Estabelecer e manter instalações para a conservação ex-situ e pesquisa de vegetais, animais e microorganismos, de preferência no país de origem dos recursos genéticos;

c) Adotar medidas para a recuperação e regeneração de espécies ameaçadas e para sua reintrodução em seu habitat natural em condições adequadas;

d) Regulamentar e administrar a coleta de recursos biológicos de habitats naturais com a finalidade de conservação ex-situ de maneira a não ameaçar ecossistemas e

populações in-situ de espécies, exceto quando forem necessárias medidas temporárias especiais ex-situ de acordo com a alínea (c) acima; e

e) Cooperar com o aporte de apoio financeiro e de outra natureza para a conservação ex-situ a que se referem as alíneas (a) a (d) acima; e com o estabelecimento e a manutenção de instalações de conservação ex-situ em países em desenvolvimento.

Artigo 10 Utilização Sustentável de Componentes da Diversidade Biológica

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:

a) Incorporar o exame da conservação e utilização sustentável de recursos biológicos no processo decisório nacional;

b) Adotar medidas relacionadas à utilização de recursos biológicos para evitar ou minimizar impactos negativos na diversidade biológica;

c) Proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação ou utilização sustentável;

d) Apoiar populações locais na elaboração e aplicação de medidas corretivas em áreas degradadas onde a diversidade biológica tenha sido reduzida; e

e) Estimular a cooperação entre suas autoridades governamentais e seu setor privado na elaboração de métodos de utilização sustentável de recursos biológicos.

Artigo 11 Incentivos

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso, adotar medidas econômica e socialmente racionais que sirvam de incentivo à conservação e utilização sustentável de componentes da diversidade biológica.

Artigo 12 Pesquisa e Treinamento

As Partes Contratantes, levando em conta as necessidades especiais dos países em desenvolvimento, devem:

a) Estabelecer e manter programas de educação e treinamento científico e técnico sobre medidas para a identificação, conservação e utilização sustentável da diversidade biológica e seus componentes, e proporcionar apoio a esses programas de educação e treinamento destinados às necessidades específicas dos países em desenvolvimento;

b) Promover e estimular pesquisas que contribuam para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica, especialmente nos países em desenvolvimento, conforme, entre outras, as decisões da Conferência das Partes

tomadas em conseqüência das recomendações do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e tecnológico, e

c) Em conformidade com as disposições dos Artigos 16, 18 e 20, promover e cooperar na utilização de avanços científicos da pesquisa sobre diversidade biológica para elaborar métodos de conservação e utilização sustentável de recursos biológicos.

Artigo 13 Educação e Conscientização Pública

As Partes Contratantes devem:

a) Promover e estimular a compreensão da importância da conservação da diversidade biológica e das medidas necessárias a esse fim, sua divulgação pelos meios de comunicação, e a inclusão desses temas nos programas educacionais; e

b) Cooperar, conforme o caso, com outros Estados e organizações internacionais na elaboração de programas educacionais de conscientização pública no que concerne à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica.

Artigo 14 Avaliação de Impacto e Minimização de Impactos Negativos

1. Cada Parte Contratante, na medida do possível e conforme o caso, deve:

a) Estabelecer procedimentos adequados que exijam a avaliação de impacto ambiental de seus projetos propostas que possam ter sensíveis efeitos negativos na diversidade biológica, a fim de evitar ou minimizar tais efeitos e, conforme o caso, permitir a participação pública nesses procedimentos;

b) Tomar providências adequadas para assegurar que sejam devidamente levadas em conta as conseqüências ambientais de seus programas e políticas que possam ter sensíveis efeitos negativos na diversidade biológica;

c) Promover, com base em reciprocidade, notificação, intercâmbio de informação e consulta sobre atividades sob sua jurisdição ou controle que possam ter sensíveis efeitos negativos na diversidade biológica de outros Estados ou áreas além dos limites da jurisdição nacional, estimulando-se a adoção de acordos bilaterais, regionais ou multilaterais, conforme o caso;

d) Notificar imediatamente, no caso em que se originem sob sua jurisdição ou controle, perigo ou dano iminente ou grave à diversidade biológica em área sob jurisdição de outros Estados ou em áreas além dos limites da jurisdição nacional, os Estados que possam ser afetados por esse perigo ou dano, assim como tomar medidas para prevenir ou minimizar esse perigo ou dano, e

e) Estimular providências nacionais sobre medidas de emergência para o caso de atividades ou acontecimentos de origem natural ou outra que representem perigo grave e iminente à diversidade biológica e promover a cooperação internacional para complementar tais esforços nacionais e, conforme o caso e em acordo com os Estados ou organizações regionais de integração econômica interessados, estabelecer planos conjuntos de contingência.

2. A Conferência das Partes deve examinar, com base em estudos a serem efetuados, as questões da responsabilidade e reparação, inclusive restauração e indenização, por danos causados à diversidade biológica, exceto quando essa responsabilidade for de ordem estritamente interna.

Artigo 15 Acesso a Recursos Genéticos

1. Em reconhecimento dos direitos soberanos dos Estados sobre seus recursos naturais, a autoridade para determinar o acesso a recursos genéticos pertence aos governos nacionais e está sujeita à legislação nacional.

2. Cada Parte Contratante deve procurar criar condições para permitir o acesso a recursos genéticos para utilização ambientalmente saudável por outras Partes Contratantes e não impor restrições contrárias aos objetivos desta Convenção.

3. Para os propósitos desta Convenção, os recursos genéticos providos por uma Parte Contratante, a que se referem este Artigo e os Artigos 16 e 19, são apenas aqueles providos por Partes Contratantes que sejam países de origem desses recursos ou por Partes que os tenham adquirido em conformidade com esta Convenção.

4. O acesso, quando concedido, deverá sê-lo de comum acordo e sujeito ao disposto no presente Artigo.

5. O acesso aos recursos genéticos deve estar sujeito ao consentimento prévio fundamentado da Parte Contratante provedora desses recursos, a menos que de outra forma determinado por essa Parte.

6. Cada Parte Contratante deve procurar conceber e realizar pesquisas científicas baseadas em recursos genéticos providos por outras Partes Contratantes com sua plena participação e, na medida do possível, no território dessas Partes Contratantes.

7. Cada Parte Contratante deve adotar medidas legislativas, administrativas ou políticas, conforme o caso e em conformidade com os Artigos 16 e 19 e, quando necessário, mediante o mecanismo financeiro estabelecido pelos Artigos 20 e 21,

para compartilhar de forma justa e eqüitativa os resultados da pesquisa e do desenvolvimento de recursos genéticos e os benefícios derivados de sua utilização comercial e de outra natureza com a Parte Contratante provedora desses recursos. Essa partilha deve dar-se de comum acordo.

Artigo 16 Acesso à Tecnologia e Transferência de Tecnologia

1. Cada Parte Contratante, reconhecendo que a tecnologia inclui biotecnologia, e que tanto o acesso à tecnologia quanto sua transferência entre Partes Contratantes são elementos essenciais para a realização dos objetivos desta Convenção, compromete-se, sujeito ao disposto neste Artigo, a permitir e/ou facilitar a outras Partes Contratantes acesso a tecnologias que sejam pertinentes à conservação e utilização sustentável da diversidade biológica ou que utilizem recursos genéticos e não causem dano sensível ao meio ambiente, assim como a transferência dessas tecnologias.

2. O acesso a tecnologia e sua transferência a países em desenvolvimento, a que se refere o parágrafo 1 acima, devem ser permitidos e/ou facilitados em condições justas e as mais favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais quando de comum acordo, e, caso necessário, em conformidade com mecanismo financeiro estabelecido nos Artigos 20 e 21. No caso de tecnologia sujeita a patentes e outros direitos de propriedade intelectual, o acesso à tecnologia e sua transferência devem ser permitidos em condições que reconheçam e sejam compatíveis com a adequada e efetiva proteção dos direitos de propriedade intelectual. A aplicação deste parágrafo deve ser compatível com os parágrafos 3, 4 e 5 abaixo.

3. Cada Parte Contratante deve adotar medidas legislativas, administrativas ou políticas, conforme o caso, para que as Partes Contratantes, em particular as que são países em desenvolvimento, que provêm recursos genéticos, tenham garantido o acesso à tecnologia que utilize esses recursos e sua transferência, de comum acordo, incluindo tecnologia protegida por patentes e outros direitos de propriedade intelectual, quando necessário, mediante as disposições dos Artigos 20 e 21, de acordo com o direito internacional e conforme os parágrafos 4 e 5 abaixo.

4. Cada Parte Contratante deve adotar medidas legislativas, administrativas ou políticas, conforme o caso, para que o setor privado permita o acesso à tecnologia a que se refere o parágrafo 1 acima, seu desenvolvimento conjunto e sua transferência em benefício das instituições governamentais e do setor privado de países em

desenvolvimento, e a esse respeito deve observar as obrigações constantes dos parágrafos 1, 2 e 3 acima.

5. As Partes Contratantes, reconhecendo que patentes e outros direitos de propriedade intelectual podem influir na implementação desta Convenção, devem cooperar a esse respeito em conformidade com a legislação nacional e o direito internacional para garantir que esses direitos apoiem e não se oponham aos objetivos desta Convenção.

Artigo 17 Intercâmbio de Informações

1. As Partes Contratantes devem proporcionar o intercâmbio de Informações, de todas as fontes disponíveis do público, pertinentes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica, levando em conta as necessidades especiais dos países em desenvolvimento.

2. Esse intercâmbio de Informações deve incluir o intercâmbio dos resultados de pesquisas técnicas, científicas, e socio-econômicas, como também Informações sobre programas de treinamento e de pesquisa, conhecimento especializado, conhecimento indígena e tradicional como tais e associados às tecnologias a que se refere o parágrafo I do Artigo 16. Deve também, quando possível, incluir a repatriação das informações.

Artigo 18 Cooperação Técnica e Científica

1. As Partes Contratantes devem promover a cooperação técnica e científica internacional no campo da conservação e utilização sustentável da diversidade biológica, caso necessário, por meio de instituições nacionais e internacionais competentes.

2. Cada Parte Contratante deve, ao implementar esta Convenção, promover a cooperação técnica e científica com outras Partes Contratantes, em particular países em desenvolvimento, por meio, entre outros, da elaboração e implementação de políticas nacionais. Ao promover essa cooperação, deve ser dada especial atenção ao desenvolvimento e fortalecimento dos meios nacionais mediante a capacitação de recursos humanos e fortalecimento institucional.

3. A Conferência das Partes, em sua primeira sessão, deve determinar a forma de estabelecer um mecanismo de intermediação para promover e facilitar a cooperação técnica e científica.

4. As Partes Contratantes devem, em conformidade com sua legislação e suas políticas nacionais, elaborar e estimular modalidades de cooperação para o

desenvolvimento e utilização de tecnologias, inclusive tecnologias indígenas e tradicionais, para alcançar os objetivos desta Convenção. Com esse fim, as Partes Contratantes devem também promover a cooperação para a capacitação de pessoal e o intercâmbio de técnicos.

5. As Partes Contratantes devem, no caso de comum acordo, promover o estabelecimento de programas de pesquisa conjuntos e empresas conjuntas para o desenvolvimento de tecnologias relevantes aos objetivos desta Convenção.

Artigo 19 Gestão da Biotecnologia e Distribuição de seus Benefícios

1. Cada Parte Contratante deve adotar medidas legislativas, administrativas ou políticas, conforme o caso, para permitir a participação efetiva, em atividades de pesquisa biotecnológica, das Partes Contratantes, especialmente países em desenvolvimento, que provêm os recursos genéticos para essa pesquisa, e se possível nessas Partes Contratantes.

2. Cada Parte Contratante deve adotar todas as medidas possíveis para promover e antecipar acesso prioritário, em base justa e equitativa das Partes Contratantes, especialmente países em desenvolvimento, aos resultados e benefício derivados de biotecnologia baseadas em recursos genéticos providos por essas Partes Contratantes. Esse acesso deve ser de comum acordo.

3. As Partes devem examinar a necessidade e as modalidades de um protocolo que estabeleça procedimentos adequados, inclusive, em especial, a concordância prévia fundamentada, no que respeita à transferência, manipulação e utilização seguras de todo organismo vivo modificado pela biotecnologia, que possa ter efeito negativo para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica.

4. Cada Parte Contratante deve proporcionar, diretamente ou por solicitação, a qualquer pessoa física ou jurídica sob sua jurisdição provedora dos organismos a que se refere o parágrafo 3 acima, à Parte Contratante em que esses organismos devam ser introduzidos, todas as informações disponíveis sobre a utilização e as normas de segurança exigidas por essa Parte Contratante para a manipulação desses organismos, bem como todas as informações disponíveis sobre os potenciais efeitos negativos desses organismos específicos.

Artigo 20 Recursos Financeiros

1. Cada Parte Contratante compromete-se a proporcionar, de acordo com a sua capacidade, apoio financeiro e incentivos respectivos às atividades nacionais

destinadas a alcançar os objetivos desta Convenção em conformidade com seus planos, prioridades e programas nacionais.

2. As Partes países desenvolvidos devem prova recursos financeiros novos e adicionais para que as Partes países em desenvolvimento possam cobrir integralmente os custos adicionais por elas concordados decorrentes da implementação de medidas em cumprimento das obrigações desta Convenção, bem como para que se beneficiem de seus dispositivos. Estes custos devem ser determinados de comum acordo entre cada Parte país em desenvolvimento e o mecanismo institucional previsto no Artigo 21, de acordo com políticas, estratégias, prioridades programáticas e critérios de aceitabilidade, segundo uma lista indicativa de custos adicionais estabelecida pela Conferência das Partes. Outras partes, inclusive países em transição para uma economia de mercado, podem assumir voluntariamente as obrigações das Partes países desenvolvidos. Para os fins deste Artigo, a Conferência das Partes deve estabelecer, em sua primeira sessão, uma lista de Partes países desenvolvidos e outras Partes que voluntariamente assumam as obrigações das Partes países desenvolvidos. A Conferência das Partes deve periodicamente revisar e , se necessário, alterar a lista Contribuições voluntárias de outros países e fontes podem ser também estimuladas. Para o cumprimento desses compromissos deve ser levada em conta a necessidade de que o fluxo de recursos seja adequado, previsível e oportuno, e a importância de distribuir os custos entre as Partes contribuintes incluídas na citada lista.

3. As Partes países desenvolvidos podem também prover recursos financeiros relativos à implementação desta Convenção por canais bilaterais, regionais e outros multilaterais.

4. O grau de efetivo cumprimento dos compromissos assumidos sob esta Convenção das Partes países em desenvolvimento dependerá do cumprimento efetivo dos compromissos assumidos sob esta Convenção pelas Partes países desenvolvidos, no que se refere a recursos financeiros e transferência de tecnologia, e levará plenamente em conta o fato de que o desenvolvimento econômico e social e a erradicação da pobreza são as prioridades primordiais e absolutas das Partes países em desenvolvimento.

5. As Partes devem levar plenamente em conta as necessidades específicas e a situação especial dos países de menor desenvolvimento relativo em suas medidas relativas a financiamento e transferência de tecnologia.

6. As Partes Corantes devem também levar em conta as condições especiais decorrentes da dependência da diversidade biológica, sua distribuição e localização nas Partes países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares.

7. Deve-se também levar em consideração a situação especial dos países em desenvolvimento, inclusive os que são ecologicamente mais vulneráveis, como os que possuem regiões áridas e semi-áridas, zonas costeiras e montanhosas.

Artigo 21 Mecanismos Financeiros

1. Deve ser estabelecido um mecanismo para prover, por meio de doação ou em bases concessionais, recursos financeiros para os fins desta Convenção, às Partes países em desenvolvimento, cujos elementos essenciais são descritas neste Artigo. O mecanismo deve operar, para os fins desta Convenção, sob a autoridade e a orientação da Conferencia das Partes, e a ela responder. As operações do mecanismo devem ser realizadas por estrutura institucional a ser decidida pela Conferencia das Partes em sua primeira sessão. A Conferência das Partes deve determinar, para os fins desta Convenção, políticas, estratégias, prioridades programáticas e critérios de aceitabilidade relativos ao acesso e à utilização desses recursos. As Contribuições devem levar em conta a necessidade mencionada no Artigo 20 de que o fluxo de recursos seja previsível, adequado e oportuno, de acordo com o montante de recursos necessários, a ser decidido periodicamente pela Conferência das Partes, bem como a importância da distribuição de custos entre as partes contribuintes incluídas na lista a que se refere o parágrafo 2 do Artigo 20. Contribuições voluntárias podem também ser feitas pelas Partes países desenvolvidos e por outros países e fontes. O mecanismo deve operar sob um sistema de administração democrático e transparente.

2. Em conformidade com os objetivos desta Convenção, a Conferência das Partes deve determinar, em sua primeira sessão, políticas, estratégias e prioridades programáticas, bem como diretrizes e critérios detalhados de aceitabilidade para acesso e utilização dos recursos financeiros, inclusive o acompanhamento e a avaliação periódica de sua utilização. A Conferência das Partes deve decidir sobre as providências para a implementação do parágrafo 1 acima após consulta à estrutura institucional encarregada da operação do mecanismo financeiro.

3. A Conferência das Partes deve examinar a eficácia do mecanismo estabelecido neste Artigo inclusive os critérios e as diretrizes referidas no Parágrafo 2 acima, em

não menos que dois anos da entrada em vigor desta Convenção, e a partir de então periodicamente. Com base nesse exame, deve, se necessário, tomar medidas adequadas para melhorar a eficácia do mecanismo.

4. As Partes Contratantes devem estudar a possibilidade de fortalecer as instituições financeiras existentes para prover recursos financeiros para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica.

Artigo 22 Relação com Outras Convenções Internacionais

1. As disposições desta Convenção não devem afetar os direitos e obrigações de qualquer Parte Contratante decorrentes de qualquer acordo internacional existente, salvo se o exercício desses direitos e o cumprimento dessas obrigações cause grave dano ou ameaça à diversidade biológica.

2. As Partes Contratantes devem implementar esta Convenção, no que se refere ao meio ambiente marinho, em conformidade com os direitos e obrigações dos Estados decorrentes do direito do mar.

Artigo 23 Conferência das Partes

1. Uma Conferência das Partes é estabelecida por esta Convenção. A primeira sessão da Conferência das Partes deve ser convocada pelo Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente no mais tardar dentro de um ano da entrada em vigor desta Convenção. Subseqüentemente, sessões ordinárias da Conferência das Partes devem ser realizadas em intervalos a serem determinados pela Conferência em sua primeira sessão.

2. Sessões extraordinárias da Conferência das Partes devem ser realizadas quando for considerado necessário pela Conferência, ou por solicitação escrita de qualquer Parte, desde que, dentro de seis meses após a solicitação ter sido comunicada às Partes pelo Secretariado, seja apoiada por pelo menos um terço das Partes.

3. A Conferência das Partes deve aprovar e adotar por consenso suas regras de procedimento e as de qualquer organismo subsidiário que estabeleça, bem como as normas de administração financeira do Secretariado. Em cada sessão ordinária, a Conferência das Partes deve adotar um orçamento para o exercício até a seguinte sessão ordinária.

4. A Conferência das Partes deve manter sob exame a implementação desta Convenção, e, com esse fim, deve:

- a) Estabelecer a forma e a periodicidade da comunicação das Informações a serem apresentadas em conformidade com o Artigo 26, e examinar essas Informações, bem como os relatórios apresentados por qualquer órgão subsidiário;
- b) Examinar os pareceres científicos, técnicos e tecnológicos apresentados de acordo com o Art. 25;
- c) Examinar e adotar protocolos, caso necessário, em conformidade com o Artigo 28;
- d) Examinar e adotar, caso necessário, emendas a esta Convenção e a seus anexas, em conformidade com os Artigos 29 e 30;
- e) Examinar emendas a qualquer protocolo, bem como a quaisquer de seus anexos e, se assim decidir, recomendar sua adoção às partes desses protocolos;
- f) Examinar e adotar, caso necessário, anexos adicionais a esta Convenção, em conformidade com o Artigo 30;
- g) Estabelecer os órgãos subsidiários, especialmente de consultoria científica e técnica, considerados necessários à implementação desta Convenção;
- h) Entrar em contato, por meio do Secretariado, com os órgãos executivos de Convenções que tratem de assuntos objeto desta Convenção, para com eles estabelecer formas adequadas de cooperação; e
- i) Examinar e tomar todas as demais medidas que possam ser necessárias para alcançar os fins desta Convenção, à luz da experiência adquirida na sua implementação.

5. As Nações Unidas, seus organismos especializados e a Agência Internacional de Energia Atômica, bem como qualquer Estado que não seja Parte desta Convenção, podem se fazer representar como observadores nas sessões da Conferência das Partes. Qualquer outro órgão ou organismo, governamental ou não-governamental, competente no campo da conservação e da utilização sustentável da diversidade biológica, que informe ao Secretariado do seu desejo de se fazer representar como observador numa sessão da Conferência das Partes, pode ser admitido, a menos que um terço das Partes apresente objeção. A admissão e participação de observadores deve sujeitar-se as regras de procedimento adotadas pela Conferência das Partes.

Artigo 24 Secretariado

1. Fica estabelecido um Secretariado com as seguintes funções:

- a) Organizar as sessões da Conferência das Partes prevista no Artigo 23 e prestar-lhes serviço;
- b) Desempenhar as funções que lhe atribuíam os protocolos;
- c) Preparar relatórios sobre o desempenho de suas funções sob esta Convenção e apresentá-los a Conferência das Partes,
- d) Assegurar a coordenação com outros organismos internacionais pertinentes e, em particular, tomar as providências administrativas e contratuais necessárias para o desempenho eficaz de suas funções; e
- e) Desempenhar as demais funções que lhe forem atribuídas pela Conferência das Partes.

2. Em sua primeira sessão ordinária, a Conferência das Partes deve designar o Secretariado dentre as organizações internacionais competentes que se tenham demonstrado dispostas a desempenhar as funções de secretariado previstas nesta Convenção

Artigo 25 Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico

1. Fica estabelecido um órgão subsidiário de Assessoramento científico, técnico e tecnológico para prestar, em tempo oportuno, à Conferência das Partes e, conforme o caso, aos seus demais órgãos subsidiários, Assessoramento sobre a implementação desta Convenção. Este órgão deve estar aberto à participação de todas as Partes e deve ser multidisciplinar. Deve ser composto por representantes governamentais com competência nos campos de especialização pertinentes. Deve apresentar relatórios regularmente à Conferência das Partes sobre todos os aspectos de seu trabalho.

2. Sob a autoridade da Conferência das Partes e de acordo com as diretrizes por ela estabelecidas, e a seu pedido, o Órgão deve:

- a) Apresentar avaliações científicas e técnicas da situação da diversidade biológica;
- b) Preparar avaliações científicas e técnicas dos efeitos dos tipos de medidas adotadas, em conformidade com o previsto nesta Convenção;
- c) Identificar tecnologias e conhecimentos técnicos inovadores, eficientes e avançados relacionados à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e prestar assessoramento sobre as formas e meios de promover o desenvolvimento e /ou a transferência dessas tecnologias;

d) Prestar Assessoramento sobre programas científicos e cooperação internacional em pesquisa e desenvolvimento, relativos à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica; e

e) Responder a questões científicas, técnicas, tecnológicas e metodológicas que lhe formulem a Conferência das Partes e seus órgãos subsidiários.

3. As funções, mandato, organização e funcionamento deste órgão podem ser posteriormente melhor definidos pela Conferência das Partes.

Artigo 26 Relatórios

Cada Parte Contratante deve, com a periodicidade a ser estabelecida pela Conferência das Partes, apresentar-lhe relatórios sobre medidas que tenha adotado para a implementação dos dispositivos desta Convenção e sobre sua eficácia para alcançar os seus objetivos.

Artigo 27 Solução de Controvérsias

1. No caso de controvérsia entre Partes Contratantes no que respeita à interpretação ou aplicação desta Convenção, as Partes envolvidas devem procurar resolvê-la por meio de negociação.

2. Se as Partes envolvidas não conseguirem chegar a um acordo por meio de negociação, podem conjuntamente solicitar os bens oficiais ou a mediação de uma terceira Parte.

3. Ao ratificar, aceitar, ou aprovar esta Convenção ou a ela aderir, ou em qualquer momento posterior, um Estado ou organização de integração econômica regional pode declarar por escrito ao Depositário que, no caso de controvérsia não resolvida de acordo com o parágrafo 1 ou o parágrafo 2 acima, aceita como compulsórios um ou ambos dos seguintes meios de solução de controvérsias:

a) Arbitragem de acordo com o procedimento estabelecido na Parte 1 do anexo II;

b) Submissão da controvérsia à Corte Internacional de Justiça.

4. Se as Partes na controvérsia não tiverem aceito, de acordo com o parágrafo 3 acima, aquele ou qualquer outro procedimento, a controvérsia deve ser submetida à conciliação de acordo com a Parte 2 do Anexo II, a menos que as Partes concordem de outra maneira.

5. O disposto neste Artigo aplica-se a qualquer protocolo salvo se de outra maneira disposto nesse protocolo.

Artigo 28 Adoção dos Protocolos

1. As Partes Contratantes devem cooperar na formulação e adoção de protocolos desta Convenção.
2. Os protocolos devem ser adotados em sessão da Conferência das Partes.
3. O texto de qualquer protocolo proposto deve ser comunicado pelo Secretariado às Partes Contratantes pelo menos seis meses antes dessa sessão.

Artigo 29 Emendas à Convenção ou Protocolos

1. Qualquer Parte Contratante pode propor emendas a esta Convenção. Emendas a qualquer protocolo podem ser propostas por quaisquer Partes dos mesmos.
2. Emendas a esta Convenção devem ser adotadas em sessão da Conferência das Partes. Emendas a qualquer protocolo devem ser adotadas em sessão das Partes dos protocolos pertinentes. O texto de qualquer emenda proposta a esta Convenção ou a qualquer protocolo, salvo se de outro modo disposto no protocolo, deve ser comunicado às Partes do instrumento pertinente pelo Secretariado pelo menos seis meses antes da sessão na qual será proposta sua adoção. Propostas de emenda devem também ser comunicados pelo Secretariado aos signatários desta Convenção, para informação.
3. As Partes devem fazer todo o possível para chegar a acordo por consenso sobre as emendas propostas a esta Convenção ou a qualquer protocolo. Uma vez exauridos todos os esforços para chegar a um consenso sem que se tenha chegado a um acordo, a emenda deve ser adotada, em última instância, por maioria de dois terços das Partes do instrumento pertinente presentes e votantes nessa sessão, e deve ser submetida pelo Depositário a todas as Partes para ratificação, aceitação ou aprovação.
4. A ratificação, aceitação ou aprovação de emendas deve ser notificada por escrito ao Depositário. As emendas adotadas em conformidade com o parágrafo 3 acima devem entrar em vigor entre as Partes que as tenham aceito no nonagésimo dia após o depósito dos instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação de pelo menos dois terços das Partes Contratantes desta Convenção ou das Partes do protocolo pertinente, salvo se de outro modo disposto nesse protocolo. A partir de então, as emendas devem entrar em vigor para qualquer outra Parte no nonagésimo dia após a Parte ter depositado seu instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação das emendas.
5. Para os fins deste Artigo, "Partes presentes e votantes" significa Partes presentes e que emitam voto afirmativo ou negativo.

Artigo 30 Adoção de Anexos e Emendas a Anexos

1. Os anexos a esta Convenção ou a seus protocolos constituem parte integral da Convenção ou do protocolo pertinente, conforme o caso, e, salvo se expressamente disposto de outro modo, qualquer referência a esta Convenção e a seus protocolos constitui ao mesmo tempo referência a quaisquer de seus anexos. Esses anexos devem restringir-se a assuntos processuais, científicos, técnicos e administrativos.

2. Salvo se disposto de outro modo em qualquer protocolo no que se refere a seus anexos, para a proposta, adoção e entrada em vigor de anexos suplementares a esta Convenção ou de anexos a quaisquer de seus protocolos, deve-se obedecer o seguinte procedimento:

a) Os anexos a esta Convenção ou a qualquer protocolo devem ser propostas e adotados de acordo com o procedimento estabelecido no Artigo 29;

b) Qualquer Parte que não possa aceitar um anexo suplementar a esta Convenção ou um anexo a qualquer protocolo do qual é Parte o deve notificar, por escrito, ao Depositário, dentro de um ano da data da comunicação de sua adoção pelo Depositário. O Depositário deve comunicar sem demora a todas as Partes qualquer notificação desse tipo recebida. Uma Parte pode a qualquer momento retirar uma declaração anterior de objeção, e, assim, os anexos devem entrar em vigor para aquela Parte de acordo com o disposto na alínea (c) abaixo;

c) Um ano após a data da comunicação pelo Depositário de sua adoção, o anexo deve entrar em vigor para todas as Partes desta Convenção ou de qualquer protocolo pertinente que não tenham apresentado uma notificação de acordo com o disposto na alínea (b) acima.

3. A proposta, adoção e entrada em vigor de emendas aos anexos a esta Convenção ou a qualquer protocolo devem estar sujeitas ao procedimento obedecido no caso da proposta, adoção e entrada em vigor de anexos à esta Convenção ou anexos a qualquer protocolo.

4. Se qualquer anexo suplementar ou uma emenda a um anexo for relacionada a uma emenda a esta Convenção ou qualquer protocolo, este anexo suplementar ou esta emenda somente deve entrar em vigor quando a referida emenda à Convenção ou protocolo estiver em vigor.

Artigo 31 Direito de Voto

1. Salvo o disposto no parágrafo 2 abaixo, cada Parte Contratante desta Convenção ou de qualquer protocolo deve ter um voto.

2. Em assuntos de sua competência, organizações de integração econômica regional devem exercer seu direito ao voto com um número de votos igual ao número de seus Estados membros que sejam Partes Contratantes desta Convenção ou de protocolo pertinente. Essas organizações não devem exercer seu direito de voto se seus Estados-membros exercerem os seus, e vice-versa.

Artigo 32 Relação entre esta Convenção e seus Protocolos

1. Um Estado ou uma organização de integração econômica regional não pode ser Parte de um protocolo salvo se for, ou se tornar simultaneamente, Parte Contratante desta Convenção

2. Decisões decorrentes de qualquer protocolo devem ser tomadas somente pelas Partes do protocolo pertinente. Qualquer Parte Contratante que não tenha ratificado, aceito ou aprovado um protocolo pode participar como observadora em qualquer sessão das Partes daquele protocolo.

Artigo 33 Assinatura

Esta Convenção está aberta a assinatura por todos os Estados e qualquer organização de integração econômica regional na cidade do Rio de Janeiro de 5 de junho de 1992 a 14 de junho de 1992, e na sede das Nações Unidas em Nova York, de 15 de junho de 1992 a 4 de junho de 1993.

Artigo 34 Ratificação, Aceitação ou Aprovação

1. Esta Convenção e seus protocolos estão sujeitos a ratificação, aceitação ou aprovação, pelos Estados e por organizações de integração econômica regional. Os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação devem ser depositados junto ao Depositário.

2. Qualquer organização mencionada no parágrafo 1 acima que se torne Parte Contratante desta Convenção ou de quaisquer de seus protocolos, sem que seja Parte contratante nenhum de seus Estados membros, deve ficar sujeita a todas as obrigações da Convenção ou do protocolo, conforme o caso. No caso dessas organizações, se um ou mais de seus Estados membros for uma Parte Contratante desta Convenção ou de protocolo pertinente, a organização e seus Estados membros devem decidir sobre suas respectivas responsabilidades para o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Convenção ou no protocolo, conforme o caso. Nesses casos, a organização e os Estados membros não devem exercer simultaneamente direitos estabelecidos por esta Convenção ou pelo protocolo pertinente.

3. Em seus instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação, as organizações mencionadas no parágrafo 1 acima devem declarar o âmbito de sua competência no que respeita a assuntos regidos por esta Convenção ou por protocolo pertinente. Essas organizações devem também informar ao Depositário de qualquer modificação pertinente no âmbito de sua competência.

Artigo 35 Adesão

1. Esta Convenção e quaisquer de seus protocolos está aberta a adesão de Estados e organizações de integração econômica regional a partir da data em que expire o prazo para a assinatura da Convenção ou do protocolo pertinente. Os instrumentos de adesão devem ser depositados junto ao Depositário.

2. Em seus instrumentos de adesão, as organizações mencionadas no parágrafo 1 acima devem declarar o âmbito de suas competências no que respeita aos assuntos regidos por esta Convenção ou pelos protocolos. Essas organizações devem também informar ao Depositário qualquer modificação pertinente no âmbito de suas competências.

3. O disposto no Artigo 34, parágrafo 2, deve aplicar-se a organizações de integração econômica regional que adiram a esta Convenção ou a quaisquer de seus protocolos.

Artigo 36 Entrada em Vigor

1. Esta Convenção entra em vigor no nonagésimo dia após a data de depósito do trigésimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

2. Um protocolo deve entrar em vigor no nonagésimo dia após a data do depósito do número de instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão estipulada nesse protocolo.

3. Para cada Parte Contratante que ratifique, aceite ou aprove esta Convenção ou a ela adira após o depósito do trigésimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, esta Convenção entra em vigor no nonagésimo dia após a data de depósito pela Parte Contratante do seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

4. Um protocolo, salvo se disposto de outro modo nesse protocolo, deve entrar em vigor para uma Parte Contratante que o ratifique, aceite ou aprove ou a ele adira após sua entrada em vigor de acordo com o parágrafo 2 acima, no nonagésimo dia após a data do depósito do instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou

adesão por essa Parte Contratante, ou na data em que esta Convenção entre em vigor para essa Parte Contratante, a que for posterior.

5. Para os fins dos parágrafos 1 e 2 acima, os instrumentos depositados por uma organização de integração econômica regional não devem ser contados como adicionais àqueles depositados por Estados- membros dessa organização.

Artigo 37 Reservas

Nenhuma reserva pode ser feita a esta Convenção.

Artigo 38 Denúncias

1. Após dois anos da entrada em vigor desta Convenção para uma Parte Contratante, essa Parte Contratante pode a qualquer momento denunciá-la por meio de notificação escrita ao Depositário.

2. Essa denúncia tem efeito um ano após a data de seu recebimento pelo Depositário, ou em data posterior se assim for estipulado na notificação de denúncia.

3. Deve ser considerado que qualquer Parte Contratante que denuncie esta Convenção denúncia também os protocolos de que é Parte.

Artigo 39 Disposição Financeiras Provisórias

Desde que completamente reestruturado, em conformidade com o disposto no Artigo 21, o Fundo para o Meio Ambiente Mundial, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, deve ser a estrutura institucional provisória a que se refere o Artigo 21, no período entre a entrada em vigor desta Convenção e a primeira sessão da Conferência das Partes ou até que a Conferência das Partes designe uma estrutura institucional em conformidade com o Artigo 21.

Artigo 40 Disposições Transitórias para o Secretariado

O Secretariado a ser provido pelo Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente deve ser o Secretariado a que se refere o Artigo 24, parágrafo 2, provisoriamente pelo período entre a entrada em vigor desta Convenção e a primeira sessão da Conferência das Partes.

Artigo 41 Depositário

O Secretário-Geral das Nações Unidas deve assumir as funções de Depositário desta Convenção e de seus protocolos.

Artigo 42 Textos Autênticos

O original desta Convenção, cujos textos em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo são igualmente autênticos, deve ser depositado junto ao Secretário- Geral das Nações Unidas.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados para esse fim, firmam esta Convenção. Feita no Rio de Janeiro, aos 5 dias de junho de mil novecentos e noventa e dois.

Anexo I Identificação e Monitoramento

1. Ecossistemas e habitats: compreendendo grande diversidade, grande número de espécies endêmicas ou ameaçadas, ou vida silvestre; os necessários às espécies migratórias; de importância social, econômica, cultural ou científica; ou que sejam representativos, únicos ou associados a processos evolutivos ou outros processos biológicos essenciais;
2. Espécies e comunidades que: estejam ameaçadas; sejam espécies silvestres aparentadas de espécies domesticadas ou cultivadas; tenham valor medicinal, agrícola ou qualquer outro valor econômico; sejam de importância social, científica ou cultural; ou sejam de importância para a pesquisa sobre a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica, como as espécies de referência; e
3. Genomas e genes descritos como tendo importância social, científica ou econômica.

Anexo II Parte 1 Arbitragem Artigo 1

A Parte demandante deve notificar o Secretariado de que as Partes estão submetendo uma controvérsia a arbitragem em conformidade com o Artigo 27. A notificação deve expor o objeto em questão a ser arbitrado, e incluir, em particular, os Artigos da Convenção ou do Protocolo de cuja interpretação ou aplicação se tratar a questão. Se as Partes não concordarem no que respeita o objeto da controvérsia, antes de ser o Presidente do tribunal designado, o tribunal de arbitragem deve definir o objeto em questão. O Secretariado deve comunicar a informação assim recebida a todas as Partes Contratantes desta Convenção ou do protocolo pertinente.

Artigo 2

1. Em controvérsias entre duas Partes, o tribunal de arbitragem deve ser composto de três membros. Cada uma das Partes da controvérsia deve nomear um árbitro e os dois árbitros assim nomeados devem designar de comum acordo um terceiro árbitro que deve presidir o tribunal. Este último não pode ser da mesma

nacionalidade das Partes em controvérsia, nem ter residência fixa em território de uma das Partes; tampouco deve estar a serviço de nenhuma delas, nem ter tratado do caso a qualquer título.

2. Em controvérsias entre mais de duas Partes, as Partes que tenham o mesmo interesse devem nomear um árbitro de comum acordo.

3. Qualquer vaga no tribunal deve ser preenchida de acordo com o procedimento previsto para a nomeação inicial.

Artigo 3

1. Se o Presidente do tribunal de arbitragem não for designado dentro de dois meses após a nomeação do segundo árbitro, o Secretário -Geral das Nações Unidas, a pedido de uma das partes, deve designar o Presidente no prazo adicional de dois meses. 2. Se uma das Partes em controvérsia não nomear um árbitro no prazo de dois meses após o recebimento da demanda, a outra parte pode disso informar o Secretário-Geral, que deve designá-lo no prazo adicional de dois meses.

Artigo 4

O tribunal de arbitragem deve proferir suas decisões de acordo com o disposto nesta Convenção, em qualquer protocolo pertinente, e com o direito internacional.

Artigo 5

Salvo se as Partes em controvérsia de outro modo concordarem, o tribunal de arbitragem deve adotar suas próprias regras de procedimento.

Artigo 6

O tribunal de arbitragem pode, a pedido de uma das Partes, recomendar medidas provisórias indispensáveis de proteção.

Artigo 7

As Partes em controvérsia devem facilitar os trabalhos do tribunal de arbitragem e, em particular, utilizando todos os meios a sua disposição:

- a) Apresentar-lhe todos os documentos, Informações e meios pertinentes; e
- b) Permitir-lhe, se necessário, convocar testemunhas ou especialistas e ouvir seus depoimentos.

Artigo 8

As Partes e os árbitros são obrigados a proteger a confidencialidade de qualquer informação recebida com esse caráter durante os trabalhos do tribunal de arbitragem.

Artigo 9

Salvo se decidido de outro modo pelo tribunal de arbitragem devido a circunstâncias particulares do caso, os custos do tribunal devem ser cobertos em proporções iguais pelas Partes em controvérsia. O tribunal deve manter um registro de todos os seus gastos, e deve apresentar uma prestação de contas final às Partes.

Artigo 10

Qualquer Parte Contratante que tenha interesse de natureza jurídica no objeto em questão da controvérsia, que possa ser afetado pela decisão sobre o caso, pode intervir no processo com o consentimento do tribunal.

Artigo 11

O tribunal pode ouvir e decidir sobre contra-argumentações diretamente relacionadas ao objeto em questão da controvérsia.

Artigo 12

As decisões do tribunal de arbitragem tanto em matéria Processual quanto sobre o fundo da questão devem ser tomadas por maioria de seus membros.

Artigo 13

Se uma das Partes em controvérsia não comparecer perante o tribunal de arbitragem ou não apresentar defesa de sua causa, a outra Parte pode solicitar ao tribunal que continue o processo e profira seu laudo. A ausência de uma das Partes ou a abstenção de uma parte de apresentar defesa de sua causa não constitui impedimento ao processo. Antes de proferir sua decisão final, o tribunal de arbitragem deve certificar-se de que a demanda está bem fundamentada de fato e de direito.

Artigo 14

O tribunal deve preferir sua decisão final em cinco meses a partir da data em que for plenamente constituído, salvo se considerar necessário prorrogar esse prazo por um período não superior a cinco meses.

Artigo 15

A decisão final do tribunal de arbitragem deve se restringir ao objeto da questão em controvérsia e deve ser fundamentada. Nela devem constar os nomes dos membros que a adotaram e sua data. Qualquer membro do tribunal pode anexar à decisão final um parecer em separado ou um parecer divergente.

Artigo 16

A decisão é obrigatória para as Partes em controvérsia. Dela não há recurso, salvo se as Partes em controvérsia houverem concordado com antecedência sobre um procedimento de apelação.

Artigo 17

As controvérsias que surjam entre as Partes em controvérsia no que respeita a interpretação ou execução da decisão final pode ser submetida por quaisquer uma das Partes à decisão do tribunal que a proferiu.

Parte 2 Conciliação Artigo 1

Uma Comissão de conciliação deve ser criada a pedido de uma das Partes em controvérsia. Essa comissão, salvo se as Partes concordarem de outro modo, deve ser composta de cinco membros dois nomeados por cada Parte envolvida e um Presidente escolhido conjuntamente pelos membros.

Artigo 2

Em controvérsias entre mais de duas Partes, as Partes com o mesmo interesse devem nomear, de comum acordo, seus membros na comissão. Quando duas ou mais Partes tiverem interesses independentes ou houver discordância sobre o fato de terem ou não o mesmo interesse, as Partes devem nomear seus membros separadamente.

Artigo 3

Se no prazo de dois meses a partir da data do pedido de criação de uma comissão de conciliação, as Partes não houverem nomeado os membros da comissão, o Secretário- Geral das Nações Unidas, por solicitação da Parte que formulou o pedido, deve nomeá-los no prazo adicional de dois meses.

Artigo 4

Se o Presidente da comissão de conciliação não for escolhido nos dois meses seguintes à nomeação do último membro da comissão, o Secretário- Geral das Nações Unidas, por solicitação de uma das Partes, deve designá-lo no prazo adicional de dois meses.

Artigo 5

A comissão de conciliação deverá tomar decisões por maioria de seus membros. Salvo se as Partes em controvérsia concordarem de outro modo, deve definir seus próprios procedimentos. A comissão deve apresentar uma proposta de solução da controvérsia, que as Partes devem examinar em boa fé.

Artigo 6

Uma divergência quanto à competência da comissão de Conciliação deve ser decidida pela comissão. Art 3º O Parque Nacional da Lagoa do Peixe fica subordinado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, que deverá tomar as medidas necessárias para sua efetiva implantação e controle.

Art 4º O Parque Nacional da Lagoa do Peixe fica sujeito ao que dispõem, com relação à matéria, a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e o Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979.

Art 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1986; 165º da Independência e 98º da República.

JOSÉ SARNEY

Iris Rezende Machado